



EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP

VISÕES DE IMPÉRIO NAS VÉSPERAS DO “ULTIMATO”

UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O IMPERIALISMO PORTUGUÊS
(1889)

Luís Filipe Moreira Alves
do Carmo Reis



**VISÕES DE IMPÉRIO
NAS VÉSPERAS DO “ULTIMATO”**

UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O IMPERIALISMO PORTUGUÊS (1889)

VISÕES DE IMPÉRIO NAS VÉSPERAS DO “ULTIMATO”

UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O IMPERIALISMO PORTUGUÊS (1889)

Luís Filipe Carmo Reis



VISÕES DE IMPÉRIO NAS VÉSPERAS DO “ULTIMATO”

UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O IMPERIALISMO PORTUGUÊS (1889)

Autor: Luís Filipe Carmo Reis

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1.^a (Maio/2008)

ISBN: 978-989-8156-05-1

Localização: <http://www.africanos.eu>

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

<http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

Imagem da capa: Macololos sob fogo das armas de uma expedição europeia, protegida por fortificações (1855). Cena fictícia, ilustrada por J. Ferat e gravada por Pannemaker, para o frontispício da edição original das Aventuras de Três Russos e Três Ingleses, de Júlio Verne (*Aventures de trois Russes et de trois Anglais dans l'Afrique australe*, Paris, Jules Hetzel & Cie., 1872).

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
Formulação da Tese	11
Estrutura do Trabalho	12
Metodologia e Fontes	13
1.0 BREVE HISTÓRIA DOS MACOLOLOS (1822-1890)	18
1.1. A Origem dos Macololos	18
1.1.1. O Mfecane	18
1.1.2. Êxodos nguni	21
1.1.3. A origem dos Matabeles	21
1.1.4. Os Macololos no Baroce	22
1.2. Livingstone	24
1.3. A Nova Macolololândia	29
2.0 VISÕES DE IMPÉRIO	42
2.1. Uma Expedição em África	42
2.2. Lobengula	45
2.3. As Minas de Salomão	47
2.4. O Coração das Trevas	50
2.5. “Survival of the Fittest”	55
2.6. Tentativas de Explicação do Imperialismo	61
2.6.1. Explicação económica	61
2.6.2. Explicação humanitário-ideológica	65
2.6.3. Explicação política	71
2.6.4. Explicação sócio-psicológica	75

2.6.5. Explicação tecnológica	82
2.7. A Falsificação da História	82
3.0 A GUERRA LUSO-MACOLOLA (1889-1890)	86
3.1. Uma Expedição em África	86
3.2. Lobengula	90
3.3. As Minas de Salomão	93
3.4. O Coração das Trevas	98
3.5. “Survival of the Fittest”	105
3.6. Tentativas de Explicação do Imperialismo	115
3.6.1. Explicação económica	115
3.6.2. Explicação humanitário-ideológica	124
3.6.3. Explicação política	141
3.6.4. Explicação sócio-psicológica	152
3.6.5. Explicação tecnológica	163
3.7. A Falsificação da História	165
CONCLUSÃO	169
ANEXOS	
Anexo 1 – Uma notícia do “Economista”	174
Anexo 2 – A nota de Barros Gomes	176
Anexo 3 – O editorial da “Actualidade”	187
Anexo 4 – Uma notícia de Angola	190
Anexo 5 – Um telegrama para o “Times”	191
Anexo 6 – O artigo do “Pall Mall Gazette”	192
Anexo 7 – Um poema patriótico	196
Anexo 8 – No teatro de guerra	199
Anexo 9 – O testemunho de Trivier	201
ICONOGRAFIA	204
FONTES E BIBLIOGRAFIA	210
ÍNDICE DAS FIGURAS	223

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer ao nosso orientador, Professor Doutor Maciel Santos, que, com as suas úteis observações e sugestões de pesquisa, em muito contribuiu para a elaboração deste trabalho. Merece também uma menção especial a Professora Doutora Elvira Mea, quer por nos ter iniciado no estudo da História de África, quer por nos ter despertado para a importância de não adoptarmos uma perspectiva eurocêntrica quando abordamos o continente africano, do ponto de vista historiográfico. Foi graças ao apoio e receptividade, obtidos junto destes docentes, que pudemos enveredar por um tema que havia muito desejávamos abordar.

Igualmente não podemos deixar de referir os esclarecimentos prestados pelo Dr. José Soares Martins (José Capela), no âmbito da história de Moçambique. Mencionaremos ainda, com sentido agradecimento, o Professor Doutor António Custódio Gonçalves e o Professor Doutor José Carlos Venâncio, por nos terem iniciado nas complexidades da antropologia africana; o Professor Doutor Adelino Torres, pelos esclarecimentos em matéria de epistemologia e metodologia; o Professor Doutor Mário Vilela, que nos fez mergulhar num mundo novo, o da linguística africana; e o Professor Doutor Carlos Pimenta, o qual, pela primeira vez, nos fez compreender tudo o que se esconde por detrás da problemática do “desenvolvimento” económico. A eles, e a todos os restantes docentes do curso de Mestrado em Estudos Africanos, devemos, em grande parte, o termos ficado habilitados com as ferramentas mentais necessárias à realização da tarefa que nos impusemos.

INTRODUÇÃO

Quem acredita em absurdos, acaba por cometer atrocidades.

ADAPTAÇÃO DE UM DITO ATRIBUÍDO A VOLTAIRE.

O presente estudo visa sujeitar uma velha problemática (a questão do chamado “ultimato” britânico a Portugal) a um enfoque relativamente pouco sublinhado: o acontecimento precipitante da mesma, a invasão portuguesa da Macolololândia, em finais de 1889. Trata-se, de facto, de uma das “pequena guerras” coloniais do século XIX, as quais, muitas vezes, constituem, no tratamento historiográfico, algo próximo àquilo que se convencionou chamar de “os silêncios da história”.

FORMULAÇÃO DA TESE

Em Portugal, entre os leigos em matéria histórica, é corrente considerar o imperialismo português do século XIX, em África, como meramente defensivo, como uma resposta a agressões internas dos autóctones (vistos como “rebeldes”) e ambições externas de outras potências europeias, ávidas de obterem territórios que, por direito histórico, pertenciam legitimamente aos Portugueses. Argumenta-se ainda que, de todos os impérios coloniais europeus no continente africano, o português era o menos racista, devido aos alegados “brandos costumes” e à prática da mestiçagem.

O presente trabalho pretende abalar decisivamente ambos esses pontos de vista, e mostrar, a partir de um estudo de caso (a invasão portuguesa da Macolololândia, em 1889, evento esse que suscitou o “ultima-

to” inglês de 1890), que Portugal se revelava tão agressivo e racista como qualquer outra potência europeia envolvida no “novo imperialismo” de finais do século XIX, traduzido na “corrida a África”.⁽¹⁾ De facto, os imperialistas portugueses em nada se distinguiam dos seus congéneres europeus, quer em motivações quer em “instrumentos de império” (isto é, no tipo de tecnologia utilizada pelos expedicionários), como demonstraremos no decurso do nosso estudo de caso. Se o “nível de desenvolvimento” da economia portuguesa (isto é, o “atraso” económico em relação à Europa) implicava ou não uma diferença de mentalidade relativamente aos empreendimentos imperialistas, eis o que será, também, objecto da nossa investigação.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Num capítulo inicial, traçaremos os antecedentes, próximos e remotos, do conflito luso-macololo de 1889-1890, e abordaremos ainda que de forma breve, a história dos Kololo, entre 1822 e 1890. Debruçar-nos-emos, de seguida, no contexto mental do imperialismo (capítulo II), para, depois, aplicarmos os conceitos delineados ao caso prático que servirá de objecto ao nosso estudo (capítulo II). Não deve, assim, surpreender que a estrutura do terceiro capítulo mimetize em tudo a do segundo, pois a mentalidade vigente na Europa, relativamente ao continente africano como um “coração das trevas” (Joseph Conrad), traduziu-se numa actuação dos europeus, em África, consentânea com quem projecta nos “outros” os seus próprios defeitos, para tentar corrigir, nestes últimos, deficiências imaginárias.

De facto, no capítulo II, mostraremos, a partir de uma coincidência significativa (a publicação, em fascículos, da tradução portuguesa da novela *As Minas de Salomão*, de Rider Haggard, nas páginas da *Revista de*

¹ Embora, tal como outras potências europeias, os Portugueses também empreendessem operações militares de “pacificação” noutras áreas do globo, nomeadamente em Timor. Veja-se, a título de exemplo, THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*. 2.ª ed. Algés: DIFEL, 1998, p. 670-671. Não existe consenso entre os historiadores acerca da periodização exacta da corrida a África, mas podemos, com Pieterse, situar o respectivo início nas décadas de 1870 e 1880: PIETERSE, Jan Nederveen – *White on black*. New Haven [etc.]: Yale University Press, 1992, p. 76.

Portugal, dirigida por Eça de Queiroz, na mesma época em que decorria a questão africana entre Portugal e a Inglaterra, suscitadora do “ultimato” – 1889-1890), o quanto os preconceitos europeus influenciavam a forma como a Europa se relacionava com África. Tratar-se-á, portanto, de uma incursão no imaginário, a que não faltarão também referências a escritores como Joseph Conrad e Júlio Verne.

O capítulo III evidenciará como a realidade imita a ficção, quando o preconceito se ergue e, como diria o autor da frase em epígrafe, nos faz cometer atrocidades em nome de absurdos. Poderemos então verificar o quanto o imperialismo português se assemelha às restantes variantes do “novo imperialismo” europeu, com os mesmos factores económicos, humanitário-ideológicos, políticos, sócio-psicológicos e tecnológicos, e o mesmo esforço para falsificar a história, uma vez decorrida a “pequena guerra” colonial em questão.

METODOLOGIA E FONTES

Neste estudo, adoptaremos sensivelmente a mesma metodologia utilizada por Jan Nederveen Pieterse (*Wit over Zwart*, 1990) e Sven Lindqvist (*Exterminem todas as Bestas*, 1992): a consulta da imprensa periódica e de livros coevos, para assim tentar captar a essência da mentalidade da época, o chamado “imperialismo popular” europeu, no momento da sua concepção e incubação (finais de 1889). Isto para verificar até que ponto o imaginário europeu, relativo a África, se encontrava impregnado de preconceitos favoráveis ao imperialismo. Pois a nossa pesquisa não se debruçará sobre os pontos de vista político, jurídico, diplomático ou administrativo (embora tenhamos consultado também o *Boletim Oficial* de Moçambique e os *Livros Brancos* dos Negócios Externos portugueses), nem sequer sobre os pormenores da história militar, que só serão abordados à guisa de contraste, relativamente à imagem que passava, na altura, para a imprensa metropolitana.

Os periódicos de Portugal constituíram, com efeito, o objecto da nossa análise, complementada, no entanto, sempre que necessário, por referências de livros da época ou posteriores. Estes últimos foram

consultados quer em colecções particulares quer no espólio da Biblioteca Pública Municipal do Porto (pessoalmente), Biblioteca Nacional de França (através da Internet) e British Library (via correio). Quanto aos periódicos, recorreremos essencialmente ao fundo da BPMP, à excepção do *Diário do Governo*, consultado na Biblioteca Municipal José Régio, em Vila do Conde.

Cumpre aqui esclarecer que, embora tenhamos recorrido a um espólio de jornais muito limitado (os periódicos portugueses metropolitanos de 1889, disponíveis para consulta na BPMP), essa lacuna foi, de certo modo, compensada pelo acesso pleno à colecção de um deles, a *Actualidade*, diário portuense dirigido por Anselmo Evaristo de Moraes Sarmiento (1847-1900). Este último periódico, com efeito, além de uma atenção particular às questões africanas, caracterizava-se por abundantes transcrições de notícias e artigos de opinião provenientes da restante imprensa metropolitana, bem como de periódicos coloniais e estrangeiros. Para o assunto em análise, constitui, assim, um manancial não menosprezável.

Por essa época, existia em Portugal, a par da imprensa de opinião, panfletária, um número cada vez maior de jornais populares, preponderantemente noticiosos (e pretensamente “objectivos”), assistidos por uma rede de repórteres e correspondentes de província, bem como pelas informações telegráficas das grandes agências noticiosas estrangeiras, como a francesa Havas ou a britânica Reuter. O objectivo era atrair um leque tão vasto quanto possível de leitores, e isto não só no plano horizontal (com aumento da circulação dos periódicos) mas também verticalmente: doravante, os jornais não ficavam apenas reservados às classes mais abastadas (os quais constituíam ainda, apesar de tudo, o grosso dos assinantes), antes se dirigiam a todos os que soubessem ler, cujo número ia crescendo gradualmente.⁽²⁾ A pesquisa que efectuamos na Biblioteca Pública Municipal do Porto, relativamente aos jornais de 1889 patentes à consulta, confirma a grande acessibilidade dos mesmos: todos eles eram vendidos ao preço módico de 10 réis.

Poucos são os periódicos que indicam a respectiva tiragem. No caso vertente, apenas três jornais portuenses, todos eles semanários, o fazem:

² Cf. TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.^a ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, imp. 1989, p. 213-218, 219, 231-234.

O Correio do Porto (4000 exemplares), *O Radical* (8000) e *A Justiça Portuguesa* (10 000). Valores notáveis, se considerarmos que a cidade do Porto apresentava, em 1889, pelo menos 16 jornais diários⁽³⁾ e vários semanários, num país onde os índices de analfabetismo eram ainda muito elevados: com efeito, por essa época a população portuguesa não excederia as 5049 729 pessoas e apresentava uma taxa de analfabetismo provavelmente não inferior a 79,2% (dados relativos a 1890).⁽⁴⁾

Mas os periódicos portugueses com maior tiragem média eram lisboetas, entre os quais o republicano *O Século*.⁽⁵⁾ A imprensa portuguesa estava, aliás, fragmentada em diversos alinhamentos político-partidários (desde o Partido Progressista, então no poder, ao líder da oposição, o Partido Regenerador, e movimentos republicanos e socialistas, sem esquecer os monárquicos dissidentes da Esquerda Dinástica), e, se alguns periódicos havia que mantinham uma posição ambígua nesse campo (caso do nosso diário *A Actualidade*, apesar do pendor pró-republicano de alguns dos seus artigos de opinião), era porque visavam com isso conquistar o maior número possível de leitores.⁽⁶⁾

Tratava-se, em todo o caso, de uma imprensa demasiado numerosa e, por isso mesmo, financeiramente débil, uma vez que o número de jornais editados se revelava desproporcionado ao número de potenciais compradores, num país caracterizado por hábitos de leitura muito restritos e uma elevada taxa de analfabetismo (79,2%, em 1890).⁽⁷⁾ Daí a tendência, sentida nos periódicos populares, para ceder ao sensacionalismo que o noticiar das explorações geográficas e aventuras imperialistas quase necessariamente implicava.⁽⁸⁾ De facto, africanistas como Stanley (enviado a investigar o paradeiro de Livingstone) e Trivier (encarregado

³ COSTA, Isilda Braga da; MOURA, José Paulo; MOTA, Salvador Magalhães – A comemoração do centenário da Revolução Francesa na imprensa diária portuense. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 10 (1988), p. 563.

⁴ CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 635.

⁵ TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 237.

⁶ Cf. COSTA, Isilda Braga da; MOURA, José Paulo; MOTA, Salvador Magalhães – A comemoração... p. 564-565.

⁷ CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*, p. 635.

⁸ Note-se que, da nossa análise, abstrairmos do ponto de vista socialista, o grande adversário ideológico do imperialismo, para centrarmos a nossa atenção num jornal partidário da “corrida a África”: *A Actualidade*.

de atravessar o continente africano da costa ocidental à oriental, e testemunha da guerra luso-macolola no Chire) foram especificamente encarregados por jornais (o norte-americano *New York Herald* e o francês *La Gironde*, respectivamente) de efectuarem viagens em África. Quanto às revistas coevas que consultámos, destinadas a um público mais abastado e restrito,⁽⁹⁾ mostravam-se claramente partidárias do imperialismo.

Pesquisámos ainda outras fontes, entre as quais livros de viagens, obras de propaganda imperialista e memórias. Na análise de toda esta vasta literatura, revelou-se necessário, acima de tudo, ter em linha de conta, além das precauções habituais na pesquisa historiográfica, diversos escolhos, com que pode, inadvertidamente, tropeçar o investigador, ao analisar a matéria em causa.

Em primeiro lugar, não nos podemos esquecer que estamos a tratar de África, onde a tradição oral assume um papel de vulto. Nesse contexto, é preciso ter um cuidado especial quando lidamos com datas, genealogias e outras informações de tipo cronológico: entre os Africanos, os grupos etários, por exemplo, referem-se mais a um pressuposto (o facto de determinado conjunto de jovens ter sido iniciado ao mesmo tempo em determinada cerimónia) do que propriamente à data de nascimento. Quanto às genealogias, muitas vezes são fictícias, importando, por isso, saber distinguir o trigo do joio. O mesmo se diga das datas avançadas pelas cronologias, as quais nem sempre são tão exactas como pode parecer.⁽¹⁰⁾

Um outro obstáculo prende-se com os preconceitos herdados da época colonial: de facto, às “tribos” e “etnias” com que a imaginação europeia povoou África correspondiam, no terreno, como é sabido, meramente clãs e linhagens unidos por uma cultura ou língua comuns, ou por qualquer outro laço, de sangue ou de adopção, que mantinha a unidade do grupo.⁽¹¹⁾ Assim sendo, em rigor, devemos utilizar esta última

⁹ A *Revista de Portugal* viria a encerrar, em 1892, segundo o seu director, justamente devido a ostentar um preço demasiado elevado: 500 réis. Cf. REVISTA de Portugal. In MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2.ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, imp. 1993-2000, vol. 1, p. 848.

¹⁰ VANSINA, J. – A tradição oral e a sua metodologia. In COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL PARA A REDACÇÃO DE UMA HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA – *História geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, cop. 1980, vol. 1, p. 157-179.

¹¹ AMSELLE, Jean-Loup – Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia, dir. – *Au cœur de l'ethnie*. Paris: La Découverte, 1985, p. 11-48.

expressão (“grupo”) de preferência a outras, ao lidar com este tipo de realidades.

Por último, também na análise dos artigos jornalísticos e livros de viagens oitocentistas, teremos de estar atentos ao desejo constante, por parte dos escritores europeus, de fascinar o público leitor com “factos” mirabolantes, relativamente ao “continente misterioso” e ao que nele supostamente ocorre. Assim, para citar apenas dois exemplos de famosos exploradores geográficos, é sabido que nem Stanley⁽¹²⁾ nem Serpa Pinto (ver secções 2.5 e 3.6.2 deste estudo) são inteiramente fiáveis nos seus relatos.

Note-se ainda que usámos, no decurso do presente trabalho, uma definição de imperialismo similar à empregada por Schumpeter, a saber: a contínua guerra de agressão, o costume da guerra pela guerra, ou, mais tecnicamente, a tendência, por parte de um Estado, de expandir-se continuamente.⁽¹³⁾ Quanto à grafia dos nomes africanos, seguimos, geralmente, ou uma das versões mais usuais ou (especialmente no caso dos topónimos) variantes preconizadas pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

¹² Cf. SALMON, Pierre – *História e crítica*. Coimbra: Almedina, 1979, p. 155-156.

¹³ Cf. SCHUMPETER, Joseph – *Imperialism*. New York: Meridian, 1955, p. 6.

1.0 BREVE HISTÓRIA DOS MACOLOLOS (1822-1890)

“Conheço o jogo deles (dos Europeus). Mandam, primeiro, os comerciantes e missionários; depois, os embaixadores; depois, os canhões. Bem podiam começar pelos canhões.”

IMPERADOR TEODORO II DA ETIÓPIA (R. 1855-1868).⁽¹⁾

1.1. A ORIGEM DOS MACOLOLOS

1.1.1. O Mfecane

No início do século XIX, os Nguni (vários grupos sociais aparentados, de língua *bantu*), habitavam um vasto conjunto de terras altas, do rio Fish (na actual África do Sul) até a baía de Kosi (perto da actual fronteira moçambicana). Estavam divididos em diversos Estados. Verificava-se uma divisão sexual do trabalho: as mulheres encarregavam-se da agricultura, enquanto os homens se dedicavam à criação de gado, tanto para subsistência como para fins sociais: o prestígio entre os membros da comunidade, ou o pagamento do dote da noiva, por exemplo. Assim, os Nguni, que seguiam padrões de descendência patrilinear e residência virilocal, praticavam o casamento exogâmico, com esposas obtidas através de dotes que consistiam na transferência de cabeças de gado (*ilobolo*).⁽²⁾

¹ “I know their game (...) First, the traders and the missionaries: then the ambassadors: then the cannon. It's better to go straight to the cannon.” Apud DAVIDSON, Basil – *África in modern history*. London [etc.]: Penguin, imp. 1985, p. 75.

² Cf. *THE NEW ENCYCLOPÆDIA britannica*. 15th ed. Chicago [etc.]: Encyclopædia Britannica, cop. 1993, vol. 8, p. 669; KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*. 2.ª ed. Mem Martins: Europa-América, D.L. 1990-1991, vol. 1, p. 432.

Os Sotos (Sotho) constituíam outro conjunto linguístico e cultural de grupos sociais das altas pradarias, na actual África do Sul. Neles, os padrões de descendência, sucessão e herança eram patrilineares, excepto naqueles grupos com ascendência traçada por ambas as linhas, masculina e feminina.⁽³⁾

Os Macololos (Kololo) eram, precisamente, um grupo soto.⁽⁴⁾ A sua origem remonta a um movimento de vastas proporções, que atingiu a África Austral, no primeiro quartel do século XIX: o Difaqane (“Dispersão”), como ficou conhecida entre os Sotos do Sul, ou Mfecane (“Esmagamento”), segundo a designação consagrada entre os Nguni (os europeus instalados na costa – Bóeres e Ingleses – preferiram chamar ao evento a “Calamidade”, por antonomásia).

Este movimento, catastrófico ou glorioso, dependendo dos pontos de vista, consistiu, de facto, em uma série de guerras, que tiveram, na sua génese, a confluência de diversos factores. De entre eles, destacaremos a introdução do milho maís, trazido das Américas pelos Europeus, o qual, transplantado para as favoráveis condições climáticas africanas, produzia, inicialmente, colheitas abundantes. Porém, como o cereal não era correctamente cultivado pelos Africanos, empobreceu gradualmente os solos, retirando-lhes nutrientes. Surgiu, assim, uma combinação explosiva: enquanto a população crescia devido às colheitas acrescidas, os terrenos esgotavam-se. A competição entre grupos, por novos solos onde cultivar cereais e criar gado, não tardou a fazer-se sentir, com uma intensidade inusitada. Para cúmulo, uma seca severa atingira a zona, e parecia interminável. Grupos esfomeados e sedentos percorriam a África Austral, criando fragilidades e descontentamentos generalizados que podiam ser manipulados por um chefe militar.

Esse chefe surgiu, e chamava-se Shaka. Converteu o seu grupo, os Zulus, num estado militarizado e centralizado que “aperfeiçoava” os métodos utilizados pelas federações de chefias já existentes, desde finais do século XVIII. Tais federações, uma das quais chefiada por Dingiswayo, competiam pelo comércio de marfim (incentivado pelos Europeus) e

³ THE NEW ENCYCLOPÆDIA Britannica, vol. 11, p. 23.

⁴ PÉLISSIER, René – *História de Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 1, p. 460.

pela criação de gado. Formavam regimentos militares (nos quais supostamente todos os membros tinham a mesma idade), que substituíam as antigas escolas de iniciação masculinas, em prol de tarefas laborais e actividades guerreiras, ao serviço do Estado. Shaka, o sucessor de Dingiswayo, levou este sistema até o limite: os homens com menos de 40 anos levavam uma vida comum, em agrupamentos militares, arregimentados segundo a idade suposta dos indivíduos. Todos estavam proibidos de se casar sem permissão do rei, autorização essa que geralmente só era concedida mediante demonstração de bravura em combate. Shaka ordenou ainda a supressão da lança de arremesso: os seus guerreiros deviam combater com uma zagaia curta, o que tornava obrigatórios a luta corpo-a-corpo e a ofensiva permanente, quando em combate. Assim se constituiu uma autêntica máquina de guerra. O exército zulu dedicava-se a ataques periódicos e continuados (o famigerado Mfecane), em ordem a apoderar-se de gado e tributos que extorquia aos vencidos, os quais incorporava nas suas fileiras.⁽⁵⁾

Aos que, como os Sotos, pretendiam evitar o Mfecane, só restavam duas alternativas: retirar-se ou encontrar uma forma de defender-se dos invasores. A primeira opção foi seguida pelos futuros Macololos, que abandonaram a zona do Orange; a segunda, pelos Basutos (os Sotos do Sul, os quais se radicaram no “Lesoto”, a “terra dos Sotos”).⁽⁶⁾

Entretanto, as consequências do Mfecane faziam sentir-se por toda a África Austral, quando os diversos grupos em retirada, faziam fugir, por sua vez, outros, num efeito de dominó. Alguns foram derrotados pelos Zulus (1819-1826), mas diversos grupos *nguni* conseguiram escapar-se para norte, fundando novos estados no que são hoje Moçambique e a Tanzânia. Outros instalaram-se na actual Suazilândia.⁽⁷⁾

⁵ Cf. KEEGAN, John – *A history of warfare*. London [etc.]: Random House, 1994, p. 28-32; KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 2, p. 7-9.

⁶ KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 1, p. 435; SEBETWANE. In BEYERS, C. J., ed. – *Dictionary of South African biography*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1987, vol. 5, p. 701-702.

⁷ FRELIMO – *História de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1971 [i.e. 1974], p. 55-66.

1.1.2. Êxodos *nguni*

Um dos grupos *nguni* que fugia do Mfecane, rumo a norte, era chefiado por Soshangane. Este último guerreiro, também conhecido por Manikuse, deu ao seu grupo o nome do avô: Gaza. Sucedeu-lhe o filho, Muzila, e depois o neto, Mudungaz, a quem chamavam Gungunhana. Tal como Shaka, também Soshangane usava o sistema de incorporação por idades. Os senhores dos grupos vencidos eram obrigados a servir nos diversos exércitos de Gaza. Assim Soshangane criou um império que se estendia da zona de Lourenço Marques ao rio Zambeze.⁽⁸⁾

Mais guerreiros *nguni* refugiados do Mfecane, os *ngoni* chefiados por Zwangendaba, atravessaram o Zambeze e subjugaram os Cheuas e outros grupos, instalando-se, por volta de 1835, numa zona que se estende pelos actuais Norte do Malaui, Zâmbia e Sul da Tanzânia. Cada grupo *ngoni* formava um pequeno estado independente, com uma administração central baseada na sucessão patrilinear. Atacava os vizinhos mais fracos, em busca de gado, e, quando se esgotava a fertilidade dos solos cultivados, iniciava uma migração. A organização militar *ngoni*, similar à zulu, com recrutamento universal em regimentos “etários”, permitia a captura de muitos indivíduos nas terras para onde se dirigiam. A princípio, os prisioneiros eram também assimilados ao grupo, mas, depois, começaram a ser vendidos, como escravos, aos Árabes. A população aumentava constantemente, entre os *ngoni* que faziam remontar a sua filiação a Zwangendaba, o que acabou por conduzir a cisões no Estado, com dispersão dos segmentos rivais. Com efeito, cada entidade política dividia-se em vários desses segmentos, muitos dos quais estavam sob a chefia nominal de rainhas.⁽⁹⁾

1.1.3. A origem dos Matabeles

Também houve secessões no interior do Império Zulu: Mzilikazi, um ex-subordinado de Shaka, mudou-se, com os seus seguidores, os Ndebele,

⁸ FRELIMO – *História de Moçambique*, p. 67-77.

⁹ Cf. *THE NEW ENCYCLOPÆDIA britannica*, vol. 8, p. 668; KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 2, p. 11-12.

primeiro para o Lesoto, e depois para norte. Acabaram por se instalar no actual Sudoeste do Zimbabué (cerca de 1840), sob a chefia do filho de Mzilikazi, Lobengula, que subiria ao poder, após uma guerra civil (1868-1871). Passaram a ser conhecidos por Matabeles, e, devido à sua expansão militar, incorporavam não só elementos sotos mas também muitos dos habitantes originais da terra agora conhecida como “Matabelelândia”. O novo grupo social encontrava-se organizado, militarmente, à maneira zulu: dividido por regimentos “etários”, que serviam de unidades de combate. Após o casamento, os homens continuavam a viver na respectiva aldeia regimental, fortificada. O estado matabele encontrava-se, no plano social, tripartido em Zansi (o estrato superior, composto de *nguni*), Enhla (estrato intermédio, que compreendia os elementos de origem sotos) e Lozwi ou Holi (o estrato inferior, derivado dos habitantes originais).⁽¹⁰⁾

1.1.4. Os Macololos no Baroce

Quanto aos Macololos, tiveram, como primeiro rei, em 1822, Sebetwane. Este último, nascido no monte Kurutlele (na zona do Orange), casara-se com 11 esposas, uma das quais, Kololo, deu o nome aos respectivos descendentes, que migraram para norte, durante o Mfecane. Tal como os Ngoni, também os Macololos, sob a chefia de Sebetwane, possuíam tácticas guerreiras semelhantes às zulus, vencendo os grupos que iam encontrando, com relativa facilidade. Também como os Zulus, apoderavam-se do gado dos vencidos. Por volta de 1838, tinham-se instalado no actual Oeste da Zâmbia, derrotando e subjugando parte dos respectivos habitantes. A estes últimos, os Macololos deram o nome de Baroces ou Lozi (“os homens da planície”), e impuseram-lhes a própria língua, o *sekololo*.⁽¹¹⁾

Os tributos, outrora cobrados pelos Lozi aos grupos subordinados, passaram a beneficiar os Macololos, mas estes últimos permaneciam

¹⁰ Cf. *THE NEW ENCYCLOPÆDIA britannica*, vol. 7, p. 926-927; vol. 8, p. 572; KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 2, p. 12.

¹¹ Cf. BÉGUIN, Eugène – *Les ma-Rotzé*. Lausanne: Benda; Fontaines: Sack, 1903, p. 76-77; SEBETWANE. In BEYERS, C. J., ed. – *Dictionary of South African biography*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1987, vol. 5, p. 701-702.

minoritários na zona. O missionário britânico Livingstone nota que os Kololo eram em tão pequeno número, entre os Baroces, que se viam forçados a tratar bem todos os seus súbditos.⁽¹²⁾ Dadas as especificidades da economia do Baroce, os escravos, obtidos entre os prisioneiros que se faziam nas razias aos grupos vizinhos (expedições de captura de gado), destinavam-se a ser distribuídos pela própria população, de preferência a serem vendidos. De facto, os Macololos chegavam ao ponto de comprar escravos a comerciantes como o português Silva Porto, que, em 1853, entrou em contacto com Sekeletu, o sucessor de Sebetwane (falecido em 1851). Em troca, forneciam marfim, mas o desvio de riqueza, para este comércio, erodiu o sistema tributário e acabou por conduzir a tensões políticas insuportáveis no Baroce.

O facto é que, quando Sekeletu morreu, em 1863, os Macololos encontravam-se divididos, tendo-se registado uma crise de sucessão. De qualquer dos modos, o novo governante, Mbololo, mal teve tempo para gozar os benefícios do poder: em Setembro de 1864, os Lozi levantavam-se contra os Macololos, sacudindo o jugo destes últimos e exterminando muitos deles. Os Baroces pretendiam assegurar, com este golpe, não só a própria independência mas também o controlo do comércio do marfim.⁽¹³⁾

Uma tal reviravolta política foi possível porque os Macololos, além de serem pouco numerosos, não recorriam habitualmente às armas de fogo: os membros de uma caravana *kololo*, encontrada por Silva Porto, em Março de 1864, por exemplo, continuavam a usar apenas as armas “tradicionais” (escudos e zagaia), bem como os característicos chapéus afunilados, com grandes penachos na ponta. Note-se que, enquanto dominaram os Lozi, os Macololos encaravam as armas de fogo como artefactos valiosos, mas que serviam apenas para ser exibidas, como fonte de prestígio, ou como forma de infundir respeito nos adversários. Os comerciantes portugueses, que, entre outros, lhes vendiam as espingardas e mosquetes, forneciam-lhes, aliás, antiquadas e de má qualidade, por

¹² LIVINGSTONE, David – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*. Paris: Hachette, 1859, p. 212.

¹³ Cf. MAKOLOLO *interregnum and the legacy of David Livingstone* [em linha]. Mongu, Zambia: Barotseland.com, cop. 2006, p. 26, <<http://www.barotseland.com/history3.pdf>>; SANTOS, Maria Emilia Madeira – *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola, século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 110, 116, 122, 484.

razões óbvias: enquanto se mantivessem mal armados, os Macololos não constituíam uma ameaça para os “pombeiros”, e estes teriam sempre, por esse motivo, um ascendente sobre aqueles.⁽¹⁴⁾

Em todo o caso, e apesar do breve período de domínio sobre os Lozi (menos de quarenta anos), os Macololos tinham, no entanto, conseguido implantar grande parte da sua cultura na zona. O *sekololo* manteve-se, após o levantamento dos Lozi, como língua franca do Baroce,⁽¹⁵⁾ e o próprio território surgia, ainda no final do século XIX, em mapas europeus, com a designação de “Macololo” ou “Macololos”.⁽¹⁶⁾

1.2. LIVINGSTONE

No vale do Zambeze, existiam, desde o século XVII, “prazos”, isto é, propriedades enfitêuticas. Em teoria, tratava-se de arrendamentos concedidos pela coroa portuguesa a súbditos seus, mas, na prática, os ditos “prazos” acabaram, com o correr dos anos, por se converter em autênticos estados semi-independentes, governados, geralmente, por afro-portugueses ou asiáticos.⁽¹⁷⁾

Os senhores do “prazo” tinham às suas ordens um exército privado de escravos armados (os “achicundas”), cobravam para si tributo (“muçoco”) aos homens livres das aldeias situadas nas suas propriedades e, a partir do século XIX, dedicavam-se ao tráfico negreiro para as Américas e as ilhas francesas do Índico. Os “prazos” não hesitavam, agora, em combater-se e anexar-se uns aos outros, e as invasões *nguni*, ao desertificar as “concessões” mais pequenas, também contribuíram para este processo de concentração de propriedade. É certo que, entre 1854 e 1858,

¹⁴ Cf. HENRIQUES, Isabel Castro – *Os pilares da diferença*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004, p. 384-388; SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*, p. 257-258; 260.

¹⁵ BÉGUIN – *Les ma-Rotzé*, p. 76.

¹⁶ GROSSELIN; DELAMARCHE – *Atlas de géographie physique, politique et historique*. Nouvelle éd. Paris: Librairie Géographique de Émile Bertaux, 1894, carta 108. Ver também a figura 8, que segue em anexo ao presente estudo.

¹⁷ Em teoria, a sucessão à frente do “prazo” devia, na medida do possível, recair num herdeiro do sexo feminino, com obrigação de esta se casar com um português da Europa. Na prática, porém, a falta de europeus levou a casamentos com “mestiços” e asiáticos, e a uma crescente africanização das linhagens. Cf. HAMMOND, R. J. – *Portugal and Africa*. Stanford, California: Stanford University Press, 196639-42; PÉLISSIER, René – *História de Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 1, p. 80-83.

a legislação da metrópole ordenou, dentro de uma perspectiva liberal, a abolição dos “prazos” e o fim gradual da escravidão, mas todo esse conjunto de medidas permanecia letra morta, pois os governadores coloniais estavam mal armados, ou demasiado ocupados em guerras, para aplicar, efectivamente, tais medidas. Os próprios senhores dos “prazos” pegavam em armas contra as autoridades, sempre que sentiam os seus interesses ameaçados. Este mundo de guerras e escravidão, oculto em África, seria, porém, revelado ao público leitor europeu por um visitante britânico: David Livingstone.⁽¹⁸⁾

Livingstone era um médico e missionário escocês que, aos 27 anos de idade, se mudou para a colónia do Cabo, para exercer uma missão evangelizadora, no âmbito da London Missionary Society, ou LMS (1840). Em 1851, empenhou-se em visitar o poderoso rei dos Macololos, Sebetwane.

Livingstone rapidamente percebeu que os Macololos vendiam, por vezes, escravos aos Portugueses, directamente ou através de intermediários, em troca de têxteis trazidos da costa ocidental. Por contraste, o missionário, como cristão abolicionista, pretendia encontrar uma forma de estabelecer na zona o “comércio lícito”, isto é, acabar com a escravatura pela raiz, encontrando uma via para introduzir directamente os bens de consumo europeus no interior de África, onde seriam trocados por marfim e outros produtos, que não os escravos.⁽¹⁹⁾

Sebetwane acabou por concordar no estabelecimento de uma missão da LMS no Baroce. O próprio rei não se queria converter ao cristianismo, mas desejava a protecção dos Europeus, em relação aos vizinhos Ndebele, então ainda chefiados por Mzilikazi. E, evidentemente, a presença sistemática de europeus na zona (uma missão protestante) significaria a existência de aliados equipados com espingardas modernas, no sentido de protegerem os Macololos, ameaçados por inimigos quer externos (os Ndebele) quer internos (os Lozi).

O rei falecia poucos dias depois, acometido de uma doença, e a sucessão passou para o filho, Sekeletu. Depois de uma estada no Cabo, Livingstone regressou ao Baroce, e convenceu o novo monarca a fornecer-lhe 27 carregadores macololos, tendo em vista uma expedição que ligaria

¹⁸ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 46, 80-104.

¹⁹ LIVINGSTONE – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*, p. 85-107.

a terra dos Lozi à costa ocidental (1853). O missionário conseguiu, de facto, atingir Luanda no ano seguinte, mas, em vez de partir para Inglaterra, como lhe foi sugerido, resolveu voltar para o interior, onde viria a explorar o curso do Zambeze.

O pretexto invocado por Livingstone foi justamente reconduzir os seus “bravos” macololos ao Baroce. Aí chegado, Sekeletu recebeu o missionário, com demonstrações de regozijo (1855), e forneceu-lhe várias dezenas de homens, para uma nova expedição, desta vez rumo à costa oriental.

Livingstone partiu, e, seguindo o curso do Zambeze, avistou as quedas de água a que deu o nome de cataratas Vitória (segundo o missionário, os macololos diziam, a respeito delas, “*Mosi oa tunya*, “o fumo faz barulho” – *Missionary Travels and Researches in South Africa*, cap. 26).⁽²⁰⁾ Em 1856, chegava a Quelimane.

Tendo conseguido o seu verdadeiro objectivo (atravessar África de um lado a outro do continente), Livingstone prometeu aos seus “bravos” carregadores macololos que voltaria um dia, para os levar de volta ao Baroce, e regressou à Grã-Bretanha, onde foi recebido como um herói. É claro que, já antes, dois portugueses, Pedro Baptista e Amaro José, tinham atravessado África,⁽²¹⁾ mas tratava-se de africanos, e o missionário britânico era, agora, o primeiro europeu a fazê-lo.

Para alcançar esta dúbia glória é que Livingstone arrostara com todos os perigos, incómodos e doenças da viagem, e não, como queria fazer crer aos seus leitores europeus, simplesmente por consideração a um punhado de “selvagens pagãos”. O eurocentrismo de uma tal concepção é-nos por demais evidente, tal como o facto de as cataratas Vitória (às quais o missionário, patrioticamente, dera o nome da rainha de Inglaterra e futura “imperatriz das Índias”) serem, havia muito, conhecidas dos Africanos, incluindo os próprios Macololos.

Nesse mesmo ano de 1856, a Royal Geographic Society enviava os exploradores Burton e Speke reconhecer a zona dos Grandes Lagos, em demanda das nascentes do Nilo.⁽²²⁾ Em 1858, Livingstone regres-

²⁰ LIVINGSTONE – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*, 568.

²¹ AFRICA. In *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed. New York: Encyclopædia Britannica, 1910-1911, vol. 1, p. 333.

²² KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*. 2.^a ed. Mem Martins: Europa-América, D.L. 1990-1991, vol. 2, p. 73.

sava, também ele, ao continente africano, desta feita tendo em vista o estabelecimento de uma nova missão na África Central, após a subida do Zambeze.

Livingstone presenciaria então, na chegada à “África Oriental Portuguesa”, a escravidão e os conflitos dos “prazos”, e tiraria daí ilações contra a presença de Portugal, mas é fácil de ver que o seu verdadeiro desígnio era estabelecer a supremacia britânica no continente.⁽²³⁾

Quando chegou a Tete, subindo o Zambeze, o missionário reencontrou os “bravos” macololos que deixara, 2 anos antes, em Quelimane, e empreendeu reconduzi-los ao Baroce. Novamente, havia um motivo oculto para tanta generosidade: Livingstone estava, com efeito, incumbido, sigilosamente, pelo governo britânico, de lançar as fundações de uma colónia, no actual Sul da Zâmbia.⁽²⁴⁾

Para isso, tornava-se necessário assegurar a navegabilidade do Zambeze, em ordem a que os Ingleses pudessem, de futuro, subir e descer o rio, em navios a vapor. Mas Livingstone foi forçado a reconhecer, a contragosto, que os rápidos de Caorabassa não eram navegáveis.

Voltou-se, então, para o lago Malaŵi ou Niassa, que afirmou ter “descoberto” (mais uma vez, os Portugueses tinham chegado primeiro).⁽²⁵⁾ Convenceu os clérigos anglicanos a fundarem aí uma missão, mas os missionários foram derrotados pelas febres e pela hostilidade dos grupos yao locais.

Entre os macololos de Sekeletu, as coisas também não corriam bem, começando a avolumar-se as intrigas e males diversos. Até os missionários da LMS, que Livingstone convencera a dirigirem-se ao Baroce, tinham abandonado a sua tarefa evangélica entre os autóctones, ou morrido de febre.

Em Janeiro de 1864, Livingstone iniciava a viagem de regresso a Inglaterra, não sem antes se ter despedido, pela última vez, dos macololos que o acompanharam, deixando-os no rio Chire. O “bom doutor” voltaria a África em finais do ano seguinte. Em 1866, empenhou-se, também ele, em descobrir as nascentes do Nilo.

²³ Cf. KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 2, p. 74.

²⁴ Cf. LIVINGSTONE – *Explorations du Zambèse et de ses affluents*. Paris: Hachette, 1866, p. [2].

²⁵ Cf. AFRICA. In *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed., vol. 1, p. 334.

Tendo Livingstone ficado incomunicado, em relação aos Europeus, no interior do continente, coube a um repórter, Stanley, encontrá-lo (1872). Mas o missionário não pretendia regressar à Europa; continuou antes as suas explorações, e acabaria por perecer, na actual Zâmbia, em 1873. Cameron, outro explorador enviado em busca de Livingstone, empreendeu, então, a travessia de África, de leste para oeste (1873-1875).

Entre 1874 e 1877, o próprio Stanley atravessava, também ele, no mesmo sentido, o continente africano, percorrendo o rio Congo até a foz. Simultaneamente (1875-1876), missionários britânicos, inspirados no exemplo de Livingstone, tinham-se instalado na zona do lago Niassa, onde fundaram duas missões, a que deram nomes alusivos ao “bom doutor”: Livingstónia e Blantyre (a terra natal do explorador).⁽²⁶⁾ Algum tempo depois, outro missionário protestante, o francês Coillard, instalava-se no Baroce (1884), após auxiliar, nos sertões de África, o explorador português Serpa Pinto, que empreendia mais uma travessia do continente, desta vez de oeste para leste (1877-1879), sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa,⁽²⁷⁾ organização fundada em 1875 por, entre outros, o funcionário, jornalista e geógrafo Luciano Cordeiro.

Entretanto, diversas potências europeias, a braços com uma crise de crescimento do capitalismo, voltavam-se para África, procurando assegurar aí mercados potenciais, de extensão geográfica tão ampla quanto possível.⁽²⁸⁾ Portugal, em particular, considerava como seu o território entre Angola e Moçambique e, como que a evidenciar esse sentimento de posse, enviou uma expedição oficial, chefiada por Hermenegildo Capelo e por Roberto Ivens, para percorrer todo o continente, de uma costa a outra (1884-1885). Por essa altura, realizava-se a conferência internacional de Berlim, na qual se estabeleceu, contra os interesses portugueses, que não só a bacia do Congo mas também a embocadura do

²⁶ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 455.

²⁷ LUCAS, Maria Manuela – Organização do império. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, D.L. 1993-1994, vol. 5, p. 308.

²⁸ Cf.: CLARENCE-SMITH, Gervase – *The third Portuguese empire (1825-1975)*. Manchester: Manchester University Press, 1985, p. 81-83. DENIS, Henri – *História do pensamento económico*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1978, vol. 2, p. 189-194.

Zambeze eram zonas de comércio livre (Acta Geral da Conferência de Berlim, cap. 1, art. 1).⁽²⁹⁾

Consagrava-se, além disso, para a obtenção de novos territórios em África, o princípio da ocupação efectiva, com notificação às restantes potências signatárias. Desencadeava-se, por então, uma verdadeira corrida ao continente africano (“*scramble for Africa*”), com ocupações militares, tratados extorquidos aos autóctones, *bluffs* e chacinas.⁽³⁰⁾ Os macololos sobreviventes ver-se-iam, em breve, vítimas deste novo estado de coisas.

1.3. A NOVA MACOLOLOLÂNDIA

Os antigos carregadores de Livingstone, que somavam algumas dezenas de homens (entre os quais se contavam Ramakukan, Masea, Katunga e Mulidima, bem como Chipitula), tinham-se instalado, por sua própria conta, no Chire, e formavam, agora, uma federação que dominava sobre diversos grupos “maganjas” da zona. Os missionários britânicos da expedição de Livingstone ao Zambeze e Chire (1856-1863) apoiavam-nos, e forneceram-lhes armas de fogo. Os Macololos odiavam os senhores dos “prazos” existentes mais a sul, e atacavam-nos com frequência, fazendo até mesmo retroceder a fronteira destes até o curso do Ruio (um afluente na margem esquerda do Chire), ao longo do decénio de 1870.⁽³¹⁾ Para justificarem estes ataques, invocavam a afronta que lhes fora feita por um dos principais “prazeiros”, Bonga, o qual matara 6 macololos em 1857.

Na realidade, havia uma razão de índole sócio-económica para estes ataques: os Macololos, com efeito, embora não se dedicassem geralmente ao tráfico de escravos, praticavam a escravidão doméstica e precisavam de homens. À semelhança dos senhores dos “prazos”, moravam em povoações fortificadas e governavam os seus novos súbditos com mão de ferro, em troca de protecção contra as incursões dos Yao e achicundas.⁽³²⁾

²⁹ Cf. BRUNDSCHWIG, Henri – *A partilha de África*. Lisboa: Dom Quixote, imp. 1972, p. 83.

³⁰ KI-ZERBO – *História da África Negra*, vol. 2, p. 76-77.

³¹ BUCHANAN, John – *The Shire Highlands*. New illustrated ed. Blantyre, Malaui: Rotary Club, 1982, p. 97; PÉLISSIER, René – *História de Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 1, p. 410.

³² PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 455; 460.

Embora os “prazeiros” se considerassem súbditos nominais dos Portugueses (ao contrário dos Macololos), nem sempre se encontravam nas melhores relações com a metrópole. A prová-lo, estavam as chamadas “guerras do Bonga”, na qual 4 expedições militares portuguesas procuraram, sem êxito, derrotar esse senhor de “prazo”, num período que se estendeu de 1867 a 1869 (foi, aliás, como participante na última dessas 4 forças expedicionárias que o então jovem militar Serpa Pinto fez o seu baptismo de fogo em África). Os sucessores do Bonga só seriam derrotados mais tarde, em 1887-1888, por forças que incluíam outro senhor de “prazo”, o goês Manuel António de Sousa, o qual, por 2 vezes, ajudou a conquistar para Portugal a capital dos rebeldes, Massangano.

Entretanto, a partir de 1875 os Macololos do Chire contavam, como aliados, com um grupo de missionários escoceses que se estabeleciam em Blantyre, e lhes recordavam o “bom doutor”. Ora, é sabido que os missionários britânicos se comportavam como adversários políticos e económicos dos Portugueses, disputando com estes últimos por questões territoriais e aduaneiras.⁽³³⁾

Em 1877, os Macololos atravessaram o Ruio, numa incursão-relâmpago contra um “prazo” da margem esquerda do Zambeze. O senhor macololo Chipitula (cuja capital se situava em Chilomo, povoação na confluência Ruio-Chire) afirmou ao comandante português de Sena que agia por ordem dos Britânicos. Nestas circunstâncias, Portugal aproveitou o ensejo para obter um juramento de lealdade, por parte de Mataquenha II (Paulo Mariano, de seu nome de baptismo), o senhor do “prazo” cuja fronteira norte, na prática, era constituída pelo curso do Ruio (e se encontrava, por isso, mais sujeito às incursões de Chipitula).

Doravante, e teoricamente, a fronteira fiscal das possessões portuguesas, na direcção do Niassa, era, portanto, o referido rio. A partir de 1880, as autoridades começaram a tentar aplicar o decreto, datado de 1854, que abolia os “prazos” (ver secção 1.2). Na prática, porém, as grandes propriedades, como o “prazo” de Mataquenha II, mantinham-se fiscalmente independentes, e este último senhor continuava a governar os seus súbditos com toda a crueldade.

³³ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 455-456.

Mas, em 1881, na incapacidade de deter nova incursão de Chipitula, foi preso pelos próprios capitães e entregue aos Portugueses, a quem os ex-lugares-tenentes de Mataquenha II pediram protecção contra os Macololos. Portugal recorreu, então, aos achicundas do goês Manuel António de Sousa (o senhor de “prazo” que mais tarde derrotaria os Bongas), e instalou um posto militar oficial em Chironje, no Chire, a 40 km para sul da confluência deste último rio com o Ruio (1882). Entretanto, surgia no Sudeste africano a African Lakes Company (ALC), ou Companhia dos Lagos Africanos, fundada por dois escoceses, os irmãos Moir, em 1878, com a intenção apregoada de cumprir um dos desígnios de Livingstone: a promoção do “comércio lícito” entre os lagos Niassa e Tanganica, através da instalação de feitorias e de redes de transporte fluvial e terrestre.

É preciso dizer que nem todos os senhores macololos concordavam com as incursões de Chipitula. Este último, de resto, apenas invadia o território português como retaliação pelo facto de os europeus se negarem a vender-lhe armas de fogo e pólvora, quando todos os vizinhos do senhor *kololo*, competidores e inimigos deste último, podiam traficar em armamento; é provável que as intrigas dos escoceses o tenham induzido a realizar esses ataques. Mas a britânica ALC também não estava nas melhores relações com Chipitula, que interferia na passagem de mercadorias, e chegou uma vez a disparar sobre o vapor da companhia. Os Ingleses, porém, receavam, sobretudo, que Portugal, a pretexto das razias do senhor macololo em direcção a sul, acabasse por usar os achicundas de Sousa para tentar invadir a “Macolololândia” e ocupar toda a zona até o Niassa. O goês estava igualmente interessado no marfim dos elefantes, por então abundantes no Chire. Em parte para contrariar tal ameaça, no plano diplomático, a Grã-Bretanha nomeou um cônsul para a Nias-salândia (1883), onde se começavam a instalar, além de missionários, diversos comerciantes europeus.⁽³⁴⁾

Os Macololos mostraram, porém, a sua independência em relação aos Britânicos, quando, em 1884, Chipitula foi morto por Fenwick, um comerciante oriundo da Grã-Bretanha e ex-empregado da ALC. Os Kololo exigiram uma indemnização, e interromperam o tráfego fluvial no

³⁴Cf. AXELSON, Eric – *Portugal and the scramble for Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 162-164; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 460-461, 474-475.

Alto Chire. Chegaram até mesmo a capturar e apreender a carga de um navio a vapor da ALC.⁽³⁵⁾

Entretanto, na sequência da tentativa de abolição dos “prazos”, também Portugal se via a braços com problemas, na zona a sul do Ruio, e particularmente no “prazo” do Massinjire, onde os autóctones se sublevavam contra a dominação portuguesa, em parte para não pagarem à coroa o imposto do “muçoco”. Os postos militares portugueses no rio Chire, a começar por Chironje, foram tomados pelos revoltosos, que atacaram, além disso, as instalações das companhias comerciais europeias, como a britânica African Lakes Company, e a portuguesa Companhia da Cultura e Comércio do Ópio (Pélissier supõe que, no Baixo Zambeze, a sublevação era organizada por elementos descontentes dos “prazos”, desapossados em prol daquele empreendimento português).⁽³⁶⁾ Vários europeus foram mortos, e os respectivos estabelecimentos, saqueados. Os comerciantes estrangeiros, refugiados em Quelimane (entre os quais um dos irmãos Moir, Frederick), tentaram reagir, e organizaram-se militarmente, a tempo de salvarem um português, cercado pelos autóctones em Mopeia: Caldas Xavier, então director da Companhia do Ópio, e que mais tarde haveria que dar de falar nas guerras de África. O restabelecimento da autoridade portuguesa na zona só foi, porém, e mais uma vez, assegurado pelos achicundas de Manuel António de Sousa, o senhor goês, atraído pela perspectiva de saque.

Os Macololos, a pedido dos Britânicos, não se aliaram aos revoltosos contra os achicundas de Sousa, e quase não intervieram no conflito. Mas o desenrolar dos acontecimentos nesta “revolta” provava, aos olhos dos Portugueses, que, numa zona cujo desenvolvimento comercial se começava a comparar, até certo ponto, com o do Baixo Zaire, um senhor de “prazo”, com os seus achicundas, continuava a ser a forma mais económica de manter a ordem. E, de qualquer dos modos, o antigo “prazo” de Mataquenha II, agora sem “herdeiros naturais”, revertera para a coroa portuguesa.⁽³⁷⁾

³⁵ Cf. PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 455, 475.

³⁶ Mas também havia outras razões para a revolta: a Companhia do Ópio, por exemplo, recorria, nas suas plantações de dormideiras, a mão-de-obra compelida e ao pagamento dos impostos com trabalho. Cf. PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 458-459.

³⁷ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 476-480; vol. 2, p. 53.

Entretanto, ao assassinado Chipitula sucedera o filho, Chikuse. Tratava-se de um inimigo declarado da ALC, mas apenas dominava sobre os Macololos do Sul. A norte de Chilomo, e também nas margens do Chire, situava-se Chirala, onde Ramakukan, o principal senhor macololo, tinha a sua capital.⁽³⁸⁾ Este último cedo percebera que os Kololo não se podiam dar ao luxo de uma guerra contra exércitos da Europa, e, por isso, quando os subordinados de Chikuse mataram mais comerciantes europeus, capturou e executou o senhor do Sul da Macolololândia, antes que essas mortes e outras ocorrências (como incursões aos “prazos”) suscitassem uma eventual invasão portuguesa (1886).⁽³⁹⁾

No entanto, os tempos estavam a mudar, com as potências europeias a envolver-se no *scramble for Africa*. Assim, logo em 1885, ano do término da Conferência de Berlim, a African Lakes Company empreendeu, junto das autoridades locais (macololos, yao e outros), a realização de uma série de “tratados”, que assegurassem aos Britânicos a propriedade dos melhores terrenos da Niassalândia. Este desiderato foi alcançado por os Macololos se encontrarem numa posição fragilizada, uma vez que tinham dado asilo aos refugiados massinjires da revolta de 1884; Portugal pretendia utilizar esse facto como pretexto para uma invasão da Macolololândia, e, embora na altura faltasse, aos Portugueses da costa, força militar para uma ocupação efectiva da zona, a ALC não deixou de se aproveitar desse rumor.

Por quantias irrisórias, e às vezes por nenhuma, os comerciantes escoceses apropriaram-se, assim, de um vasto conjunto de terras férteis, ricas em minerais ou, simplesmente, bem localizadas. A celebração destes “tratados”, dos quais o primeiro foi celebrado com Ramakukan, “chefe principal dos Macololos”⁽⁴⁰⁾ (que viria a falecer em 1887),⁽⁴¹⁾ só encontra explicação aparente no facto de os autóctones se encontrarem sob coacção moral (pois temiam uma iminente invasão portuguesa) e

³⁸ BUCHANAN, John – *The Shirè Highlands*. New illustrated ed. Blantyre, Malaŵi: Rotary Club, 1982, p. 97.

³⁹ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 168-169.

⁴⁰ “(...) head chief of the Makololo”. Apud BRODY, Donald – The great Nyasaland land swindle. *Great Epics Newsletter* [em linha]. Vol. 1, n.º 5 (August 1997), <<http://www.greatepicbooks.com/epics/august97.html>>.

⁴¹ TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir*. Paris: Firmin-Didot [etc.]; Bordeaux: G. Gounouilhou, 1891, p. 343.

além disso suporem que estavam a negociar com representantes oficiais da rainha Vitória. Quando informados pelo então cônsul britânico na Niassalândia, Hawes, de que assim não era, os Macololos negaram qualquer intenção de se subordinarem à Companhia dos Lagos. Ao representante Hawes (que sucedera ao primeiro cônsul na zona, o capitão Foot, falecido em 1884), seguir-se-ia o agente consular interino John Buchanan, a partir de 1888.⁽⁴²⁾

Cumpria-se, assim, mais uma vez, o dito do imperador etíope, Teodoro II, que encimou este capítulo: os Europeus, para se apoderarem de um território em África, começavam por enviar missionários, depois comerciantes, e, finalmente, representantes diplomáticos. Para completar a invasão, faltavam só os canhões, e estes também chegariam, embora a princípio sob pretextos especiosos.

A ALC, de facto, começara, entretanto, a contratar militares e a manifestar intenções de importar artilharia, alegadamente para combater os traficantes “árabes” de escravos, e, na realidade, para poder comerciar, no lago Niassa, com total liberdade de acção (1887-1889).⁽⁴³⁾ O êxito deste pequeno exército de voluntários, comandados, a partir de 1888, pelo capitão Frederick Lugard (o qual viria a celebrar-se, já general e lorde, como um dos mais destacados imperialistas britânicos), exigia a passagem, pelo Chire, de armas pesadas e munições, o que as autoridades portuguesas não queriam consentir, a menos que a Grã-Bretanha reconhecesse a soberania portuguesa na zona.⁽⁴⁴⁾

Portugal vinha, com efeito, envidando esforços, no sentido de obter um reconhecimento internacional, em relação às pretensões lusas nos sertões de África. Desde a independência brasileira que os Portugueses pretendiam encontrar no continente africano novos “Brasis”, e particularmente unir Angola a Moçambique por uma faixa territorial contínua.⁽⁴⁵⁾

⁴² AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 167, 173; HANNA, A. J. – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*. London: Faber, 1960, p. 103-107.

⁴³ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 50.

⁴⁴ A ALC conseguiu, apesar de tudo, importar, via Quelimane, para o Niassa, um canhão Armstrong de 7 libras, entre outras armas, de que fez uso, na 1.ª metade de 1889, contra os “árabes”. Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 182-183; LUGARD, Frederick D. – *The rise of our East African empire*. London [etc.]: Routledge, 2006, vol. 1, p. 144-151; MOIR, Frederick L. M. – *After Livingstone*. 3rd ed. London: Hodder and Stoughton, 1924, p. 146-149.

⁴⁵ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro – *Da reconciliação à queda da monarquia*.

A França e a Alemanha já tinham dado a sua aquiescência ao projecto, doravante conhecido como “mapa cor-de-rosa” (1886). Portugal sonhava agora com a constituição de um “3.º Império”, que substituísse o 1.º (do século XVI, centrado na Ásia) e o 2.º (a exploração do Brasil, que se seguira à perda do predomínio no Índico). Mas, em Junho de 1887, Lord Salisbury, o primeiro-ministro inglês, fez notar que a Grã-Bretanha só aceitaria o domínio português naquelas partes de África onde Portugal tivesse estabelecido uma ocupação efectiva do território, com forças militares suficientes para manter a ordem.⁽⁴⁶⁾

As autoridades portuguesas resolveram, entretanto, passar à acção: entre 1884 e 1888, o explorador Henrique Augusto Dias de Carvalho esteve encarregado de se dirigir à Lunda (no Nordeste de Angola), para estabelecer relações de amizade com o potentado local, enquanto, em 1887, se ocupou militarmente a baía de Tungue, território disputado pelo sultão de Zanzibar, na sequência de um ultimato português a este último.⁽⁴⁷⁾ No ano seguinte, Portugal começou a preparar, secretamente, expedições de vulto que ocupassem vários dos territórios também pretendidos pela Inglaterra: a Maxonalândia, o Alto Chire e toda a zona do lago Niassa.

Os Ingleses, por seu turno, não ficaram de braços cruzados. Em Agosto de 1888, o célebre explorador britânico Harry Johnston publicava, num artigo anónimo no *Times*, as pretensões inglesas: unir a colónia do Cabo ao Cairo, através de um corredor norte-sul.⁽⁴⁸⁾ E, em Outubro de 1889, exactamente um ano depois de ter conseguido de Lobengula uma “concessão” da exploração mineira na Matabelelândia e Maxonalândia, Cecil Rhodes fundava a British South Africa Company (BSAC).⁽⁴⁹⁾

Na Primavera de 1889, o próprio Johnston, nomeado cônsul da Grã-Bretanha em Moçambique, fora encarregado, pelo governo britânico, de negociar com as autoridades portuguesas, em Lisboa, toda a questão do “mapa cor-de-rosa”. Chegou-se, finalmente, a um acordo: Portugal

In REIS, António, dir. – *Portugal contemporâneo*, vol. 2, p. 70.

⁴⁶ LIVERMORE, H. V. – *A new history of Portugal*. London [etc.]: Cambridge University Press, 1967, p. 305-307.

⁴⁷ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 339-341.

⁴⁸ LIVERMORE – *A new history of Portugal*, p. 307.

⁴⁹ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 43.

admitiria um corredor britânico, no sentido norte-sul, e abdicaria de grande parte do “território dos Maxonas”; em compensação, receberia as terras altas do Chire e a metade meridional do lago Niassa. Mas o primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, que temia a reacção dos comerciantes e missionários de Glasgow, recusou-se a efectivar a proposta (e, no entanto, Lister, do Foreign Office, afirmara que nenhuma arbitragem daria tanto a Inglaterra).⁽⁵⁰⁾

Portugal, foi, por isso, avisado para “não ir longe demais”, sem mais explicações.⁽⁵¹⁾ Mas, nesse ano de 1889, o financeiro Paiva de Andrada atravessava Manica e partes da Maxonalândia, enquanto o tenente Vítor Cordon construía uma paliçada junto à foz do Sanhate, no Zambeze. O governante do império de Gaza, Gungunhana, que ocupava então Manica, resolveu então retirar-se, com os seus regimentos *nguni*, para sul, depois de assistir à implantação, no local, da Companhia de Moçambique.

Também em 1889, um jovem tenente português, Eduardo Valadim, foi encarregado de obter a “vassalagem” do sultão *yao* Mataka III, enquanto, do outro lado do continente, o capitão Paiva Couceiro recebia a missão de escoltar uma expedição chefiada por Teixeira da Silva, e destinada ao Baroce. O objectivo era encontrar-se, a meio caminho, com outra força portuguesa, supostamente enviada a partir da costa leste, e assim colocar sob dominação portuguesa o corredor transafricano, além de “persuadir” o rei dos Lozi, Lewanika (já visitado por Serpa Pinto na célebre viagem de 1877-1879, e também por Silva Porto), a assinar um tratado de subordinação a Portugal.

A expedição do tenente António Maria Cardoso, fortemente armada, inclusivamente com metralhadoras, tinha, entretanto (1888-1889), percorrido o sul e leste do lago Niassa, obtendo a “vassalagem” de diversos senhores *yao*, entre os quais Mponda, junto a cuja povoação se resolveu fundar uma missão de “padres brancos” franceses, enviados pelo cardeal Lavigerie e apoiados por Portugal. O major Serpa Pinto, por seu turno, foi incumbido de, também ele, se dirigir ao sul do Niassa (via Zumbo e

⁵⁰ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 198. Já antes, com efeito, a Grã-Bretanha “perdera”, para Portugal, a baía de Lourenço Marques, pela arbitragem do presidente da República Francesa (1875). Cf. PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro – Da reconciliação à queda da monarquia. In REIS, António, dir. – *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Alfa, imp. 1990-1992, vol. 2, p. 65-66.

⁵¹ LIVERMORE – *A new history of Portugal*, p. 307-308.

rio Aruângua), depois de escoltar dois engenheiros portugueses numa viagem a norte do Zambeze.⁽⁵²⁾

A missão aparente desta última “expedição científica” (intitulada “Ressano Garcia”, em honra do respectivo mentor, o ministro da Marinha e Ultramar português) era o estudo do lançamento, no Chire, de uma via-férrea que, seguindo o curso do rio, ligasse este último ao mar.⁽⁵³⁾ Serpa Pinto ia armado com metralhadoras, pois pretendia ocupar o sul do Niassa, além de que a zona a norte do Massinjire se encontrava outra vez à beira de uma guerra. Mlauri, uma autoridade no Sul da Macololândia, cuja capital se situava em Mbewe (povoação junto ao Chire, a sul da de Katunga e a norte de Chilomo) e que se considerava o sucessor de Ramakukan no cargo de senhor supremo dos Macololos, não se dava bem com os comerciantes europeus das terras altas. De facto, no passado mandava parar, com frequência, os navios da ALC que passavam por Mbewe, obrigando-os a entregar-lhe bens, e estava agora de relações cortadas com a companhia escocesa, a qual tentara apoderar-se da povoação de Katunga por meios ilícitos. Em retaliação, os macololos dispararam sobre um vapor da ALC, no Chire. Entretanto, no “prazo” de Massinjire avolumavam-se os sinais de uma nova revolta iminente dos autóctones. Por outro lado, embora o próprio Mlauri também não gostasse dos Portugueses, sabia-se que uma parte dos macololos pretendia sujeitar-se a Portugal.⁽⁵⁴⁾

Enquanto o major português aguardava instruções do governador-geral de Moçambique, Neves Ferreira, sobre como havia de proceder, surgiram, a subir o Chire, os navios do cônsul britânico Jonhston, que tinha sido enviado, de urgência, ao local, vindo de Inglaterra (entrara no rio Zambeze pela foz do Chinde, em ordem a evitar as autoridades de Quelimane). Estávamos em Agosto de 1889.⁽⁵⁵⁾

⁵² PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 43-52.

⁵³ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro – Da reconciliação à queda da monarquia. In REIS, António, dir. – *Portugal contemporâneo*, vol. 2, p. 70.

⁵⁴ Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 205; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 52; PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 221-225; TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 369.

⁵⁵ A notícia da chegada da expedição de António Maria Cardoso ao Niassa tinha alarmado sobremaneira os Britânicos, que enviavam agora Johnston para, de conluio com Rhodes, obter para a Grã-Bretanha o maior número possível de tratados com as autoridades locais. Cf. PÉLISSIER – *História de*

Seguidamente, os acontecimentos precipitaram-se: a expedição portuguesa foi alvejada, nesse mesmo mês, pelos macololos. Em Blantyre, o cônsul interino, Buchanan, anunciava que a Macolololândia se encontrava sob protectorado britânico. Os senhores macololos Masea, Katunga e Mulidima, entre outros, juntaram forças a Mlauri para um ataque conjunto ao acampamento português, antes que fosse tarde demais, pois, como era sabido, a expedição portuguesa aguardava a chegada de muitos reforços armados, e já contava com mais de 700 “auxiliares” africanos.

Entretanto, os representantes oficiais da Grã-Bretanha, entre os quais Buchanan, Johnston e o vice-consul britânico para a zona, Alfred Sharpe, encarregaram-se de conseguir as assinaturas das autoridades entre o Chire e o lago Tanganica (em cujo extremo sul já havia missionários britânicos), bem como na Catanga, a oeste (território rico em cobre, também ele visitado por evangelizadores de Inglaterra), para tratados de sujeição à rainha Vitória. A 8 de Novembro, os *kololo*, divididos em duas hostes, que, segundo o testemunho de Serpa Pinto, “traziam hasteada a bandeira inglesa”,⁽⁵⁶⁾ atacaram o acampamento da expedição portuguesa, a qual continuava parada, à espera de mais reforços. Os macololos, em número de 12 000 (estimativas de Serpa Pinto), vinham equipados com espingardas modernas, mas foram recebidos por um novo tipo de arma, ainda mais mortífera: a metralhadora. Tombaram mortos, às dezenas, e Serpa Pinto, depois de receber reforços pelo rio, começou a avançar para norte, com 3 canhoneiras e cerca de 50 outras embarcações (num total de entre 5000 a 6000 homens, segundo Serpa Pinto). Ao chegar à confluência com o Ruio, a guarda-avançada da força expedicionária atacou Chilomo (onde, segundo Serpa Pinto, se concentravam 4000 defensores) e ocupou a povoação. Foi então que o major recebeu, por estafetas, uma mensagem vinda da costa: a notícia da morte, na metrópole, do rei Dom Luís de Portugal (falecido a 19 de Outubro), a quem sucedera o filho, Dom Carlos. Serpa Pinto, doente, cedeu então o comando da expedição

Moçambique, vol. 2, p. 51-52. Um inglês, Daniel Rankin, afirmava ter “descoberto” a foz do Chinde, a qual, no entanto, era, havia muito, do conhecimento dos Portugueses. Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 202-203.

⁵⁶ PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*, p. 214.

ao tenente da Marinha, João de Azevedo Coutinho, entretanto nomeado “governador militar do Chire” e encarregado de continuar o avanço, com perto de 1700 homens, apoiados por uma canhoneira fluvial.⁽⁵⁷⁾

Os atacantes tomaram de seguida Mbewe (a capital de Mlauri) e outras povoações macololas, inclusivamente a de Katunga, que servia de porto para os missionários de Blantyre. Entre Dezembro e Janeiro, todos os senhores macololos, à excepção de Mlauri, denunciaram os tratados concluídos com a Grã-Bretanha e acusaram a ALC de os ter armado e impelido ao combate. Declararam-se, seguidamente, “súbditos fiéis” de Portugal.⁽⁵⁸⁾

Mas Lord Salisbury emitira uma nota diplomática, exigindo a retirada das forças militares portuguesas, que tinham atacado os Kololo apesar de estes últimos se encontrarem sob protectorado britânico (Dezembro de 1889). O governo português retorquiu, afirmando o carácter puramente científico e técnico da expedição de Serpa Pinto, e fazendo realçar que esta última apenas respondera a uma agressão dos Macololos, não tendo sido ela a atacar...

A Grã-Bretanha emitiu então, em Janeiro de 1890, um “ultimato” (em rigor, um memorando diplomático), que Portugal acatou, sob pena de corte de relações entre os dois países, e de um possível conflito armado (Lord Salisbury planeava ocupar a ilha de Moçambique e talvez outros pontos da costa oriental com forças navais, enquanto outros navios de guerra britânicos se mantinham em manobras no Atlântico Norte, disponíveis para avançar em direcção a Lisboa, Madeira ou Cabo Verde).⁽⁵⁹⁾ Exigia-se a retirada de “todas e quaesquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos paizes dos makololos e mashonas”.⁽⁶⁰⁾ A 8 de Fevereiro, Azevedo Coutinho recebeu, pois, ordem de evacuar Katunga e abandonar a Niassalândia. Pouco depois, a 11 de Março, o cônsul britânico Buchanan exonerava Mlauri.

⁵⁷ *A Actualidade*. Porto. Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 2; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa: Bertrand, 1941, p. 117-120; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 53-54.

⁵⁸ Cf. PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 52-55; TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 369-373. Ver também: *A Actualidade*. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2; ano 17, n.º 98 (1890-04-26), p. 2.

⁵⁹ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 221, 224, 229-230.

⁶⁰ Apud *A Actualidade*. Ano 17, n.º 13 (1890-01-15), p. 1.

Na realidade, nem Portugueses nem Ingleses viam com bons olhos os Macololos, cujos ímpetos de independência em relação às potências europeias constituíam um empecilho às pretensões destas últimas sobre a zona. Assim, Johnston referia-se à nova geração de *kololo* como “jovens rufiões rapinantes”, enquanto Serpa Pinto, segundo o francês Emile Trivier, lhes chamava “bandos de ladrões e assassinos sem honra”.⁽⁶¹⁾ A ALC chegara mesmo a planear um ataque a Mlauri, que só não foi concretizado devido à chegada dos portugueses à zona, em 1889.⁽⁶²⁾

A preocupação do governo britânico com a segurança dos Macololos era, assim, puramente fictícia. Para a Grã-Bretanha e para Portugal, importava, apenas, a determinação exacta das fronteiras na zona, a qual veio a ser estabelecida ao longo do Ruio (rio onde outrora se situava, segundo os Ingleses, o início da “Macolololândia”, embora esta, na margem direita do Chire, se estendesse ainda mais 50 km para sul),⁽⁶³⁾ e que agora servia para delimitar a linha de separação entre a África Central Britânica (aproximadamente o Malaui actual, com parte da Zâmbia) e a África Oriental Portuguesa (Moçambique). O “ultimato” tivera, é claro, outras consequências: o primeiro-ministro de Portugal, Luciano de Castro, vira-se forçado a apresentar a demissão, assim como o governador-geral de Moçambique, Neves Ferreira. E a expedição de Paiva Couceiro, impedida de seguir para o Baroce enquanto duravam as negociações luso-britânicas relativas à partilha do interior, permanecera imobilizada no Bié, até que Dunduma, o senhor autóctone da zona, lhe fez, também ele, um ultimato: ou as forças portuguesas (uns 150 homens) retiravam ou haveria guerra (Abril de 1890). O capitão português recusou obedecer às ordens desse “soba”, contra o parecer de Silva Porto, que residia perto das instalações da expedição. O então já velho sertanejo, que sofria de problemas de foro psicológico, não aguentou a pressão e suicidou-se. Perante a deserção dos próprios soldados, e diante de um ataque iminente de Dunduma, Paiva Couceiro e Teixeira da Silva finalmente retiraram; mas o capitão português voltaria mais tarde, nesse mesmo ano, para, a

⁶¹ “(...) rapacious young ruffians”. Apud AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 207. “(...) bandes de pillards et d’assassins (...) sans honneur”. TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 373.

⁶² AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 205.

⁶³ PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 209.

pretexto de “castigar” o “soba rebelde”, realizar a ocupação efectiva do Bié, mediante uma campanha de extermínio.⁽⁶⁴⁾

Quanto aos Macololos do Chire, no outro lado do continente, tinham selado o seu destino quando resolveram defrontar, simultaneamente, os escoceses da Niassalândia (com interferências na circulação dos navios da ALC) e os portugueses de Quelimane (rejeitando, orgulhosamente, em Novembro de 1888, as propostas destes, no sentido de se tornarem súbditos de Portugal).⁽⁶⁵⁾ A partir de então, ambas as potências europeias aguardavam apenas um pretexto para se livrarem desses “vizinhos desagradáveis”, como lhes chamava Serpa Pinto.⁽⁶⁶⁾

E o pretexto surgiu, com os ataques à expedição portuguesa de 1889. A partir desse momento (para empregarmos a expressão com que, muitos anos depois, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* se referia ao assunto), “o reino dos Macololos deixou de existir”.⁽⁶⁷⁾

⁶⁴ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 250-251; SANTOS, Maria Emília Madeira – Para uma nova compreensão histórica da morte de Silva Porto. *Studia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. N.º 50 (1991), p. 49-78; VALENTE, Vasco Pulido – *Um herói português*. 2.ª ed. Lisboa: Alêtheia, 2006, p. 17-20, 24-25.

⁶⁵ PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 52.

⁶⁶ “(...) voisins désagréables (...)”. TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 373.

⁶⁷ SERPA Pinto. In *GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira*. Lisboa [etc.]: Enciclopédia, [1936-1960], vol. 28, p. 463.

2.0 VISÕES DE IMPÉRIO

“(...) a conquista da terra, que significa sobretudo tirá-la àqueles que têm uma cor de pele diferente ou o nariz ligeiramente mais achatado, não é uma coisa bonita, se atentarmos bem nisso. O que a redime é apenas a ideia que lhe preside. Uma ideia que lhe subjaz; não um pretexto sentimental, mas uma ideia; e uma crença altruísta na ideia – algo que se pode erguer e venerar, e a que podemos oferecer um sacrifício...”

JOSEPH CONRAD, *O Coração das Trevas*, 1899.⁽¹⁾

2.1. UMA EXPEDIÇÃO EM ÁFRICA

Em Julho de 1889, começou a ser publicado, na cidade do Porto, o mensário *Revista de Portugal*, sob a direcção do renomeado escritor Eça de Queiroz. O novo periódico conheceu inicialmente um enorme êxito editorial, motivado, quer pela forte publicidade que precedeu o respectivo aparecimento (com anúncios nos diversos jornais e revistas já existentes),⁽²⁾ quer pela fama do director. Os leitores, porém, rapidamente se desiludiram com a revista, que em poucos meses perdeu dois terços dos leitores e não duraria mais de 24 números. Num esforço para recuperar as vendas, Eça introduziu no periódico a tradução em fascículos de uma novela inglesa, *As Minas de Salomão*, a qual, quando surgira, quatro anos antes, constituía um grande sucesso (pelo menos 5000 exemplares vendidos na Grã-Bretanha, só em 1885). A publicação dessa narrativa na

¹ CONRAD, Joseph – *O coração das trevas*. Trad. de Teresa Amaro. Porto: Público, imp. 2004, p. 10-11.

² Ver, por exemplo, *REVISTA DE PORTUGAL. Pontos nos ii*. Lisboa. Ano 5, n.º 202 (1889-03-28), p. 97.

Revista de Portugal (entre Outubro de 1889 e Junho de 1890) era, na opinião de Eça, um autêntico trunfo, algo que poderia potenciar as tiragens do periódico, não obstante o elevado preço do mesmo (500 réis). A novela em questão, da autoria do escritor britânico Henry Rider Haggard, beneficiara, também ela, de uma forte campanha publicitária quando da sua 1.^a edição inglesa, mas isso não chega, naturalmente, para explicar o descomunal êxito que alcançara nos países anglo-saxónicos.⁽³⁾

O apelo das *Minas de Salomão* junto do público europeu advinha da forma como conseguia prender o leitor médio a um assunto da actualidade – a chamada “corrida a África”. O argumento girava em torno de uma expedição de exploração africana, descrita de tal modo que, como nas novelas contemporâneas de Júlio Verne (também elas um êxito de público em toda a Europa, sem exceptuar Portugal), parecia quase impossível discernir onde acabava a realidade e começava a ficção. Simplesmente, enquanto o realismo atingido pelo escritor francês se baseava essencialmente na leitura atenta de revistas de divulgação científica, a verosimilhança atingida pelo inglês devia-se em grande parte ao facto de este último ter passado vários anos na África Austral.

Os expedicionários europeus que protagonizavam as *Minas de Salomão* eram três: um caçador de elefantes, Alão Quartelmar (Allan Quatermain, na versão original); um militar de carreira, o capitão da Marinha, John Good; e, finalmente, um abastado aristocrata, o baronete Sir Henry Curtis. Quartelmar era descrito como um homem de baixa estatura, à semelhança dos famosos exploradores da vida real, Livingstone e Stanley, embora o público leitor preferisse pensar que a personagem se baseava em outro africanista inglês, o caçador Frederick Courteney Selous, cujo relato de viagens, *A Hunter's Wanderings in Africa*, publicado em 1881, constava certamente da bibliografia usada por Rider Haggard para redigir as *Minas*.⁽⁴⁾ Houve ainda quem visse o modelo do capitão John Good

³ HIGGINS, D. S. – *Rider Haggard*. New York: Stein and Day, 1983, p. 70-77, 83-86, 100-101, 108; MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2.^a ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, imp. 1993-2000, vol. 1, p. 590-598, 848-849. A versão portuguesa da novela foi posteriormente republicada sob a forma de livro: HAGGARD, Rider – *As minas de Salomão*. Tradução rev. por Eça de Queiroz. Porto: Chardron, 1891.

⁴ Selous fez questão de encontrar-se com o explorador Serpa Pinto em Pretória, quando o português terminava a travessia de África. Cf. *O Occidente*. Lisboa. Vol. 2, n.º 44 (1879-10-15), p. 159; PINTO, Serpa – *Como eu atravessei África*. Londres: Sampson Low, 1881, vol. 2, p. 282-284.

no nosso já conhecido Harry Johnston, que em 1885 ainda não visitara o Chire, mas possuía um vasto currículo de viagens a Tunes, Angola, Congo e monte Quilimanjaro, na África Oriental.⁽⁵⁾ Quanto ao baronete Henry Curtis, era um aristocrata de ascendência dinamarquesa, à semelhança do próprio Rider Haggard.

A expedição partia para o sertão rodeada de um certo sigilo, como era comum, não só nas aventuras escritas por Júlio Verne, mas também na vida real. Pois em África o segredo era a alma do negócio, e os próprios intermediários comerciais do sertão não tinham escrúpulos em dar informações falsas aos viajantes, para os impedirem de obterem um acesso directo às mercadorias, ou do litoral ou do centro do continente, conforme o caso. Os macololos que Livingstone levou consigo, do Baroce para Luanda, por exemplo, tiveram de se haver, pelo caminho, com os praticantes de tal “política de sigilo”.⁽⁶⁾

A expedição descrita na novela tinha também uma componente “científica”, o que era, aliás, usual nas narrativas de Verne e, de uma forma geral, nas obras de literatura infanto-juvenil coeva, cuja missão era, supostamente, instruir enquanto divertiam. No caso vertente, o capitão Good possuía um almanaque que lhe permitia calcular com precisão os eclipses do Sol. Isto, pelo menos, até que leitores mais versados em astronomia fizeram notar a Rider Haggard a impossibilidade de, conforme se encontrava descrito na narrativa ficcional, imediatamente após uma noite de Lua cheia, se dar um eclipse solar. O “erro científico” foi imediatamente corrigido pelo autor, certamente para o livro não perder credibilidade, nem compradores, entre os pais preocupados com a qualidade do que os seus filhos liam... Como tal correcção, porém, só se deu na reedição de 1887 e posteriores, e a tradução publicada na *Revista de Portugal* contém o mencionado “erro”, devemos concluir que o texto português se baseia numa versão anterior da novela.⁽⁷⁾

⁵ JOHNSTON, Alex – *The life and letters of Sir Harry Johnston*. Whitefish, Montana: Kessinger, [2005], p. 87-88. Rider Haggard, porém, negava a identificação do fictício capitão da Marinha com o então ainda relativamente pouco conhecido explorador, como, aliás, rejeitava que Quartelmar fosse inspirado em Selous. Cf. HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 71-72, 101.

⁶ Cf. LIVINGSTONE, David – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*. Paris: Hachette, 1859, p. 425.

⁷ HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Porto. Vol. 2, n.º 10 (abr. 1890), p. 507, 523-525; HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 74.

2.2. LOBENGULA

Na narrativa, os expedicionários começaram por penetrar na “terra dos matabeles”, e o protagonista não hesita, a propósito, em classificar o rei *ndebele* nos seguintes termos: “Lobengula (esse atroz velhaco!)” (*Minas*, cap. 4) De facto, o autor das *Minas* alimentava um profundo ressentimento em relação ao monarca africano, a quem acusava de ter morto, à traição, todos os membros de uma expedição de caça na qual participavam três europeus (dois deles amigos pessoais do escritor) e ainda os “serviçais” autóctones de Rider Haggard, Khiva e Ventvogel (estes últimos, foram, curiosamente, integrados na novela, como ajudantes das três personagens principais, todas elas europeias).⁽⁸⁾ Na realidade, porém, não havia, na altura, provas conclusivas para essa acusação, uma vez que era frequente, a expedicionários descuidados, perecerem no interior de África de causas puramente naturais (a causa oficial da morte foi a ingestão de água contaminada); além disso, como referiam os viajantes, Lobengula pautara-se sempre por uma política de não-agressão em relação aos europeus, quer fossem representantes de algum governo, quer simples particulares.⁽⁹⁾

Por outro lado, o rei matabele (“o mais poderoso monarca da África Austral”, nas palavras do explorador Montagu Kerr)⁽¹⁰⁾ autorizava, ao menor pretexto, os seus guerreiros a saquear os grupos vizinhos, os Lozi e “Xonas”. Além disso, o estilo de governação de Lobengula era caracterizado por um despotismo cruel; mas, como o próprio monarca explicava a um missionário, qualquer pessoa, africana ou europeia, agiria de forma despótica se fosse chamada a governar o Estado Ndebele, no qual só o uso discricionário da pena de morte mantinha unidos súbditos sempre prontos a rebelar-se.⁽¹¹⁾ E já vimos que a responsabilidade última pelo Mfecane (que originara o reino matabele), assim como pela instabilidade política no centro de África, residia nos Europeus.

⁸ HAGGARD – As minas de Salomão. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 421; –Cetiwayo and his white neighbours [em linha]. Project Gutenberg, 2006, chap. 4, <<http://www.gutenberg.org/files/8667/8667-h/8667-h.htm>>; HIGGINS – Rider Haggard, p. 32.

⁹ Cf. KERR, Walter Montagu – *The far interior*. London: Sampson Low, 1886, vol. 1, p. 60, n. 1.

¹⁰ “(...) the most powerful monarch in South Africa.” KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 51.

¹¹ DECLE, Lionel – *Three years in savage Africa*. London: Methuen, 1898, p.138-141.

No entanto, não só Rider Haggard mas também a generalidade dos ingleses e “bóeres” nutriam, por assim dizer, um ódio de estimação relativamente a Lobengula, que se mantinha teimosamente cioso da sua independência. Tinha sido apenas por um subterfúgio que Rhodes obtivera, por intermédio de Charles Dunnell Rudd, os direitos da BSAC sobre “a terra dos Matabeles”, contra o pagamento de 1000 espingardas modernas (Martini-Henry) e respectivas munições, em 1888, acrescido de uma mensalidade. Logo em Abril de 1889, Lobengula protestou à rainha Vitória, por escrito, contra a forma como tinha sido enganado: julgara ter cedido apenas autorização para explorar uma mina, e não a própria soberania. Tarde demais, porém; os europeus começaram a aparecer, a partir de 1890, em grandes números, guiados por F. C. Selous (ver secção 2.1), na Maxonalândia, zona sobre a qual os Matabeles se arrogavam direitos. Mais cedo ou mais tarde, a colisão era inevitável; e Lobengula, embora se tivesse sempre esforçado por manter a paz com os Ingleses, não pôde conter os seus regimentos, os quais, despeitados com o rumo que as coisas tomavam, decidiram em 1893 fazer guerra aos “Xonas”, apesar da proibição britânica. O rei *ndebele* acabaria por falecer (os relatos diferem se de causas violentas ou naturais) durante os confrontos subsequentes com a Grã-Bretanha, nos quais os Matabeles defrontaram forças europeias armadas com metralhadoras. Os orgulhosos guerreiros foram completamente derrotados; o reino de Lobengula acabou riscado do mapa, e as autoridades europeias impuseram, seguidamente, a lei marcial.⁽¹²⁾

De qualquer dos modos, em 1889-1890, tanto para Rider Haggard como para Eça de Queiroz e a generalidade do público leitor europeu, Lobengula, “esse atroz velhaco”, era já considerado um alvo a abater, e o mesmo se poderia dizer de outra autoridade verdadeira que residia junto ao rio Cafué, em Manica: Sitanda, descrito na versão portuguesa das *Minas* como “um atroz sacripante (...) velho malandro (...) bandido” (cap. 5).⁽¹³⁾ A decisão de incluir, na recém-criada *Revista de Portugal*,

¹² Cf. DECLE – *Three years in savage Africa*, p. 146; FOÀ, Édouard – *Du Cap au lac Nyassa*. Paris: Plon, 1897, p. 109-111; LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*. Lisboa: Caminho, 2005, p. 87-89.

¹³ Sitanda é também mencionado por Selous, a uma luz igualmente desfavorável. Quanto à tradução portuguesa da novela de Haggard (uma versão resumida e bastante livre, geralmente atribuída ao próprio Eça de Queiroz), difere, nesta passagem, do texto original na letra, mas não no sentido. Cf. HAGGARD

uma novela que difamava as autoridades autóctones africanas, tinha como objectivo, não nos esqueçamos, aumentar as vendas do periódico.

2.3. AS MINAS DE SALOMÃO

Na narrativa de Rider Haggard, e depois do encontro com Sitanda, os expedicionários dirigiram-se em busca das misteriosas construções que, no interior da África Central, desafiavam a curiosidade dos viajantes: estruturas como as do Grande Zimbabué, guardadas por uns montes conhecidos por “Seios de Sabá”, a Estrada do Ouro que se dizia existir nos montes Matobos, certos vestígios de escavações auríferas no *hinterland* – tudo isso aparecia transfigurado, na novela, sob a forma das ruínas da cidade bíblica de Ofir e a “Estrada” e “minas” do rei Salomão, também elas junto às montanhas dos “Seios de Sabá” (*Minas*, cap. 2 e 5). Para os Europeus, não havia a menor dúvida: tratava-se, em todos esses casos, e muitos outros, de obras de uma “raça” (cap. 2) de “brancos”, agora desaparecida. Que “raça” seria essa? A resposta era também unânime, na sua formulação geral, e só diferia nos pormenores: tratar-se-ia de egípcios, ou “semitas” (Hebreus, Fenícios, Sabeus ou outros), que, na Antiguidade, teriam descoberto na África Austral as minas de ouro e pedras preciosas referidas na Bíblia como “Ofir”, às quais Salomão e a rainha de Sabá foram buscar tesouros sem conto (1 Reis 9:28; 10:4-13; 1 Crónicas 29:4; 2 Crónicas 8:18; 9:1-18).

Já os Portugueses do século XVI atribuíam o Grande Zimbabué ao mítico “prestes João das Índias”, ao mesmo tempo que identificavam a bíblica Ofir com o porto de Sofala. Esta última crença, adoptada pelo puritano Milton (*Paraíso Perdido*, 1664), e perfilhada pelos “Bóeres” calvinistas, começaria a revestir-se de um carácter “científico” com as “descobertas arqueológicas” de Karl Mauch (1871), o qual concluiria ter o Grande Zimbabué sido erguido, havia muitos séculos, por “brancos” – provavelmente a própria rainha de Sabá. Por detrás de toda esta efa-

– As minas de Salomão. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 5 (nov. 1889), p. 612; – *King Solomon's mines*. New York: George Munro, [1886?], chap. 5, p. 47-48; SELOUS, Frederick Courteney – *A hunter's wanderings in Africa*. Alexander, North Carolina: Alexander Books, cop. 2001, p. 331-337.

bulação existiam interesses comerciais e financeiros muito concretos: para atrair capitais e colonos europeus à zona, tornava-se necessário enfatizar uma alegada “descoberta” de “antigas escavações” asiáticas, com uma riqueza mineral de proporções literalmente bíblicas, junto às “cidades perdidas da Maxonalândia”, como lhes chamaria o “arqueólogo” James Theodore Bent (1892). Os Portugueses, por exemplo, fundaram, em 1884, a chamada “Companhia de Ofir”, enquanto outros especuladores e investidores provenientes da Europa buscavam desde havia muito concessões na Maxona.⁽¹⁴⁾

Afirmar que as antigas obras pudessem ter uma origem puramente autóctone, constituía uma autêntica heresia científica: a revista norte-americana de referência, *Atlantic Monthly*, por exemplo, no seu número de Outubro de 1894, considerava “a ocupação sabeia” da Maxonalândia em milénios passados como um facto histórico comprovado.⁽¹⁵⁾ A única dúvida consistia em saber se, como pretendiam Brent e Rider Haggard, os Sabeus (ou, noutras versões, os Fenícios e Egípcios) se tinham deixado surpreender pelos autóctones e sido exterminados por estes últimos (versão essa que constituiria, aliás, a trama de um “romance histórico” de Haggard, *Elissa*, publicado em 1900) ou se, como preferia Selous, se verificara uma fusão, por “mestiçagem”, entre colonizadores e “indígenas”, ou ainda, como aventava a *Atlantic*, se os “semitas”, uma vez esgotado o ouro, haviam voltado à sua terra de origem.⁽¹⁶⁾

O autor das *Minas de Salomão* tinha entretanto publicado em forma de livro, justamente em 1889, uma nova aventura de Alão Quartelmar, *Allan's Wife*, na qual se voltava a abordar o tema das ruínas do sertão. Nas palavras de Rider Haggard, “a gente que agora aqui vive é incapaz

¹⁴ Cf. HANNA, A. J. – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*. London: Faber, 1960, p. 84; HAGGARD – *As minas de Salomão*. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 402; vol. 2, n.º 7 (jan. 1890), p. 66-69; HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 75-76; NANTET, Bernard – *Quand Paris découvrait l'art nègre. L'Histoire*. Paris. N.º 158 (sept. 1992), p. 86; PÉLISSIER, René – *História de Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 1, p. 140; SOFALA. In *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed. New York: Encyclopædia Britannica, 1910-1911, vol. 25, p. 344; ZIMBAUÉ. In *GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira*. Lisboa [etc.]: Enciclopédia, [1936-1960], vol. 37, p. 289.

¹⁵ “(...) the Sabæan occupation (...)”. *AFRICAN exploration and travel. The Atlantic Monthly*. Boston. Vol. 74, n.º 444 (Oct. 1894), p. 559.

¹⁶ *AFRICAN exploration and travel. The Atlantic Monthly*. Vol. 74, n.º 444 (Oct. 1894), p. 554; HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 166; SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*. Amsterdam: Time-Life, 1984, p. 330-342.

de erguer pedra sobre pedra”, logo esses monumentos “devem ter sido erguidos por uma raça branca” (aqui citava um ex-magistrado colonial, Andrew A. Anderson), embora o próprio escritor descrevesse os ditos vestígios como “aringas feitas de pedra branca” e “palhotas de mármore”!⁽¹⁷⁾ Até as vizinhas árvores de fruto, apesar de localizadas perto de antigas escavações de minas, só podiam, segundo o autor, ter sido semeadas por recentes colonizadores europeus, nunca pelos autóctones.

De facto, aos olhos de Ingleses e “Bóeres”, as laranjeiras, que, nas Minas, Alão Quartelmar reencontrou em Durban na sua viagem de regresso (cap. 17), simbolizavam a “civilização” (pois tinham sido introduzidas na África do Sul pelos Holandeses), por oposição à “selvajaria” dos “nativos”, e o mesmo pensaria certamente qualquer viajante português, em 1889, ao contemplar no Bié uma árvore com laranjas, aí plantada por um capitão-mor do século XVIII.⁽¹⁸⁾ O rival de Serpa Pinto na “corrida” ao Alto Chire, Harry Johnston, chegaria até a afirmar, com todas as letras, que os “indígenas”, abandonados a si mesmos, não só se revelavam incapazes de cultivar qualquer tipo de frutos, como nem sequer conseguiam domesticar animais; precisavam, portanto, de ser dominados por povos oriundos de zonas a norte ou leste do Sara, para se “civilizarem”. Quanto às “cidades perdidas” do interior, obviamente que eram de origem “semita”, provavelmente fundadas por árabes pré-islâmicos, vindos em busca de ouro, talvez dois milénios antes. Os autóctones, esses, eram demasiado estúpidos e preguiçosos para inventarem ou descobrirem, por si mesmos, fosse o que fosse...⁽¹⁹⁾

Esquecia-se assim a reconhecida versatilidade com que os autóctones buscavam e adoptavam as plantas oriundas de outros continentes (inclusivamente citrinos, como notava o viajante Montagu Kerr), além de cultivarem muitas espécies africanas, as quais pareciam “silvestres” aos exploradores europeus, que desconheciam as técnicas agrícolas lo-

¹⁷“(…) kraals built of white stone (… …) the people who live here now do not know how to lay one stone upon another (…) marble huts (… …) must have been erected by a white race (…)”. HAGGARD – *Allan's wife*. London: Spencer Blackett, 1889, p. 129-130.

¹⁸Cf. HAGGARD – *Allan's wife*, p. 141-142; SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 465, n. 107.

¹⁹HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 2, n.º 12 (jun. 1890), p. 825; JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*. New York: Negro Universities Press, 1969, p. 428-429; – *The opening up of Africa*. London [etc.]: Williams and Norgate [etc.], [1912?], p. 85-91.

cais. Era também patente a criação de animais domésticos (as manadas de gado que constituíam a principal riqueza de diversos grupos na África Austral, por exemplo) e o modo como as “misteriosas” estruturas arquitectónicas de pedra no sertão se assemelhavam às construções de materiais perecíveis do *hinterland*, estas últimas indubitavelmente erguidas pelos Bantu, sem necessidade de qualquer ajuda externa. Mas os interesses políticos tornavam os Europeus cegos, e, de 1889 a 1979, houve sempre colonialistas, de Cecil Rhodes a Ian Smith, a defender que o Grande Zimbabué tinha sido mandado fazer pela rainha de Sabá.⁽²⁰⁾

2.4. O CORAÇÃO DAS TREVAS

Na novela de Rider Haggard, os três expedicionários europeus, acompanhados de “serviçais” africanos, começaram a exploração ao internarem-se num deserto, rumo a norte. Nisso seguiam o exemplo de Livingstone (por sinal também ele, tal como Alão Quartelmar, a viajar com dois companheiros europeus os quais pagavam todas as despesas da expedição), quando partira na viagem em que “descobriu” o lago Ngami.⁽²¹⁾ Aliás, tanto na novela de Rider Haggard como na vida real, estas viagens só poderiam ser consideradas “descobertas” do ponto de vista dos respectivos “exploradores”, pois, para os autóctones (e até para alguns comerciantes europeus, como Silva Porto), o interior do continente era já conhecido. Da mesma forma, constituía um sofisma dizer que se estava agora a abrir o *hinterland* ao comércio, quando este último era percorrido, havia séculos, por extensas rotas comerciais, e eram os próprios africanos quem servia de guias, intérpretes e intermediários a uns de outro modo completamente desorientados viajantes europeus.

Outro conceito errado, mas muito comum na Europa, e que remontava pelo menos a Hegel, era ver nos “nativos”, assim “descobertos”, uns “selvagens”, de mentalidade “pré-histórica”, que adoravam como deuses

²⁰ Cf. KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 225; PIETERSE, Jan Nederveen – *White on black*. New Haven [etc.]: Yale University Press, 1992, p. 35; RENFREW, Colin; BAHN, Paul – *Archaeology*. 3rd ed. London: Thames and Hudson, 2000, p. 464-465; SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*, p. 463-465.

²¹ HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 46.

os “brancos” e não faziam ideia do verdadeiro modo de funcionamento das armas europeias. Assim, Rider Haggard retrata um Sitanda incapaz de saber o que é uma carabina (*Minas*, cap. 5), quando, na realidade, o velho governante de Manica era frequentemente visitado por caçadores equipados com armas de fogo. Da mesma forma, os “selvagens”, encontrados pelos expedicionários da novela, depois da travessia do deserto, nunca tinham, segundo o autor, visto uma espingarda (cap. 5 e 7), mas, como estes imaginários autóctones constituíam equivalentes ficcionais dos Matabeles e, podíamos acrescentar, dos Macololos do Baroce (os quais viviam a norte do ermo atravessado por Livingstone, quando da “descoberta” do lago Ngami), tal não parece nada verosímil.⁽²²⁾

De facto, todos os grupos da África Central e Austral, por essa época, não só estavam familiarizados com o uso de armas de fogo, como também recorriam aos serviços de ferreiros autóctones especializados no fabrico e reparação das mesmas. Mais: o explorador Montagu Kerr, quando visitou a África Central, pôde verificar que os autóctones, além de usarem mosquetes, sabiam fabricar as respectivas munições. O que os habitantes da zona centro-africana, não estavam preparados, porém, era para o fabrico dos *canos* das espingardas de pederneira, e muito menos para a produção de armas modernas, devido a problemas tecnológicos e aos custos envolvidos. O mesmo se passava, aliás, com os Portugueses, que, no século XIX e também por razões que se prendiam com a economia, abandonaram o fabrico interno das chamadas “lazarinas” e começaram a comprá-las na Bélgica, para posterior revenda na África Central.⁽²³⁾ Do mesmo modo, tiveram de encomendar à Inglaterra, França e Alemanha o armamento moderno usado nas “expedições” da década de 1880.

De resto, a razão por que as armas de fogo se estavam a modificar, no sentido de ficarem cada vez mais mortíferas, prendia-se, em grande parte, com o imperialismo europeu em África. Depois de derrotados na batalha de Isandlwana pelos Zulus, os Ingleses, até então equipados apenas com espingardas (aliás modernas, de modelo Martini-Henry), resol-

²² HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 5 (nov. 1889), p. 612-613; vol. 2, n.º 7 (jan. 1890), p. 75-76; HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 32, 74; PIETERSE – *White on black*, p. 34-35, 64-65; SELOUS – *A hunter's wanderings in Africa*, p. 331-337.

²³ Cf. HENRIQUES, Isabel Castro – *Os pilares da diferença*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004, p. 381, 390-391; KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 233.

veram recorrer (pela primeira vez em África) a metralhadoras Gatling, e terminar assim rapidamente com um conflito, no qual tinham sido humilhados por um fracasso inicial diante de “selvagens”. Esta Guerra Anglo-Zulu de 1879 marcou de forma indelével o imaginário britânico, a ponto de merecer uma extensa referência nas *Minas* de Rider Haggard (cap. 3).⁽²⁴⁾ Daí em diante, os Ingleses e todos os europeus tinham aprendido a lição, e passaram, crescentemente, a usar metralhadoras quando partiam em “expedições oficiais” para o interior. No caso em que os grupos “visitados” recusassem prestar “vassalagem” (isto é, renderem-se ao invasor), os “expedicionários” simplesmente chacinavam-nos, com recurso às novas armas, muito mais potentes do que qualquer artefacto bélico disponível nos exércitos africanos. Estávamos, pois, diante de um autêntico genocídio, já que este tipo de guerra era empreendido até se obter uma rendição incondicional dos atacados, ou, alternativamente, se alcançar o completo (ou quase completo) extermínio físico dos vencidos.

Cumpre, no entanto, notar que o assassínio em massa não é a única forma possível de genocídio. Este último, com efeito, ocorre sempre que estejamos perante um *plano coordenado* tendente à destruição dos fundamentos políticos, sócio-económico e culturais de determinado grupo, com vista à aniquilação do mesmo (de forma geralmente faseada, embora também possa ser imediata). Só quando consiste no extermínio físico imediato de toda a população é que o genocídio se identifica com um assassínio em massa.

Ora, no caso vertente, os Britânicos empreenderam, com a Guerra Anglo-Zulu de 1879, um conflito que visava, *antecipadamente*, a destruição não só do Estado mas também do próprio modo de vida dos autóctones (pois a ideia era desarmar os guerreiros *nguni* para os induzir a procurar um trabalho servil mal remunerado, fora da Zululândia, nos estabelecimentos dos “bóeres”). Estávamos, assim, perante um genocídio faseado, ocorrência crescentemente comum, na época da “corrida a África”, marcada pelas chamadas “pequenas guerras” (*little wars*) coloniais. É certo que estas últimas incluíam, com frequência, episódios de assassínio em massa: as eufemisticamente denominadas “batalhas”, nas

²⁴ HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 418-419.

quais os autóctones sucumbiam, em massa e à distância, aos disparos de modernas espingardas (quer retrocarregadas, como a Martini-Henry, quer de repetição, como a Kropatschek) e metralhadoras. A estas cenas de carnificina sucedia-se, porém, um genocídio mais discreto: as tentativas de erosão das estruturas políticas e sociais dos vencidos, com vista à extinção dos mesmos.

O primeiro caso registado de extermínio de africanos por europeus, parece, aliás, ter sido a aniquilação dos autóctones das ilhas Canárias por Portugueses e Espanhóis, ao longo dos séculos XV e XVI. Os povos ibéricos encarregaram-se de não só fazer morrer à espada mas também entregar os chamados “Guanches” à fome (graças a expropriações de terrenos) e doença (por contágio de germes europeus, para os quais os autóctones não possuíam defesas imunitárias), até os habitantes originais deixarem de existir enquanto grupo. A voz de Frei Bartolomeu de las Casas (1472-1566) ergueu-se a denunciar o morticínio das Canárias, na *História das Índias*, mas em vão. O sacerdote católico condenava ainda, na mesma obra, a forma imoral como os Portugueses de Quatrocentos tentaram “financiar” a exploração da costa ocidental africana com a captura e tráfico de escravos, e, se soubesse, não deixaria de mencionar os ataques (ou melhor, as carnificinas) que, já no século XVI, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e outros militares cristãos empreenderam contra as cidades costeiras e povoações insulares da África Oriental. Las Casas explicava, ainda, que os procedimentos dos Espanhóis, nas Américas, emulavam a falta de escrúpulos, na Guiné, dos Portugueses (com os quais navegara Cristóvão Colombo, antes de se colocar ao serviço dos Reis Católicos). A denúncia do eclesiástico, relativa às atrocidades americanas, foi amplamente divulgada no Norte da Europa, ao qual convinha divulgar os crimes de Espanha na ocupação do Novo Mundo, mas a paralela condenação, pelo mesmo autor, do que se passava nas ilhas e litoral africanos, passou praticamente despercebida durante séculos.⁽²⁵⁾

²⁵ Cf. CASAS, Bartolomé de las – *Brevíssima relação da destruição de África*. Lisboa: Antígona, 1996, p. 150; CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel de – *Na rota da pimenta*. 1.ª ed. Lisboa: Presença, 2006, p. 35, 45-46, 196-198; HANSON, Victor Davis – *Why the West has won*. London: Faber, 2001, p. 311; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 144-149.

Os procedimentos de extermínio europeus em África tinham um precedente histórico nas guerras de aniquilação empreendidas pelos antigos Gregos e Romanos (a conquista e completa destruição de Cartago em 146 a.C., por exemplo), embora na Antiguidade os combates ainda se travassem de igual para igual. Graças, porém, aos canhões que instalaram nos navios, os Europeus começaram a possuir, na Idade Moderna, uma superioridade absoluta em termos de tecnologia militar, nos litorais a sul do Sara. Mais tarde, com a construção, no século XIX, de navios a vapor capazes de subir os rios africanos enquanto transportavam metralhadoras e outras peças de artilharia recém-inventadas, a Europa passou a dominar também grandes trechos do *hinterland* africano. Era essa, e não outra, a verdadeira razão da hegemonia europeia em África, na década de 1880. Sabia-o bem Rider Haggard, quando, ao fazer os três expedicionários europeus participar numa guerra civil autóctone, os põe a suspirar por uma Gatling (“quem tivera aqui uma metralhadora!”), em ordem a “limpar” o exército inimigo em 20 minutos; e sabia-o igualmente bem o director da *Revista de Portugal*, pois, na versão portuguesa das *Minas*, o tradutor acrescenta, da sua própria lavra, que o uso de tal arma, naquelas circunstâncias, seria uma “delícia!” (cap. 10).⁽²⁶⁾

Poder-se-ia pensar que esta tradução livre (da autoria do próprio Eça de Queiroz, ou pelo menos revista por este) estava repassada da fina ironia característica do autor dos *Maias*, e, portanto, não seria para levar à letra. O mesmo se poderia, porém, dizer de uma obra publicada dez anos depois, o *Coração das Trevas*, do escritor Joseph Conrad (1899), a qual, no entanto, retrata na perfeição o que verdadeiramente se passava nos rios africanos quando um vapor europeu neles penetrava, em viagem “civilizadora”. Esta última obra, de carácter autobiográfico (pois o autor fora contratado, precisamente em 1889, para servir como piloto no rio Congo), denunciava, em tom vagamente irónico, a morte à distância dos “nativos”, graças às armas de fogo dos “expedicionários”, que disparavam indiscriminadamente do convés sobre a margem. A carnificina justificava-se, segundo o narrador, porque os autóctones eram vistos

²⁶ Cf. HAGGARD – As minas de Salomão. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 2, n.º 11 (maio 1890), p. 656; – *King Solomon’s mines*, chap. 13, p. 122; HANSON – *Why the West has won*, p. 364-365; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 71-73.

como “primitivos”, à espera de serem roubados e mortos pelos comerciantes de marfim. Comentava-se, aliás, na novela de Conrad, que o procedimento dos Europeus em África tinha um paralelo histórico na antiga Roma, a qual invadira do mesmo modo todo o mundo conhecido, para o “civilizar”. Se, no decurso de tal processo, se verificasse “um ou outro” atropelo à moral, respondia-se que, em ambos os casos (os Romanos da Antiguidade e os Europeus do século XIX), a “cegueira” dos conquistadores era própria “daqueles que enfrentam as trevas”⁽²⁷⁾ do “primitivismo” – no fundo culpa das vítimas, demasiado obtusas para merecerem qualquer consideração. Já las Casas se lamentava, em Quinhentos, da análoga “cegueira” moral dos Portugueses em África, quando denunciava as atrocidades cometidas pelos “descobridores”...⁽²⁸⁾ Na realidade, o verdadeiro “coração das trevas” não residia no continente africano, mas na mente de invasores europeus sem escrúpulos, autênticos “cegos” voluntários.

2.5. “SURVIVAL OF THE FITTEST”

O tipo de atrocidades cometidas em África, quer pelos comerciantes vindos da Europa, quer pelas forças militares comandadas por europeus (nas chamadas “pequenas guerras”), era possível não só devido à absoluta superioridade dos “expedicionários” em termos de armamento mas também devido ao isolamento em relação à opinião pública da metrópole. O continente europeu distava milhares de quilómetros, as comunicações com a capital metropolitana eram deficientes, e as operações tinham geralmente lugar em lugares de difícil acesso para quem partia do litoral. De qualquer dos modos, as autoridades coloniais, ainda quando informadas dos morticínios cometidos no interior, mostravam-se geralmente cúmplices, dado que podiam vir a beneficiar de um alargamento da influência europeia no interior, sob a forma de mais prestígio e subsídios oriundos da metrópole.⁽²⁹⁾

²⁷ CONRAD – *O coração das trevas*, p. 10.

²⁸ CASAS, Bartolomé de las – *Brevíssima relação da destruição de África*, p. 298.

²⁹ LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 106, 160-161.

Além disso, quando as notícias da guerra (ou melhor, da carnificina) em questão finalmente alcançavam a imprensa metropolitana, os “expedicionários” podiam contar com uma visão dos factos completamente distorcida, por parte dos jornalistas europeus. Por um lado, os jornais e revistas eram manipulados pelo governo, que lhes fornecia “notícias” do conflito sempre do ponto de vista mais favorável à “expedição”, a qual tinha geralmente o apoio oficioso, quando não o patrocínio oficial, das autoridades. Por outra banda, a imprensa europeia estava carregada, como toda a mentalidade ambiente, de preconceitos que se tinham vindo a acumular, ao longo de todo o século XIX, contra África e os Africanos. Assim, enquanto os soldados europeus eram por vezes tratados como guerreiros, o contrário nunca acontecia. Os Zulus, por exemplo, podiam, na vida real, ser extremamente disciplinados e estar organizados em regimentos, mas, enquanto durou a guerra de 1879, isso não impediu que os jornais e revistas da época os classificassem como uma horda de selvagens seminus, que agiam sempre individualmente, de forma caótica.⁽³⁰⁾

Esta concepção decorria da filosofia de Hegel, que via a África como um continente desprovido de história e de instituições. Em qualquer “pequena guerra” colonial, e até em tempo de paz, os autóctones africanos eram sempre representados pela imprensa europeia como “selvagens” equipados apenas com lanças e flechas, quando qualquer africanista minimamente informado sabia que muitos possuíam armas de fogo. É certo que não tinham recebido treino militar no uso de espingardas modernas, que requeriam um tipo especial de formação de combate e ângulo de disparo para serem eficazes, mas o mesmo se poderia dizer das tropas africanas ao serviço dos comandantes europeus, as quais constituíam muitas vezes o grosso, senão a quase totalidade, das forças invasoras. De igual forma, os militares autóctones, que, até o século XIX, surgiam nas descrições europeias a residir frequentemente em cidades, por sua vez governadas por reis, com cortes sumptuosas e campos cultivados em volta, passaram então a ser, quase de maneira uniforme, representados a viver em “cubatas”, nas “aldeias” de meros

³⁰ DAVIDSON, Basil – *Africa in modern history*. London [etc.]: Penguin, imp. 1985, p. 76-77; PIETERSE – *White on black*, p. 77-81.

“chefes” ou “régulos”, em meio do “mato” ou da “selva”. Pois se eram “selvagens”...⁽³¹⁾

Mas o preconceito mais prevalente em Oitocentos era, sem dúvida, o racismo. Sempre houve xenofobia nas relações entre grupos (a ponto de cada agrupamento classificar os restantes seres humanos como meros animais),⁽³²⁾ mas, até meados do século XVIII, a discriminação, tanto na sociedade europeia como nas outras, baseava-se em critérios essencialmente culturais (religião, tipo de vestuário, etc.). Era por diferirem dos Europeus nesse tipo de características que os Africanos eram vistos por aqueles como inferiores, além de possuírem uma cor de pele escura, típica do Diabo, tal como este era representado na iconografia cristã ocidental. A partir da década de 1770, porém, o critério de inferioridade passou a ser primariamente biológico: os Africanos eram agora crescentemente vistos pelos pensadores europeus como uma ou mais espécies anatómica e fisiologicamente distintas de ser humano ou, pelo menos, um conjunto de “raças” diferentes e “inferiores” aos Europeus. Em nenhum lugar este tipo de pensamento se desenvolveu tanto como em Inglaterra. Já Malthus elogiava as práticas eugénicas de certa família britânica, a qual conseguira alegadamente obter um “embranquecimento da pele e aumento da estatura da sua raça através de casamentos prudentes” no seu *Princípio da População*, redigido na viragem do século XVIII para o XIX.⁽³³⁾ Charles Darwin, que se inspirou nesse livro para escrever duas obras evolucionistas, a *Origem das Espécies* (1859) e a *Origem do Homem* (1871), defendia ele próprio a inevitabilidade da extinção dos autóctones africanos (“raças selvagens”), quando entrassem em competição com os Europeus (“raças humanas civilizadas”) pela posse de recursos escassos. O mesmo afirmava outro evolucionista, Wallace. Tal era o resultado inevitável da “selecção natural”, da “luta pela vida”, ou, como preferia o filósofo Herbert Spencer, o princípio da “sobrevivência dos mais aptos” (*survival of the fittest*): segundo Darwin, o Africano constituía um elo intermédio entre o Euro-

³¹ Cf. HANSON – *Why the West has won*, p. 307; PIETERSE – *White on black*, p. 34-37, 81.

³² Segundo Lionel Decle, a palavra “xona”, usada pelos Matabeles para designar genericamente diversos grupos que aqueles pretendiam dominar, significava “babuíno”. DECLE – *Three years in savage Africa*, p. 164.

³³ MALTHUS, Thomas R. – *Ensaio sobre o princípio da população*. Trad. de Eduardo Saló. Mem Martins: Europa-América, [1981], cap. 9, p. 74.

peu e o babuíno, e, na ordem natural das coisas, seria, por isso, eliminado (isto é, extinto) dentro de poucos séculos, tal como o gorila, aliás.⁽³⁴⁾

As doutrinas de Darwin e Spencer conduziam, assim, directamente à legitimação do imperialismo, e até mesmo do genocídio. Além disso, quando aplicadas à competição entre sociedades humanas (as nações europeias na “corrida a África”, por exemplo) ou à concorrência entre grupos dentro da mesma sociedade (caso dos trabalhadores europeus e africanos na África do Sul), constituíam o chamado “darwinismo social”, a ideia de que, de algum modo, a supremacia mundial europeia, e particularmente a anglo-saxónica, resultavam do mérito biológico intrínseco dos dominadores, revelado através da “selecção natural” darwiniana. Pois na Inglaterra e Alemanha do século XIX concluía-se que a cada nação correspondia uma “raça”, que competia com as outras até se obter a “sobrevivência dos mais aptos”.⁽³⁵⁾

Estas ideias eram também seguidas no resto da Europa, onde se tinham entretanto desenvolvido outras variantes de racismo, mais ou menos similares às anglo-saxónicas e germânicas. Em Itália, por exemplo, Cesare Lombroso equiparava todos os homens africanos aos “criminosos natos” europeus, e as mulheres “hotentotes” às prostitutas da Europa, enquanto, em Portugal, Oliveira Martins defendia, na esteira de Darwin, que o Africano constituía um elo intermédio entre o homem e o gorila.⁽³⁶⁾ As próprias Igrejas cristãs apenas rejeitavam, no pensamento darwiniano, os pontos contrários à doutrina tradicional (especialmente a poligénese da humanidade), mas rapidamente perfilharam o conceito darwinista da “selecção natural ou a luta pela vida”,⁽³⁷⁾ que todos os europeus letrados consideravam evidente.

Um corolário do darwinismo social era a recusa da “mestiçagem”. Para Herbert Spencer, os casamentos “inter-raciais”, longe de contribu-

³⁴ DARWIN, Charles – *La descendance de l'homme et la sélection sexuelle*. 3^{ème} éd. française. Paris: Reinwald, 1891, chap. 6, p. 170-171; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 170-171; PIETERSE – *White on black*, p. 24, 41.

³⁵ LAWRENCE, James – *The rise and fall of the British Empire*. London: Abacus, 1998, p. 320; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 168, 181-202.

³⁶ MARTINS, J. P. Oliveira – *O Brasil e as colonias portuguesas*. 2.^a ed. emendada. Lisboa: Bertrand, 1881, p. 259-260; PIETERSE – *White on black*, p. 180-182.

³⁷ Cf. LÉPICIER, Alexis Henri Marie – *O mundo invisível*. Trad. portuguesa de Eduardo Pinheiro. 3.^a ed. Porto: Tavares Martins, 1957, p. 57.

írem para uma eventual “melhoria” da “raça inferior”, teriam apenas como consequência a degradação da “superior”, pelo que não deviam ser praticados.⁽³⁸⁾ O “mestiço” constituía, assim, uma autêntica aberração da natureza, e o que se dizia do plano biológico devia aplicar-se também ao plano cultural: a adopção de práticas e costumes de práticas e costumes africanos por europeus, e vice-versa (a posteriormente chamada “aculturação”), seria igualmente perniciosa.

Na sequência dessa linha de raciocínio, as novelas europeias relativas a África (como *As Minas de Salomão*, de Rider Haggard, ou *Um Herói de 15 Anos*, de Júlio Verne) ridicularizavam o uso de itens “exclusivamente” europeus, como óculos e chapéus-de-sol, por parte dos autóctones africanos (ver cap. 16 das *Minas*). Da mesma forma, o traço de carácter mais saliente no capitão Good, personagem haggardiana, era uma constante obsessão com a manutenção de uma indumentária estritamente europeia (monóculo incluído), até mesmo no meio do sertão de África (cap. 1 e 5). Este oficial fictício limitava-se, aliás, a traduzir o comportamento na vida real de exploradores como Serpa Pinto, que não dispensava o uso de perfumes franceses no decurso das suas viagens africanas, ou de Sir Harry Johnston, o qual na África Central nunca abandonava o guarda-sol.⁽³⁹⁾ Nesta insistência em manter, a todo o custo, hábitos “civilizados”, parecia estar em jogo um dispositivo de defesa psicológico contra a chamada “cafrealização”: a tendência, por parte dos Europeus, de adotarem costumes africanos quando se encontravam no *hinterland*, comportamento esse aliás perfeitamente natural e adequado à situação, mas apesar disso tido como mórbido.⁽⁴⁰⁾ E, no entanto, muitas instituições africanas revelavam-se, tão úteis que iam, insensivelmente, entrando no quotidiano dos Europeus. Mencionaremos, apenas, a título de exemplo,

³⁸ Cf. GRENVILLE, J. A. S. – *A history of the world in the twentieth century*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of the Harvard University Press, 1994, p. 86.

³⁹ Cf. HAGGARD – *As minas de Salomão*. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 395; vol. 2, n.º 7 (jan. 1890), p. 70; n.º 12 (jun. 1890), p. 821-822; JOHNSTON, Alex – *The life and letters of Sir Harry Johnston*, p. 137; MÜLLER, Adolfo Simões – *Através do continente misterioso*. 2.ª ed. Porto: Tavares Martins, 1970, p. 121; CUNHA, Amadeu – *Serpa Pinto e o apelo de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, p. 38; VERNE – *Um herói de 15 anos*. Porto: Público, imp. 2005, pt. 2, p. 316.

⁴⁰ A força do preconceito era tal que ainda em meados do século XX os psicólogos europeus tratavam a “cafrealização” como uma doença mental. Cf. JUNG, C. G. – *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, imp. 2000, p. 239-240.

o general inglês Badden-Powel, que, muito embora se tivesse notabilizado, ao longo da sua carreira militar, por uma série de atrocidades e humilhações a que sujeitou os Africanos (desde o Reino Ashanti, na África Ocidental, até a Matabelelândia), também criou o movimento dos Escuteiros, com base na observação das práticas educativas dos Zulus.⁽⁴¹⁾

Outro corolário ainda da doutrina darwiniana era a concepção da natureza africana como algo agressivo, “de dentes e garras tintos de sangue”, na expressão de Tennyson (*nature, red in tooth and claw*). Assim, Alão Quartelmar ostenta nas *Minas* uma cicatriz que recebeu de um leão, e queixa-se dela no início da narrativa (cap. 1). A contrapartida na vida real era idêntico ferimento sofrido por Livingstone em 1843, e Rider Haggard confirma-o, explicitamente, num conto de revista publicado pela primeira vez em forma de livro, precisamente no mesmo ano (1889) em que as *Minas* foram traduzidas para português. Um dos pontos altos desta última novela, aliás, é o abate de um elefante que, no decurso de uma caçada, matou o “serviçal” Khiva (cap. 4). Ora, longe de serem agredidos, eram os Europeus quem, pelo contrário, agredia a fauna africana, ao estimularem uma caça de tal modo intensiva que conduzia inúmeras espécies à beira da extinção. Na ficção, porém, assim como no imaginário europeu do século XIX, a África surgia como um lugar de desertos alegadamente “inabitados”, “selvas luxuriantes” e “impenetráveis” (apesar de ser um continente povoado e cultivado, até no interior das florestas), e savanas percorridas por “tribos” de elefantes e outros animais de grande porte, que serviam de presa ideal para os caçadores europeus... Nesta representação de África, nesta visão de império, os autóctones tinham um papel muito marginal, como ajudantes servis do “grande caçador branco” ou uma distração hostil, e a própria guerra contra eles era considerada, no fundo, uma forma de caça (pois não viviam agrupados em “hordas” e “tribos”, tal como os elefantes e macacos?).⁽⁴²⁾

Novelas de aventuras como *As Minas de Salomão*, e até os próprios relatos dos exploradores geográficos, eram vistos na Europa essencial-

⁴¹ ESCUTISMO. In *GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira*, vol. 10, p. 116; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 80-83, 87.

⁴² HAGGARD – *As minas de Salomão*. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 392, 426-428; – *Long odds*. In *Allan's wife*, p. 330; LIVINGSTONE – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*, p. 15-16; PIETERSE – *White on black*, p. 35, 112-113; VERNE – *A Estrela do Sul*. Porto: Público, imp. 2005, p. 167; – *Cinco semanas em balão*. Porto: Público, imp. 2005, p. 90; – *Um herói de 15 anos*, pt. 2, p. 374.

mente como “histórias de caça” e viagens a “paisagens antediluvianas” e “paradisíacas”. Nisso, aliás, residia grande parte do seu fascínio junto do público leitor europeu.⁽⁴³⁾

2.6. TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO DO IMPERIALISMO

As *Minas de Salomão* foram um sucesso editorial na Inglaterra de 1885 porque expressavam os sentimentos e interesses da época. Tinha sido publicada no mesmo ano em que se realizara a Conferência de Berlim, numa altura em que a “corrida a África” começava a desencadear-se, e o imperialismo estava na ordem do dia. Além disso, o ar de verosimilhança com que tinha sido escrita, por um autor experiente nas coisas africanas, levou muitos leitores a julgar ser a história verdadeira. Havia até quem, depois de ler a novela, planeasse expedições armadas a África para ir, na peugada de Alão Quartelmar, reivindicar os diamantes que supostamente se escondiam nas alegadas “minas de Salomão”...⁽⁴⁴⁾

Mas como explicar este fascínio? Que razões levavam países europeus com uma profunda tradição humanista a apoiar, não só em termos políticos mas também de sociedade civil, expedições agressivas ao interior do continente africano? Ou, por outras palavras, como explicar o “novo imperialismo” que caracterizou os finais do século XIX?

2.6.1. Explicação económica

Uma das primeiras explicações oficiais que surgiram, logo na própria época da “corrida a África”, era de cariz económico. Os políticos

⁴³ A confirmar esse interesse pelo mundo natural africano, está o facto de a primeira apresentação pública das ideias de Darwin e Wallace (na Linnean Society, de Londres, a 1 de Julho de 1858) ter sido agendada para o mesmo dia e local de uma outra comunicação científica, relativa à flora de Angola. Cf. BRYSON, Bill – *Breve história de quase tudo*. Lisboa: Quetzal, 2004, p. 385. Por outro lado, os relatos de exploradores geográficos (Serpa Pinto incluído) incluíam muitas vezes efeitos “artísticos” e “literários”, para irem de encontro às falsas expectativas do público (uma vegetação mais densa do que na realidade era, por exemplo). Cf. JOHNSTON, James – *Reality versus romance*. New York [etc.]: Fleming H. Revell, cop. 1893, p. 190.

⁴⁴ HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 84-85.

partidários do imperialismo, como por exemplo Jules Ferry em França, explicavam a conquista de territórios em África e noutros continentes como uma forma de assegurar mercados nos quais a indústria metropolitana pudesse obter matérias-primas e escoar produtos acabados. O “novo imperialismo” europeu diferiria, assim, das guerras de agressão de outros grupos em outras épocas e lugares pelo facto de ter motivações prioritariamente económicas. As periódicas razias ordenadas por Lobengula sobre os “Xonas”, por exemplo, não tinham como móbil principal o enriquecimento dos Matabeles, ainda que os vencedores capturassem o gado dos vencidos e forçassem por vezes estes últimos a pagar tributo; destinavam-se, isso sim, a manter viva na sociedade *ndebele* a função militar, representada pelos guerreiros, os quais viam no combate (e no conseqüente saque) a sua razão de ser enquanto grupo social. A motivação principal era, portanto, não-económica: a manutenção de uma “máquina de guerra” criada por razões sociais, a qual estava permanentemente a suscitar novos conflitos para justificar a sua própria existência (o mesmo se poderia dizer dos Egípcios de Tutmés III, dos Zulus de Shaka e, de uma forma geral, de quase todos os imperialismos não-europeus).⁽⁴⁵⁾

Da mesma forma, até 1870 as potências europeias pouco se tinham interessado pelo continente africano a sul do Sara, dado o escasso retorno esperado dos empreendimentos, de carácter comercial ou outro. Já Alão Quartelmar se queixava, nas *Minas*, de que largas dezenas de anos de África não chegavam para enriquecer um europeu (cap. 1). Agora, porém, em finais do século XIX, os políticos europeus partidários da “corrida a África” apregoavam um imperialismo alegadamente económico: a necessidade de assegurar mercados no continente africano, ainda que com recurso à força, em ordem a compensar aqueles que todos os dias a concorrência internacional e o proteccionismo encerravam na Europa. Esta explicação, porém, soava a falso: não havia, evidentemente, um consumo entre os “nativos” capaz de assegurar um conveniente escoamento dos produtos acabados excedentes na Europa, e certamente deveria haver outros meios menos custosos do que a guerra (até em termos de perda de vidas humanas) para obter matérias-primas.

⁴⁵ DENIS, Henri – *História do pensamento económico*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1978, vol. 2, p. 191-192; SCHUMPETER, Joseph – *Imperialism*. New York: Meridian, 1955, p. 23-50.

O jornalista e economista inglês Hobson (*Imperialismo*, 1902) propôs, por isso, uma outra explicação: o “novo imperialismo” não passava de uma conspiração, por parte dos capitalistas europeus (e respectivos “testas-de-ferro” políticos), para assegurar oportunidades de investimento do *capital financeiro* em África e noutros continentes, ainda que o esforço bélico e o baixo retorno das actividades produtiva e comercial nas possessões ultramarinas não compensasse, em termos da economia metropolitana no seu todo, os lucros obtidos pela alta finança. Lenine (*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, 1916) adoptou, com algumas variações, a teoria de Hobson, e ambos viam a raiz do mal imperialista no capitalismo monopolista que caracterizava, a partir da 2.^a metade do século XIX, a economia europeia, com a sua necessidade de alcançar mercados exclusivos, não só para as matérias-primas e produtos acabados mas também, e sobretudo, para o capital financeiro.

O grande problema com esta explicação é que as estatísticas disponíveis mostram-se, no melhor dos casos, ambíguas, quando não contrárias à existência de uma racionalidade económica por detrás da “corrida a África”. Os ganhos obtidos para o todo da economia metropolitana manifestamente não compensavam, ou compensavam mal, as despesas materiais, físicas e psicológicas incorridas com a conquista e ocupação dos novos territórios, a partir de 1870. Os próprios investimentos financeiros, ao contrário do que pensava Hobson, eram feitos preferencialmente em países independentes como a Turquia e a Rússia, por exemplo, e na África do Sul, em vez de nos territórios africanos recém-conquistados pelos Europeus.⁽⁴⁶⁾ Assim, tornou-se necessário buscar outras explicações para o fenómeno do “novo imperialismo”, entre elas a necessidade de ter em conta os aspectos político e estratégico, pois poder-se-ia conquistar um território simplesmente para eliminar a insegurança decorrente da presença de uma força autóctone não perfeitamente dominada, a qual ameaça a integração económica continuada, no império, das zonas próximas a esse ponto de instabilidade.

⁴⁶ Cf. HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 391; *L'Histoire*. N.º 69 (juil.-août 1984), p. 122-126; n.º 75 (fév. 1985), p. 90-92; n.º 140 (jan. 1991), p. 62-65; RIST, Gilbert – *Le développement*. 2.^e éd. Paris: Presses de Sciences, 2001, p. 112, n. 1.

Nestas circunstâncias, caberia muitas vezes aos oficiais que comandavam forças expedicionárias armadas, bem como aos governadores coloniais, decidir, mediante uma avaliação da situação no terreno, atacar ou não a dita potência autóctone, com correspondente ocupação militar e anexação administrativa do território, embora o governo metropolitano preferisse, talvez, por uma questão orçamental e diante da oposição política interna e externa, protelar indefinidamente a questão. Outras vezes, seria o próprio governo central a ordenar o ataque.

Outra abordagem explicativa do novo imperialismo aponta para os interesses individuais e sectoriais envolvidos: os colonizadores pretendiam terrenos no interior, segurança e mão-de-obra autóctone, logo favoreceriam uma invasão do *hinterland*; os militares coloniais estariam quase certos de uma vitória (dada a superioridade de armamento), e almejariam deste modo obter uma promoção na carreira; os desempregados da metrópole poderiam aspirar a uma colocação no ultramar, após a anexação; os capitalistas contariam com novas oportunidades de investimento, muitas vezes financeiramente garantidas pelo Estado. Embora se pudesse considerar que estes interesses particulares se satisfariam à custa do interesse geral da metrópole (aumento do défice orçamental), não deixam por isso de constituir uma forma de imperialismo económico, no qual certos agentes obtêm ganhos significativos.

No contexto, porém, de uma estagnação da economia capitalista mundial, como o vivido em finais do século XIX, deveremos ainda ver a “corrida a África” como uma “válvula de escape”, não só para interesses individuais e sectoriais, mas também para o todo económico nacional. Quando o crescimento económico abranda demasiado, com efeito, qualquer oportunidade de expansão começa a ser aproveitada, desde que dê algum ganho líquido para a Nação, ainda que pequeno. Não será, assim, por mera coincidência que a chamada “Grande Depressão” de 1873-1896 coexiste temporalmente com o “novo imperialismo” europeu, bem como com um período de “grandes invenções”, entre 1876 e 1898, tendentes a obter um aumento de produção e de produtividade na indústria.⁽⁴⁷⁾ Pois, ao contrário do que insinuam os partidários de uma explicação tecno-

⁴⁷ Cf. DENIS – *História do pensamento económico*, vol. 2, p. 189-193, 242; MARSEILLE, Jacques – *La crise économique est-elle cyclique? L'Histoire*. N.º 172 (déc. 1993), p. 38-51.

lógica para o imperialismo (ver secção 2.6.5), o mais frequente é a economia condicionar o “progresso técnico”, e não o contrário (na linha do conhecido provérbio latino: “a necessidade é a mãe do engenho”).

2.6.2. Explicação humanitário-ideológica

Uma outra possibilidade óbvia de explicação encontrava-se, também ela, nos próprios discursos dos políticos: o imperialismo seria necessário como única forma de induzir os “selvagens” a “civilizar-se”. Dos preconceitos da época, e das próprias teorias de Darwin, decorria que os Africanos, em contacto com “raças mais sofisticadas” como a europeia, não deixariam de extinguir-se (ver secção 2.5), a menos que fossem, de alguma forma, “tutelados” ou “protegidos”. Além disso, importava, ainda por razões puramente humanitárias, acabar de vez, com os flagelos “tradicionais” africanos: a escravatura, o canibalismo, a “caça às bruxas”, os sacrifícios humanos, as guerras recorrentes e selváticas...

Apenas uma ocupação militar, e concomitante acção policial, exercida sob chefia europeia, poderia conter estes males. Acrescia ainda que os “nativos”, vítimas de uma “ignorância” atávica, não sabiam como “desenvolver” os recursos naturais das suas terras; urgia “ensiná-los” e esclarecê-los, nem que fosse à força, para não deixar “desperdiçar” fontes de rendimento, no fundo pertença de toda a humanidade. Por último, era necessário libertar os autóctones das “trevas do feiticismo” e mostrar-lhes a luz do Evangelho (até um agnóstico como Harry Johnston concordava na necessidade de combater a “feitiçaria” local, enquanto se continha a expansão da religião islâmica na África a sul do Sara, e só o cristianismo, enquanto corpo organizado, estava, reconhecidamente, à altura desse duplo desafio).⁽⁴⁸⁾

Os “factos” em que assentava esta corrente “humanitária” de pensamento, porém, ou nunca existiram ou estavam extremamente distorcidos. As guerras “tribais”, por exemplo, eram muito pouco agressivas antes da chegada dos Europeus. Até o século XVIII, os combates no in-

⁴⁸ Cf. OLIVER, Roland – *Sir Harry Johnston and the scramble for Africa*. London: Chatto and Windus, 1959, p. 13.

terior da África Austral estavam, de facto, ritualizados por convenções, e seguiam uma cadência fixa: as duas partes, quando se defrontavam no campo de batalha, começavam por trocar insultos, a que se seguia o lançamento de projecteis de madeira contra o adversário. As mortes, e até os feridos graves, eram muito raros; assim que um dos lados sofria as primeiras baixas, admitia a derrota e mudava-se para outra terra (as guerras, entre os pastores *nguni*, tinham geralmente origem em questões sobre a posse de pastagens). Os vencidos não eram perseguidos e muito menos chacinados; não havia ainda imperialismo. Mais tarde, a pressão europeia, directa e indirecta, introduziria entre os Nguni, e particularmente nos Zulus de Shaka, a necessidade de recorrer a procedimentos imperialistas para lidar com os problemas da superpopulação e escassez de recursos (em termos de pastagens e artigos de comércio como o marfim). Assim surgiram “inovações” nos combates da África Austral: a guerra de extermínio, a morte de mulheres e crianças, a carnificina de populações inteiras. Mas esses eventos continuavam raros. Normalmente, o próprio Shaka, apesar da sua fama de crueldade, limitava-se a matar, dos vencidos, a família reinante e os guerreiros que efectivamente tinham participado no combate; o resto da população derrotada era incorporada nos Zulus.⁽⁴⁹⁾

A própria carnificina não atingia, entre os africanos, o nível que se poderia depreender das horripilantes descrições dos viajantes europeus. Afirmava-se, por exemplo, corriqueiramente, que os Macololos do Baroce tinham sido completamente exterminados pelos Lozi numa única noite, durante a “revolução” de 1864. Na realidade, tudo indica que um número significativo sobreviveu à matança, além daqueles que se refugiaram em locais como o vale do Chire ou a Matabelelândia.⁽⁵⁰⁾

A verdade é que a guerra europeia era muito mais agressiva do que a africana. Tanto Shaka como Lobengula empreendiam guerras de extermínio, mas estas resumiam-se, geralmente, a uma única batalha corpo-a-corpo. Uma vez ganha esta, não se perseguiam os vencidos, e, no caso de o inimigo não estar ainda completamente derrotado, suspendiam-se

⁴⁹ KEEGAN, John – *A history of warfare*. London [etc.]: Random House, 1994, p. 28-32.

⁵⁰ MAKOLOLO *interregnum and the legacy of David Livingstone* [em linha]. Mongu, Zambia: Barotse-land.com, cop. 2006, p. 24-28, <<http://www.barotse-land.com/history3.pdf>>.

as hostilidades à espera que o adversário viesse apresentar a rendição. Não assim com os Europeus, cujas forças disparavam e carregavam sobre o inimigo em debandada e continuavam o avanço e os combates até obterem uma rendição incondicional ou, alternativamente, a aniquilação (dos outros ou de si mesmos, pois render-se a africanos estava fora de questão – antes a morte em combate ou o suicídio).⁽⁵¹⁾

Os imperialistas europeus comportavam-se assim como um falso “médico” que suscitava no paciente uma doença para depois o obrigar a aceitar uma alegada “cura” ainda pior do que a própria enfermidade. O mesmo se poderia dizer da questão da escravatura. A escravidão doméstica, um costume que funcionava entre os africanos (e também os árabes), como uma espécie de sistema de segurança social para os desfavorecidos, não era muito contestado pelos Europeus, os quais lhe reconheciam, até certo ponto, um carácter de mal necessário. No que respeita ao tráfico à distância, qualquer observador imparcial (se os houvesse na Europa) rapidamente concluiria que a raiz do mal estava nos compradores de escravos, em plantações *europeias* como as das ilhas francesas no Índico ou da possessão portuguesa de São Tomé e Príncipe. Esses “contratadores” de “trabalhadores livres” sabiam perfeitamente em que “condições” se obtinha tal mão-de-obra “voluntária”: ataque e queima de povoações no interior, morticínio dos resistentes e dos velhos, submissão dos prisioneiros a marchas forçadas até a costa, com dezenas de mortes pelo caminho...

Quanto ao “canibalismo” e “sacrifícios humanos”, os filantropos europeus teriam, de facto, razão em intervir – se esses “factos” realmente ocorressem. Mas nunca houve nenhum relato de antropofagia (não ritual) com testemunhas *oculares* fidedignas (nem em África, nem talvez em qualquer outra parte), excepto, claro está, em situações-limite (caso do naufrágio do navio francês Medusa, em 1816, ao largo da costa africana, em que os sobreviventes tiveram de se alimentar de cadáveres). Já o canibalismo ritual, a verificar-se, ocorreria apenas em casos pouco numerosos, e portanto excepcionais. Da mesma forma, pelo menos muitos dos “sacrifícios humanos” denunciados por missionários e outros viajantes

⁵¹ Cf. HANSON – *Why the West has won*, p. 319-320, 364-365.

aparentavam ser execuções rituais de prisioneiros condenados à morte (pena capital que, note-se, também existia em muitos países da Europa, e era aplicada pelos Europeus com uma particular severidade, em relação aos “nativos” tidos como criminosos, à luz de legislação muitas vezes vigente apenas nas colónias). Logo a seguir, no entanto, entrava em jogo o mecanismo do boato não confirmado, para transformar uma suposição em “facto” – note-se que os relatos de alegados sacrifícios humanos e canibalismo, em determinada zona de África, apareciam na imprensa europeia precisamente quando determinado país da Europa planeava (ou acabava de executar) um ataque a essa mesma área, e tinham um carácter nitidamente apoloético relativamente à “necessidade moral” da invasão. Também os antigos Romanos, que os imperialistas europeus do século XIX pretendiam emular, justificavam a política de expansão com a necessidade de trazer “paz” (*pax*) e “civilização” (*humanitas*) aos grupos conquistados (genericamente classificados em “tribos” pelos conquistadores), e impedir que estes últimos continuassem a, alegadamente, praticar “sacrifícios humanos”, cuja duvidosa existência se baseava em meros rumores...⁽⁵²⁾

A “caça às bruxas” (e aos bruxos) infelizmente ocorria nas zonas a sul do Sara, mas ficava-se a dever, tal como idêntico fenómeno na Europa dos séculos XVI e XVII, ao crescimento das tensões sociais. Em ambos os casos, com efeito, verificava-se, na sociedade, a constituição de novas riquezas baseadas no comércio com outros continentes, a par da concomitante ameaça de erosão das velhas estruturas económicas e políticas de chefia; daí as invejas, o medo do “mau-olhado” e a busca de bodes expiatórios sempre que algo corria mal... Ora, num contexto de superpopulação como o da África Austral após a chegada dos Europeus, haveria sempre algo a correr mal, e autoridades pouco seguras no poder, e, portanto, sempre favoráveis a políticas persecutórias que alienassem as massas – caso da “caça às bruxas”. Rider Haggard descreve pormenorizadamente uma dessas “sessões”, na qual os suspeitos de bruxaria, tanto masculinos como femininos (geralmente, os inimigos efectivos ou potenciais do déspota reinante em alguma zona do hin-

⁵² Cf. HENRIQUES, Isabel Castro – *Os pilares da diferença*, p. 225-244; PIETERSE – *White on black*, p. 80, 113-122; LA VERITÉ sur les Gaulois. *L'Histoire*. N.º 176 (avr. 1994), p. 32-51.

terland, ou pessoas por várias razões impopulares) eram identificados por profissionais e executados (*Minas*, cap. 7). Tratava-se, em suma, de mais uma instância da nociva influência indirecta europeia, na África a sul do Sara.⁽⁵³⁾

Entretanto, para proteger os “nativos” de si mesmos, os Europeus propunham proibir o tráfico de armas e álcool em determinadas partes de África, e, de uma forma geral, proceder ao “desenvolvimento dos recursos naturais” em todo o continente (isto é, obter riquezas minerais e agrícolas do solo com recurso a mão-de-obra africana, gratuita ou quase). O paternalismo e exploração inerentes a tais medidas seriam por demais evidentes, não fora o facto de a maioria dos europeus estar cego pela névoa da retórica imperialista. Quanto à “ignorância” dos “nativos” em relação às coisas europeias, ela mantinha-se porque era cuidadosamente conservada pelos colonizadores, que assim conservariam sempre um ascendente sobre aqueles. O próprio Rider Haggard faz o protagonista das *Minas* queixar-se do Parlamento do Cabo, para a eleição do qual alguns africanos podiam contribuir com o seu voto (cap. 1), e, numa novela posterior (*Alão Quartelmar*, 1887), não sente pejo em condenar a introdução, em África, de “inovações” tão “nocivas” como o “sufrágio universal”, os jornais diários e a escolaridade. Se, outras vezes, parece ser partidário da melhoria da condição dos “nativos”, como quando os expedicionários das *Minas* resolvem instalar um sistema judicial de tipo britânico no interior do continente (cap. 8 – a tradução portuguesa, neste aspecto mais explícita que o original, fala na criação de um tribunal de júri), devemos ter em atenção que, na prática, a legislação era sempre distorcida a favor dos europeus (os quais, na Rodésia, por exemplo, eram sempre os únicos escolhidos para jurados, quando estava em causa uma pendência entre um africano e um colono da Europa). E as colónias conquistadas pela força tinham de ser geridas de forma tão restritiva, devido a constrangimentos orçamentais impostos pela metrópole, que, na realidade, estava fora de causa qualquer aumento do bem-estar material dos autóctones. Estes últimos tinham apenas diante de si a expropriação dos melhores terrenos (por vezes

⁵³ HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 2, n.º 10 (abr. 1890), p. 508-511; VINCENT, Jean-Didier – *A carne e o diabo*. Mem Martins: Europa-América, 1997, p. 204.

acompanhada de deportação para “reservas indígenas”), bem como o trabalho forçado nas obras públicas e explorações privadas, em ordem a “equilibrar” o orçamento colonial.⁽⁵⁴⁾

Em si mesmos, porém, os “indígenas” não eram “ignorantes” supersticiosos, nem as suas religiões um “feiticismo”. Os missionários cristãos, no entanto, difundiam na Europa esse ponto de vista, pois o “novo imperialismo” constituía um autêntico “braço secular” que fortalecia as Igrejas a sul do Sara, face a um competidor melhor sucedido do que o cristianismo, na ausência de guarnições militares: o islão. Para justificar a presença de forças armadas europeias no continente africano, porém, tornava-se necessário mostrar os sacerdotes das religiões autóctones como meros “feiticeiros” e “charlatães” na produção escrita sobre África (caso de uma personagem das *Minas*, a pérfida velha Gagula – Gagool, no original –, e de passagens análogas dos romances de Verne, por sua vez baseados em relatos de viagens).⁽⁵⁵⁾ Era também preciso denegrir ao máximo o islamismo, cuja influência urgia combater, nem que fosse pela força – uma autêntica “cruzada”, como na Idade Média. Na prática, os missionários europeus no interior de África constituíam apenas a guarda avançada da invasão imperialista, e Rider Haggard afirmava-o, explicitamente, numa passagem das *Minas* considerada demasiado embaraçosa para figurar na tradução da *Revista de Portugal*.⁽⁵⁶⁾

Em suma, as explicações de tipo humanitário-ideológico, para o “novo imperialismo”, não colhem (como frisaria, em 1899, Joseph Conrad, no texto que serve de epígrafe a este capítulo): trata-se, em todos os casos, de pretextos, mais do que verdadeiras justificações. Devemos, assim, voltar-nos para o próprio campo no qual a retórica se transforma em facto: a política.

⁵⁴ DAVIDSON – *Africa in modern history*, p. 77-83; HAGGARD – *Alão Quartelmar*. Mem Martins: Europa-América, 1999, p. 298; –As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 394; vol. 2, n.º 10 (abr. 1890), p. 517; –*King Solomon's mines*, chap. 11, p. 107; HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 177; RIST – *Le développement*, p. 92, 104, 113.

⁵⁵ Cf. VERNE – *A Estrela do Sul*, p. 125; –*Cinco semanas em balão*, p. 97; –*Um herói de 15 anos*, pt. 2, p. 373-380.

⁵⁶ HAGGARD – *King Solomon's mines*, chap. 19, p. 181; PIETERSE – *White on black*, p. 68-75.

2.6.3. Explicação política

Autores como Roland Oliver sugerem uma explicação puramente política para o “novo imperialismo”. Em finais do século XIX, argumenta-se, a entrada em cena de novas potências coloniais (o Estado Livre do Congo e o 2.º Reich Alemão) teria desencadeado nas restantes (especialmente a Inglaterra, França e Portugal) a “corrida a África” como uma tentativa de restaurar o equilíbrio de poder (*balance of power*) anteriormente vigente na cena internacional. Poder-se-ia acrescentar que essa competição servia para aliviar tensões políticas no cenário europeu (a França, por exemplo, pretendia novos territórios africanos para “esquecer” a perda da Alsácia-Lorena, anexada pela Alemanha em 1871, enquanto esta última obteria da Inglaterra em 1890 a estrategicamente posicionada ilha de Heligolândia, bem como a “faixa de Caprivi”, no Sul do Baroce, em troca do abandono das pretensões germânicas sobre Zanzibar) e ainda obter o apoio do eleitorado. É que, até então, os assuntos africanos não interessavam senão uma elite letrada na Europa, além de, claro está, os grupos de interesses ligados ao mundo colonial e os próprios governos. Em 1889, porém, as tensões democráticas e os preconceitos nacionalistas e racistas, acumulados ao longo de todo o século, estavam em vias de explodir no chamado “imperialismo popular” (*Volkenimperialismus*).

Na década de 1890, com efeito, a necessidade de agradar (e alienar) ao eleitorado (alargado por uma extensão do direito ao voto a sectores cada vez mais amplos da população), faz com que cada governo manipule a imprensa, em ordem a apresentar a uma luz o mais favorável possível as expedições armadas em África. Os novos heróis são, agora, não os exploradores geográficos, mas os comandantes militares que penetram no sertão. Estes “homens sem medo” surgem apontados à juventude e às massas populares como exemplo, e a própria publicidade comercial se serve deles para vender mais (a imagem e o nome dos novos africanistas figura em todo o lado, até nas latas de bolachas). Aparece, pela primeira vez na história, a propaganda política moderna, que visa distrair os novos eleitores relativamente à luta de classes do operariado, e concentrar a atenção dos mesmos nos empreendimentos militares em África, confrontos esses nos quais a “raça branca” derrota a “raça negra”. O racismo

e nacionalismo, pré-existentes na população metropolitana, são, assim, aproveitados para fins políticos: esquecer o movimento sindical e substituir a solidariedade de classe pelas solidariedades nacional e “racial”, facilmente manipuláveis pelo poder. Uma forma desta manipulação é-nos dada pelas exposições coloniais, que exibem, de forma triunfante, em solo europeu, os produtos dos territórios conquistados e até os próprios autóctones (autênticos “zoos humanos”). Paralelamente, surge, com o patrocínio oficial ou oficioso do Estado, toda uma pseudociência relativa a África, que considera evidências “etnográficas” os mais aberrantes preconceitos (canibalismo gastronómico, divisão em “raças” e “tribos”) e se caracteriza por generalizações indevidas, como no tristemente célebre caso da “Vénus hotentote”, Saartjie Baartman, cujo corpo deformado é visto no século XIX, pelos antropólogos europeus (entre os quais Oliveira Martins), como protótipo das mulheres autóctones na África Austral.⁽⁵⁷⁾

Um dos “factos ultramarinos” considerado mais indiscutível, e encarado com conotações racistas, era o do “feudalismo” em que alegadamente viviam os Africanos. O facto de Lobengula atacar os “Xonas”, por exemplo, surgia aos olhos dos Ingleses como uma afirmação de soberania em relação a “tributários” rebeldes, ao mesmo tempo que constituía uma demonstração prática da “doutrina darwiniana da sobrevivência dos mais aptos” (os habitantes da Maxonalândia, impotentes perante os ataques matabeles, estariam, a prazo, inelutavelmente condenados à extinção às mãos destes últimos, na “luta pela existência”).⁽⁵⁸⁾ Também Rider Haggard quando, em *Alão Quartelmar*, a novela escrita em continuação das *Minas*, fazia os seus expedicionários finalmente encontrar, no interior da África, uma “raça” de “brancos” (Egípcios? Assírios? Judeus? Persas? Fenícios?), notava que esse povo oriental, parado no tempo, vivia “numa espécie de sistema feudal” (além de ser, aparentemente, o responsável por alegados vestígios de antiga “ocupação”, encontrados perto da ilha de Moçambique e noutros locais). Acrescentava que tais indivíduos, “quase tão brancos como nós”, seriam facilmente dominados

⁵⁷ Cf. MARTINS, J. P. Oliveira – *O Brasil e as colónias portuguesas*, p. 253; OLIVER, Roland; FAGE, J. D. – *Breve história de África*. 1.^a ed. portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 210-219; PIETERSE – *White on black*, p. 77-101, 180-181.

⁵⁸ “(...) the struggle for existence (...) the Darwinian doctrine of the survival of the fittest.” KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 118-119. Cf. HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 79.

por qualquer “patife empreendedor” equipado com espingardas modernas – e aqui mostrava-se implícito o motivo pelo qual os Europeus viam “feudalismo” por toda a África: quem conquistasse o alegado suserano “feudal”, teria, à luz do direito europeu, automaticamente submetido todos os respectivos “vassalos”, ou seja, obteria, na opinião das restantes potências da Europa, a completa soberania sobre extensíssimos territórios, sem ter sequer de os visitar...⁽⁵⁹⁾

Porque o que estava em jogo era, mais uma vez, a “corrida a África”, a obtenção de territórios pelo método mais expedito possível, nem que isso implicasse a elaboração de efabulações como o “feudalismo” centro-africano,⁽⁶⁰⁾ e o pôr em prática de métodos claramente imorais em relação às “raças inferiores” (celebração de falsos tratados com os autóctones, mentiras às autoridades africanas, carnificina dos que recusavam submeter-se). Valia tudo que, à luz do direito internacional europeu, pudesse ser invocado como título de soberania. Por isso, as relações diplomáticas europeias eram mais relevantes do que o que acontecia no terreno, em África. As notícias dos jornais e caricaturas das revistas na Europa reflectiam essa visão, pois enfatizavam os “conflitos” diplomáticos, de secretaria, entre as potências coloniais, em detrimento da expansão imperialista em si: as propositadamente chamadas, com menosprezo, “pequenas guerras” ou “campanhas” africanas, nas quais, no entanto, morriam, abatidos à distância, centenas, e por vezes milhares, de combatentes autóctones. Estes últimos não importavam, pois eram de uma “raça inferior”, como aliás, em relação aos anglo-saxónicos, o eram os povos colonialistas do Sul da Europa. Já Rider Haggard dizia, em tom paternalista, relativamente ao povo “branco” fictício que Alão Quartelmar acabava de encontrar no interior de África: “(...) as (...) pessoas (...) não eram louras, mas distinguiam-se nitidamente das raças negras, sendo tão brancos como,

⁵⁹ HAGGARD – *Alão Quartelmar*. Trad. de Alexandra Tavares, p. 163-165, 298.

⁶⁰ Pois, em sentido próprio, nunca existiu feudalismo (político, económico ou jurídico) no interior da África Central, e só com muitas aspas se pode falar em relações de “vassalagem”; nos próprios “prazos” da Zambézia, onde o direito europeu se cruzava com o autóctone, o termo “feudal” deve ser empregue com muitas reservas. Cf. GANSHOF, F. L. – *Que é o feudalismo?* 4.^a ed. Mem Martins: Europa-América, 1976, p. 10; HAMMOND, R. J. – *Portugal and Africa*. Stanford, California: Stanford University Press, 1966, p. 39-42; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 190-191; SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*, p. 413; VALENTE, Vasco Pulido – *Um herói português*. 2.^a ed. Lisboa: Alétheia, 2006, p. 22.

por exemplo, os espanhóis ou os italianos.” Duas potências coloniais que correspondiam, também elas, a “raças inferiores”, como aliás Portugal – tudo povos latinos, facilmente desalojáveis de África, no entender de Rider Haggard e dos seus leitores ingleses, se a necessidade surgisse.⁽⁶¹⁾

Ao preconceito racista, juntava-se o nacionalista: curiosamente, cada potência imperialista aproveitava todas as oportunidades para denunciar as atrocidades cometidas pelas restantes, enquanto salientava a “justiça” da sua própria causa na “corrida a África”. As atrocidades cometidas no Congo sob o patrocínio do rei Leopoldo II, por exemplo, eram condenadas pela imprensa de toda a Europa, excepto, claro está, os periódicos belgas, os quais negavam que o Estado Livre do Congo matasse à fome os trabalhadores forçados no rio Zaire (eram supostamente “livres” para se irem embora), cortasse os pés e mãos dos autóctones quando estes não conseguiam entregar a quota de marfim (um dever fiscal) e queimasse as aldeias depois de matar todos os habitantes que encontrava (pedagógico “castigo” de “rebeldes”). Sabedor de tudo isto, Joseph Conrad, para assegurar o máximo de vendas na Europa (Bélgica incluída) do seu *Coração das Trevas*, ocultou, por isso, propositadamente, a nacionalidade da companhia comercial responsável pelos horrores que descrevia na narrativa.

Aos políticos imperialistas, importava apenas salientar, nos seus discursos, o valor estratégico das possessões recém-adquiridas ou ocupadas (o que até poderia ser verdade, em casos como a invasão britânica, em 1881, do Egipto, onde se situava o canal do Suez), ou ainda as vantagens económicas das mesmas (pretexto esse menos verosímil, porém – ver secção 2.6.1). Havia, porém, um argumento sempre invocado: a necessidade de afirmar o “prestígio nacional” quer junto aos autóctones, quer junto às restantes potências europeias. Os periódicos e as manifestações de rua abundavam em produções escritas, imagens e hinos que sustentavam a “corrida a África” de forma “patriótica”, mas também, como notavam os críticos (particularmente escritores socialistas como Hobson e H. G. Wells), evidenciavam o carácter “feiticista” desta adoração de símbolos nacionais, autênticos “deuses tribais” dos Europeus.⁽⁶²⁾

⁶¹ HAGGARD – *Alão Quartelmar*. Trad. de Alexandra Tavares, p. 163.

⁶² Cf. HOBSON, J. A. – *Imperialism*. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, 1965, p. 215-216; WELLS, H. G. – *Historia universal*. 2.ª ed. rev. São Paulo [etc.]: Editora Nacional, 1939, vol. 3, p. 234.

A explicação política do imperialismo não é, no entanto, suficiente. A propaganda metropolitana não poderia influenciar o desenrolar de expedições militares a milhares de quilómetros de distância, alterar a maneira de pensar dos colonizadores em África e nem sequer arrastar passivamente, atrás de si, a opinião das massas na Europa. Uma tão grande adesão só poderia ter origem em razões sociais, que investigaremos de seguida.

2.6.4. Explicação sócio-psicológica

No século XIX, dá-se, na Europa, a “questão social”, os conflitos entre operários e patrões, nas cidades. Estes conflitos suscitam e estimulam diversas ideologias nascentes, em defesa dos trabalhadores: entre elas, o anarquismo, o socialismo e o republicanismo. O nacionalismo, e, depois dele, o imperialismo, surgem como formas de alienar os elementos da população da referida “luta de classes”. Nesse sentido, podemos classificá-los como ideologias contrárias ao socialismo e entendê-los como uma arma do patronato para afastar as atenções da “questão social” na Europa.

De facto, a constituição de mercados internos, nos países europeus, criara as condições materiais necessárias para o despontar da consciência nacional e, por inerência, do movimento nacionalista. Deste modo, a vaga dos nacionalismos percorreu a Europa, e dividiu, uniu ou converteu os estados (previamente existentes) em “nações” ao longo do século XIX. Ora, a doutrina nacionalista, que, inicialmente, visava “apenas” fazer corresponder a cada “nação” a sua própria organização estatal, única e distinta, acabou, porém, por adquirir, no último quartel de Oitocentos, uma feição imperialista, no sentido de pretender agora, também, expandir, ao máximo, o território do Estado. Nos países do Ocidente europeu, esse imperialismo encontraria um teatro ideal no continente africano, na “corrida a África”.⁽⁶³⁾ Podemos, assim, ver no movimento imperialista uma consequência quer da “luta de classes” quer do próprio reforçar da

⁶³ Cf. CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 82; POLANYI, Karl – *The great transformation*. 2nd ed. Boston: Beacon Press, 2001, p. 64, 207-208; WELLS, H. G. – *Historia universal*, vol. 3, p. 181-187, 205-207, 231-236, 238-247.

consciência nacional europeia, em busca de vitórias militares externas que consolidassem o sentimento de coesão interna nos diversos países da Europa Ocidental.

Havia, no entanto, uma justificação sociológica adicional para o imperialismo, um motivo de índole social que conduzia a pressões no sentido de as metrópoles empreenderem guerras de agressão nas colónias: o desejo, sentido pelos filhos das famílias de “classe média e alta”, de manterem a posição social, de certo modo “herdada” dos pais. Nas *Minas*, Rider Haggard revelava uma das razões que induziam os ingleses oriundos de famílias abastadas a partir para África: “em Inglaterra, quando um homem morre sem testamento e não tem senão bens de raiz, tudo passa para o filho mais velho”, o que poderia levar um irmão mais novo, sem qualificações profissionais nem meios próprios de subsistência, a “tentar fortuna” no continente africano, como de facto aconteceu na novela (cap. 1), e era também o caso do autor, filho segundo de uma família da pequena nobreza rural. A instituição da liberdade testamentária, os morgados e outras particularidades jurídicas dos países anglo-saxónicos, tinham, com efeito, o inconveniente de afastar da posse da terra os filhos mais novos das famílias latifundiárias, na Grã-Bretanha. Nações europeias com uma economia mais frágil e relativamente “atrasada”, como a França e Portugal, não podiam dar-se a esse luxo, e daí não só a abolição jurídica dos morgados nesses países, durante o século XIX, mas também disposições legais relativas aos testamentos, para assegurar uma repartição minimamente igualitária das propriedades entre os descendentes do falecido. Por outro lado, dessas medidas legislativas resultava uma tendência para uma excessiva fragmentação da propriedade fundiária, e, portanto, uma perpetuação do relativo “atraso” económico, num ciclo vicioso (pois inibia o aumento da produtividade agrícola, ao mesmo tempo que impedia a formação de um verdadeiro proletariado industrial, sem qualquer ligação à terra) que remontava já ao Antigo Regime.⁽⁶⁴⁾

⁶⁴ COELHO, Maria de Fátima – O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias. In REIS, Jaime; MÓNICA, Maria Filomena; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. – *O século XIX em Portugal*. Lisboa: Presença, [D.L. 1981], p. 111-131; HAGGARD – As minas de Salomão. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 399; *L'Histoire*. N.º 96 (janv. 1987), p. 96-105; n.º 124 (juil.-août 1989), p. 89-91; MALTHUS, Thomas R. – *Principles of political economy*. Variorum ed. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1989, vol. 1, p. 433-440.

Em todo o caso, tornava-se evidente que, ou por uma razão ou por outra (filhos desprovidos de herança, ou membros da elite a viver em dificuldades financeiras), se formava, gradualmente, entre as famílias tradicionalmente abastadas de várias potências coloniais europeias, um certo contingente de migrantes, dispostos a procurar melhor sorte em África, quer em termos de cargos quer de propriedades fundiárias. Rider Haggard, que além de escrever novelas também tinha pretensões à vida política activa, fazia notar isso mesmo, nos seus escritos sobre os problemas sociais europeus.⁽⁶⁵⁾

O resultado desta situação era uma sociedade colonial, no século XIX, que reproduzia em África a luta de classes da metrópole, enquanto os legisladores metropolitanos se esforçavam por fazer alastrar às colónias o liberalismo que vigorava já na Europa. Nestas circunstâncias, o racismo surgia espontaneamente, pois, em contacto com africanos juridicamente livres, tornava-se necessário hierarquizar a sociedade de forma que a antiga ordem, caracterizada pela escravatura, fosse substituída por outra na qual os Europeus mantivessem a superioridade. Na realidade, o racismo era apenas uma forma de hierarquização social; não precisava de argumentos pseudocientíficos para ocorrer (podia, com efeito, basear-se apenas na Bíblia – Génesis 9:18-27), muito embora a noção “biológica” de “raça” fosse frequentemente invocada.

O racismo surgia para substituir a escravatura; daí ter-se manifestado plenamente apenas a partir da década de 1770, quando se começaram a fazer sentir com mais acutilância na Europa as tendências abolicionistas. Como tinha uma motivação oculta, os conceitos “biológicos” invocados eram meros pretextos, aos quais se associavam frequentemente outros argumentos de índole religiosa (a maldição de Noé), linguística (os idiomas “indo-europeus”, por oposição aos “semitas”) e social, num todo muito mais sistemático e organizado do que a velha xenofobia que o precedera. Assim, se em Inglaterra a “classe média” em ascensão invocava a doutrina de Darwin, em França a aristocracia, prejudicada pela Revolução, tinha em seu favor as doutrinas de Gobineau sobre a “raça ariana” (a que alegadamente pertenciam os nobres) e a decadência “racial” da

⁶⁵ HAGGARD – *Rural Denmark and its lessons*. London [etc.]: Longmans, 1917, p. 269-270.

civilização (quando a “raça superior” dos nobres se misturava com a “inferior” dos burgueses). Entretanto, o racismo crescia a par da expansão imperial europeia, e revelava-se, por isso, quase inseparável do imperialismo: os invasores europeus venciam porque pertenciam a uma “raça superior”. No século XIX, quase todos os europeus “instruídos” estavam imbuídos de tal mentalidade; as exceções a esta regra eram, geralmente, apenas aparentes.⁽⁶⁶⁾

Argumenta-se, por exemplo, que Rider Haggard não seria racista, porque certos africanos figuram em lugar de destaque nas suas novelas, vistos a uma luz muito favorável – caso da personagem de Ignosi, nas *Minas de Salomão*. Isto é esquecer que o racismo tem como função a hierarquização social. Ignosi, apesar de africano, é filho de rei, e Rider Haggard provém de uma família aristocrática inglesa. Ora, os nobres europeus, para manterem em África um ascendente que o liberalismo da metrópole, e a evolução mundial do capitalismo, lhes nega cada vez mais na Europa, precisam de exaltar, até certo ponto, as autoridades tradicionais africanas, cuja mundividência tem muitos pontos de contacto com os preconceitos da nobreza europeia. O mesmo se diga em relação aos “serviçais” e “auxiliares” militares africanos, a quem os fidalgos europeus sabiam tratar com o mesmo misto de paternalismo e distância com que se dirigiam, na Europa, aos seus trabalhadores e criados.

Nas colónias do século XIX, os aristocratas provenientes da metrópole eram preferencialmente escolhidos para exercerem funções em postos-chave da administração e forças armadas, dado o prestígio de que ainda gozavam, e também à sua convencional adequação para lidar com subordinados. Por outro lado, os burgueses recém-chegados às colónias ocupavam também posições de chefia, e os seus interesses coincidiam geralmente com os dos aristocratas,⁽⁶⁷⁾ mas os nobres estavam, à parti-

⁶⁶ LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 162; PIETERSE – *White on black*, p. 41-51. Em Portugal, temos o exemplo inicial do poeta Bocage (1766-1805), que, ao ter de competir de igual para igual, em Lisboa, com rivais descendentes de africanos, já em finais do século XVIII os tentava discriminar, apodando-os de bodes, cães e macacos: BOCAGE – *Sonetos*. Mem Martins: Europa-América, [1982], p. 121-122, 133 (sonetos 175-176, 199).

⁶⁷ Embora nem sempre, como se verificou na expedição de Stanley de 1886-1889, na qual o explorador, um burguês proveniente da “classe baixa” britânica, mostrou o quanto detestava a “classe alta” inglesa, ao contribuir, de certa forma propositadamente, para a morte de outro dos expedicionários, o aristocrático major Bartellot. Era a “luta de classes” europeia, transposta para África. Cf. LINDQVIST

da, mais à vontade no terreno, pois podiam simplesmente continuar a exercer em África uma herança familiar: o despotismo benevolente dos fidalgos rurais, desta feita aplicado, por estes últimos, não aos camponeses da Europa, mas às “raças” africanas subjugadas. Isto sem esquecer outras características convencionalmente atribuídas à aristocracia europeia, de grande utilidade para a administração colonial, como a atenção minuciosa aos hábitos e costumes das populações subjugadas, a capacidade de fazer cumprir a lei, de forma pronta e eficaz, nos territórios administrados, um patriotismo simples (mas capaz de estimular todo o tipo de xenofobia nas colónias) e a crença inabalável na superioridade da fé cristã sobre o “paganismo” dos autóctones. No continente africano, os nobres provenientes da Europa tinham, assim, ampla margem de manobra para agirem segundo a mentalidade aristocrática que os caracterizava e, de facto, determinaram à sua imagem a metodologia da governação colonial.⁽⁶⁸⁾

Assim, os administradores e funcionários britânicos, muitas vezes membros da aristocracia ou, pelo menos, educados em moldes aristocráticos, preocupavam-se em impressionar os “indígenas” com partidas de caça, nas quais exibiam os dotes venatórios, típicos da nobreza europeia medieval. Da mesma forma, na guerra, os oficiais ingleses, franceses e espanhóis esforçavam-se por demonstrar, aos “auxiliares” africanos, outro valor aristocrático: o carisma nas batalhas, capaz de só por si, conquistar o coração dos subordinados, num misto de respeito, admiração e lealdade para com o comandante europeu.⁽⁶⁹⁾

Para Schumpeter, o “novo imperialismo” constituiu a oportunidade ideal para a aristocracia da Europa poder ganhar um novo fôlego, após os revezes sofridos com o liberalismo, que lhe retirava privilégios

– *Exterminem todas as bestas*, p. 60, 66. No entanto, o sonho secreto da maioria dos burgueses era conseguir uma nobilitação, o que tanto Lugard como Harry Johnston alcançaram...

⁶⁸ HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 17-18. Note-se que Rider Haggard era, também ele, racista. No seu diário privado, por exemplo, aludia, de forma discriminatória, ao “cheiro” típico e persistente que alegadamente emanava do corpo de um príncipe da Suazilândia, Umhlopezazi, como se de um animal se tratasse. No entanto, era nesse zulu que se baseava uma das personagens mais heróicas da novela *Alão Quartelmar*: o guerreiro africano Umslopogaas, por isso mesmo muitas vezes apontado como “prova” da suposta ausência de racismo, por parte do escritor. Cf. HAGGARD – *The private diaries*. London [etc.]: Cassell, 1980, p. 185.

⁶⁹ LAWRENCE – *The rise and fall of the British Empire*, p. 289.

e a fazia agonizar na metrópole. As funções militares e administrativas, requeridas aos colonizadores, eram, para a nobreza da metrópole, um campo ideal de acção. Os burgueses europeus, enquanto classe social, estavam mais vocacionados para a função económica, embora também pudessem ocupar cargos de chefia no aparelho estatal; no entanto, era a nobreza quem, juntamente com os sectores pró-militares no interior da burguesia, realmente pressionava no sentido de se empreenderem guerras de expansão nas possessões ultramarinas. Os burgueses, na óptica de Schumpeter, apresentavam tendências demasiado pacíficas para empreenderem, enquanto classe, o contínuo esforço bélico que supõe e constitui as aventuras imperialistas.⁽⁷⁰⁾

Todos os europeus em África concordam, porém, na prática, com a necessidade do imperialismo, como forma de estender a influência da Pátria sobre o *hinterland*, ao mesmo tempo que pretendem tirar daí benefícios pessoais e de classe. O racismo nas colónias cresce com o aumento da migração proveniente da Europa, e traduz-se em medidas específicas, jurídicas e outras, para discriminar os Africanos em prol dos Europeus, independentemente da classe social de origem destes últimos.

Da mesma forma, poderemos encontrar em África uma válvula de escape para outra das tensões na sociedade europeia: a pressão, já não da luta de classes, mas de uma sexualidade reprimida pelos preconceitos vitorianos, decorrentes da ascensão da burguesia urbana europeia. No ultramar, os imigrantes europeus descarregam os seus preconceitos e frustrações nos “nativos”, que vêem invariavelmente como lúbricos, mas eles próprios não se encontram acima de qualquer suspeita. Em certa passagem das *Minas*, um despótico rei africano oferece donzelas em casamento aos expedicionários, e o capitão Good mostra-se disposto a aceitar, até ser impedido de o fazer por Alão Quartelmar, cioso da respeitabilidade europeia (cap. 8). A cena em questão baseia-se em casos reais: Montagu Kerr, por exemplo, narra que um senhor do *hinterland* fizera idêntica proposta ao caçador de elefantes português Eustáquio da Costa, o qual, alegadamente, declinara o convite. Há fortes razões para crer que o próprio Rider Haggard, como muitos

⁷⁰ SCHUMPETER – *Imperialism*, p. 92-98.

outros jovens europeus solteiros em África, teve uma ligação com uma autóctone, mantida secreta no resto da vida do escritor. De qualquer dos modos, embora o autor esclareça, no princípio das *Minas* (cap. 1), quase “não haver mulheres” naquela narrativa, a novela está, como a sociedade vitoriana imperialista na qual surgiu, visivelmente carregada de uma sexualidade reprimida.

Entretanto, a mulher europeia ou se mantém na metrópole, enquanto o noivo ou marido parte para o ultramar, ou viaja com ele. Em ambas as situações (quase não se concebem outras, no contexto vitoriano, que valorizava a família nuclear), verifica-se um racismo extremado, dadas as inúmeras possibilidades de infidelidade da parte do marido (e da própria esposa, como insinua Rider Haggard – *Minas*, cap. 8). Pode até alegar-se que a mulher europeia, social e sexualmente reprimida no ambiente vitoriano, descarregue os seus recalcamentos nos “serviçais” africanos que a rodeiam, quer nas colónias quer na metrópole, e seja, assim, ainda mais racista. Entretanto, a importância do papel da mulher cresce nas sociedades da Europa Ocidental (começa a receber uma instrução superior, por exemplo, e a candidatar-se cada vez mais a postos de trabalho nas cidades), as redacções dos jornais incluem folhetins nas suas publicações para irem ao encontro do público feminino, e os escritores têm cada vez mais em conta este novo factor na produção literária, de cariz imperialista ou não. A própria tradução das *Minas* se ressentiu disso, pois algumas das alterações e omissões relativamente ao original efectuam-se para ir de encontro ao perfil das leitoras da *Revista de Portugal*.⁽⁷¹⁾

Torna-se assim óbvio que o “novo imperialismo” europeu do século XIX tem por trás de si motivações sócio-psicológicas – mas também verificamos que essas motivações derivam de um contexto sócio-económico em mutação.

⁷¹ CHAVES, Cristina Rita Ferreira Arala – *A dupla metamorfose literária*. Porto: Faculdade de Letras, 1998, f. 130-137; HAGGARD – *As minas de Salomão*. Trad. E. Q. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 392; vol. 2, n.º 10 (abr. 1890), p. 518-519; HIGGINS – *Rider Haggard*, p. 35-36; KERR – *The far interior*, vol. 2, p. 143; MANNONI, O. – *Prospero and Caliban*. London: Methuen, 1956, p. 114-116; PIETERSE – *White on black*, p. 174; WERNER, Françoise – *Romans-feuilletons... je me souviens. L'Histoire*. N.º 73 (déc. 1984), p. 86-87.

2.6.5. Explicação tecnológica

O domínio europeu, em África, assentava basicamente no uso de armas modernas, e particularmente a metralhadora, que garantia a vitória nas batalhas. Outras invenções, surgidas também elas no século XIX, ajudavam as novas campanhas militares: o navio a vapor, que permitia o transporte de canhões e metralhadoras pelos rios de África, e o caminho-de-ferro, o qual, uma vez instalado no interior do continente, assegurava o rápido transporte de soldados e respectivo abastecimento logístico. Entretanto, a introdução do telégrafo facilitaria sobremaneira as comunicações dos expedicionários com o litoral e a metrópole. Além disso, em Oitocentos, as plantações holandesas de Java começariam a fornecer matéria-prima para o fabrico europeu de quinino, o qual por sua vez ajudaria as forças expedicionárias a combater o único inimigo verdadeiramente letal, dada a superioridade de armamento de que gozavam: a malária. Com base em todos estes dados, Daniel Headrick (*The Tools of Empire*, 1981) delineou a tese segundo a qual o “novo imperialismo” ocorreu apenas a partir da 2.^a metade do século XIX pela simples razão de que só então (e não antes) se tornara exequível, dado o grande número de invenções entretanto ocorridas nos EUA e Europa.⁽⁷²⁾

Este ponto de vista tem a sua pertinência, mas podemos e devemos interrogar-nos se não haveria condicionalismos *económicos*, tanto por trás do surto tecnológico do século XIX, como subjacentes à “corrida a África”.

2.7. A FALSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Uma das características do “novo imperialismo” europeu era a necessidade permanente de apresentar pretextos plausíveis para as “pequenas guerras” coloniais, sob pena de estas se tornarem, a breve trecho, impopulares, o que traria custos políticos aos responsáveis. De facto, o século XIX vira surgir, no seio da sociedade europeia e pela primeira vez na

⁷² Cf. LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 94; MOULIN, Anne Marie – *L'adversaire le plus redoutable des coloniaux: le paludisme. L'Histoire*. N.º 69 (juil.-août 1984), p. 62-66.

história, o pacifismo moderno, o qual até certo ponto, correspondia aos interesses da burguesia, que, salvo certos grupos de interesses, preferia uma paz profícua aos desgastes e desperdícios de uma guerra contínua. Também os contribuintes fiscais e a própria população metropolitana, no seu todo, veriam, à partida, com desagrado conflitos que sorveriam dinheiros públicos e vidas humanas. Na Europa, ao contrário do que se passava com os Zulus de Shaka ou os Matabeles de Lobengula, a guerra passara a ser vista como uma anormalidade, uma situação excepcional. Devido ao desenvolvimento do capitalismo, com efeito, a única forma possível de legitimar uma guerra aos olhos dos Europeus, a partir do século XIX, seria encontrar pretextos para apresentá-la como meramente “defensiva” e como solução de último recurso, ainda quando isso não correspondesse à verdade.⁽⁷³⁾

Daí o esforço governamental para tornar o imperialismo “popular” (*Volkenimperialismus*), através de propaganda na imprensa, sem esquecer os escritos imperialistas publicados por autores oriundos de sectores sociais interessados na expansão imperial – caso do aristocrata Rider Haggard, autor das *Minas de Salomão* e *Alão Quartelmar*. Em todos esses textos os conflitos imperiais em África são representados de forma “patriótica”, com destaque acentuado para o “heroísmo” alegadamente mostrado em combate pelos europeus. O factor crucial da superioridade de armamento era sistematicamente minorado ou nem sequer mencionado; os casos frequentes de indisciplina e erros de comando entre as forças europeias, simplesmente omitidos. Efectivas derrotas como o morticínio dos soldados ingleses em Isandlwana ou a defesa desesperada de Rorke’s Drift, na Guerra Anglo-Zulu de 1879, foram retratadas na imprensa britânica da época, não como vitórias dos autóctones, mas como actos de um valor heróico sem precedentes, da parte dos invasores (os quais, aliás, eram convenientemente vistos como “vítimas” e “agredidos”, por o conflito ser, segundo a propaganda, uma “guerra preventiva”); já o recurso “pioneiro” a metralhadoras, para acabar rapidamente com as sucessivas derrotas dos Ingleses no conflito, não chegou a ser referido nos jornais. Esta representação enviesada dos acontecimentos, esta visão de império,

⁷³ SCHUMPETER – *Imperialism*, p. 69-78.

passava, seguidamente, para o sistema de ensino europeu. Os manuais escolares de História reproduziam, inicialmente, de forma acrítica, as notícias dos jornais, embora com o correr do tempo se verificassem, pontualmente, algumas correcções, ainda que muito tardias, no sentido de repor a verdade dos factos. Quanto ao ensino em si, veiculava, a par destes conteúdos imperialistas, toda uma mensagem subliminar relativa à validade universal do princípio da “sobrevivência dos mais aptos” (isto é, dos mais fortes ou astutos); tudo isto acompanhado de abundante recurso a castigos corporais e outros métodos que Colin Cross não hesitou em classificar de “totalitários”. Assim se formavam, na metrópole, os futuros comandantes militares e funcionários coloniais.⁽⁷⁴⁾

A distorção torna-se ainda mais grave quando estão presentes outras forças europeias, rivais dos invasores em questão. O imperialismo, tal como o racismo, é sempre um defeito dos “outros”.⁽⁷⁵⁾ Ainda hoje a crise de Fachoda (1898), por exemplo, é retratada, não só nos manuais escolares mas também nos livros de divulgação histórica, como um conflito essencialmente diplomático entre França e Inglaterra; cada texto dá ou retira razão a uma das duas partes europeias em confronto consoante a nacionalidade ou filia do respectivo autor, mas não se insiste demasiado no “pequeno pormenor” dos milhares de sudaneses chacinados pelas forças francesas e britânicas, durante a “corrida” pelo domínio dessa localidade. Interessa, isso sim, mencionar o “ultimato” que a Grã-Bretanha esteve na iminência de declarar à França, no sentido desta última retirar de Fachoda a respectiva força expedicionária. Da mesma forma, na crise de Tânger (1905) salienta-se o conflito diplomático entre a Alemanha e a França, não o facto gritante de ambas as potências considerarem Marrocos como um teatro passivo para as ambições imperialistas europeias.

Entretanto, na viragem de século, a acção conjunta da imprensa, dos livros de propaganda, e do próprio sistema de ensino, conduziam, a um

⁷⁴ CROSS, Colin – *The fall of the British Empire*. London: Paladin, 1970, p. 35- 39; LIEVEN, Michael – Bias in school history textbooks. *Paradigm* [em linha]. Vol. 2, n.º 1 (Jan. 2000), <<http://faculty.ed.uiuc.edu/westbury/Paradigm/leiven.html>>; PIETERSE – *White on black*, p. 77-80; WELLS – *Historia universal*, vol. 3, p. 229-231, 306-308. Também em Portugal o ensino, em internatos como o Colégio da Lapa, no Porto, obedecia a um regime severo, que incluía castigos corporais. Cf. MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*, vol. 1, p. 660, 676-678.

⁷⁵ Cf. FANON – *Pele negra, máscaras brancas*. 2.ª ed. Porto: Paisagem, 1975, p. 97-106; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 186.

incremento do racismo e do militarismo em toda a Europa, enquanto se multiplicavam as vitórias europeias nas “pequenas guerras” coloniais. F. C. Selous, por muitos apontado como o equivalente real do fictício Alão Quartelmar das *Minas de Salomão* (ver secção 2.1), defendia que o vigor agressivo dos Britânicos em África resultava de um atavismo – a belicosidade dos Vikings, supostos antepassados medievais dos Ingleses, que importava manter e incrementar, sob pena de a Grã-Bretanha entrar em decadência. Essa ideia da ascendência escandinava dos Ingleses, aliás, estava generalizada na Grã-Bretanha, graças aos meios de propaganda oficiais e oficiosos (o próprio Rider Haggard a mencionava nas *Minas* – cap. 1). Na Alemanha da época, circulavam ideias “raciais” similares, e em todos os países europeus, encorajados pelo sucesso das expedições armadas em África, se fortalecia a corrente dos que defendiam as “virtudes” da instauração de um serviço militar verdadeiramente obrigatório e universal. O resultado foi, como se sabe, dois conflitos mundiais (em grande parte motivados pela expectativa de uma futura repartilha de África), milhões de mortos e uma tentativa de “colonização interna” da Europa por regimes políticos autoritários, na qual os métodos de extermínio utilizados anteriormente no continente africano acabaram por ser implementados, pela primeira vez, em solo europeu. O feitiço voltava-se, assim, contra o feiticeiro.⁽⁷⁶⁾

⁷⁶ Cf. HAGGARD – As minas de Salomão. *Revista de Portugal*. Vol. 1, n.º 4 (out. 1889), p. 394; KEEGAN – *A history of warfare*, p. 22, 357-379; PIETERSE – *White on black*, p. 101; SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*, p. 383-384; WELLS – *Historia universal*, vol. 3, p. 301-362.

3.0 A GUERRA LUSO-MACOLOLA (1889-1890)

“(…) os povos germânicos (…) em muitos lugares receberam o monoteísmo cristão e a doutrina da salvação das pontas de lança das legiões romanas, do mesmo modo que na África a metralhadora significa o argumento latente da invasão cristã. (...)”

“(…) Pude convencer-me da existência deste medo, no próprio local.”

C. G. JUNG, *Aion*, 1951.⁽¹⁾

3.1. UMA EXPEDIÇÃO EM ÁFRICA

Chegou a especular-se que os leitores da *Revista de Portugal* se interessavam pelas *Minas de Salomão* (ver secção 2.1) precisamente por causa das semelhanças que encontravam entre esta última narrativa e as expedições portuguesas coevas à África Central.⁽²⁾ Com efeito, a Expedição Ressano Garcia, por exemplo, tinha vários pontos comuns com a viagem fictícia imaginada por Rider Haggard. Em ambos os casos, havia um explorador de baixa estatura experimentado nas coisas do sertão (Serpa Pinto, Alão Quartelmar) e um impetuoso e galante oficial da Marinha (João de Azevedo Coutinho, John Good) a coadjuvar um aristocrata que pretendia, pela primeira vez, internar-se na África Austral (Álvaro Ferraz de Castelões, Sir Henry Curtis). Para cúmulo da semelhança com a narrativa haggardiana, antecipavam-se para esse ano de 1889 nada menos

¹ JUNG, C. G. – *Aion*. 6.ª ed. Trad. de Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 165; n. 2.

² MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2.ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, imp. 1993-2000, vol. 1, p. 594-595.

do que 2 eclipses do Sol observáveis na África Central (em 28 de Junho e 22 de Dezembro, embora não na área atravessada pelos expedicionários). Não faltava sequer a proibição terminante, por parte de Serpa Pinto, de os oficiais expedicionários beberem álcool, como o baronete Curtis fizera ao capitão Good, na novela (*Minas*, cap. 5).⁽³⁾

Ainda tal como na novela de Rider Haggard, a expedição fora organizada com um certo sigilo (à semelhança, aliás, das diversas viagens de exploração portuguesas anteriores, todas elas fortemente armadas e dirigidas a pontos sensíveis do *hinterland* africano).⁽⁴⁾ O anúncio do início dos trabalhos, publicado no *Times* a 26 de Março de 1889, assumiu a forma de um telegrama proveniente de Lisboa:

‘O sr. Alvaro Castellões, o engenheiro que acompanha o major Serpa Pinto a Moçambique, vae encarregado pelo governo portuguez de fazer os reconhecimentos para um caminho de ferro de 88 kilometros, cuja construcção é projectada com o fim de evitar as cataractas do rio Chire.’⁽⁵⁾

O texto estava escrito de modo assaz ambíguo. Quando o assunto foi abordado no Parlamento britânico, o subsecretário dos Estrangeiros, Sir James Ferguson, emitiu, na sessão de 28 de Março, na Câmara dos Comuns, a opinião a impressão de que a viagem dos exploradores portugueses não se destinava a estudar a possibilidade de um caminho-de-ferro na zona onde estava instalada a missão de Blantyre. Os expedicionários iriam, quando muito, visitar o Baixo Chire, a sul da confluência deste rio com o Ruio, em território que a Grã-Bretanha não tinha qualquer objecção em reconhecer como português...⁽⁶⁾

³ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa: Bertrand, 1941, p. 115-116; HAGGARD, Rider – *As minas de Salomão*. *Revista de Portugal*. Porto. Vol. 1, n.º 5 (nov. 1889), p. 621. Proibição essa que, de resto, todos os oficiais europeus relacionados com a Expedição Ressano Garcia desrespeitavam, ocultamente, à primeira oportunidade, inclusivamente o próprio Serpa Pinto.

⁴ HAMMOND, R. J. – *Portugal and Africa*. Stanford, California: Stanford University Press, 1966, p. 122-123. A função deste sigilo era permitir a Portugal obter a “vassalagem” dos grupos autóctones antes que as restantes potências imperialistas o soubessem, e tentassem prevenir tal resultado com expedições próprias – como foi o caso da viagem do cônsul britânico, Harry Johnston, à Niassalândia. Cf. AXELSON, Eric – *Portugal and the scramble for Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 156.

⁵ Apud PORTUGAL e a Inglaterra. *A Actualidade*. Porto. Ano 16, n.º 301 (1889-12-19), p. 1. Cf. anexo 5.

⁶ PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 17-18.

As instruções que o chefe da expedição, engenheiro Álvaro Ferraz, recebeu do ministro, eram, porém, muito explícitas: deveria dirigir-se às cachoeiras que os Ingleses chamavam cataratas Murchison, em plena Macolololândia. Simplesmente, tais instruções só receberam larga divulgação na imprensa, da parte do governo português, a partir de meados de Dezembro,⁽⁷⁾ numa altura em que os Britânicos já estavam diante de um facto consumado. Pois, entretanto, já Álvaro Ferraz, conhecido como Castelões (por ser filho e herdeiro do visconde com esse título), tinha incendiado a aldeia macolola de Balalika (28 de Agosto de 1889) e devolvido o comando militar ao major Serpa Pinto, que por sua vez mandara o seu subordinado, tenente Coutinho, ocupar Chilomo (17 de Novembro), conquistar a “capital” de Mlauri (8 de Dezembro) e avançar sobre Mlomba (15 de Dezembro), entre outras povoações. De facto, os portugueses estavam já na zona das cataratas, ocupados a tomar a povoação de Kautunga e outras, para, assim, completar a anexação da Macolololândia.

As primeiras notícias sobre a guerra, fornecidas à imprensa pelo governo português, só começaram a ser divulgadas pelos diversos periódicos metropolitanos a partir de 19 de Novembro, e sempre num tom triunfal.⁽⁸⁾ Referiam-se exclusivamente à vitória alcançada sobre os Macololos na batalha de Mpassa, confronto esse travado a 8 do mesmo mês, com omissão de todos os pormenores considerados embaraçosos. Daí o choque sentido pelos portugueses da metrópole quando os primeiros protestos dos residentes britânicos na zona do Niassa chegaram à Europa, via telegramas enviados de Zanzibar. Os leitores do jornal portuense *A Actualidade*, por exemplo, depararam, a 18 de Dezembro, com a seguinte notícia, a abrir o editorial:

‘Ha dias celebrou toda a nossa imprensa, com encarecimentos que pareciam contemporaneos do milagre d’Ourique, a notavel victoria que o major Serpa Pinto acabava de alcançar sobre os makololos, noticiando-se, ao mesmo tempo, quantos os mortos que haviam ficado no campo da batalha e, bem assim, o numero dos pendões que o ousado explorador tomara aos vencidos. Mas como a alegria em casa de pobres é sol que pouco dura e lume que depressa se apaga, succede trazerem-nos agora os jornaes inglezes o reverso

⁷ Ver, por exemplo, LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 301 (1889-12-19), p. 2.

⁸ Ver, por exemplo, LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 277 (1889-11-21), p. 2.

d’essa gloria das armas luzitanas, e a declaração pouco grata aos nossos interesses de nação pequena, de que as bandeiras que o sr. Serpa Pinto tomara aos makololos não eram, como foi de suppôr, pendões indígenas, mas sim a bandeira poderosa de sua graciosa magestade a imperatriz das Indias (*isto é, a rainha Vitória*). A summa d’este amargo desmentido reza assim, consoante a nota telegraphica que ante-hontem inserimos no nosso jornal, e que assim mesmo, pela sua importancia, nos não dispensamos de reproduzir:

‘Londres, 13 – Diz um telegramma de Zanzibar para o *Times* que, segundo as informações de Moçambique, de origem ingleza, as noticias do sertão são muito desagradaveis.

Essas informações são de que o major Serpa Pinto enganou o consul inglez affirmando-lhe intenções pacificas, pois que levantou conflicto com os makololos e fez n’elles grande morticínio, tomando-lhe (*sic*) duas bandeiras inglezas recentemente dadas por aquelle consul; que os makololos, julgando-se abandonados pelos inglezes, reconheceram a dominação portugueza; e finalmente, que o major Serpa Pinto annunciou a intenção de conquistar aquelle paiz até ao lago Nyassa, e convidou os residentes inglezes a collocarem-se debaixo da protecção de Portugal, deixando-os responsaveis pelas consequencias em caso de recusa.’⁽⁹⁾

O editorial prossegue, sempre em tom patriótico: Portugal surge como um país “pobre” e “pequeno” (logo, com pouca capacidade militar), abusado por outros em instâncias como a Conferência de Berlim e outros actos de política imperial; o próprio Vaticano participaria da conspiração!⁽¹⁰⁾ De facto, o autor deste artigo não se preocupa minimamente com os 72 mortos macololos confirmados pelo governo de Portugal no confronto de Mpassa, muito menos com o insólito facto de, ao mesmo tempo, a tamanha mortandade não corresponder nem uma só baixa do lado português.⁽¹¹⁾ O eurocêntrico articulista parece antes obcecado em mostrar que, nas relações com as grandes potências da Europa, toda a diplomacia é inútil, à excepção, talvez, da “ultima nota do sr.

⁹ A DERROTA dos makololos. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 1. Ver anexo 3.

¹⁰ Aludia-se aqui à questão do Padroado do Oriente: a Santa Sé retirara a Portugal a jurisdição de várias dioceses católicas na Ásia, dada a incapacidade portuguesa de cumprir os encargos assumidos em relação a um domínio eclesiástico demasiado vasto. Cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: União Gráfica, 1958, p. 346-347.

¹¹ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 212.

Barros Gomes”, um documento a que os Portugueses davam muito valor, como refutação alegadamente definitiva das pretensões britânicas sobre a África Central.

3.2. LOBENGULA

O autor do editorial da *Actualidade* referia-se à nota diplomática, datada de 26 de Novembro de 1889,⁽¹²⁾ que Barros Gomes, então ministro dos Negócios Estrangeiros português, enviara como resposta a uma outra de Lord Salisbury, o qual acumulava a pasta do Foreign Office com o cargo de primeiro-ministro de Inglaterra. O homem de Estado britânico, num protesto datado de 21 de Novembro, levantara, com efeito, diversas objecções relativamente às fronteiras delineadas por Portugal para o recém-criado distrito do Zumbo (decreto datado de 7 de Novembro).⁽¹³⁾ De facto, a nova circunscrição abrangia (no papel) um conjunto de áreas a que o governo português se achava com direito, entre as quais a totalidade do rio Chire, até a sua nascente no Niassa, pretensão considerada inadmissível pela Inglaterra, devido à já existente ocupação britânica nessa parte da África Central. Além disso, Salisbury mencionava indirectamente a concessão que Lobengula fizera a Rhodes, por intermédio de um sócio deste último, Charles Dunnell Rudd (ver secção 2.2), como “prova” de um alegado protectorado britânico sobre a Maxonalândia, outra das zonas incluídas por Portugal no “distrito” agora “criado”.⁽¹⁴⁾

A denominada concessão Rudd já fora objecto de acesas críticas na imprensa portuguesa, particularmente por parte de António Enes,⁽¹⁵⁾ o

¹² O texto da extensa nota diplomática encontra-se integralmente transcrito ao longo de dois números de *A Actualidade*. Ano 16, n.º 293 (1889-12-10), p. 3; n.º 294 (1889-12-11), p. 2-3. Dada a sua importância, pode também ser consultado no anexo 2 deste estudo, e ainda, enriquecido com os igualmente extensos apêndices documentais, em: PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 102-117.

¹³ Mas publicado apenas no dia 9: *Diario do Governo*. Lisboa. Vol. 21, n.º 254 (1889-11-09), p. 2563.

¹⁴ Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 269 (1889-11-12), p. 2-3; n.º 287 (1889-12-03), p. 2.

¹⁵ Textos publicados no jornal *O Dia*, entre 28 de Novembro e 1 de Dezembro de 1889, e transcritos em ENES, António – *O ultimatum*. Lisboa: A. M. Pereira, 1946, p. 128-137. Cf. LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 285 (1889-11-30), p. 2.

qual argumentava que os “Xonas” eram vítimas de razias dos Matabeles, e não vassalos destes últimos; logo, um eventual protectorado britânico sobre a Matabelelândia em nenhum caso conferiria direitos sobre a chamada “terra de Machona”. O ministro dos Negócios Estrangeiros português retomava agora essa linha de pensamento.

A extensa réplica de Barros Gomes mostra, aliás, quanto as posições governamentais estavam em sintonia com a imprensa: a inclusão na nota diplomática de uma citação do bispo de Bloemfontein, Knight-Bruce, contra Lobengula, por exemplo, era em tudo similar, e publicada com a mesma intenção, à de um artigo redigido alguns meses antes pelo militar e colonialista Joaquim José Machado (1847-1925) para o *Economista*.⁽¹⁶⁾ Em ambos os casos repetia-se o argumento (no fundo de origem britânica) segundo o qual Lobengula não passava de um déspota sanguinário, e desmontava-se a ilusão do “enfeudamento” dos “Xonas” aos Matabeles: o rei *ndebele*, longe de proteger a totalidade dos seus pretensos “vassalos”, limita-se a enviar expedições de pilhagem sobre grande parte destes últimos; não existia, portanto, pelo menos neste caso, “feudalismo”.

Barros Gomes, porém, admitia, mais à frente na mesma nota, que Gungunhana, ao contrário de Lobengula, integrava uma autêntica pirâmide feudal (encimada pelo rei de Portugal), já que essa versão dos factos convinha aos interesses territoriais do governo português... Do ponto de vista metropolitano, o rei dos “Vátuas” correspondia, de facto, a um senhor de “prazo” que aumentava, na prática, os domínios da Coroa sempre que, com prévia autorização portuguesa, derrotava um inimigo autóctone. A esse respeito, o jornal *A Actualidade* só lamentava que, apesar de Portugal ter enviado “residentes portugueses” para tentar “civilizar” os “súbditos” de Gungunhana, “ainda assim poderam os ingleses encontrar abandonado, e sem auctoridades, o territorio de Machônas e tomaram posse d’elle”.⁽¹⁷⁾ Da mesma forma, se, em 1890, Lobengula era visto, num artigo do *Economista*, como um assassino, por organizar expedições de saque a alegados “vassalos” de Portugal, as idênticas atro-

¹⁶ Artigo esse transcrito em: MUNIÇÕES de guerra para os Matabelles. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 216 (1889-09-12), p. 2.

¹⁷ NOTÍCIAS d’Africa. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 220 (1889-09-17), p. 2.

idades cometidas por Gungunhana ao submeter “rebeldes” eram encaradas de forma complacente, como serviço prestado à coroa portuguesa, na mesmíssima peça jornalística.⁽¹⁸⁾

Na realidade, as mesmas razões que levavam os Britânicos a desconfiar de Lobengula, de quem tinham obtido sub-repticiamente a concessão Rudd, levavam os Portugueses a temer, já em 1889, uma futura e eventual mudança de alianças da parte de Gungunhana, que a todo o momento poderia ser “sugestionado” por agentes ingleses, no sentido de trocar o tratado assinado com Portugal em 1885 por uma aliança com a rainha Vitória.⁽¹⁹⁾ O *Século* chamava-lhe “o mais ladino e o mais velhaco dos regulos africanos”.⁽²⁰⁾ Em 1895, Gungunhana, a pretexto de uma alegada “insurreição” contra a coroa portuguesa, seria preso por um oficial português, Mouzinho de Albuquerque, e acabaria por falecer, deportado, nos Açores (1906).

Mas, em 1889, Lobengula era ainda o centro das atenções e compreende-se porquê: Portugal tinha pretensões sobre a Maxona, e o rei *ndebele* era um obstáculo a esse desiderato, logo um “atroz velhaco” (ver secção 2.2), como também já pensavam os Ingleses. O acima aludido artigo de Joaquim José Machado estava cheio de argumentos típicos do darwinismo social: longe de usar as armas modernas recebidas para simples defesa própria, Lobengula empregá-las-ia em completar a conquista daqueles “xonas” que eram “vassalos” de Portugal, e, depois, dada a tendência de todas as “raças” alegadamente “inferiores” à autodestruição, os Matabeles exterminar-se-iam a si mesmos com as novas espingardas, o que deixaria tanto a Matabelelândia como a Maxona à mercê dos Ingleses e dos “Bóeres”. Tudo não passaria, portanto, de um plano maquievélico de Rhodes para assegurar a supremacia britânica na zona. E era certamente dentro dessa lógica da “sobrevivência dos mais aptos”, e não num espírito de caridade filantrópica, que a Sociedade de Geografia de Lisboa, instigada por Machado, apelava ao ministro da Marinha e Ultramar no sentido de este último, entre outras medidas, impedir Lobengula de, com as novas armas, “*escravisar* e oprimir os Mashonas, nossos

¹⁸ Transcrita em PROCESSOS ingleses. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 44 (1890-02-21), p. 2.

¹⁹ MOÇAMBIQUE. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 104 (1889-05-03), p. 2.

²⁰ NOTÍCIAS d’Africa. *O Seculo*. Lisboa. Ano 9, n.º 2828 (1889-12-23), p. 2.

vassallos e amigos”...⁽²¹⁾ O ministro mandaria responder que o governo estava a envidar esforços no sentido de fazer respeitar a bandeira portuguesa, arvorada na Maxona pelas expedições de Vítor Cordon e Paiva de Andrada, por intermédio de uma “efficaz protecção”, não especificada, dos “alludidos territorios, onde por toda a parte, a par dos signaes e dos testemunhos do dominio e influencia actual, se encontram os vestigios incontestaveis da antiga dominação portugueza”.⁽²²⁾

3.3. AS MINAS DE SALOMÃO

De facto, Barros Gomes, na sua nota diplomática, contrapunha à concessão Rudd aquilo que considerava serem os “direitos históricos” de Portugal aos territórios centro-africanos. A prova principal que apresentava consistia, basicamente, nos alegados vestígios de fortalezas portuguesas na zona. Mais uma vez em consonância com a imprensa portuguesa da época, e particularmente o *Economista* (ver secção 3.2), cita a opinião, reproduzida neste último jornal, de um certo Lochner, segundo a qual algumas das antigas e misteriosas ruínas de pedra no interior de África seriam obra, não dos Fenícios ou doutros povos “brancos” da Antiguidade, mas sim dos... portugueses dos séculos XVII e XVIII (ver anexo 1).

Não se aludia aqui aos imponentes vestígios do Grande Zimbabué, cuja origem “semita” era consensual entre Ingleses e Portugueses (ver secção 2.3). As ruínas em questão consistiam em muralhas de pedra, situadas na confluência entre os rios Limpopo e Lotsane (no Botswana, junto à fronteira com a actual República Sul-Africana),⁽²³⁾ e, segundo o referido Lochner, não aparentavam ter mais de 150 anos.

Os Ingleses, para tentar encobrir esta “descoberta” arqueológica, teriam obrigado o autor da mesma a demitir-se do cargo que ocupava na Polícia da Bechuanalândia, pelo menos segundo o *Economista* (ver anexo 1). Tal versão não parece muito verosímil, se considerarmos que

²¹ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 281 (1889-11-26), p. 3. Ver também LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 270 (1889-11-13), p. 2-3.

²² LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 298 (1889-12-15), p. 3.

²³ Cf. PARSONS, Neil, ed. – *Botswana history* [em linha]. Gaborone: University of Botswana, 1999. Central District, <<http://ubh.tripod.com/bw/lochis.htm>>.

pertencer àquele corpo militar do protectorado britânico constituía uma solução de recurso para europeus desempregados,⁽²⁴⁾ os quais, só estariam, portanto, dispostos a apresentar a demissão se tivessem certeza de obter algo melhor no mundo civil. Ora o “mr. Lochner” em questão aparenta ser Frank Elliot Lochner, um ex-oficial da Polícia da Bechuanalândia encarregado por Rhodes, em Novembro de 1889, de alcançar do rei *lozi* um protectorado britânico sobre o Baroce. Graças à habitual fraude de se fazer passar por representante oficial da rainha Vitória, o agente da BSAC negociou e obteve de Lewanika a necessária autorização. O ex-oficial da Polícia não parecia, assim, estar com dificuldades em obter emprego, nem muito menos ser pró-português, já que a “concessão Lochner”, como ficou conhecida, visava obstar às pretensões territoriais de Portugal sobre o Baroce.⁽²⁵⁾

Aliás, não seria caso único, no mundo anglo-saxónico, alguém sugerir que certas ruínas de pedra no interior africano resultariam da influência portuguesa. Os autóctones, ao participarem na edificação das fortalezas que Portugal mandava erguer em África com supervisão europeia mas mão-de-obra local, teriam, segundo esta teoria, adquirido os conhecimentos técnicos suficientes para erguer depois, por si mesmos, muralhas e recintos amuralhados, no *hinterland*, por vezes situados nas confluências de rios. Em pleno século XX, Gladwyn Murray Childs defendia essa opinião, pelo menos em relação às antigas ruínas de Angola (*Umbundu Kinship and Character*, Londres, 1949), já que nas diversas construções da África Central e Oriental a “influência” era, sem sombra de dúvida, árabe ou malaia.⁽²⁶⁾

Mas a verdade é que, em 1889, o ministro português tinha ainda mais trunfos para apresentar, no que toca aos alegados vestígios de Portugal no sertão africano: as viagens de exploração de Paiva de Andrada e Vítor Cordon à Maxona evidenciavam outras provas inquestionáveis da antiga dominação portuguesa sobre os autóctones. Que provas eram

²⁴ DECLE, Lionel – *Three years in savage Africa*. London: Methuen, 1898, p. 125.

²⁵ HANNA, A. J. – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*. London: Faber, 1960, p. 130-133.

²⁶ Cf. ERVEDOSA, Carlos – *Arqueologia angolana*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 426-427. Outros arqueólogos chegaram mesmo a formular a hipótese de o próprio Grande Zimbabué ser de origem portuguesa. Cf. RENFREW, Colin; BAHN, Paul – *Archaeology*. 3rd ed. London: Thames and Hudson, 2000, p. 464.

essas? A nota de Barros Gomes não as discrimina, mas, numa entrevista concedida no ano seguinte ao diário lisboeta *O Globo*, Vítor Cordon, recém-chegado de África, esclarece:

“(…) encontrei grandes vestígios da denominação (*sic*) portuguesa, como laranjeiras, limoeiros, por entre o matto, mas reduzidas as arvores ao estado selvagem. Presumo que essas laranjeiras e limoeiros foram lançadas á terra pelos nossos missionarios, os primeiros que palmilharam aquellas terras, que são excellentes, temperadas e prestando-se ás culturas europeias.

Consta-me que ha minas d’ouro n’aquella região e isso explica os traços que por ali descobri de machinações inglezas. O regulo Inhamaconde appareceu-me n’um cobertor de riscas, fabrico inglez, e coberto por um chapéu velho, esburacado, que me pareceu de igual procedencia.”⁽²⁷⁾

As “maquinações inglesas” mencionadas pelo entrevistado eram uma referência às expedições britânicas que percorriam os mesmos territórios naquela época, e nomeadamente à de Frederick Courteney Selous, o qual, também em 1889, avistou, tal como Vítor Cordon, “limoeiros silvestres” (*wild lemon-trees*) no sertão. O facto de, por vezes, os citrinos aparecerem junto a bananas (algo também notado pelo explorador português, em relação às laranjas) deveria ter sugerido, aos dois viajantes europeus, que pelo menos algumas das árvores em questão estivessem, talvez, a ser cultivadas pelos autóctones, não fora a circunstância de ambos os expedicionários ignorarem as técnicas agrícolas especificamente africanas (ver secção 2.3). Para o famoso caçador britânico, os citrinos, alegadamente “silvestres”, que ele encontrara junto às margens do rio Mazoé e noutros locais do *hinterland*, poderiam perfeitamente ter sido introduzidos no Sudeste africano pelos Portugueses de antanho. O explorador inglês, porém, inclinava-se antes para uma (no seu entender mais provável) origem “arábica”, ou pelo menos “asiática”, na época da rainha de Sabá, pois, tal como Cordon também notara, tais árvores de fruto situavam-se nas imediações de antigas obras de minas. Quanto a estes últimos vestígios, no entanto, o caçador britânico era taxativo: tratava-se sem dúvida de obras *bantu* relativamente recentes, embora a arte

²⁷ Apud O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 97 (1890-04-25), p. 2.

de as escavar, claro está, tivesse sido transmitida aos autóctones pelos misteriosos construtores, de origem “arábica”, do Grande Zimbabué, em milénios passados.⁽²⁸⁾

O paradigma dominante da arqueologia anglo-saxónica acabaria, porém, por alterar-se. Em 1905, Randall-MacIver provava o carácter puramente autóctone do Grande Zimbabué e estruturas similares. Paralelamente, reconhecia-se que os vestígios de minas como, por exemplo, os encontrados pelos europeus do século XIX em Tati, na Bechuanalândia, eram de indubitável (e relativamente recente) origem *bantu*, sem necessidade de interferências externas, e o mesmo provavelmente se passava com as ruínas da confluência Lotsane-Limpopo. Concluía-se entretanto que cabia aos “Árabes” islâmicos, em vez dos Portugueses, a prioridade na introdução da laranja, do limão e da lima a norte do Zambeze. Quanto aos citrinos do rio Mazoé, a sua origem viria a ser atribuída, não aos missionários católicos dos séculos XVI a XVIII nem aos Sabeus da Antiguidade, mas aos comerciantes do Índico que, durante a Idade Média europeia, negociavam com o sertão africano.⁽²⁹⁾

Mas, no ano de 1889 e seguintes, as necessidades da política externa de Lisboa impunham que não só todos os limões e laranjas do interior como muitas das ruínas, e especialmente as escavações mineiras, fossem considerados “portugueses”. Assim, na carta topográfica que a Comissão de Cartografia apresentou em 1891 para substituir o “mapa cor-de-rosa” de 1886, podia ver-se nas partes agora, por força dos tratados, atribuídas à Grã-Bretanha, no ponto que assinalava o Grande Zimbabué, a expressão “*Zimbaoé (Ruínas)*”, mas, junto à inscrição que assinalava as minas de Tati, no Botswana, a seguinte descrição, mais específica: “*(Ruínas portuguesas)*”...⁽³⁰⁾

²⁸ PALET, Filipe Filismino Nunes – Victor Cordon na expansão do ultramar português. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 69.ª série. N.º 7-8 (Jul.-Ag. 1951), p. 377-397. SELOUS, Frederick Courteney – *Travel and adventure in South-East Africa*. Amsterdam: Time-Life, 1984, p. 291-292, 335-338, 385.

²⁹ Cf. THE CITRUS industry of South Africa. *ABOUT South Africa* [em linha]. 2001-, <http://about-south-africa.com/html/citrus_industry.html>; *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed. New York: Encyclopædia Britannica, 1910-1911, vol. 4, p. 596; vol. 16, p. 701; vol. 23, p. 263-264; vol. 28, p. 980-981; JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*. New York: Negro Universities Press, 1969, p. 429.

³⁰ *CARTA das possessões portuguesas da Africa meridional*. Lisboa: Comissão de Cartographia, 1891.

O paradigma da arqueologia portuguesa, aliás, em vez de progredir, oscilava entre a estagnação e o retrocesso, nos anos seguintes. Assim, se, em 1893, João de Azevedo Coutinho admitia, com base em autores britânicos, que as minas de Manica e Maxona eram anteriores à presença portuguesa na zona, ainda em 1935 considerava digna de crédito a hipótese da localização da bíblica Ofir na África Oriental, e repetia os argumentos da nota de Barros Gomes relativos às fortalezas do sertão (quanto às minas da zona do Mazoé, embora africanas, eram “obra dirigida por portugueses”). Nesse mesmo ano, o general Teixeira Botelho comunicava, solenemente, à Classe de Letras, na Academia das Ciências de Lisboa, que “o adiantamento dos estudos” arqueológicos demonstrava, sem margens para dúvidas, ter o Grande Zimbabué sido mandado erguer por “um inteligente povo de mineiros, estrangeiro”, na Antiguidade (talvez os Fenícios ou o rei Salomão, ou, ainda, a rainha de Sabá), e apresentava como provas os antigos relatos portugueses dos séculos XVI-XVIII, bem como as “descobertas” de investigadores do quilate de Karl Mauch e James Theodore Bent...⁽³¹⁾

Quanto às conclusões de Randall-MacIver, foram minimizadas e até preteridas pelos arqueólogos portugueses, em prol de teses mais “ecletticas”. Em 1960, por exemplo, António de Almeida e Camarate França defenderam a teoria segundo a qual as ruínas mais imponentes do *hinterland* angolano seriam vestígios de edifícios erguidos na Antiguidade por um povo “mediterrânico”, vindo em busca de ouro, e as restantes, imitações “toscas”, realizadas pelos autóctones, das primeiras. Deste modo, as construções *bantu* do sertão eram vistas, num raciocínio inverso ao de Barros Gomes, já não como “fortificações portuguesas” mas sim como “templos fenícios”...

Esta reviravolta ideológica é de fácil compreensão, se atendermos que estávamos agora em meados do século XX, e, tanto na África Portuguesa como na Rodésia do Sul, havia interesse em fazer crer que os

³¹ BOTELHO, José Justino Teixeira – *Nótula sobre o adiantamento dos estudos de arqueologia na África do Sul*. Lisboa: Academia das Ciências, 1936, p. 5-6; COUTINHO, João d'A. – *Do Nyassa a Pemba*. Lisboa: Companhia Nacional, 1893, p. 119; – *O combate de Macequece*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935, vol. 1, p. 69, n. 1; vol. 2, p. 27-28. Aires de Ornelas, em 1901, considerava inquestionável a localização da Ofir bíblica na Maxona: ORNELLAS, Ayres d' – *Raças e linguas indigenas de Moçambique*. Lisboa: A Liberal, 1901, p. 10.

“indígenas” não conseguiriam realizar nada de substancial sem a presença dominadora de colonos “brancos”. É certo que outro arqueólogo português, Adriano Vasco Rodrigues, afirmava sem pejo a origem puramente *bantu* das ruínas africanas, tanto em território angolano como na África Central (*Construções Bantas de Pedra em Angola*, 1968). Não seria, porém, essa a versão que mais interessava ao Estado Novo de Salazar, e muito menos ao governo de Ian Smith.⁽³²⁾

De qualquer das formas, quando, em Dezembro de 1889, a extensa nota diplomática de Barros Gomes foi finalmente traduzida em inglês pelo Foreign Office, nem o governo nem a imprensa britânicos se deixaram impressionar. A 9 de Dezembro, o diário londrino *The Evening Standard*, sem desmentir a alegada origem portuguesa das ruínas do Lotsane, apontava a completa irrelevância diplomática das mesmas. A resposta oficial de Lord Salisbury a Barros Gomes, datada do dia 26, foi igualmente seca: os argumentos de Portugal relativos às “fortalezas” do sertão até podiam ser verdadeiros, mas eram “arqueológicos” e, por isso, mesmo, irrelevantes para o caso, uma vez que a Inglaterra já tinha assumido o protectorado tanto sobre os domínios de Lobengula como sobre os Macololos.⁽³³⁾ Para o governo da Grã-Bretanha, era indiferente que as ruínas do *hinterland* fossem portuguesas ou fenícias. Em todo o caso, nem o governo britânico nem o português estavam por então dispostos a acreditar, ou sequer conceber, a mera possibilidade de os “vestígios” em questão serem de origem puramente africana.

3.4. O CORAÇÃO DAS TREVAS

Os alegados “direitos históricos” de Portugal ao sertão africano (de que nenhum “patriota” português duvidava, apesar do carácter circunstancial das provas apresentadas por Barros Gomes e Vítor Cordon) influenciaram sobremaneira a forma como os chefes das expedições militares portuguesas se comportavam em África. Eduardo Valadim, por

³² Cf. *GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira*. Lisboa [etc.]: Enciclopédia, [1936-1960], vol. 1, p. 165; vol. 19, p. 239-240; vol. 37, p. 288-289; ERVEDOSA, Carlos – *Arqueologia angolana*, p. 423-426.

³³ PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 120-122, 153-157.

exemplo, segundo a hagiografia semioficial, “demorou-se algum tempo a examinar os velhos campos mineiros dos primitivos exploradores portugueses”,⁽³⁴⁾ na serra da Gorongoza, antes de, em 1889, partir para as terras do sultão yao Mataka III. Onde havia “vestígios de dominação” como obras de minas ou antigas fortalezas, dever-se-ia, naturalmente, confirmar “vassalagens” ou sujeitar “rebeldes”. Nestas circunstâncias, e com esta maneira de pensar da parte do comandante de uma expedição armada, seria de admirar que as coisas tenham corrido mal e quase todos os expedicionários acabassem mortos ou feitos escravos?

Da mesma mentalidade estava imbuído o explorador Vítor Cordon, o qual julgava ver antigos vestígios portugueses em cada limoeiro e laranjeira que encontrava no caminho (ver secção 3.3). Seria de admirar que, nestas circunstâncias, o tenente se tenha dedicado a arrasar povoações de “rebeldes”, e deportar para a ilha de Moçambique todos os “régulos” que capturou durante a viagem à Maxona, também em 1889?⁽³⁵⁾

Também o explorador António Maria Cardoso, ao dirigir-se à zona do Niassa, pensava estar a penetrar em território de Portugal. Por isso, quando um autóctone, enviado à expedição pelo cônsul britânico Buchanan, se dirigiu ao viajante em inglês, a reacção de Cardoso não se fez esperar, e exclamou: “–Ah! cão que já esqueceste a tua lingua!”⁽³⁶⁾

Quanto a Paiva Couceiro, convencido estava que o Bié era português; assim, quando as autoridades locais o intimaram, num ultimato, a abandonar a zona, por a sua força expedicionária estar suficientemente armada para parecer um exército de ocupação, considerou tal acto “uma verdadeira insubordinação”⁽³⁷⁾ da parte dos africanos. E teimou em lá permanecer, num acto provocatório que, de certo modo, custou a vida a Silva Porto, pois induziu o suicídio do sertanejo.

E a expedição conjunta do major Serpa Pinto e do engenheiro Álvaro Ferraz? Este último, enquanto aguardava, também ele provocatoriamente

³⁴ NORONHA, Eduardo de – *Tenente Valadim, o martir do Niassa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 12.

³⁵ *Boletim Oficial... de Moçambique*. Ano 30, n.º 52 (1889-12-30), p. 732; ano 31, n.º 7 (1890-02-05), p. 85; O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 97 (1890-04-25), p. 2.

³⁶ Entrevista concedida por Augusto Maria Cardoso ao *Globo*, reproduzida em: O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 82 (1890-04-08), p. 2.

³⁷ Notícia do diário lisboeta *Jornal da Noite*, transcrita em: NOVOS desastres em Africa. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 125 (1890-05-28), p. 1.

te, um ataque macololo, dedicou a sua estada forçada, de mais de dois meses, no acampamento de Mpassa, a redigir versos patrióticos, que no ano seguinte a imprensa portuguesa reproduziu, com todas as honras, em letra de forma. Esses versos proclamavam aos quatro ventos, com um fanatismo evocador dos jingoístas britânicos, que o curso do Chire já fora, era e continuaria a ser para sempre, em toda a sua extensão, do Niassa ao Zambeze, um rio “português” (ver anexo 7). Quanto a Serpa Pinto, o famoso explorador era também um reconhecido imperialista, com fama de extremamente irascível,⁽³⁸⁾ a avançar para um território já de si em pé de guerra (pois os Macololos tinham disparado, havia pouco tempo, sobre um vapor da ALC). Seria de admirar que, nestas circunstâncias, uma expedição supostamente pacífica, uma viagem de estudo, se tenha convertido numa carnificina?

De facto, dados os “direitos históricos” que Portugal supostamente possuía sobre grande parte da África Central, toda e qualquer oposição manifestada pelos Macololos convertê-los-ia, automaticamente, em “rebeldes” que era preciso “castigar”. Assim, quando Mlauri recusou o presente enviado por Serpa Pinto, selou automaticamente o destino da federação macolola. É que, nesse contexto, a oferta significava, como todos os envolvidos bem sabiam, a mais que provável contrapartida de um posterior acto de vassalagem do “régulo” em relação a Portugal; a eventual recusa implicava o começo das hostilidades.⁽³⁹⁾

O primeiro acto de combate, propriamente dito (pois antes tinha havido alguns tiroteios inconsequentes da parte dos macololos, para tentar afugentar os invasores), foi o ataque, conduzido por Álvaro Ferraz, à aldeia de Balalika, um dos principais subordinados de Mlauri, a 28 de Agosto de 1889. As forças de Portugal eram superiores, tanto em número (mais de 200 homens, segundo o engenheiro) como em armamento, aos

³⁸ HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 115, 123. Serpa Pinto gabava-se publicamente, na Europa, de ter ordenado aos seus subordinados africanos, na expedição de 1877-1879, que usassem balas explosivas contra atacantes *lozi*, instrução essa que foi cumprida à risca, “fazendo desaparecer em bocados, pela explosão, as cabeças e os peitos em que acertavam”. PINTO, Serpa – *Como eu atravessei África*. Londres: Sampson Low, 1881, vol. 2, p. 41-42. A 1.ª parte do seu livro encontrava-se, sugestivamente, intitulada “A carabina d’el-rei”.

³⁹ Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 255; MARTINS, F. A. Oliveira – António Enes. In ENES, António – *O ultimatum*, p. XCI-XCII, XCVIII; VALENTE, Vasco Pulido – *Um herói português*. 2.ª ed. Lisboa: Alétheia, 2006, p. 22.

atacados (talvez 120 guerreiros),⁽⁴⁰⁾ mas ainda assim, como geralmente acontecia nas “pequenas guerras” coloniais, houve sérios problemas de “disciplina” por parte das tropas dirigidas pelo português. Álvaro Ferraz, numa carta datada de 4 de Setembro, dirigida a um primo seu (e posteriormente publicada no jornal portuense *A Província*, antes de ser transcrita na revista lisboeta *O Occidente*), recordava o modo como tentara em vão convencer os seus “landins” de Inhambane a avançar:

“(…) era certo que eu tinha mais gente do que o Cabelarica (*Balalika*) e mais bem armada: pois nós trazemos armas Kropatschek, Sniders e Martiny (*sic*) Henry, e os homens d’elles teem armas de pederneira uns, e outros arco e frecha. As nossas espingardas alcançam 1:000 metros e as d’elles 30 e as frechas 20. O preto, porém, não comprehende estas cousas.”⁽⁴¹⁾

Por fim, o engenheiro conseguiu convencer alguns dos “landins” a avançar para a aldeia. Chegado às imediações desta, tentou, à distância, oferecer um presente a Balalika (o que poderia ser interpretado como uma submissão dos autóctones ao invasor), mas um macololo disparou um tiro (aliás inconsequente) sobre a delegação parlamentar de Portugal. Ferraz, acto contínuo e perante esta recepção hostil, cumpriu as instruções previamente recebidas do major Serpa Pinto acerca de como actuar em casos desse tipo:

“(…) cahi sobre elles; e em menos de dez minutos não existiam na povoação mais do que seis homens alcançados pelos nossos tiros; o resto tinha fugida (*sic*) tudo. Infelizmente, o grosso da minha gente havia parado a mais de 400 metros. Commigo tinha vindo apenas uma força de trinta homens, insufficiente para se internar na povoação, pois podíamos de novo ser atacados, e se os outros fugissem, ser todos mortos. Limitei-me, portanto, a lançar fogo ás palhotas na direcção do vento, reduzindo toda a povoação a cinzas e queimando-lhes doze barris de pólvora que tinham e que explusiram com enorme estampido.”⁽⁴²⁾

⁴⁰ DIAS, Augusto – *Serpa Pinto e Álvaro de Castelões em Moçambique*. Porto: Beira e Douro, 1974, p. 68.

⁴¹ ALVARO Ferraz. *O Occidente*. Lisboa. Vol. 13, n.º 399 (1890-01-21), p. 22.

⁴² ALVARO Ferraz. *O Occidente*. Vol. 13, n.º 399 (1890-01-21), p. 22. O relatório oficial do ataque foi publicado a 16 de Dezembro de 1889 nas *Novidades*, e reproduzido em: LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2-3. Cf. PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 141-143.

Os danos infligidos aos macololos não se limitavam, porém, a 6 mortos e à completa perda das habitações e haveres deixados na aldeia. Com efeito, entre os fugitivos deviam contar-se vários feridos que terão perecido mais tarde, ou pelo menos ficado permanentemente incapacitados, devido à falta de cuidados médicos, pois os métodos de tratamento de que dispunham eram impotentes relativamente aos ferimentos infligidos por armas modernas. Do lado português, por seu turno, não foram registadas quaisquer baixas. De qualquer dos modos, Álvaro Ferraz sabia que, se conseguisse entrincheirar-se em Mpassa, poderia conter quaisquer forças que os Macololos enviassem contra eles, pois quase um século de experiência bélica europeia na África Austral atestava que forças invasoras equipadas com armas modernas, em posição devidamente fortificada, venciam sempre os exércitos autóctones.⁽⁴³⁾ Mas, mais uma vez, só a muito custo foi possível convencer os “landins” a não retirarem para sul, pois estes recusavam-se a participar nos preparativos da defesa, alegavam que “não tinham sido contratados para a guerra”⁽⁴⁴⁾ e estavam atemorizados com os macololos, os quais apareciam todas as noites do outro lado do rio, a gritar ameaças (obviamente em ordem a induzir a fuga das forças portuguesas, e evitar assim um combate sangrento).⁽⁴⁵⁾

A atitude de Ferraz foi mandar vir gente de fora para erguer as fortificações, enquanto aguardava pelos reforços que Serpa Pinto, então em Quelimane, prometera trazer para Mpassa. Quando os macololos finalmente atacaram, a 8 de Novembro, estavam novamente em inferioridade tecnológica, apesar de equipados com espingardas Martini-Henry. É que entretanto Serpa Pinto já tinha voltado a Mpassa com reforços, tanto de homens como de armamento, e uma metralhadora Nordenfeldt, instalada num dos navios da expedição, encarregou-se de dizimar os atacantes. Terminado o combate, que durou 4 horas, os soldados africanos a soldo de Portugal encontraram no mato dezenas de cadáveres e feridos graves. Mais uma vez, os números oficiais (72 macololos mortos, entre os quais um genro de Mlauri) constituem uma estimativa por baixo, por não

⁴³ Cf. HANSON, Victor Davis – *Why the West has won*. London: Faber, 2001, p. 282-283, 311.

⁴⁴ ALVARO Ferraz. *O Occidente*. Vol. 13, n.º 399 (1890-01-21), p. 22.

⁴⁵ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2.

terem em atenção os guerreiros permanentemente incapacitados pelos ferimentos e os que terão retirado do campo de batalha para morrerem mais longe, a esvaírem-se em sangue, ou a sucumbir ao choque ou infecção causados por feridas de metralhadora, ainda piores do que as infligidas por espingardas modernas (as estimativas, por alguns avançadas, de 172-184 mortos entre os atacantes, são, por isso, mais verosímeis).⁽⁴⁶⁾

Dois dias depois chegavam mais reforços com João de Azevedo Coutinho, que empreendeu a conquista de Chilomo (17 de Novembro), onde os macololos se tinham entrincheirado. Um canhão-revólver Hotchkiss, granadas e 2 metralhadoras Nordenfeldt, disparados a distância segura, do meio do rio, encarregaram-se de “limpar” a resistência na margem. Os homens de Azevedo Coutinho tinham atacado, a uma distância segura, embarcados numa canhoneira, a “grande povoação” de Chilomo, localizada à beira-rio, e, após os canhões e metralhadoras “varrerem” a localidade, os habitantes, ao fim de várias horas de resistência inútil (tiroteios inconsequentes), acabaram por fugir para as serras, a transportar consigo mortos e feridos, enquanto trocavam tiros com os invasores.

Este tipo de combates, com dezenas de mortos do lado autóctone e poucas ou nenhuma baixas entre os europeus e respectivos camaradas de armas africanos, eram ocorrências vulgares nas “pequenas guerras” coloniais, mas o acaso da presença na zona de um jornalista francês, Emile Trivier, permitiu um registo que raramente se fazia nestas circunstâncias: o testemunho de um vencido, no caso uma autoridade macolola, a qual, apesar de visivelmente aterrorizado pelo uso mortífero que os portugueses faziam das metralhadoras, manifestava a vontade dos seus de manter a resistência ao invasor, embora por essa altura já se equacionasse a hipótese de uma rendição incondicional (ver anexo 9).

E, de facto, os Macololos continuaram a combater, mas a inferioridade em termos de tecnologia militar era completamente insuperável. A partir de 29 de Novembro, as forças comandadas pelo tenente português prosseguiram o avanço, desta vez por terra. Caminhavam, porém, sempre perto do rio, para poderem usufruir da protecção da canhoneira, que subia o Chire atrás daquela guarda avançada.

⁴⁶ Cf. O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 96 (1890-04-24), p. 2; PÉLISSIER, René – *História de Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 2, p. 53.

Os auctóctones eram nitidamente mais disciplinados e empenhados no combate do que os invasores,⁽⁴⁷⁾ mas isso de nada lhes servia, dada a manifesta superioridade do armamento português. A única hipótese dos Macololos vencerem estaria, por isso, numa guerrilha de escaramuças, não num combate em campo aberto; mas, da única vez que conseguiram atrair Azevedo Coutinho para uma emboscada em terra, algumas granadas, uma peça transportada pelos “expedicionários” e a canhoneira, no meio do rio, encarregaram-se de pôr em debandada os atacantes (8 de Dezembro). O comandante português, muitos anos depois, viria, no entanto, a classificar esse combate como um dos mais arriscados de toda a sua carreira militar, embora esta incluísse um número apreciável de outras “pequenas guerras” africanas.

No confronto decisivo do dia 8, segundo se apurou posteriormente junto aos prisioneiros de guerra, teriam perecido Balalika, o qual conduzia o ataque dos macololos a Mpassa, bem como os senhores macololos que tinham presidido à defesa fracassada de Chilomo, a 17 do mês anterior. Estava-se agora, por sinal, no dia da Senhora da Conceição, a Padroeira de Portugal, feriado esse que foi comemorado, assim como a vitória no terreno, com um jantar reservado aos europeus.⁽⁴⁸⁾ A 9 de Dezembro, a força portuguesa penetrava na capital dos Macololos, praticamente deserta, à excepção de “alguns feridos que não puderam ser transportados e, como sempre sucedia nas povoações abandonadas, uma velha que metódicamente dava informações erradas”, segundo o cínico testemunho de Azevedo Coutinho, principal responsável pela matança que conduzia directamente àquele estado de coisas.⁽⁴⁹⁾

A partir do dia 10, a “expedição” começou a subir os montes, onde acossaram parte dos fugitivos que aí se tinham refugiado. Prosseguiu, depois, a tomada das principais povoações. Uma vez encontravam as localidades desertas e, em outros locais, apesar de serem recebidos com

⁴⁷ Refere Azevedo Coutinho o que viu quando desembarcou numa Chilomo abandonada: “Encontrámos abundantes sinais de sangue, nas trincheiras, que eram muito bem feitas (...)”. COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 118.

⁴⁸ Cf. BOTELHO, José Justino Teixeira – *História militar e política dos portugueses em Moçambique*. 2.ª ed., rev., com um apêndice. [S.l.: s.n.], 1936, p. 345-350; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 117-140; HANSON – *Why the West has won*, p. 284, 320.

⁴⁹ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 134.

tiroteio, venciam sempre, com poucas ou nenhuma baixas. Quando tomaram a povoação de Katunga (19 de Dezembro), tinham já atingido a zona das cataratas Murchison, a partir da qual o rio Chire deixava de ser navegável. Mas a conquista da Macolololândia estava praticamente completa (Serpa Pinto estimaria um total de cerca de 400 baixas entre o inimigo, até o fim da campanha),⁽⁵⁰⁾ e a Azevedo Coutinho bastava-lhe esperar que as autoridades macololas viessem apresentar a rendição, numa humilhante cerimónia conhecida por *pega-pé*.⁽⁵¹⁾ Estes actos de “vassalagem” forçada foram-se, de facto, verificando entre 18 de Dezembro de 1889 e 6 de Janeiro do ano seguinte, pois os autóctones não tinham verdadeira alternativa: as forças portuguesas tinham queimado parte das povoações conquistadas, enquanto ocupavam e estavam já a fortificar as restantes, o que as tornaria, a breve trecho, inexpugnáveis. Com muitos dos seus subordinados dispersos, sem alimento, pelo mato, as autoridades macololas tiveram, pois, uma a uma, de se render (embora Mlauri nunca tenha comparecido, pessoalmente, para o “pega-pé”, junto de Coutinho).⁽⁵²⁾

Assim terminava a guerra luso-macolola, ou “campanha do Chire”, na qual se podiam encontrar os mesmos elementos que Joseph Conrad mais tarde passaria para narrativa ficcional em *O Coração das Trevas*: subida de um rio africano, ataques dos autóctones, chacina daqueles, à distância, a partir de navios modernos, sujeição humilhante das autoridades locais... Conrad sabia bem o que escrevia; afinal de contas, fora contratado para servir como piloto de navio no Congo, naquele mesmo período entre 1889 e 1890, e as “pequenas guerras” coloniais europeias eram iguais em toda a África a sul do Sara.

3.5. “SURVIVAL OF THE FITTEST”

105

Entretanto, na metrópole, as notícias relativas à “pequena guerra” que decorria no Chire só aos poucos eram divulgadas pela imprensa. As

⁵⁰ O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 109 (1890-05-09), p. 2.

⁵¹ De acordo com Harry Johnston, o “pega-pé” era um acto cerimonial de “vassalagem” usado também nas guerras entre africanos: JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 470-471.

⁵² *A Actualidade*. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2; ano 17, n.º 98 (1890-04-26), p. 2; AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 68.

primeiras informações aludiam, como já referimos (ver secção 3.1), apenas à batalha de Mpassa. Conforme noticiava o *Século*:

“O major Serpa Pinto, á frente de uma expedição de cinco a seis mil homens armados, poz-se em caminho para o Nyassa. Em Mupassa foi atacado pelos Makololo, havendo, por isso, um ataque sanguinolento, em que os rebeldes deixaram mortos no campo 72 dos assaltantes e muitos prisioneiros importantes.

A expedição poz-se depois em marcha.”⁽⁵³⁾

Note-se a classificação de “rebeldes” dada aos macololos. Essa categorização decorria necessariamente, como também vimos (ver secção 3.4), dos “direitos históricos” que Portugal pretendia possuir sobre toda a zona sul do Niassa. Mas outros e piores insultos surgiriam pouco tempo depois na imprensa europeia: “tribus selvagens (...) insurgentes (...) negros ferozes”, segundo o periódico madrileno *El Liberal*; “horda de selvagens (...) negros assaltantes”, para o jornal lisboeta *Esquerda Dynastica*,⁽⁵⁴⁾ etc. O relatório oficial de Ferraz relativo ao ataque a Balalika, por exemplo, apresenta a agressão portuguesa à aldeia como provocada pelos macololos, pela circunstância de eles terem dado o primeiro tiro (que aliás não acertou em ninguém, e foi disparado em defesa própria, visto estarem na iminência de serem invadidos por uma força estrangeira). Prossegue o engenheiro:

“Não deve, em virtude do que deixo dito, o governo de sua magestade deixar de infligir uma correção forte aos revoltosos, libertando de uma vez para sempre o Chire dos latrocínios e violências commettidos por estes selvagens e dos obstaculos de toda a fôrma que á civilização e ao commercio licito põem constantemente estes cafres indignos, que o abuso do alcool tem bestificado e barbarisado completamente.”⁽⁵⁵⁾

Era a habitual classificação de “selvagem” alcoólico, que a imprensa europeia sempre atribuía aos autóctones que pretendia sujeitar. Por outro lado, uma vez ganha a guerra, o “selvagem” convertia-se numa

⁵³ PORTUGUEZES em Africa. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2795 (1889-11-20), p. 1.

⁵⁴ Apud *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2; n.º 308 (1889-12-28), p. 1.

⁵⁵ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 3.

criança grande, a requerer tutela europeia. Como se expressaria, relativamente às bandeiras britânicas apreendidas pelos portugueses em Mpassa, o próprio major Serpa Pinto, numa entrevista posteriormente concedida em Lisboa e publicada no jornal *L'Independence Belge*:

“Convencidos da inutilidade dos seus esforços depois de tomados aquelles amuletos, todos os indígenas se submeteram e voltaram aos trabalhos agrícolas, que tinham interrompido para irem á guerra. Muitos delles foram até offerecer os seus serviços á expedição de estudos, e trabalharam com ella. (...)”⁽⁵⁶⁾

Assim, o “indígena”, qual criança imbuída de uma mentalidade mágica, ter-se-ia sujeitado ao Europeu: os “colonos” passariam a trabalhar nos campos para os novos senhores, os guerreiros serviriam de “cipaios” à expedição dita “de estudos”, e as autoridades que se rendessem actuariam como “guias” dos comandantes portugueses (ver anexo 8). Tudo estava “pacificado”, à excepção de uma “minoria” de “rebeldes”, que brevemente seriam dominados. Embora a realidade no terreno não fosse exactamente assim, era essa, porém, a imagem que passava para a imprensa, como aliás acontecia na generalidade das “pequenas guerras” vencidas pelos Europeus.

De facto, os Macololos apenas tinham simulado uma rendição, e ainda em 1890 auxiliariam os guerrilheiros massinjires a atacar postos isolados dos Portugueses.⁽⁵⁷⁾ Simplesmente, os ventos da história estavam a mudar: os antigos senhores da Macolololândia, mercê da derrota neles infligida por Serpa Pinto, converteram-se numa sombra do que antes tinham sido, e acabariam por extinguir-se politicamente, sob o posterior domínio colonial inglês.

Noutra notícia, em que se aludia ao major Serpa Pinto, afirmava-se: “O illustre explorador, longe de atacar os makololos, foi por elles atacado nas condições já conhecidas.”⁽⁵⁸⁾ Era essa, inicialmente, a versão dos jornais europeus e do Governo: tudo se resumia ao ataque a Balalika e

⁵⁶ Apud O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 109 (1890-05-09), p. 2.

⁵⁷ ISAACMAN, Allen F.; ISAACMAN, Barbara – *A tradição de resistência em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1979, p. 245.

⁵⁸ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2.

ao combate de Mpassa, ambos do lado reconhecidamente português da fronteira no Ruó e ambos meras reacções às “agressões espontaneas dos Makololo”, na expressão de António Enes, a 23 de Dezembro de 1889, em *O Dia*.⁽⁵⁹⁾ Isto, claro, do ponto de vista das relações diplomáticas europeias, as únicas que interessavam para o caso... Ninguém em Portugal se importava com a versão macolola dos acontecimentos, segundo a qual a aldeia de Balalika pertencia a Mlauri, e não ao rei de Portugal, pelo que o senhor *kololo* se limitara a responder a uma agressão prévia dos portugueses, em defesa própria. Os próprios Ingleses pretendiam apenas instrumentalizar a questão, tendo em vista os seus próprios interesses territoriais na zona;⁽⁶⁰⁾ nos restantes países da Europa, o governo português esforçava-se por veicular uma versão tendenciosa na imprensa local, e, em muitos casos, conseguia-o. O jornal *L'Indépendance Belge*, por exemplo, comentava assim o começo do conflito:

“(…) os Makololos atacaram a expedição portuguesa no momento em que esta acabava de arvorar a bandeira parlamentar, traição que nenhum Estado civilizado tolera mesmo por parte de uma outra potencia civilizada, e que legitima as operações de Serpa Pinto no paiz dos Makololos, ainda mesmo que as rasões não estivessem do lado de Portugal no que diz respeito á questão dos direitos territoriaes.”⁽⁶¹⁾

Eis a maneira tipicamente europeia de raciocinar: bastava uma “infâmia”, real ou suposta, da parte do inimigo, para justificar plenamente, aos olhos da generalidade da imprensa da Europa, as atrocidades posteriormente cometidas em “retaliação” dessa mesma ofensa, por mínima

⁵⁹ Apud PORTUGAL e a Inglaterra. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 306 (1889-12-25), p. 2. Cf. ENES, António – *O ultimatum*, p. 176. Devido à dificuldade de comunicações com a metrópole, poderemos admitir alguma boa-fé aos políticos e jornalistas portugueses no tratamento diplomático e jornalístico da questão, face às acusações inglesas, mas isso não explica nem desculpa tudo. Até mesmo mais tarde, quando já se dera uma mudança governamental em Lisboa, o novo titular da pasta dos Estrangeiros, Barjona de Freitas, defenderia imperturbavelmente, perante Salisbury, esse ponto de vista, referindo-se apenas de passagem, e de forma oblíqua, ao “castigo” português das supostas agressões macololas: PORTUGAL. *Negocios Externos – Negociações do tratado com a Inglaterra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 69.

⁶⁰ Cf. JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 84-87. Até Lugard, que elogia a resistência de Mlauri aos Portugueses, se esquece de mencionar que o senhor macololo foi posteriormente demitido por Buchanan: LUGARD, Frederick D. – *The rise of our East African empire*. London [etc.]: Routledge, 2006, vol. 1, p. 38-39.

⁶¹ Apud O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 23 (1890-01-26), p. 2.

que fosse (e no caso da representação parlamentar portuguesa a Bala-lika, ninguém do lado português, repetimos, foi morto ou sequer ferido pelos macololos, enquanto o “castigo” causou, ao longo de meses, desde 28 de Agosto, dezenas e dezenas de mortes confirmadas entre os autóctones).⁽⁶²⁾ Para mais, os Macololos não eram “civilizados” e, portanto, não mereciam muita consideração da parte dos Europeus... Acresce que os “direitos históricos” alegados por Portugal sobre extensas zonas da África Central abrangiam também a Macolololândia, o que poderia perfeitamente legitimar um avanço, para norte do Ruio, de uma “expedição de estudos”. De resto, a Grã-Bretanha tinha sido “avisada” a tempo, através de um anúncio no *Times*, de que a dita viagem se ia realizar, e, na altura, não protestara (ver secção 4.1 e anexo 5). De que se queixavam, então agora os Ingleses?

Em Janeiro de 1890, quando se deu o “ultimato”, os jornalistas metropolitanos já estavam dispostos a admitir a penetração portuguesa acima do Ruio. Afinal de contas, um telegrama, emitido por Serpa Pinto e divulgado pela imprensa em finais do mês anterior, afirmava que estava “pacificado o paiz (...) franco e aberto ao commercio o caminho do Nyassa, e occupada toda a região do Chire”,⁽⁶³⁾ pelo que se depreendia uma anexação de território. No próprio dia do “ultimato”, o *Boletim Official* de Moçambique anunciava que os Portugueses tinham ocupado Mbewe, a norte do Ruio.⁽⁶⁴⁾ Aos poucos, a imprensa metropolitana revelava mais pormenores sobre a “expedição de estudos” do Chire. Em Fevereiro, circulavam relatos provenientes de Moçambique, segundo os quais os portugueses haviam tomado Chilomo, e se dirigiram posteriormente contra Mbewe.⁽⁶⁵⁾ A 4 de Abril, António Enes publicava, no seu jornal *O Dia*, a entrevista que fizera a uma testemunha ocular. Tratava-se de um grumete português que tinha participado nos combates e agora regressara, doente, a Lisboa. Segundo Enes apurara a partir do testemunho que recolheu, as forças de Serpa Pinto tinham subido o Chire para além da confluência com o Ruio, “naturalmente” para ir “em procura” de Mlauri

⁶² Cf. HANSON – *Why the West has won*, p. 97.

⁶³ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2.

⁶⁴ *Boletim Official... de Moçambique*. Ano 31, n.º 2 (1890-01-11), p. 11.

⁶⁵ UM EPISODIO da lucta com os makololos. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2890 (1890-02-25), p. 1. Cf. EM AFRICA. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 48 (1890-02-26), p. 2.

ou outros “rebeldes”... e, “naturalmente”, os portugueses tinham tomado posse desse território, arvorado a bandeira portuguesa em vários pontos, trucidado os macololos que se lhes opunham e cortado ambas as mãos a pelo menos um prisioneiro (como se fazia no Estado Livre do Congo), enquanto tentavam evitar tanto os dentes dos crocodilos como a malária.⁽⁶⁶⁾

Era tudo muito “natural”... O paradigma científico dominante da época, o chamado “darwinismo social”, equiparava os “selvagens inferiores” tanto aos “grandes macacos” como aos alegados “criminosos natos” de Lombroso (ver secção 2.5), que deviam ser tratados impiedosamente pelas autoridades europeias.⁽⁶⁷⁾ No mesmo número e página do editorial da *Actualidade* em que se abordava a batalha de Mpassa (ver secção 3.1 e anexo 3), surgia, aliás, uma peça jornalística que, nas entrelinhas, comparava a inteligência e sentimentos dos Africanos aos dos símios: um macaco tinha-se alegadamente “vingado”, de um “indígena” de Angola, e mostrava assim ser “superior” a este último (ver anexo 4). A notícia, com paralelos similares nas narrativas, um pouco posteriores, do *Tarzan* de Edgar Rice Burroughs,⁽⁶⁸⁾ induzia o leitor europeu a pensar que em África a natureza era tão agressiva quanto os “indígenas”, e ambos deviam ser tratados do mesmo modo. Matar “rebeldes” macololos, no fundo, não diferia de abater crocodilos no rio Chire, quando estes obstruíam o avanço de uma expedição.

Que os autóctones africanos não passavam de animais, era uma evidência, quase um dogma científico; assim, sempre que os Macololos aparentavam tomar alguma iniciativa, tal ficar-se-ia a dever à influência inglesa na zona, que, havia já uma trintena de anos, os manipulava e subvertia, quais “macacos de imitação”. Na revista *Pontos nos ii*, por exemplo, Bordalo Pinheiro considerava o alegado processo de “aculturação”,

⁶⁶ O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 81 (1890-04-06), p. 2; ENES, António – *O ultimatum*, p. 301-307.

⁶⁷ JACK Estripador. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 242 (1889-10-12), p. 2.

⁶⁸ Particularmente o ataque, efectuado “deliberadamente”, por uma “tribo” de símios, a uma aldeia africana, para salvar os europeus que lá se encontravam presos: BURROUGHES, Edgar Rice – *Tarzan, o Indomável*. 1.ª ed. portuguesa. Lisboa: Portugal Press, 1972, p. 157-166. Por contraste, se, na literatura de ficção, um macaco, atacado por europeus, se tentava defender, tratava-se de uma fera que era necessário abater sem misericórdia, tanto por gosto como por vingança: veja-se, por exemplo, VERNE, Júlio – *Aventuras de três russos e três ingleses*. Porto: Público, imp. 2005, p. 224-227.

a que os Britânicos teriam sujeito os pobres indígenas, como uma acção antinatural, exercida em seres passivos (ver figura 4). O caricaturista português, no entanto, limitava-se a seguir a opinião europeia, segundo a qual as “raças inferiores” deviam ser mantidas em isolamento cultural relativamente às “superiores”, para não se “desvirtuarem” ainda mais.

Quando, por exemplo, o tenente francês Giraud e o aristocrata britânico Montagu Kerr desceram juntos o Chire, a partir do Niassa, em 1884, notaram, com desgosto, que as autoridades macololas usavam uma indumentária que misturava itens “verdadeiramente” africanos com artigos de origem europeia, como calçado de fabrico inglês e chapéus de palha. O segundo daqueles viajantes acrescentava que as grandiosas construções nas povoações de Chilomo e Mbewe tentavam emular o edifício de “Mandala”, construído pelos irmãos Moir nas imediações de Blantyre. Mas, quando João de Azevedo Coutinho conquistou a primeira das povoações mencionadas, não achou nada desagradáveis as “magníficas palhotas”, que lá encontrou, e instalou-se nelas, com os restantes membros europeus da expedição, durante vários dias.⁽⁶⁹⁾ De facto, a alegada “aculturação” só era “perniciosa” e “ridícula” enquanto parecia beneficiar exclusivamente os Africanos, e, em si mesma, nada tinha de alienante, antes estava perfeitamente integrada no modo de vida local.

E, se o darwinismo social se estendia à natureza, que era considerada, na lógica da “sobrevivência dos mais aptos” e da “luta pela vida”, como espontaneamente agressiva, a realidade era muito outra, pois os animais de África eram mais agredidos que agressores. João de Azevedo Coutinho, por exemplo, uma vez ocupadas as margens do Chire, distraía-se a caçar elefantes, búfalos e outras presas em Elephant Marsh (terreno “descoberto” por Livingstone em 1859, alguns quilómetros a norte de Chiromo).⁽⁷⁰⁾ Tãmanha começava a ser a afluência de caçadores

⁶⁹ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 121-123; GIRAUD, Victor – *Les lacs de l'Afrique équatoriale*. Paris: Hachette, 1890, p. 570; KERR, Walter Montagu – *The far interior*. London: Sampson Low, 1886, vol. 2, p. 255-256. Segundo notava Emile Trivier, que visitou a zona em 1889, “Mandala” era o nome dado, na “língua do país”, tanto a John Moir como, por extensão, ao local da Niassalândia onde o director da ALC tinha a sua residência. Tratar-se-ia de uma alusão ao facto de Moir usar óculos. Cf. MOIR, Frederick L. M. – *After Livingstone*. 3rd ed. London: Hodder and Stoughton, 1924, p. 46; TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir*. Paris: Firmin-Didot [etc.]; Bordeaux: G. Gounouilhau, 1891, p. 361.

⁷⁰ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 135-137; LIVINGSTONE, David – *Explorations du Zambèze et de ses affluents*. Paris: Hachette, 1866, p. 77.

a esse local, agora que “estava franco e aberto ao comércio o caminho do Niassa”, que, menos de um decénio depois, o explorador Édouard Foà notava que já lá não havia elefantes, e os búfalos e zebras remanescentes ameaçavam igualmente desaparecer.⁽⁷¹⁾

A extinção de espécies animais era, aliás, considerada, tal como a extinção de “raças” humanas, uma inevitabilidade da “luta pela vida”, na qual só sobreviviam os “mais aptos”. O mesmo se passava na competição entre países europeus, segundo o darwinismo social: no caso vertente, Portugal, podia estar a vencer os Macololos, mas estes últimos tinham aliados numa “raça superior” à portuguesa (os próprios Britânicos), e, portanto, Lisboa iria, em última análise, perder a partida... Um artigo da folha londrina *Pall Mall Gazette*, publicado em 14 de Dezembro de 1889, e intitulado “Stop this moment, or—”, explicitava muito claramente esse ponto de vista.⁽⁷²⁾

O texto em causa foi rapidamente traduzido e divulgado pela imprensa portuguesa (ver anexo 6). Basicamente, o articulista da *Pall Mall* elogiava o modo como Harry Johnston conseguira ultrapassar Serpa Pinto na “corrida a África”, a competição para efectuar tratados com os “indígenas” da Macolololândia. O artigo em si continha algumas inexactidões factuais: os membros africanos da expedição, por exemplo, tinham sido integralmente recrutados nas possessões portuguesas, e não, como queria o autor, na Zululândia; quanto ao armamento português, era falso que incluísse, como dizia o artigo, metralhadoras Gatling. Estes erros, aliás, indicavam um mecanismo bem conhecido dos psicólogos: a consciência pesada dos Britânicos, um sentimento reprimido de culpa colectiva que projectava, na expedição portuguesa, as atrocidades cometidas dez anos antes pelos Ingleses contra o Estado Zulu (ver secção 2.4).

Mas o cerne da questão não era esse. Os ares de desprezo com que o autor do artigo olhava Portugal e também os Macololos (todo o assunto não passaria de uma “desagradável questiúncula”), o modo explícito como apelava para um ultimato de Lord Salisbury ao governo de Lisboa

⁷¹ FOÀ, Édouard – *Du Cap au lac Nyassa*. Paris: Plon, 1897, p. 348.

⁷² Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 220. O original do texto da *Pall Mall Gazette* pode ser consultado em: PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*, p. 129-131.

(sugestão que o primeiro-ministro britânico já por então estava muito inclinado a seguir), e sobretudo a classificação elogiosa, de “darwiniano”, que atribuía a Johnston, tudo isso deixava os leitores portugueses indignados, mas, ao mesmo tempo, sem palavras (como as *Novidades* e a *Actualidade*, ao publicarem o artigo). De facto, na estrita lógica do darwinismo social, o articulista britânico estava “correcto”: um país como Portugal teria sempre de ceder à chantagem de potências como a Grã-Bretanha, já que, segundo essa mesma teoria, os Britânicos constituíam uma “raça” tão superior à portuguesa como esta o era em relação aos Macololos, e ambos estes dois últimos grupos se encontravam, já, portanto, a caminho da extinção.

Um autor português, porém, não se calou: Oliveira Martins. A 20 de Setembro de 1889, apenas um dia após as *Novidades* publicarem a tradução do artigo da *Pall Mall*, o mais insigne dos darwinistas portugueses afirmava, à guisa de réplica, no jornal *O Tempo*, dirigido por Carlos Lobo de Ávila (1860-1895): “Talvez em philosophia o darwinismo seja excelente, mas nas relações dos povos a brutalidade é ainda inadmissível.” De facto, no referido artigo o *darwinista social* Oliveira Martins acusava o cônsul Harry Johnston, não só de hipocrisia⁽⁷³⁾ mas também de... *darwinismo social*! Estranha dualidade de critérios, a qual só poderia ter duas explicações, a actuar em simultâneo: (1.º) a tendência, sentida por cada potência imperialista (ver secção 2.7) e por cada “patriota”, de projectar os seus próprios defeitos nos estrangeiros (recordemo-nos que Oliveira Martins acusava Johnston de duplicidade de carácter); e (2.º) uma certa incapacidade, por parte dos intelectuais portugueses, de compreenderem o posteriormente chamado (no século XX) “darwinismo social”. Pois aquilo que no artigo do *Tempo* era classificado como “feroz darwinismo (... ..) darwinismo selvagem”,⁽⁷⁴⁾ característico apenas de um punhado de indivíduos britânicos (entre os quais Johnston e Rhodes) mas não do governo da Grã-Bretanha, constituía na realidade um corolário inevitável da doutrina de Darwin, quando e se aplicada à política internacional

⁷³ No texto em questão, Oliveira Martins afirmava que Harry Johnston “enganara” as autoridades portuguesas da costa, ao conseguir destas um salvo-conduto para o interior, quando tinha intenções diametralmente contrárias aos interesses de Portugal na área. Ver transcrição do artigo em MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal em África*. Porto: Chardron, 1891, p. 41-46.

⁷⁴ MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal em África*, p. 45-46.

(ver secção 2.5), como o faziam geralmente os Ingleses (Lord Salisbury incluído): os países militarmente mais fortes sem dúvida prevaleceriam, os outros teriam de se sujeitar, quer pela diplomacia quer pela guerra. Era o princípio da “sobrevivência dos mais aptos”...

O próprio texto das *Novidades* continha um erro de tradução significativo e, ao mesmo tempo, esclarecedor: em vez de considerar o conflito anglo-luso como um caso de “sobrevivência dos mais aptos” (*survival of the fittest*), surgia “sobrevivência dos mais dignos” (ver anexo 6)! Esse lapso, ignorado pelo próprio Oliveira Martins, na réplica que redigiria no *Tempo*, não pode ser considerado um mero deslize lexical do tradutor português: na língua inglesa, com efeito, *fittest* tanto pode significar “mais apto(s)” como “mais digno(s)”, em função do contexto, mas a opção por uma destas significações, em vez da outra, revela, ainda que inconscientemente, uma mundividência. Os Britânicos não tinham qualquer inconveniente em considerar-se biologicamente superiores, tanto em relação aos autóctones de África como no que respeitava às “raças franzinas e morenas” do Sul da Europa (para usar a expressão de um autor inglês do século XX);⁽⁷⁵⁾ em ambos os casos, a “raça superior” anglo-saxónica prevaleceria sobre as “inferiores”, segundo o princípio da “sobrevivência dos mais aptos”. No entanto, para os imperialistas portugueses, se as relações com África eram, também elas, perfeitamente encaráveis do ponto de vista “racial” (com os Europeus a assumir-se como “mais aptos” que os Africanos), os relacionamentos de Portugal com potências militarmente superiores, na Europa, deveriam ser cautelosamente abordados apenas no plano ético-jurídico, pois importava agora pertencer ao grupo, não já dos mais fortes, mas dos mais correctos. Nem era concebível, neste contexto, qualquer outra possibilidade de tradução para português da expressão *survival of the fittest*, que não “sobrevivência dos mais dignos”!

Com efeito, nem o tradutor das *Novidades* nem os leitores portugueses estavam preparados para considerar as relações luso-britânicas num ângulo puramente biológico, o que mostrava quanto entre os intelectuais lusos ainda não havia a percepção de até onde ia o darwinismo

⁷⁵ MELLERSH, H. E. L. – *Os Troianos*. Trad. de Maria Isabel Morna Braga e Mário Braga. Porto: Civilização, imp. 1973, p. 187.

social, se levado às últimas consequências. Os diversos jornalistas de Portugal, para combater a atitude britânica subjacente ao artigo da *Pall Mall Gazette*, refugiavam-se, tal como Oliveira Martins no *Tempo*, em argumentos jurídicos e morais (estes últimos aliás falaciosos, pois a falta de escrúpulos diplomática de Johnston nada era em comparação com as atrocidades de Portugal no Chire), ou apelavam a um boicote económico a Inglaterra.⁽⁷⁶⁾ Já quanto aos Africanos, porém, os Portugueses não tinham quaisquer escrúpulos em adoptar o darwinismo social, e consideravam aqueles, sem reboços, como meros animais, como denunciavam os observadores britânicos nas colónias.⁽⁷⁷⁾

3.6. TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO DO IMPERIALISMO

A explicação do imperialismo europeu é em si problemática (cf. secção 2.6), mas, no caso específico de Portugal, existem factores adicionais que tornam a abordagem da questão ainda mais complexa, como veremos de seguida.

3.6.1. Explicação económica

Tal como nas restantes potências imperialistas da Europa, também em Portugal se invocavam argumentos económicos para a expansão armada em África. Um solo agrícola extremamente fértil em Angola, minas de ouro na África Central e Oriental, mão-de-obra abundante, tudo isso eram “recursos” que deveriam ser “aproveitados” e “desenvolvidos”, mediante a construção de vias-férreas, financiadas por subscrições de capital garantidas pelo Estado, e ainda por todo um conjunto de operações militares e forças policiais, a actuar em coordenação com um corpo

⁷⁶Veja-se, a título de exemplo, os artigos de António Enes, originalmente publicados em *O Dia* entre 15 de Dezembro de 1889 e 28 de Janeiro de 1890, e posteriormente recolhidos em ENES, António – *O ultimatum*, p. 148-231. Ver também o artigo das *Novidades* transcrito em: GUERRA ao inglês! *A Actualidade*. Ano 17, n.º 25 (1890-01-29), p. 1.

⁷⁷Cf. HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 52; ROWLEY, Henry – *The story of the Universities’ Mission to Central Africa*. 2nd ed. repr. New York: Negro Universities Press, 1969, p. 63.

de funcionários a recrutar para a administração colonial. O então ainda capitão Lugard, de regresso à Grã-Bretanha, em 1892, após ter passado pela Niassalândia (1888-1889), África Oriental (1889-1890) e Uganda (1890-1892), dedicar-se-ia, no livro que redigiria a relatar as aventuras vividas no continente africano (*The Rise of Our East African Empire*, 1893), a elogiar o exemplo de Portugal, país que suportava défices anuais no orçamento das colónias, mas, apesar disso, não hesitava em subsidiar companhias de navegação e empreendimentos telegráficos em África. Segundo o militar britânico, nações como a portuguesa investiam agora para colherem abundantes retornos depois; convinha, por isso, à Inglaterra, imitá-las.⁽⁷⁸⁾

Esta explicação já na época não era considerada credível. Eça de Queiroz, o qual, após publicar *As Minas de Salomão* na *Revista de Portugal* (1889-1890), regressaria à temática africana com o romance *A Ilustre Casa de Ramires* (publicado em revista e livro, entre 1897 e 1900, mas já existente, sob a forma de projecto, na mente do escritor, em 1890), fez nesta última narrativa figurar, como personagem, um administrador concelhio que se mostrava muito céptico em relação ao imperialismo português. Este funcionário metropolitano dizia que “toda” a África Portuguesa devia ser vendida, pois Portugal não possuía capitais próprios suficientes para a “valorizar”, e essas “terras distantes”, “com sezões todo o ano”, tornavam infrutífero o esforço dispendido com a ocupação militar (a qual, na opinião do fictício administrador, consistia simplesmente em “atirar uns safanões aos pretos”).⁽⁷⁹⁾ Tal ponto de vista ecoava uma posição anti-imperialista, realmente existente em alguns sectores da administração portuguesa: ceder as porções menos rendosas do Império a outras potências europeias, em troca de benefícios mais palpáveis. Antes de 1884, chegara até mesmo a equacionar-se, em Portugal, a entrega de Ajudá, uma feitoria portuguesa no reino de Daomé (actual república de Benim), à Inglaterra, em troca do reconhecimento britânico dos direitos alegados sobre o rio Congo, ao mesmo tempo que se consi-

⁷⁸ Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 299 (1889-12-17), p. 2; n.º 307 (1889-12-27), p. 2-3; LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 2, p. 586-587.

⁷⁹ ILUSTRE casa de Ramires. In MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*, vol. 1, p. 508; QUEIROZ, Eça de – *A ilustre casa de Ramires*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1980. (Obras Completas de Eça de Queiroz; 7), p. 33, 332-333.

derava a hipótese de trocar a Guiné Portuguesa pelo Gabão, e Timor pela actual Guiné Equatorial, se a França e a Espanha concordassem, respectivamente. Esses “negócios” nunca foram avante, em parte porque tais “propostas” nunca encontrariam aceitação junto às potências visadas; mas, um pouco mais tarde, Portugal cederia à França os rios Casamansa e Nunes, na Guiné (1886), e abandonaria, em prol desta última potência europeia, o protectorado que possuía sobre a costa do Daomé (1887), enquanto reconhecia à Alemanha territórios na África Ocidental e Oriental. Poderia argumentar-se que todas estas concessões visavam obter a aquiescência franco-germânica relativamente às pretensões lusas sobre os territórios entre Angola e Moçambique. Mas o projecto do “mapa cor-de-rosa” era, por sua vez, visto pelas autoridades portuguesas, desde o início, como um mero ponto de partida, uma base negocial para futuros tratados internacionais que modificariam certamente as fronteiras propostas. E, de facto, o ministro Barros Gomes, no encontro com Harry Johnston na Primavera de 1889, mostrou-se disposto a reconhecer à Inglaterra a posse da Matabelelândia, Maxonalândia e grande parte da actual Zâmbia, em troca de áreas na Niassalândia – ou seja, apresentava-se disponível para ceder a ligação Angola-Moçambique, alegadamente tão cara aos Portugueses!⁽⁸⁰⁾ Se, posteriormente, Portugal recusou ceder qualquer parcela de território africano internacionalmente reconhecido como seu, tal ficou a dever-se, pelo menos em parte, ao facto de, no caso contrário, enfraquecer a sua posição jurídica de país “pequeno” e “fraco”, que invocava direitos sobre vastas extensões de África, e não pelo “valor” económico intrínseco das possessões em questão (ainda em 1891, Álvaro Ferraz de Castelões, o antigo chefe da Expedição Ressano Garcia, defendia publicamente a venda da colónia portuguesa da Guiné).⁽⁸¹⁾

Em todo o caso, as colónias internacionalmente reconhecidas após o “ultimato” passaram, daí em diante, a ser mais aproveitadas, ou, como diria o fictício administrador do romance de Eça, “valorizadas”. Graças à imposição, em 1892, de uma tarifa protecctionista, Portugal pôde sustentar sectores industriais especializados na exportação de têxteis e álco-

⁸⁰ HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 102-103, 116-117.

⁸¹ CENTRO COMMERCIAL DO PORTO – *Relatorio dos actos da quarta Direcção*. Porto: José da Silva Mendonça, 1892, p. 84.

ol (de baixa qualidade mas elevada rendabilidade...), especificamente produzidos para as colónias. Relativamente às finanças públicas, porém, a aventura colonial era um desastre: subsídios às companhias de navegação, garantias financeiras, às ferroviárias, de um retorno mínimo garantido à partida, despesas com a instalação de sistemas de comunicação (telégrafo) e com campanhas militares, tudo isso se traduzia em défices orçamentais recorrentes. Sendo assim, não estariam os lucros dos produtores e comerciantes portugueses que exportavam para África a ser financiados, indirectamente, pela dívida pública? E até que ponto uma tal situação seria financeiramente exequível para o país?

O próprio Clarence-Smith, o mais ardente defensor do carácter *económico* do imperialismo português, viu-se forçado a reconhecer que, não obstante a ambiguidade das estatísticas (números agregados para o conjunto do Império, metrópole incluída, sem uma discriminação adequada), se poderia concluir com segurança por uma rendabilidade orçamental *inferior à esperada* pelos defensores da “corrida a África” em Portugal. No entanto, este historiador retorquia que, numa análise de *longo prazo*, pelo menos alguns dos investimentos em questão se mostraram altamente rendáveis; mas não seria esse o prémio do risco incorrido na sua concretização? Outros projectos, com anúncios regulares na imprensa, como a “Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro através de África”,⁽⁸²⁾ não falharam rotundamente, e constituíram um prejuízo apreciável para o Estado Português, em todo o período que decorreu ente 1889 e 1910?

Certo era que os investidores portugueses, com poucas excepções, preferiam a Europa e a América Latina a colocações de capitais em África.⁽⁸³⁾ Se em Moçambique e Angola se fundaram diversas companhias concessionárias, antes e depois do “ultimato” de 1890, era o capital estrangeiro que maioritariamente as sustentava, e de uma forma geral não se podia dizer que se tratava de empreendimentos muito lucrativos. João de Azevedo Coutinho, por exemplo, dedicou-se, em 1892, a escrever uma obra de propaganda para a Companhia do Niassa, na tentativa de atrair investimentos nacionais para a mesma (*Do Nyassa a Pemba*, 1893), mas

⁸² Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 307 (1889-12-27), p. 3, *passim*.

⁸³ Ver, por exemplo, o artigo do jornal *Esquerda Dynastica* transcrito em: CAPITAES portugueses. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 207 (1889-09-01), p. 1.

em vão. Os capitais acabariam por ser maioritariamente estrangeiros, e as expectativas iniciais quanto ao empreendimento viram-se goradas: para além da produção de borracha, a companhia dedicar-se-ia à “exportação” de mão-de-obra “contratada” para a África do Sul, e até à venda de escravos, clandestinamente enviados para o Médio Oriente.

Mas, por trás de todos estes fracassos, não poderíamos ver, como noutros países, uma conspiração do capital financeiro para obter retornos à custa do todo nacional? Na realidade, se certas entidades portuguesas ligadas ao mundo financeiro, como o Banco Nacional Ultramarino e alguns “cavalheiros de indústria”, pareciam beneficiar da aventura imperialista, tornava-se difícil aplicar as teorias de Hobson (ver secção 2.6.1) a uma economia que, longe de possuir, no seu conjunto, um significativo *excesso acumulado de capital financeiro próprio*, só conseguia cobrir o défice da balança comercial graças às remessas dos emigrantes no Brasil, as quais, a partir da proclamação da República Brasileira (a 15 de Novembro de 1889), diminuíram substancialmente. Restava apenas o recurso ao endividamento, mas, precisamente em 1889, o banco britânico Barings, que assegurava ao Estado Português grande parte dos empréstimos a curto prazo, entrou em sérias dificuldades financeiras. Se, em 1890, Portugal surgia como o 2.º país do mundo com maior dívida *per capita* (logo a seguir à França), em 1892 o governo português anunciava aos credores que só podia pagar um terço dos juros da dívida pública, passando o resto da década numa bancarrota virtual. De facto, em Portugal, os capitais financeiros próprios não predominavam nas relações com as colónias. Para Lenine, o excedente de capital em causa era inglês, não português: o “3.º Império” não passava de um “protectorado” do capitalismo britânico, que apoiara Portugal contra a Espanha e a França, nos planos diplomático e financeiro, para obter, em troca, um tratamento preferencial, em termos de investimento estrangeiro na África Portuguesa.⁽⁸⁴⁾

Em desespero de causa, Clarence-Smith refugiava-se numa explicação político-militar para o aparente fracasso económico do imperia-

⁸⁴ BIRMINGHAM, David – *Portugal and Africa*. Basingstoke: Macmillan, 1999, p. 104-105; 191, n. 31; CLARENCE-SMITH, Gervase – *The third Portuguese empire*. Manchester: Manchester University Press, 1985, p. 81-115; SOBRAL, Fernando; CORDEIRO, Paula Alexandra – *Barings*. Cruz Quebrada-Dafundo: Oficina do Livro, 2005, p. 102-110; LÉNINE, V. I. – *O imperialismo*. Lisboa: Avante, 1975, p. 104-105.

lismo português: tudo teria corrido bem se, conforme o desejado pelas autoridades portuguesas em 1889, a África Central tivesse sido anexada pelas forças expedicionárias lusas, mas uma interferência exógena (o “ultimato” britânico de 1890) impedira a constituição de uma área financeiramente compensadora pertencente a Portugal, um “novo Brasil” no continente africano, da costa oriental à ocidental. Esta explicação apresentava, porém, duas falhas graves: (1.º) o governo português estava aparentemente disposto, ainda em 1889, a sacrificar à Inglaterra a ligação Angola-Moçambique, na proposta Barros Gomes-Johnston; e sobretudo (2.º) a área em questão (correspondente às futuras “Rodésias”), apesar das minas de ouro e diamantes, não era tão rendosa como a propaganda de Rhodes queria fazer parecer, pois incorria também em custos de ocupação militar e manutenção administrativa muito elevados. A BSAC, com efeito, viria a operar com prejuízo na zona.⁽⁸⁵⁾

Quanto ao território da Niassalândia, da qual a Macolololândia constituía o extremo sul, não havia riquezas minerais apreciáveis na zona, e a agricultura de plantação apresentava à partida vantagens limitadas, e condicionadas pelas dificuldades de transporte, tal como aliás acontecia nas áreas vizinhas sob domínio português. Buchanan tentara atrair plantadores britânicos para as terras altas do Chire, com um livro de propaganda sobre as alegadas vantagens agrícolas locais (*The Shire Highlands*, 1885), mas, comercialmente, a zona não apresentava, na altura, grandes perspectivas: a ALC, que, por não haver concorrência, operava na prática em regime de monopólio nas terras altas do Chire, tinha falta de capital e não conseguia assegurar convenientemente os compromissos assumidos junto aos seus clientes, as missões britânicas da Niassalândia. Na sua viagem de regresso à metrópole depois de ter batido os Macololos, Serpa Pinto concedeu uma entrevista ao periódico sul-africano *Natal Mercury*, na qual avaliava os bens da ALC nas terras a sul do Niassa em apenas mil e cem libras, quantia que considerava perfeitamente irrisória.⁽⁸⁶⁾

⁸⁵ CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 83-85; HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 131-132.

⁸⁶ Segundo artigo do *Evening Standard*, traduzido em: O CONFLICTO luso-britânico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 1-2. Num telegrama dirigido ao governador-geral de Moçambique, Serpa Pinto precisava: “(...) £1:123, isto é, menos do que o valor de qualquer tenda de mouro ou banane, em Mopêa ou outro qualquer ponto do sertão.” Apud PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*, p. 240.

Os direitos territoriais da companhia dos irmãos Moir acabariam por ser transferidos, em 1893, para a BSAC, também ela a braços com problemas financeiros, num negócio que Johnston classificaria como desastroso. A partir de então, a ALC tornou-se um empreendimento rendável, mas apenas porque a administração britânica, aliás subsidiada pela BSAC, operava com défices crónicos no local, para assegurar as infra-estruturas e despesas militares recorrentes, necessárias à “segurança” do território. As próprias “Rodésias” davam prejuízo ao Império. Tornava-se, assim, extremamente difícil vislumbrar qualquer justificação económica, quer para o “mapa cor-de-rosa” quer para as ambições britânicas relacionadas com o projecto de uma ligação ferroviária Cabo-Cairo. Hammond chegou, por isso, ao ponto de classificar ambos os desideratos, português e inglês, de domínio sobre a África Central, como quixotescos e idealistas, enquanto Clarence-Smith se refugiava na ambiguidade dos números para falar de eventuais benefícios, a longo prazo, obteníveis graças a gastos, no presente, em investimentos públicos e privados (tais como vias-férreas e companhias de navegação, no caso português financeiramente garantidas ou subsidiadas pelo Estado, respectivamente).⁽⁸⁷⁾ Do lado britânico, poderíamos ainda salientar a capacidade que a BSAC, como qualquer outra grande companhia, possuía, de investir a longo prazo, sem necessidade de obter imediatamente retornos significativos.⁽⁸⁸⁾

Em todo o caso, não se põe em dúvida que muitos em Portugal, tal como em Inglaterra, ganhariam indubitavelmente com a expansão em África: especuladores financeiros, e militares em busca de condecorações e promoção, são exemplos óbvios, além de desempregados urbanos que poderiam encontrar um cargo na administração ultramarina. Autoridades coloniais, como o governador-geral de Moçambique, Neves Ferreira, também estavam implicadas: com efeito, o governante decidira, em conjunto com Serpa Pinto, a permanência de tropas na fronteira com a Macolololândia, num contexto em que tal induziria, com toda a

⁸⁷ Cf. CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 86; *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed., vol. 4, p. 598; vol. 23, p. 268; HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 131-132, 165-166; HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*. London [etc.]: Oxford University Press, 1956, p. 175-179; – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 67-69.

⁸⁸ Cf. SANTOS, Maciel Morais – A rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe. *Africana Studia*. Porto: Faculdade de Letras. N.º 5 (2002), p. 184.

probabilidade, um ataque dos autóctones seguido da correspondente expedição de “castigo”, sancionada e aconselhada pelo governador. Dada a ambiguidade das instruções recebidas de Lisboa, a responsabilidade política última dos acontecimentos caberia sempre a Neves Ferreira (o qual, efectivamente se veio a demitir em 1890, sendo substituído no cargo pelo já referido Joaquim José Machado – ver secção 3.2), mas, além dos interesses individuais, havia sectores empenhados na expansão, como os 152 manifestantes dos Paços do Conselho de Quelimane, que, a seguir ao “ultimato”, subscreveram uma representação escrita ao rei Dom Carlos, datada de 30 de Janeiro, no sentido de o monarca não autorizar a retirada das forças militares portuguesas do Chire. Muitos desses manifestantes eram senhores de “prazos”, que pretendiam alargar influência e eliminar adversários no *hinterland* (toda a campanha do Chire, que contou também com o apoio de “auxiliares” africanos locais, se fez sob o signo de uma guerra preventiva, alegadamente necessária para evitar quer uma eventual invasão macolola do Massinjire quer uma nova revolta deste último “prazo”, estimulada pela retirada das forças portuguesas). Acresciam grupos de interesse lusófonos que pretendiam ver regulada a imigração para a África do Sul, como exortava o periódico moçambicano *Districto de Lourenço Marques*, em ordem a obterem algum benefício material das migrações de mão-de-obra autóctone para os territórios anglófonos. E observadores que notavam ser conveniente substituir o “imperialismo informal” da moeda britânica no Sudeste africano por um corredor transcontinental onde vigorasse metal de proveniência portuguesa. Ou, simplesmente, especuladores interessados na construção de vias-férreas para auxiliar (supostamente) os produtores agrícolas (como os do planalto de Moçâmedes) a escoarem os cereais para a costa, conforme sugeria o *Economista*. E ainda analistas que, nas páginas da *Esquerda Dynastica*, aconselhavam os investidores portugueses a investir, não só nos caminhos-de-ferro da África Portuguesa, mas também na exploração de minas, que se consideravam valiosíssimas.⁽⁸⁹⁾

⁸⁹ A *Actualidade*. Ano 16, n.º 207 (1889-09-01), p. 1; n.º 237 (1889-10-06), p. 1; n.º 299 (1889-12-17), p. 2; n.º 307 (1889-12-27), p. 2; ano 17, n.º 13 (1890-01-15), p. 1; n.º 69 (1890-03-22), p. 2-3. Cf. CENTRO COMMERCIAL DO PORTO – *Relatorio dos actos da quarta Direcção*, p. 85; PORTUGAL. *Negocios Externos – Negociações do tratado com a Inglaterra*, p. 101.

Valentim Alexandre, por seu turno, chama a atenção para determinados grupos de interesse metropolitanos, não-financeiros: por exemplo, produtores de têxteis e álcool, que poderiam vender exclusivamente para as colónias, no caso de estas ficarem sob efectivo domínio português. Estes interesses, só por si, justificariam a expansão, ao manipularem a opinião pública no sentido da necessidade da guerra, embora o país, no seu todo, ficasse a perder com o esforço associado à aventura militar e correlativas despesas de ocupação e administração. Pedro Lains vai mais longe e, apesar de admitir a questionabilidade dos números disponíveis, defende um contributo positivo, e muito significativo, das colónias africanas para o equilíbrio da balança *comercial* portuguesa (especialmente a partir de 1890), enquanto o défice do sector público colonial surge como relativamente pequeno, no total das contas públicas. Ambos os autores concordam, no entanto, no carácter económico, embora predominantemente não financeiro, do “novo imperialismo” português, pelo menos em termos estritamente nacionais (isto é, sem ter em conta o investimento estrangeiro nas possessões ultramarinas de Portugal). Uma explicação, pelo menos nesse ponto, similar a uma outra sugerida para a França, país onde, segundo Jean Bouvier, o capital financeiro nacional também não aparentava predominar nas relações com as colónias, embora, tal como no caso português, também estivesse presente. De resto, o afluxo de mercadorias ao ultramar era uma constante do expansionismo europeu, e induzia, em África, um processo de desindustrialização, já visível em 1885 no Chire, quando Buchanan notava que os tecidos artesanais autóctones, embora de excelente qualidade, tinham sido suplantados pela importação de sucedâneos britânicos, fabricados em série.⁽⁹⁰⁾

É, no entanto, Clarence-Smith quem, a nosso ver, apresenta o argumento decisivo em favor de uma interpretação económica do imperialismo português: mais do que qualquer outra potência imperialista da Europa, Portugal (justamente por ser a economia mais “atrasada” e

⁹⁰ ALEXANDRE, Valentim – A questão colonial no Portugal oitocentista. In ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill, dir. – *O império africano (1825-1890)*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa, 1998, p. 121; BOUVIER, Jean – La colonisation française en question. *L'Histoire*. Paris. N.º 75 (fév. 1985), p. 90-92; BUCHANAN, John – *The Shire Highlands*. New illustrated ed. Blantyre, Malaui: Rotary Club, 1982, p. 127-128; CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 89-94; LAINS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1995, p. 130-133, 143.

“dependente”, e, portanto, mais vulnerável), sofria com o impasse ao “desenvolvimento” económico motivado pela “Grande Depressão” de 1873-1896 (ver secção 2.6.1).⁽⁹¹⁾ Era, portanto, o país mais interessado numa expansão violenta, de carácter militar, em África, para assegurar mercados exclusivos, os quais, no entanto, dada a “dependência” financeira em que se encontrava relativamente a Inglaterra, deveriam, também, ser aproveitados pela Grã-Bretanha. Daí o apelo, na já muitas vezes referida nota diplomática de Barros Gomes, para que a Inglaterra investisse capitais nas zonas de uma África Central que deveria ser portuguesa, por “direitos históricos” (ver anexo 2). Daí também o sentimento de “injustiça” que inflamou Portugal quando, após ter chacinado exércitos autóctones na Macolololândia e arriado aí bandeiras britânicas para as substituir por portuguesas, obteve, da Grã-Bretanha, não a aquiescência, nem sequer uma arbitragem, mas apenas um “affrontoso *ultimatum*”.⁽⁹²⁾

3.6.2. Explicação humanitário-ideológica

Idealismo era algo que não faltava nas justificações, dadas à época em Portugal, para justificar a campanha contra os Macololos. Como nas restantes “pequenas guerras” coloniais europeias, invocavam-se argumentos de teor “humanitário” para justificar carnificinas e anexações: necessidade de acabar com os conflitos bélicos endémicos, impedir a escravatura, desenvolver os recursos naturais, substituir o “feiticismo” e a “selvajaria” em que alegadamente viviam os nativos pelos benefícios da “civilização”...

Assim, em finais de Dezembro de 1889 noticiara-se, com base num telegrama enviado por Serpa Pinto, que estava “pacificado” o território do Chire, os Macololos tinham-se rendido e estavam doravante impedidos de se dedicarem ao “trafico de escravos, e outras violencias praticadas antes do facto”, o “caminho do Nyassa” abrira-se ao comércio europeu e os “camponeses” autóctones podiam enfim voltar a dedicar-se aos seus trabalhos agrícolas.⁽⁹³⁾ Tratava-se, na realidade, de meias-verdades.

⁹¹ CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 81-82.

⁹² O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 139 (1890-06-13), p. 2.

⁹³ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2.

O rio Chire, por exemplo, sempre estivera aberto ao comércio, excepto nos breves períodos em que os Macololos tinham alguma razão de queixa dos Britânicos, e, no momento em que os Portugueses começaram a guerra, os navios a vapor ingleses já circulavam novamente nele. Além disso, os conflitos na zona, eram, como já vimos, motivados directa ou indirectamente pelos Europeus (a campanha em questão, por exemplo, começara por uma provocação portuguesa, sob a forma de avanços não autorizados e presença militar continuada nos terrenos fronteiriços). Por outro lado, os senhores da Macolololândia praticavam apenas a escravidão doméstica, não o tráfico com o exterior, à excepção de Ramakukan (que, de qualquer dos modos, já falecera). Aliás, nem Ingleses nem Portugueses tinham, à época, meios na área para combater eficazmente a exportação de escravos através do sertão, pois tal requeria operações militares e policiais muito para além das possibilidades de simples forças expedicionárias; quanto à servidão doméstica, tratava-se, no fundo, de uma instituição benigna, que nenhum funcionário colonial razoável pretendia abolir a curto ou médio prazo.⁽⁹⁴⁾

O desenvolvimento dos recursos naturais era, a par do combate à escravatura, um dos argumentos mais usados para justificar o imperialismo. Tratava-se, em primeiro lugar, de “educar” os nativos, cuja atávica “imprevidência” os colocaria sempre na iminência de morrer de fome, a menos que fossem entregues ao domínio militar e administrativo europeu. Mas a verdadeira razão da recorrente falta de alimentos, em anos de más colheitas, residia na interrupção do comércio, por sua vez motivada pelos conflitos bélicos. Os missionários britânicos, por exemplo, tinham testemunhado, em 1862-1863, o modo como um bloqueio comercial, decorrente da guerra entre os senhores de “prazos” a sul do Ruó, quase matara à fome os Macololos do Chire, cujo Estado estava então ainda em vias de formação, e mais tarde esses mesmos clérigos denunciariam o facto na Europa. Em 1890, o explorador Henrique de Carvalho publicaria, porém, em livro, uma colectânea de artigos, previamente aparecidos

⁹⁴ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 167; DECLE – *Three years in savage Africa*, p. 521-524; HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 59-61; ISAACMAN – *A tradição de resistência...* p. 84-85, n. 19. Um missionário britânico local chegou a equiparar a escravidão doméstica autóctone às práticas correlativas do santo patriarca bíblico Abraão (Génesis 12:5); ROWLEY – *The story of the Universities’ Mission to Central Africa*, p. 47.

no jornal lisboeta *Esquerda Dynastica*, e que incluíam um desmentido formal às acusações britânicas, argumentando que a falta de alimentos no Chire se devera, não aos escravistas portugueses mas... à “*manifestação das intemperies do clima*”.⁽⁹⁵⁾

A arma da fome tinha sido, aliás, novamente usada, em 1889, por ambas as partes do conflito (portugueses e macololos) para vencer a outra: Serpa Pinto chegara, em Agosto, a ameaçar de extermínio as povoações massinjires que, temerosas de eventuais retaliações de Balalika, recusassem fornecer comida às forças de Portugal, enquanto, em Novembro, esperava que os inimigos se rendessem à míngua de alimento, segundo se depreende do testemunho de Trivier (ver anexo 9). O regresso dos autóctones aos trabalhos agrícolas, verificado no fim da guerra, porém, não representava apenas um esforço para repor a produção normal de alimentos. Os Portugueses tinham, com efeito, autorizado a retoma da agricultura, e até isentado de impostos (“muçoco”) as populações da Macolololândia, *na condição de estas últimas reconhecerem a autoridade do rei de Portugal sobre as terras altas do Chire*. Tratava-se, assim, de uma tentativa de substituir o genocídio físico, empreendido durante a guerra (disparos indiscriminados sobre os habitantes indefesos das povoações, até estes abandonarem o local ou serem completamente exterminados), por uma mais subtil forma de dominação (ver secção 2.4): minar e destruir a autoridade dos senhores macololos, através de uma completa isenção fiscal dos respectivos subordinados nos dois anos seguintes (esperava-se, confessadamente, que os autóctones preferissem o domínio do invasor, ao compararem a temporária ausência de tributo, por parte dos Portugueses, com as exigências dos antigos soberanos, a quem eram previamente obrigados, pelo direito local, a fornecer diversas prestações). Que este desiderato estava longe de ser conseguido, testemunhava-o a necessidade, igualmente sentida pelas autoridades portuguesas, de deixar forças armadas na zona, com o intuito expresso, não de proteger os habitantes, mas de evitar revoltas dos mesmos. A lealdade dos autóctones aos seus soberanos, com efeito, não se comprava com isenções fiscais, pois os

⁹⁵ ROWLEY – *The story of the Universities' Mission to Central Africa*, p. 370; WALLER, Horace – *Os cães britânicos*. Commentada por Henrique A. D. de Carvalho. Lisboa: Imprensa Moderna, 1890, p. 27.

senhores macololos não eram uns parasitas das populações do Chire, antes, em troca das prestações recebidas, lhes prestavam um serviço efectivo: organizar e chefiar a protecção militar contra eventuais invasões dos senhores dos “prazos”, assegurar a defesa contra incursões *swahili* ou *yao*, e ainda impedir abusos da parte de comerciantes europeus sem escrúpulos.⁽⁹⁶⁾

A temporária suspensão de impostos já fora praticada antes, em 1882, no então recém-ocupado Massinjire, e a posterior reposição do tributo motivara, até, uma sangrenta revolta local (ver secção 1.3). Impossível saber como as coisas se desenrolariam na Macolololândia sob ocupação portuguesa, uma vez que o “ultimato” britânico obrigou à retirada imediata das forças lusas. Um viajante posterior notaria, porém, que a administração britânica das terras altas do Chire, por Harry Johnston, em 1892, era muito impopular entre os autóctones, que preferiam fugir para o lado português da fronteira a pagar um elevado imposto de palhota, tributo esse traduzido na obrigação de trabalhar em obras públicas e nas plantações. Alguns anos depois, quando as companhias concessionárias em território português começaram a cobrar um tributo ainda maior que as prestações exigidas pelos Ingleses, a situação inverter-se-ia, e os “nativos” passaram, pelo contrário, a migrar de Moçambique para as zonas de ocupação britânica. Era assim que ambos os lados, inglês e português, se propunham desenvolver os recursos naturais de África...⁽⁹⁷⁾

Serpa Pinto acusava os Macololos de serem um “gentio ignaro”, que merecia ser exterminado no caso de obstar à expedição científica de Álvaro Ferraz.⁽⁹⁸⁾ Se atacaram o acampamento desta última munidos de bandeiras inglesas, não era por perceberem alguma coisa das relações diplomáticas europeias, mas por mera “superstição”, já que, “acreditando no poder sobrenatural d’aquelles feitiços, os tinham collocado á fren-

⁹⁶ Cf. BOTELHO, José Justino Teixeira – *História militar...* p. 350; ISAACMAN – *A tradição de resistência em Moçambique*, p. 55-58, 198-199; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 1, p. 460; PORTUGAL. Negocios Externos – *Negocios da Africa oriental e central*, p. 208, 212, 216.

⁹⁷ ISAACMAN – *A tradição de resistência em Moçambique*, p. 154-156, 185-186; JOHNSTON, James – *Reality versus romance in South Central Africa*. New York [etc.]: Fleming H. Revell, cop. 1893, p. 292.

⁹⁸ Comunicação de Serpa Pinto a Buchanan, datada de 20 de Agosto de 1889: PORTUGAL. Negocios Externos – *Negocios da Africa oriental e central*, p. 149.

te da sua columna”, conforme assegurava o major ao correspondente em Lisboa do jornal *L'Indépendance Belge*, em 1890.⁽⁹⁹⁾

Era a velha acusação de “feiticismo” (as “trevas do fetichismo”, como se dizia na nota de Barros Gomes – ver anexo 2), sistematicamente dirigida a todos os grupos autóctones de África: atavicamente mergulhados na superstição, e espiritualmente dominados por “feiticeiros” sem escrúpulos, os “nativos” só poderiam vir a “civilizar-se” sob tutela europeia. O próprio Buchanan recorreria a este argumento falacioso, quando Mlauri se recusou a desfaldar a bandeira inglesa nas suas povoações e, posteriormente, a assinar a declaração de protectorado britânico. O cônsul interino não teve escrúpulos em atribuir esta recusa a superstição, em vez de admitir o que ela verdadeiramente significava: a vontade de não ceder direitos de soberania à rainha Vitória. Como notaria mais tarde Henrique de Carvalho, num dos artigos da *Esquerda Dynastica* republicado em livro (1890):

“O juramento exigido ao Mlauri foi arrancado á falsa fé; o proprio Buchanan o diz n'estes termos:

Nós, João Buchanan, (...) juramos aqui que Mlauri, tendo um terror supersticioso de pôr sua mão sobre o papel, me auctorizou (...) de fazer em seu nome como signal – uma cruz.”⁽¹⁰⁰⁾

De facto, nesta como noutras circunstâncias, a acusação de “feiticismo” e “ignorância” constituía um falso pretexto, que escondia desígnios políticos de dominação. O explorador Vítor Cordon não tivera pejo em classificar um sacerdote autóctone que visitara, nesse mesmo ano de

⁹⁹ Apud O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 109 (1890-05-09), p. 2. Também Barjona de Freitas, o sucessor de Barros Gomes na pasta dos Estrangeiros, aplicaria a acusação de ignorância aos Macololos, a propósito do uso, por estes, das bandeiras inglesas: PORTUGAL. *Negocios Externos – Negociações do tratado com a Inglaterra*, p. 69. Curiosamente, a mesmíssima expressão “gentio ignaro”, associada à acusação de feiticismo, já tinha sido empregue por Serpa Pinto contra os *lozi*, quando o uso de balas explosivas, pelos homens do explorador, “produzio o pânico no meio d'aquelle gentio ignaro, que vio n'uma coisa nova para elle, um feitiço irresistivel”. PINTO, Serpa – *Como eu atravessei África*, vol. 2, p. 42. Mas quem não ficaria em pânico, ao ver cabeças e peitos humanos a rebentar súbita e inesperadamente, devido à nitroglicerina? Seria essa reacção, da parte dos alvejados, apelidada de supersticiosa, se acaso as vítimas fossem europeias?

¹⁰⁰ WALLER – *Os cães britannicos*. Commentada por Henrique A. D. de Carvalho, p. 51. Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 211.

1889, como um “ratão (...) um bruxo, um embusteiro”, só porque tal “mágico” poderia obstar eficazmente às pretensões portuguesas de domínio sobre o *hinterland*, se desaconselhasse os senhores locais a prestar “vassalagem” a Portugal.⁽¹⁰¹⁾ No mesmo sentido, de demonstrar a inferioridade intelectual dos “nativos” em relação aos europeus, se perfilavam as diversas tentativas de apoucar os macololos na imprensa portuguesa. Um “gentio ignaro”, como lhe chamava Serpa Pinto, só poderia morar em primitivas “aldeias”, ainda que duas das “grandes povoações” da Macolololândia, dotadas de “magníficas palhotas”, merecessem ser classificadas como “vilas” após a conquista portuguesa (Chilomo e Mbewe, rebaptizadas Vila Coutinho e Vila Neves Ferreira, respectivamente). De forma similar, uma “horda de selvagens”, como eram classificados os Macololos na imprensa portuguesa (ver secção 3.5), não saberia utilizar eficazmente senão armas “tradicionais”. Com efeito, de certas descrições dos combates travados poder-se-ia deduzir que os autóctones do Chire só combatiam com arcos e flechas (ver anexo 8), quando era sabido que possuíam abundância de pólvora e até modernas espingardas Martini-Henry, com as quais se envolveram, por diversas vezes, em intenso tiroteio contra os portugueses, enquanto durou a guerra (ver secção 3.4).

Os senhores macololos eram ainda acusados, por Serpa Pinto, de crueldade e despotismo. Numa entrevista concedida em Lisboa ao correspondente especial do jornal parisiense *Le Temps*, e publicada em Agosto de 1890, o explorador português afirmava que um “rei” macololo, não identificado, se dedicava a atirar crianças e respectivas mães, aos crocodilos do Chire, para se distrair, quando estava embriagado.⁽¹⁰²⁾ Concluía Serpa Pinto: “O rei foi morto em combate, o que regozijou a sua gente. – Foi como que uma libertação para o povo. E só nesse momento e depois do ‘ultimatum’ inglês, voltei a Portugal.”⁽¹⁰³⁾

Esta história ecoava as denúncias que Buchanan fizera, em 1885, relativamente à actuação despótica do falecido senhor macololo Chipi-

¹⁰¹ O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 97 (1890-04-25), p. 2.

¹⁰² Pode consultar-se uma transcrição parcial da entrevista em *L'ESCLAVAGE en Afrique*. Paris: Le-touzey, 1890, p. 100-103.

¹⁰³ PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 248. A entrevista do *Le Temps*, que aparece traduzida nesta obra da filha de Serpa Pinto (p. 243-249), não contém a passagem relativa aos crocodilos, aparentemente censurada pela autora.

tula, embora nos seus pormenores não parecesse muito verídica. Segundo o testemunho dos viajantes europeus, entregar os condenados aos crocodilos era uma forma de se executar a pena de morte no *hinterland* (no Baroce, por exemplo, ou ainda no “prazo” de Macanga, a oeste do Chire), mas pelo menos alguns dos relatos de morticínio gratuito de súbditos inocentes, por déspotas embriagados, já na própria época se consideravam, e com razão, como efabulações. Daniel Rankin, o inglês que reivindicava para si, falsamente, a “descoberta” da passagem fluvial do Chinde (havia muito conhecida dos Portugueses), contava relatos similares sobre os senhores de “prazos”, sem que se pudesse provar a sua veracidade. Na base de alguns destes boatos, poderia estar o costume de atirar os cadáveres dos criminosos ao rio,⁽¹⁰⁴⁾ embora, tal como Lobengula, também as autoridades macololas usassem de uma firmeza excessiva na punição de crimes, dado o contexto violento da zona e da época (ver secção 2.2). Em todo o caso, o próprio Serpa Pinto não estava, nas suas narrativas, acima de toda a suspeita, pois o major era conhecido por uma certa mitomania em relação às explorações africanas de que fora protagonista. Afirmava, por exemplo, que, durante a travessia do continente africano, os “indígenas nas Ganguelas” o tinham tentado engordar com óleo de palma, para depois o comerem num repasto canibal. Diria, a propósito desse e doutros relatos dos exploradores portugueses, o rei Dom Carlos: “Gosto de os ouvir, mas fantasiam muito. O Serpa Pinto fala muito nos pretos, mas mente tanto, que *já nem acredito que haja pretos em África*”.⁽¹⁰⁵⁾

Quanto à má relação alegadamente existente, segundo o major, entre os senhores da Macolololândia e respectivos subordinados (a quem os Portugueses, em termos classificativos, dividiam em “escravos” – os guerreiros – e “colonos” – os camponeses), Horace Waller, missionário que convivera com os Macololos do Chire na época em que lá estivera com Livingstone, tinha uma visão do assunto diametralmente oposta.

¹⁰⁴ Cf. BUCHANAN – *The Shirè Highlands*, p. 98, 139; HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 33, 48; JOHNSTON, James – *Reality versus romance*, p. 319-320; KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 144-145; vol. 2, p. 44; LIVINGSTONE – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*. Paris: Hachette, 1859, p. 245, 545.

¹⁰⁵ CASTRO, Gonçalo Pereira Pimenta de – *As minhas memórias*. Porto: Progredior, imp. 1947, p. 162.

Em 1890, publicaria um livro, intitulado *Nyassaland* (imediatamente traduzido para português por Henrique de Carvalho, na já mencionada série de artigos publicada na *Esquerda Dynastica*), no qual resumiria assim a história da federação macolola, até a invasão portuguesa:

“Os Macololos velhos servos (...) de *Livingstone* prontamente encontraram onde exercer a sua *actividade e conhecimentos adquiridos na educação que de creanças tinham tido em suas terras, pelo que se tornaram chefes á escola dos colonos*. Estabelecidos no Chire, o *accordo solidificou-se em um poder de primeira grandeza como existem entre os mais poderosos de Africa*.

Milhares de homens que *fugiam dos plan’altos* se tornaram seus subditos. Paz e socego reinava até recentemente, *mas agora, tudo é um cháos!*”⁽¹⁰⁶⁾

A versão do missionário era exagerada, pois os Macololos, como aliás todos os governantes do interior, recorreram, historicamente, à força (sobretudo a posse e capacidade de manejo de armas de fogo) para firmar, consolidar e manter o seu poder entre os autóctones do Chire,⁽¹⁰⁷⁾ mas esta apologia (surgida, note-se, com a intenção de justificar o “ultimato” inglês junto à opinião pública) apresentava-se muito mais próxima da verdade do que as calúnias dos militares e jornalistas portugueses. A campanha difamatória contra os Macololos, aliás, já vinha de longe, do tempo em que aqueles dominavam sobre o Baroce. Quando dois clérigos da London Missionary Society, Holloway Helmore e Roger Price, chegaram, com as respectivas famílias e de forma inesperada, à corte de Sekeletu em 1860, numa altura em que Livingstone lá não estava, depararam-se com uma série de problemas: vinham extenuados e sequiosos, da viagem através do Kalahari, e começaram a adoecer. Os expedicionários acabariam por falecer quase todos, inclusivamente o próprio Holloway Helmore, bem como a esposa de Roger Price. Este último sobreviveu, mas apenas para difundir toda uma série de acusações: segundo ele, um boi, que Sekeletu oferecera à expedição, estaria alegadamente envenenado, e, em todo o caso, o rei do Baroce confiscara grande parte dos bens dos missionários...⁽¹⁰⁸⁾

¹⁰⁶ WALLER – *Os cães britannicos*. Commentada por Henrique A. D. de Carvalho, p. 29.

¹⁰⁷ ISAACMAN – *A tradição de resistência em Moçambique*, p. 58.

¹⁰⁸ Cf. HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 54.

O mecanismo do boato, associado à notícia do fracasso da expedição Helmore-Price, fez, assim, correr na Europa a ideia de que os Macololos eram ladrões e assassinos. Júlio Verne foi uma das cadeias de transmissão dessas noções falsas, com a sua novela *Aventuras de Três Russos e Três Ingleses*, publicada pela primeira vez em forma de livro em 1872, e cuja tradução para português, em 1886, foi entregue ao destacado jornalista e político Mariano Cirilo de Carvalho, que nesse mesmo ano se tornaria membro do Governo de Portugal, na importante pasta da Fazenda. A narrativa, claramente difamatória em relação aos Macololos, apresentava-os como a “tribo dos bandidos” do Baroce (a acção da novela desenrolava-se em 1854-1855): um grupo de “assoladores”, de “selvagens africanos”, “quadrilha de salteadores” e “bandidos indígenas” que assaltavam indiscriminadamente as caravanas de mercadores e expedições científicas (isto quando, conforme testemunhava Silva Porto em Agosto de 1858, o exército macololo até nas razias às povoações inimigas se abstinha de atacar os viajantes que encontrava pelo caminho).

Curiosamente, o dom de antecipação por que Júlio Verne é justamente conhecido e louvado, faz-se sentir também nesta novela, na qual o escritor coloca uma expedição científica europeia, organizada no mais estrito sigilo,⁽¹⁰⁹⁾ e entrincheirada numa posição fortificada do interior, a repelir, com rajadas de metralhadora, um ataque macololo! Uma prefiguração perfeita do combate de Mpassa (1889),⁽¹¹⁰⁾ redigida quase trinta anos antes do acontecimento, e, por sinal, traduzida para português por Mariano de Carvalho, membro mais destacado do governo presidido por José Luciano de Castro, o primeiro-ministro que se manteve no poder em Portugal durante todo o tempo que antecedeu e durou a guerra luso-macolola, até o “ultimato” britânico. Esta aparente série de coincidências talvez não seja fruto do acaso; afinal de contas, 1872, data da publicação

¹⁰⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 397-398; VERNE – *Aventuras de três russos e três ingleses*. Trad. de Mariano Cirilo de Carvalho, p. 23-36, 156, 159-161, 181-214.

¹¹⁰ A expedição europeia, que, na ficção de Verne, repelia os atacantes macololos, causou neles “uma grande mortandade. Os macololos caíam às dúzias” diante das espingardas modernas. Quando os expedicionários resolveram recorrer à metralhadora, a carnificina aumentou ainda mais: “Foi tudo varrido num momento.” Um africano, membro da expedição, exclamava, ao ouvir as rajadas: “–A música vai bem!” Isto numa ficção destinada ao público infanto-juvenil europeu... VERNE – *Aventuras de três russos e três ingleses*. Trad. de Mariano Cirilo de Carvalho, p. 209, 211.

da versão original da novela, é um dos anos apontados como do início da “corrida a África”, e daí em diante a cobiça da Europa em relação aos territórios ainda independentes no interior do continente africano não deixara de crescer.

“Ladrões e assassinos”, era a fama que tinham os Macololos na Europa, desde a expedição Helmore-Price, em 1860; “ladrões e assassinos”, chamara-lhes ainda Serpa Pinto, em entrevista concedida ao francês Trivier, em 1889. Entre estas duas datas, os europeus em África não cessaram de denegrir um grupo que teimava em manter-se independente. Para Silva Porto, os Macololos do Baroce eram “terríveis e bárbaros”, conforme anotava o sertanejo no seu diário, a 2 de Maio de 1864.⁽¹¹¹⁾ Já em 1885, Buchanan acusava, sem provas, o soberano da nova Macolololândia, Ramakukan, de ordenar os furtos que por vezes ocorriam na missão de Blantyre. No ano seguinte, Montagu Kerr publicava um livro de viagens no *hinterland* que se lia como uma novela de aventuras, e no qual o papel de “mau da fita”, na primeira parte da história, cabia ao único membro macololo da expedição, um certo Taroman, caracterizado, pelo autor, como hipócrita, assassino e ladrão. Em 1884, o tenente Giraud, de passagem pelo Chire (onde se encontrara com Montagu Kerr – ver secção 3.5), descrevia os Macololos como os assassinos sem escrúpulos do comerciante britânico Fenwick, quando, na zona, toda a gente sabia que este último, no decurso de uma discussão sobre mercadorias, tinha morto a tiro um dos mais importantes senhores da Macolololândia, Chipitula, antes de ser, ele próprio, abatido pelos súbditos leais do falecido. Em retaliação pelo crime do europeu, os autóctones espetaram o respectivo crânio numa estaca, e saquearam um dos vapores da ALC, da qual Fenwick tinha sido empregado. Mais uma vez, os Macololos vistos como “ladrões e assassinos”, apesar de, ainda no início do século, monarcas europeus como o rei de Portugal, Dom Miguel, tratarem de igual forma os cadáveres dos criminosos políticos, e todas as potências exigirem, em qualquer época, indemnizações condignas por ofensas graves e perda de vidas.⁽¹¹²⁾ Um raciocínio similar podia e deveria ser utilizado relativa-

¹¹¹ Apud SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*, p. 236, n. 10.

¹¹² AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 164-165; BABO, Carlos – *As luctas liberaes*.

mente às alegadas “extorsões” que os senhores do Sul da Macolololândia, de Chipitula a Mlauri, exigiam aos navios da ALC, quando qualquer país “civilizado”, como Portugal, se arrogava direitos de passagem às embarcações estrangeiras, a navegar em rios sob a sua dominação.

Os imperialistas portugueses acusavam ainda os Macololos de dar guarida a “bongas” refugiados de Massangano, e tornarem-se, assim, cúmplices das crueldades destes últimos, conhecidos por trucidar à machadinha os militares portugueses (e respectivos “auxiliares” africanos), para depois colocar as respectivas caveiras em estocadas. Como se essas atrocidades fossem mais graves do que a morte e mutilação simultânea de dezenas e dezenas de combatentes, à distância, por metralhadoras e granadas... A mentalidade europeia simplesmente não compreendia que a execução sumária de prisioneiros de guerra, e o subsequente tratamento afrontoso dos cadáveres, tinha uma finalidade dissuasora em relação a futuras invasões, e era decerto menos imoral do que as guerras de extermínio promovidas pelos Europeus.⁽¹¹³⁾ Quanto à decapitação de inimigos, aliás, os portugueses também a praticavam, a crer numa notícia da imprensa, segundo a qual Serpa Pinto tinha cortado as cabeças de macololos, mortos em combate, para as enviar à metrópole, onde os cientistas poderiam assim estudar esses exemplares de uma “raça inferior” (ver anexo 8).

Por outro lado, e no que respeitava ainda a atrocidades, nenhum europeu minimamente conhecedor acusava os senhores da Macolololândia de canibalismo,⁽¹¹⁴⁾ como se faria em relação aos vizinhos Yao. No entanto, a proximidade geográfica e intercâmbios culturais entre ambos os grupos levava a que entre os europeus houvesse alguma confusão a

Porto: Lello, [196-?], p. 45; BUCHANAN – *The Shirè Highlands*, p. 96; GIRAUD – *Les lacs de l'Afrique équatoriale*, p. 568-569; KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 101, 126. Segundo Frederick Moir, Fenwick, após matar Chipitula, tentou usurpar o cargo de senhor de Chilomo, o que, aos olhos dos Europeus, apenas poderia ser considerado como mais um caso da temida “cafrealização”. MOIR – *After Livingstone*, p. 129.

¹¹³ *Boletim Oficial... de Moçambique*. Ano 30, n.º 13 (1889-03-31), p. 215; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 131; HANSON – *Why the West has won*, p. 305-306, 348-349.

¹¹⁴ E, no entanto, Harry Johnston afirmaria que alguns “maganjas” da Macolololândia profanavam sepulturas para, quais vampiros, se alimentarem da carne dos mortos. Cf. JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 446-449. Quanto aos “sacrifícios humanos” na Zambézia, os Europeus consideravam-nos tão corriqueiros que seriam até motivo de chacota para Eça: QUEIROZ, Eça de – *Correspondência de Fradique Mendes*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1981. (Obras Completas de Eça de Queiroz; 18), p. 123-124.

respeito, e, quando a Agência Reuter noticiou a morte do tenente Valadim, a autoria da chacina foi imediatamente atribuída, por um boato emanado de Moçambique, aos Macololos.⁽¹¹⁵⁾ Segundo a lenda, aliás, a cabeça do expedicionário português acabara devorada pelo sultão yao, que teria reservado a caveira do falecido para servir de copo em futuras libações...⁽¹¹⁶⁾

Os Africanos eram acusados, na Europa, não só de crueldade bárbara mas também de atávica ignorância: para Joseph Conrad, o autóctone do Congo era um “homem pré-histórico”, um “selvagem” canibal, incapaz de compreender o mecanismo do navio a vapor, que considerava um “demónio embezerrado”, mercê do feiticismo no qual estaria mergulhado desde a infância. Também para Júlio Verne, os “nativos” do Zambeze tinham um “supersticioso terror” dessas embarcações europeias; e já vimos como Rider Haggard afirmava que nenhum habitante do interior sabia o que era uma arma de fogo (ver secção 2.4). Nada disto, sabemos-lo, correspondia a verdade: os Macololos, por exemplo, estavam perfeitamente a par do que era um navio a vapor, e utilizavam, sem sombra de superstição, espingardas modernas. E se havia entre eles casos de superstição e ignorância, tal ficava a dever-se, essencialmente, à falta de instrução formal em assuntos científicos.⁽¹¹⁷⁾

Uma das acusações de “feiticismo”, usada contra os Macololos, correspondia, porém, à verdade: a “caça às bruxas”. Trivier narrava como, imediatamente após o falecimento de Ramakukan em 1887, duzentos súbditos, suspeitos de desejar a morte do soberano, foram sujeitos a um ordálio: ingerir um tóxico (*mwavi*), para assim “provar” a respectiva inocência; quem conseguisse vomitar o veneno, mostrava estar inocente; os restantes pereceriam. Setenta pessoas (quase um terço dos acusados) terão morrido intoxicados. Esta prática era, talvez, o único

¹¹⁵ O MASSACRE da expedição Valadim. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 88 (1890-04-15), p. 2.

¹¹⁶ AMARAL, Manuel Gomes da Gama – *O povo yao*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 53.

¹¹⁷ Cf. CONRAD, Joseph – *O coração das trevas*. Trad. de Teresa Amaro. Porto: Público, imp. 2004, p. 58, 60, 65-69; MANNONI, O. – *Prospero and Caliban*. London: Methuen, 1956, p. 24; VERNE – *Aventuras de três russos e três ingleses*. Trad. de Mariano Cirilo de Carvalho, p. 234. Lugard notava que, ao contrário dos restantes “nativos”, os senhores macololos do Chire contavam apenas com a coragem, e não com a feitiçaria, para triunfarem, tanto na guerra como na caça: LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 1, p. 39.

argumento válido para o imperialismo europeu: uma ocupação militar seria, aparentemente, a única forma de impedir os ordálios, tanto mais que os autóctones pareciam determinados em manter o mortífero costume, por este último assumir conotações religiosas (tal como, de resto, idênticas práticas na Europa medieval). O desejo sentido, por parte das autoridades portuguesas, de impedir o *mwavi* no vizinho “prazo” do Massinjire, em 1884, fora, aliás, um dos precipitantes da já mencionada revolta local. Mas a presença de forças militares europeias significativas na zona, a partir de 1889-1890, apenas conseguiu reduzir o número de mortes associadas a ordálios, e não extinguir completamente a prática (como admitiria, relutantemente um dos irmãos Moir, trinta anos depois), visto as condicionantes sócio-económicas do problema, induzidas pelos Europeus (ver secção 2.6.2), se manterem, durante a ocupação colonial portuguesa e britânica. Na realidade, era a Europa que provocava, indirectamente, o *mwavi*, para o qual vinha agora trazer um arremedo opressivo de “solução”, com o chamado “novo imperialismo”.⁽¹¹⁸⁾

De qualquer das formas, se o problema estava no alegado “feiticismo” e “ignorância” dos autóctones, a solução encontrar-se-ia, logicamente, na difusão da instrução europeia. Os missionários britânicos da Niassalândia vangloriavam-se de terem criado, no sertão, escolas onde até os filhos dos senhores locais poderiam aprender a ler e escrever nas línguas locais e em inglês. Isso certamente era verdade; mas muitos imperialistas não advogavam um aumento de instrução para os “nativos”, antes pelo contrário. Assim, o tenente francês Giraud afirmava que o facto de o senhor macololo Chikuse ter sido, outrora, aluno na missão de Blantyre, juntamente com um companheiro seu, constituía uma ameaça para os comerciantes europeus na zona (de facto, os autóctones só tinham conseguido apoderar-se do vapor da ALC, em 1884, por terem atraído os respectivos tripulantes para uma cilada, ao enviar-lhes uma carta falsificada, redigida em língua inglesa).⁽¹¹⁹⁾ O responsável pela parte científica da expedição por-

¹¹⁸ MOIR – *After Livingstone*, p. 54-61; JOHNSTON, James – *Reality versus romance*, p. 317-319; TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir*. Paris: Firmin-Didot [etc.]; Bordeaux: G. Gounouilhou, 1891, p. 343.

¹¹⁹ GIRAUD – *Les lacs de l'Afrique équatoriale*, p. 570; KERR – *The far interior*, vol. 2, p. 258-259; WALLER – *Os cães britânicos*, p. 43. Os Macololos do Chire tinham, segundo os testemunhos de Harry

tuguesa à Macolololândia, engenheiro Álvaro Ferraz de Castelões, por seu turno, viria a manifestar, numa conferência que deu, a 12 de Dezembro de 1891, cepticismo relativamente à bondade da introdução do sufrágio universal entre os “nativos”, segundo reportagem publicada pelo diário portuense *Ideia Nova*, e posteriormente recolhida em livro.⁽¹²⁰⁾ Ambas as posições ecoavam uma visão política similar à do escritor inglês Rider Haggard (ver secção 2.6.2), e deixavam poucas dúvidas sobre o pouco ou nenhum humanitarismo que realmente presidia aos avanços imperialistas em África, apesar de toda a propaganda oficial europeia. A própria doutrina cristã só se difundia por ter, subjacente a si, a ameaça latente das metralhadoras europeias (como denunciaria, no século XX, Jung, no texto que serviu de epígrafe a este capítulo); não surpreendia, assim, que os Macololos, apesar de tolerantes para com as religiões autóctones dos seus subordinados (respeitaram, com efeito, tanto as práticas religiosas dos Lozi, no Baroce, como o culto de Mbona, no Chire), acabassem por se revelar, na expressão de Harry Johnston, “hostis ao cristianismo”,⁽¹²¹⁾ pois, por trás da evangelização, estava o imperialismo europeu.

Se o islão, aliás, era tido como uma ameaça, tal devia-se, em parte, ao facto de a respectiva expansão acarretar um *aumento de instrução* dos autóctones, educação essa ridicularizada na imprensa europeia,⁽¹²²⁾ mas efectivamente temida pelos militares e funcionários coloniais no terreno, entre os quais Harry Johnston e João de Azevedo Coutinho, como uma forma de resistência intelectual organizada.⁽¹²³⁾ Também os missionários cristãos destacados para a África Central, tanto católicos como protestantes, viam no avanço islâmico, um inimigo ideológico comum, como

Johnston e Frederick Moir, adoptado o idioma dos seus subordinados “maganjas”: JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 84; MOIR – *After Livingstone*, p. 127-128.

¹²⁰ CENTRO COMMERCIAL DO PORTO – *Relatorio dos actos da quarta Direcção*, p. 85-86.

¹²¹ “(...) reactionaries against Christianity”. Apud AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 207. No que respeita à religião dos Lozi, ver BÉGUIN, Eugène – *Les ma-Rotzé*. Lausanne: Benda; Fontaines: Sack, 1903, p. 118-129; SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África*, p. 316-317. Sobre o culto de Mbona, cf. NEWITT, Malyn – Moçambique. In ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill, dir. – *O império africano (1825-1890)*, p. 643-644; ROWLEY – *The story of the Universities’ Mission to Central Africa*, p. 223-226.

¹²² A INSTRUÇÃO musulmana. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 168 (1889-07-18), p. 1.

¹²³ Cf. COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 67; – *Valor e eficiência patriótica das missões coloniais*. Porto: Leitão, 1934, p. 20; OLIVER, Roland – *Sir Harry Johnston and the scramble for Africa*. London: Chatto and Windus, 1959, p. 13.

salientava, em 1889, uma carta de um certo Hutchinson ao periódico britânico *Scotsman*,⁽¹²⁴⁾ embora o anticlerical *Século* considerasse, e com razão, que por trás desse espírito de cruzada se escondiam desígnios políticos de dominação territorial.⁽¹²⁵⁾ De facto, Lugard testemunharia como o apoio, que missionários católicos e protestantes, na Uganda, conferiram a facções africanas diferentes, numa guerra que em 1889 já estava iminente, reflectia, na realidade, os interesses de duas potências europeias rivais na “corrida a África”: Alemanha e Inglaterra, respectivamente.⁽¹²⁶⁾ O mesmo se passava na Maxona e Niassalândia, aonde as sociedades missionárias britânicas enviavam dinheiro e revólveres, com o intuito, segundo o jornal parisiense *Figaro*, de travar o avanço português na zona.⁽¹²⁷⁾ Os missionários do Niassa, aliás, comportavam-se, inicialmente, como autênticos senhores de “prazos”,⁽¹²⁸⁾ com a diferença de serem leais a Inglaterra, e não a Portugal.

Por seu turno, os sacerdotes católicos, caso do bispo de Angola e Congo, Dom António Tomás da Silva Leitão e Castro, dedicavam pastoraes inteiras a defender a missão civilizadora e os direitos históricos de Portugal em África, contra as alegadas manipulações inglesas.⁽¹²⁹⁾ Um dos navios a vapor, utilizados pelas forças expedicionárias portuguesas no Chire, fora alugado pelos jesuítas de Tete a Serpa Pinto, e depois guar-

¹²⁴ Transcrito em: UM INGLEZ honesto. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2834 (1889-12-30), p. 2; PORTUGAL e a Inglaterra. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 304 (1889-12-22), p. 2.

¹²⁵ A CRUZ e o crescente. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2812 (1889-12-07), p. 2.

¹²⁶ LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 2, p. 10-19. O próprio Lugard era acusado, pelos Franceses, de ter chacinado autóctones da facção católica. Cf. LAWRENCE, James – *The rise and fall of the British Empire*. London: Abacus, 1998, p. 301.

¹²⁷ Notícia transcrita em O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 51 (1890-03-01), p. 2.

¹²⁸ O já referido Fenwick, e o próprio Buchanan, tinham-se tornado célebres na Europa, ao protagonizarem, em 1879, um escândalo de tortura e morticínio de autóctones, sumariamente julgados na missão de Blantyre, por alegados crimes. Fenwick também esteve envolvido numa expedição punitiva, com o fim de queimar uma ‘aldeia’ inimiga, nesse mesmo ano. As atrocidades eram, por então, vulgares nas missões britânicas de África. Cf. A PARTILHA d’África. *Pontos nos ii. Lisboa. Ano 5, n.º 234 (1889-12-19)*, p. 316-317; HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*, p. 26-32; OS INGLEZES em África. *O Occidente*. Vol. 13, n.º 405 (1890-03-21), p. 67. Em plena sessão solene da Sociedade de Geografia de Lisboa, Serpa Pinto acusara até mesmo (no Teatro de São Carlos, em Janeiro de 1887) a missão de Blantyre de praticar a escravatura, por terem sido descobertas algemas, utilizáveis para esse fim, na alfândega de Quelimane, dentro dos caixotes destinados aos estabelecimentos britânicos na Niassalândia. Cf. ALGEMAS aprehendidas. *O Occidente*. Vol. 13, n.º 401 (1890-02-11), p. 35. É a essa acusação que alude Castelões, no seu hino patriótico (ver anexo 7).

¹²⁹ O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 98 (1890-04-26), p. 2, *passim*.

necido com uma metralhadora Nordenfeldt, que teve uso abundante na batalha de Mpasa. O apoio da Igreja Católica ao governo português não surpreendia ninguém, pois este subsidiava as missões daquela, como uma forma económica de assegurar a expansão imperial no *hinterland*, ainda quando, para desgosto dos críticos anticlericais, os missionários em questão fossem estrangeiros, o que era frequente. Serpa Pinto, por exemplo, tencionava deslocar-se ao sul do Niassa (após escoltar os expedicionários de Castelões), para ajudar a consolidar a instalação de padres da Sociedade dos Missionários de África, do cardeal Lavigerie, na povoação de Mponda, estabelecimento esse que deveria ser assegurado pelas expedições de António Maria Cardoso. No entanto, a imprensa metropolitana via-se forçada a afirmar que a “missão Lavigerie” era uma “missão portuguesa para todos os efeitos”,⁽¹³⁰⁾ numa tentativa de combater eventuais críticos anticlericais, visto os missionários em questão serem franceses. Por outro lado, o interesse de Portugal na acção missionária terminava quando esta última perdia utilidade política, como foi o caso dessa mesma missão dos “Padres Brancos”, a qual só se manteve até 1891, condenada, como estava, a fracassar, porque, por força de tratados internacionais posteriores a 1889, não ficaria situada em território português. De resto, Serpa Pinto tinha, já em 1881, deixado claro que havia bons e maus missionários (e, por conseguinte, um “bom” e um “mau” cristianismo) quando afirmara ser obrigação dos clérigos tentar “assimilar” gradualmente os “indígenas” à “civilização” europeia, em vez de, como faziam muitos, procurar incitar o “selvagem ignaro” à independência.⁽¹³¹⁾

Em nenhuma altura, aliás, se tornou tão evidente o quanto os argumentos humanitário-ideológicos constituíam uma mera fachada para as ambições imperialistas europeias como quando se convocou a Conferência Antiescravista de Bruxelas (1889-1890), pois este congresso surgia explicitamente com o fim de substituir (e obstar a) uma cruzada internacional contra a escravatura, proposta pelo cardeal Lavigerie. Em vez de organizar um movimento que detivesse efectivamente o tráfico

¹³⁰ Entrevista de Cardoso ao *Globo*, transcrita em: O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 82 (1890-04-08), p. 2.

¹³¹ CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 86; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 114; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 55; PORTUGAL. *Negócios Externos – Negócios da África oriental e central*, p. 214; PINTO, Serpa – *Como eu atravessei África*, vol. 2, p. 264-267.

negreiro em África, sem segundas intenções, as potências europeias convidadas dedicaram-se a tentar partilhar entre si o interior de África (especialmente Portugal e a Bélgica), a pretexto do combate à escravatura (o representante português, conselheiro Henrique de Macedo, ministro acreditado em Bruxelas, era assistido pelo geógrafo Batalha Reis,⁽¹³²⁾ o explorador Hermenegildo Capelo e o ex-governador-geral de Moçambique, Augusto de Castilho). O resultado final da conferência foi um Acto Geral pleno de hipocrisia, no qual se autorizava as potências signatárias a eliminar o “canibalismo” e “sacrifícios humanos”, o tráfico de escravos e o alcoolismo no *hinterland*, através de medidas como a ocupação militar (mediante “estações civilizadoras”) e a proibição de vender armas modernas aos autóctones (mantendo-se, no entanto, um sub-reptício tráfico de armamento moderno entre as potências europeias e o interior africano), sem esquecer o aumento dos direitos sobre as bebidas alcoólicas importadas em África (o que, na prática, implicava uma deterioração dos termos de troca para os Africanos, os quais recorriam frequentemente ao álcool como item fungível nas transacções sertanejas). Entretanto, continuavam as campanhas bélicas contra os “negreiros”, classificação que, para Harry Johnston, como para as restantes autoridades coloniais, englobava todos os opositores autóctones ao domínio europeu.⁽¹³³⁾

Verificamos assim que os argumentos humanitários, na “corrida a África” têm sempre subjacente uma motivação política e, em última análise, se podem reduzir a esta última, que examinaremos de seguida.

¹³² Batalha Reis, antes de partir para Bruxelas, envolvera-se, a 13 de Setembro, na cidade inglesa de Newcastle, onde era cônsul, numa “acalorada discussão” com Frederick Moir e Lugard, ambos regressados da “guerra árabe” de Karonga, sobre os direitos portugueses e britânicos na zona do Chire e Niassa, em uma sessão da Secção de Geografia da Associação Britânica, secção essa presidida pelo tenente-coronel De Winton, ex-administrador-geral do Estado Livre do Congo, e vice-presidida pelo próprio Batalha Reis. Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 220 (1889-09-17), p. 2-3; n.º 222 (1889-09-19), p. 1. Já antes, em Maio, Batalha Reis publicara, na *Scottish Geographical Magazine*, um artigo sobre os “direitos históricos” portugueses na Niassalândia, depois transcrito em REIS, Jayme Batalha – *Os portugueses na região do Nyassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

¹³³ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 262 (1889-11-03), p. 2; n.º 289 (1889-12-05), p. 2; n.º 297 (1889-12-14), p. 2; HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 121-122, 303-304; HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*, p. 213-218; LAWRENCE – *The rise and fall of the British Empire*, p. 263. O Acto Geral da Conferência de Bruxelas pode ser consultado em *L'ESCLAVAGE en Afrique*, p. 394-432.

3.6.3. Explicação política

No plano político, os Macololos do Chire, oriundos do Baroce, surgiam, aos olhos da imprensa portuguesa, como “insurgentes” (ver secção 3.5), por o território que agora ocupavam ser considerado português, desde a época dos Descobrimentos, território esse que importava “reconquistar”, tal como aliás quase toda a África Oriental dita “portuguesa”. Daí o editorial da *Actualidade*, relativo ao confronto de Mpassa, ter comparado esta última confrontação à batalha de Ourique em 1139, um episódio da Reconquista cristã da Península Ibérica aos “Mouros”, oriundos do Norte de África (ver secção 3.1). A referência a Ourique tinha, porém, um segundo sentido: a batalha de Mpassa marcaria, na intenção dos imperialistas portugueses, o início de um novo período glorioso da história de Portugal, assim como a vitória do rei Dom Afonso Henriques em 1139 assinalava, segundo se ensinava à época, a fundação da monarquia portuguesa.⁽¹³⁴⁾ Era já, em finais de 1889, o começo do “imperialismo popular” (*Volkenimperialismus*) em Portugal, essa mistura de nacionalismo e racismo que viria a impregnar toda a opinião pública europeia, no decénio seguinte (ver secção 2.6.3). No mesmo sentido ia o hino patriótico redigido por Álvaro Ferraz em Mpassa, antes da batalha, e oportunamente divulgado pela imprensa portuguesa, em 1890 (ver secção 3.4). Tratava-se, no fundo, de um equivalente português ao chamado “jingoísmo” britânico da mesma época.

Dado este contexto mental, facilmente se entende que as questões relativas às bandeiras, britânica e portuguesa, e à honra nacional de ambos os países, se tenham sobreposto, na imprensa, aos morticínios ocorridos no terreno. Mais do que comentar o número exacto de macololos mortos em Mpassa, importava aos jornalistas portugueses discutir a quantidade exacta de estandartes ingleses capturados por Serpa Pinto na batalha. Em vez de tentar compreender porque é que, nesse confronto, a uma tão grande mortandade do lado macololo não correspondiam quaisquer baixas do lado português (pergunta a qual teria uma resposta muito simples: metralhadoras), a imprensa de Portugal buscava antes

¹³⁴ Cf. RAMOS, Antonio Manuel dos – *Compendio de historia universal*. 3.ª ed. totalmente refundida. Porto: Lopes, 1893, p. 410-411.

apurar se a honra da Grã-Bretanha saíra ou não manchada do conflito. Os articulistas lusos detinham-se a discutir a veracidade dos relatos britânicos segundo os quais as forças expedicionárias portuguesas arriavam as bandeiras de Inglaterra, sempre que as encontravam desfraldadas, e as substituíam pelo estandarte português, mas não debatiam o pequeno “pormenor” das povoações macololas queimadas pelos portugueses, um acto considerado “natural”, no contexto de uma expedição de “castigo” a “rebeldes”...⁽¹³⁵⁾

Afinal de contas, a guerra luso-macolola tinha sido empreendida porque, por considerações de “prestígio” nacional, Serpa Pinto se recusara a retirar de Mpassa, apesar de instruções do Governo de Lisboa nesse sentido. Por outro lado, a imprensa britânica reclamava, em Dezembro de 1889, uma intervenção militar em África, não tanto para proteger os aliados macololos da Grã-Bretanha, mas sobretudo porque, conforme frisava um artigo da *Pall Mall Gazette* na véspera de Natal, os portugueses tinham capturado duas bandeiras britânicas em Mpassa, o que punha em jogo a “honra” manchada do Reino Unido.⁽¹³⁶⁾

De resto, os preconceitos do darwinismo social, cada vez mais fortes na mentalidade britânica (ver secção 3.5), exerciam-se agora sobre os Portugueses, com grande virulência. Em finais de 1889, o *Punch*, revista humorística inglesa, representava Portugal como um macaco que manchara uma carta de África com borrões de tinta, e assim obtivera o “mapa cor-de-rosa” (ver figura 2). Por seu turno, o caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro replicaria, nos *Pontos nos ii*, com uma imagem igualmente preconceituosa, e de uma violência extrema (ver figura 2): o símbolo de Inglaterra, John Bull, representado como uma espécie de Jack, o Estripador, em versão colonial, a esventrar uma africana, que simbolizava o indefeso “continente negro” (apesar de as feições desta vítima serem quase europeias, em ordem a melhor captar a compaixão dos leitores lusos, também eles impregnados de racismo). A decisão de representar os portugueses como macacos, em caricaturas britânicas, não era um exclusivo do *Punch*, antes evidenciava a atitude geral inglesa

¹³⁵ Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2; n.º 302 (1889-12-20), p. 2-3; n.º 306 (1889-12-25), p. 2; n.º 310 (1889-12-31), p. 2; ano 17, n.º 79 (1890-04-03), p. 2; *passim*.

¹³⁶ PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 159-160.

de considerar os habitantes da Península Ibérica um elo intermédio na cadeia da evolução, um “tipo moreno” com “ligeiros traços do Negróide pré-histórico”, como afirmaria Harry Johnston nas suas memórias.⁽¹³⁷⁾ O escritor republicano Teófilo Braga, influenciado pelos “avanços” coevos das “observações antropológicas” anglo-germânicas, resumia, em 1885, o estado da questão, ao considerar os Portugueses uma “raça” aparentada com os Fulas da África Ocidental, embora o autor também admitisse um influxo de caracteres “arianos”, particularmente no Norte do país. Segundo a concepção anglo-saxónica, Ibéricos, Norte-Africanos e Irlandeses partilhavam traços “raciais” comuns de tipo “negróide”, e constituíam, desse modo, nas palavras de Harry Johnston, uma “interessante raça simiesca”.⁽¹³⁸⁾ O próprio Livingstone, de regresso à metrópole, não se sentia livre da perseguição racista, pois até ele, na sua qualidade de “céltico”, era, tal como os Irlandeses, discriminado em Inglaterra; por isso, aliás, voltou, assim que pôde, a África, continente onde era mais respeitado, e onde faleceu. De facto, o darwinismo social de Inglaterra servia, nas relações com os outros países, de justificação ideológica para a hegemonia política: segundo essa doutrina, os Ingleses possuíam a supremacia mundial por serem uma “raça superior” em relação aos “homens-macacos” da Irlanda e Portugal; assim, o que impediria os Anglo-Saxões de prevalecerem também sobre os Africanos, ainda mais simiescos?⁽¹³⁹⁾

Paradoxalmente, o darwinista social Harry Johnston era, de uma forma geral e com excepção da questão da África Central, favorável aos Portugueses, cuja presença em solo africano consistia, para o diplomata inglês, uma boa “testa-de-ferro” política para os interesses britânicos naquele continente, face a outras potências europeias; e, em 1919, lamentaria amargamente, em uma novela autobiográfica, que a revista *Punch* tivesse ridicularizado Portugal de um modo tão extremado.⁽¹⁴⁰⁾

¹³⁷ “(...) dark type (...) slight suggestion of the pre-historic Negroid”. JOHNSTON, Sir Harry H. – *The story of my life*. London: Chatto and Windus, 1923, p. 418.

¹³⁸ “(...) interesting ape-like race”. JOHNSTON, Alex – *The life and letters of Sir Harry Johnston*. Whitefish, Montana: Kessinger, [2005], p. 249.

¹³⁹ Cf. BRAGA, Teófilo – *O povo português*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, vol. 1, p. 57-74; PIETERSE, Jan Nederveen – *White on black*. New Haven [etc.]: Yale University Press, 1992, p. 67, 80.

¹⁴⁰ Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 197-198; JOHNSTON, Sir Harry – *The Gay-Donbays*. London: Chatto and Windows, 1919, p. 213; – *The story of my life*, p. 247.

De qualquer dos modos, as representações da corrida à África, nas caricaturas da época, portuguesas ou britânicas, ainda quando nelas figuram macacos, centram-se nos conflitos diplomáticos de secretaria, e raramente surgem nelas quaisquer autóctones de África, tal como já frisámos (ver secção 2.6.3). A já aludida nota de Barros Gomes, por exemplo, é representada por Bordalo Pinheiro, nos *Pontos dos ii*, como um formidável murro que o ministro português dá na face de John Bull – isto numa imagem em que não aparece nenhum africano (ver figura 1). Esta não-representação dos “nativos”, nas revistas de caricaturas, é a regra, não a excepção (ver secção 2.6.3).⁽¹⁴¹⁾ Algo similar se passa com a imprensa noticiosa portuguesa, na qual tudo o que prejudica os interesses portugueses, no interior de África, surge atribuído à nefasta influência inglesa, e não à iniciativa dos próprios autóctones. De facto, a crer nas notícias divulgadas na época em Portugal, tanto o assassinio de Valadim como o suicídio de Silva Porto resultam de intrigas britânicas no *hinterland*; o próprio “mágico”, visitado por Vítor Cordon no sertão, teria aprendido as suas alegadas manhas com os Ingleses... E, se os Macololos atacavam a expedição portuguesa, tal devia-se a estarem a ser manipulados pelos britânicos da Niassalândia.⁽¹⁴²⁾ Na revista *Pontos nos ii*, aliás, os autóctones do Chire surgem representados como títeres passivos, a quem os Ingleses “aculturam” a seu bel-prazer, para melhor os dominar. Assim, aos olhos da imprensa portuguesa, o verdadeiro adversário nos conflitos africanos em causa não consiste nos Macololos, Matabeles, Yao, “Xonas” ou Bienos, mas sim na Grã-Bretanha, pois os “indígenas” são considerados crianças grandes e, como tal, inimputáveis.

Ao racismo, juntava-se o nacionalismo. Como seria de esperar, os imperialistas portugueses acusavam agora os seus adversários directos na questão do “mapa cor-de-rosa” (Estado Livre do Congo e Inglaterra)

¹⁴¹ Veja-se ainda, a título de exemplo, o desenho humorístico da revista *Punch* (1890-01-18), republicado em HANNA – *The story of the Rhodesias and Nyasaland*, p. 113, o qual representa John Bull a expulsar Serpa Pinto da Niassalândia, sem que na imagem se veja qualquer autóctone. Ver ainda as caricaturas de Bordalo Pinheiro, publicadas entre 1880 e 1890, e reproduzidas em HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 112-113, 144-145, em que figuram sempre europeus (em lugar de destaque), mas poucos ou nenhuns africanos (se aparecem, estão em posição muito secundária), apesar do tema de todas essas imagens ser a “corrida a África”.

¹⁴² *A Actualidade*. Ano 16, n.º 262 (1889-11-03), p. 2; ano 17, n.º 97 (1890-04-25), p. 2; n.º 114 (1890-05-15), p. 2; n.º 138 (1890-06-12), p. 3; passim.

de cometerem as mais horríveis atrocidades, embora, tal como também era habitual nestas “questões” (ver secção 2.6.3), apresentassem uma completa cegueira voluntária em relação ao facto de Portugal manter o mesmíssimo tipo de práticas em África. Surgiam, assim, notícias a denunciar as violências a que a Grã-Bretanha e o Estado Livre sujeitavam os africanos (trabalho forçado, espancamentos, morticínios, destruição de povoações), enquanto notícias idênticas, em relação às colónias portuguesas, eram apresentadas a uma luz favorável ou minoradas. Acusava-se a Inglaterra de traficar ópio em África, quando a companhia de Caldas Xavier, na Baixa Zambézia, fazia exactamente o mesmo (ver secção 1.3). Punha-se em relevo o facto de os Ingleses (missionários incluídos) usarem um chicote de tiras de couro com puas de aço, o chamado “gato-de-sete-rabos” (*cat-o'-nine-tails*), embora os correspondentes instrumentos portugueses, feitos de pele de hipopótamo (ou “cavalo-marinho”), não lhe ficassem atrás: todos estes flagelos representavam, para os autóctones assim castigados, uma tortura extrema e, por vezes, a morte.⁽¹⁴³⁾ Desse tipo de práticas dizia, noutro contexto, Aldous Huxley: “Estas sovas equivaliam a uma cirurgia bastante extensa sem anestesia”.⁽¹⁴⁴⁾ O facto de se usar a mesma palavra portuguesa, “chicote”, tanto na Niassalândia como no Estado Livre do Congo, para denominar os flagelos, mostrava assaz a que povo europeu cabia a duvidosa honra da introdução dessa tortura nas possessões ultramarinas da África Austral.⁽¹⁴⁵⁾

Outra acusação era a de tráfico de álcool. Os Ingleses imputavam os Portugueses, e vice-versa, a venda de bebidas aos “nativos”, algo tão criminoso, aos olhos dos Europeus, como dá-las a crianças. Articulistas portugueses escreviam, indignados, que na África Ocidental e Austral os

¹⁴³ Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 198 (1889-08-22), p. 1; n.º 199 (1889-08-23), p. 2; n.º 201 (1889-08-25), p. 1; n.º 223 (1889-09-20), p. 2; n.º 259 (1889-10-31), p. 2; n.º 277 (1889-11-21), p. 2; n.º 305 (1889-12-24), p. 1; ano 17, n.º 16 (1890-01-18), p. 1; n.º 80 (1890-04-05), p. 2; A ALTIVA Inglaterra. *Pontos nos ii*. Ano 6, n.º 241 (1890-02-06), p. 46; O QUE são as companhias inglesas. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2571 (1889-04-10), p. 1; ROWLEY – *The story of the Universities' Mission to Central Africa*, p. 51-54, 66, 396.

¹⁴⁴ HUXLEY, Aldous – *As portas da percepção*. Trad. de Jorge Bezeza. 1.ª ed. Porto: Via Óptima, 2005, p. 133. Nas possessões portuguesas, usava-se ainda a palmatória, a qual, aplicada dezenas de vezes seguidas, de forma alternada, nas mãos dos autóctones, deixava o castigado a rebolar-se de dor. Cf. HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 52, 157; 163, n.; KERR – *The far interior*, vol. 1, p. 298-299; vol. 2, p. 58.

¹⁴⁵ Cf. JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 169; LANDERS, J. – King Bemba's Point. In *AFRICA*. New York: Charles Scribner, 1899, p. 74-75; LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*. Lisboa: Caminho, 2005, p. 39-41.

comerciantes britânicos vendiam volumes superiores de álcool do que os portugueses nas respectivas possessões ultramarinas, prova, segundo tais jornalistas, da falta de escrúpulos britânica. E, no entanto, mais uma vez os ingleses das feitorias no litoral ocidental africano chamavam pela designação portuguesa de “mata-bicho” o hábito, que tinham contraído, de se embriagarem. A prioridade da venda de álcool em África cabia, pois, aos Portugueses; e não só entre os africanos mas também entre os europeus havia muitos alcoólicos. Preferia-se, no entanto, realçar as quantidades vendidas pelos Ingleses, bem como a má qualidade das bebidas impingidas aos autóctones pela Grã-Bretanha, embora o registo de Portugal neste último tópico fosse igualmente perverso.⁽¹⁴⁶⁾

Da mesma forma, tanto a imprensa portuguesa como a já referida nota de Barros de Gomes criticavam os Ingleses por fornecerem armas modernas a Lobengula, quando Paiva Couceiro fora instruído para fazer exactamente a mesma coisa ao rei do Baroce, Lewanika, assim que o encontrasse. De resto, tudo o que respeitava ao tráfico de armas no *hinterland* tresandava a hipocrisia: a ALC, a pretexto de combater a escravatura no sertão, tinha, segundo Lugard, os armazéns cheios de armas, para venda aos autóctones (daí, aliás, o bom fundamento das suspeitas que atribuíam à companhia dos irmãos Moir a origem das espingardas modernas usadas pelos macololos contra Serpa Pinto), mas os portugueses da costa, conforme denunciavam os Britânicos, também traficavam armamento com o interior.⁽¹⁴⁷⁾ Hipocrisia ainda, do lado português, no que concerne à própria escravatura de exportação, que continuava subrepticamente nas possessões ultramarinas portuguesas, apesar dos protestos oficiais e oficiosos em contrário, na Conferência de Bruxelas e fora dela. Os escravos obtidos no Daomé, por exemplo, para irem trabalhar nas plantações de São Tomé, surgiam aos olhos da imprensa portuguesa como mão-de-obra livre e contratada, deste modo salva de ser morta

¹⁴⁶ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 284 (1889-11-29), p. 2; n.º 301 (1889-12-19), p. 1. Cf. HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 308; LANDERS, J. – King Bemba’s Point. In *AFRICA*, p. 76-79; LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 1, p. 214-215.

¹⁴⁷ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 179; HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*, p. 213; LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 1, p. 215; VALENTE, Vasco Pulido – *Um herói português*, p. 17-18. Sabe-se que o britânico Fenwick fornecia tanto álcool como armas aos Macololos, embora comerciasse a título individual, pois tinha entretanto sido despedido da ALC. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 165; MOIR – *After Livingstone*, p. 129.

nos sacrifícios humanos (os chamados “costumes”) que alegadamente se praticavam naquele reino. Uma acção “humanitária”, portanto...⁽¹⁴⁸⁾

Mas até os próprios sacrifícios humanos eram vistos de forma complacente pelos Portugueses, quando havia um interesse político envolvido. Assim, em Outubro de 1889, noticiava-se:

“Em Dahomé dá-se ultimamente um caso extremamente curioso e barbaro ao mesmo tempo. Quando ali aporta um navio portuguez é lançada ao mar uma donzela, recebendo recados do rei para o pae que está no *outro mundo*; e ninguém durante dous dias poderá ir ao mar ou approximar-se da praia. A rapariga vae satisfeitissima, compenetrando-se de que é uma honra para ella o ser escolhida para aquelle fim. Da parte do rei é uma prova de reverencia e respeito para Portugal.”⁽¹⁴⁹⁾

Este tom mitigado, vagamente desculpador até, transmutar-se-ia, no ano seguinte, numa viva condenação dos “costumes” daomeanos, quando os Europeus resolveram atacar o reino africano, e os sacrifícios humanos passaram a constituir um óptimo pretexto para a invasão.⁽¹⁵⁰⁾

Pois o mundo da política é uma esfera de aparências. Tome-se, como exemplo, a nota de Barros Gomes, já diversas vezes aludida (ver anexo 2). Nela, são citados diversos autores ingleses, como aparentes testemunhas abonatórias em favor de Portugal: Arnot, Murchison, Selous, Montagu Kerr... Ora, nem Montagu Kerr nem Selous gostavam especialmente dos Portugueses, a quem ambos consideravam uma nação decadente, e o geólogo Murchison, secretário da Royal Geographic Society, apoiara de tal modo a expedição (no fundo antiportuguesa) de Livingstone, em 1858, que o missionário se sentira obrigado a dar o nome do cientista às cataratas “descobertas” pelos expedicionários britânicos no Chire. Quanto a Arnot, pregador evangélico na África Central Ocidental,

¹⁴⁸ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 270 (1889-11-13), p. 2; n.º 296 (1889-12-13), p. 2. No mesmo sentido, o tradutor português da obra de Júlio Verne, *Um Herói de 15 Anos*, negava sistematicamente, em notas de rodapé, as alegações do autor, segundo as quais continuava a haver exportação de escravos, tanto em Angola como em Moçambique. Cf. VERNE – *Um herói de 15 anos*. Trad. de Pedro Guilherme dos Santos Dinis. Porto: Público, imp. 2005, pt. 2, p. 202-204, n. 1; p. 204, n. 2; p. 274, n. 1; p. 293, n. 1.

¹⁴⁹ PROVA de reverencia para Portugal: novo costume barbaro. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 251 (1889-10-22), p. 1.

¹⁵⁰ A CARNIFICINA em Dahomé. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 120 (1890-05-22), p. 2; passim.

reconhecia nos seus escritos os méritos de Silva Porto, com quem convivia,⁽¹⁵¹⁾ mas, apesar disso, os boatos da imprensa portuguesa davam-no como principal instigador dos Bienes contra o sertanejo, e acusavam o missionário britânico de ter causado, de alguma forma, o suicídio do explorador português, em 1890.⁽¹⁵²⁾

Poder-se-ia objectar que o recurso a testemunhos de britânicos pouco favoráveis a Portugal, numa nota diplomática, conferia um tom ainda mais insuspeito a um documento destinado a elogiar a acção portuguesa em África, mas até nisso havia má-fé, pois uma das citações de Montagu Kerr, aludida por Barros Gomes, a pág. 226 do 2.º vol. de *The Far Interior*, não era tão abonatória para os interesses portugueses como queria o ministro dos Negócios Estrangeiros, visto nela o explorador britânico simplesmente lamentar a existência de um cônsul da Inglaterra em Blantyre (quando, subentendia-se, deveria lá estar um comissário régio da Grã-Bretanha). Nos anexos à nota, havia ainda um erro: para provar a alegada ferocidade dos Macololos, afirmava-se que a cabeça de Chipitula tinha sido exposta numa estaca – quando tal se tinha passado com o crânio de Fenwick, assassino daquele (ver secção 3.6.2)...⁽¹⁵³⁾

Quanto à questão dos “direitos históricos”, defendidos por Portugal, já vimos que tudo não passava de um pretexto diplomático, o qual, de resto, os Ingleses também só não invocavam, por não possuírem um historial na zona similar ao português, como admitiria, aliás, em 1890, o jornal londrino *The Globe and Traveller*.⁽¹⁵⁴⁾ A comprovar este ponto de vista, estaria o facto de ambas as partes usarem o argumento, falacioso, da alegada “feudalidade” em que viveriam os autóctones, para se arrogarem direitos territoriais sobre o *hinterland* (ver secção 3.2). Era esse também, aliás, o pretexto invocado pelos senhores dos “prazos”, quando

¹⁵¹ Cf. ARNOT, Frederick Stanley – *Garenganze*. 2nd ed. London: James E. Hawkins, 1889, p. 92, 123, 233; KERR – *The far interior*, vol. 2, p. 53-54; LIVINGSTONE – *Explorations du Zambèse et de ses affluents*, p. 74-75; SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*, p. 394. A citação de Montagu Kerr (vol. 2, p. 46-47), na nota diplomática, só parecia elogiosa para Portugal porque Barros Gomes a retirou do seu contexto; na passagem em causa, o autor britânico pretendia sublinhar a capacidade que os senhores de “prazos” tinham de chacinar os portugueses de Tete, se assim o entendessem.

¹⁵² Cf. OS RESTOS mortaes de Silva Porto. *O Occidente*. Vol. 14, n.º 444 (1891-04-21), p. 91.

¹⁵³ PORTUGAL. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*, p. 108, 117.

¹⁵⁴ Artigo transcrito em O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 114 (1890-05-15), p. 2.

atacavam outros grupos africanos: os danos causados, pela “tribo” em questão, ao comércio e aos “súbditos” (mediante “vassalagem”) de Portugal, como denunciara, em 1881, Selous. Allen e Barbara Isaacman apelidariam casos como esses de “imperialismo secundário”, exercido por “vassalos” equipados com armamento fornecido por Portugal e autorizados pela complacente licença prévia das autoridades portuguesas, que assim viam aumentada a respectiva área de influência no interior.⁽¹⁵⁵⁾

Hipocrisia ainda no louvor a exploradores como António Maria Cardoso, Vítor Cordon e Paiva de Andrada. Nenhum deles, ao contrário do afirmado na nota, sentia grande escrúpulo em maltratar os autóctones, e o mesmo se passava com Serpa Pinto. De facto, Andrada, coadjuvado pelo senhor de “prazo”, Manuel António de Sousa, comandava uma força invasora de carácter militar (conforme denunciaria Selous ao jornal *Manchester Guardian*, em carta publicada a 20 de Janeiro de 1891);⁽¹⁵⁶⁾ o próprio Cardoso vira, no decurso das suas “expedições pacíficas”, como lhes chamava Barros Gomes (ver anexo 2), morrer vários carregadores à fome, “cujos cadáveres encontrou na volta, brancos como cal”⁽¹⁵⁷⁾ (quanto à viagem de Cordon, ver secção 3.4). Quem organizava expedições dessas, sabia, à partida, o que podia acontecer, logo não se podia negar uma responsabilidade moral. Nestes casos, porém, a opinião pública internacional estava do lado de Portugal, pois: (1.º) os exploradores portugueses, em matéria de violências, limitavam-se a emular heróis estrangeiros como o britânico Stanley ou os alemães Peters e Wissmann, que na mesma época percorriam também, a marchas forçadas, a África Central, com elogiosas referências na imprensa europeia, até quando chacinavam os “nativos”; e (2.º) o recurso à arbitragem em questões africanas seria sempre, como notava Lister, mais favorável a Portugal do que

¹⁵⁵ ISAACMAN – *A tradição de resistência em Moçambique*, p. 58-59; SELOUS – *A hunter's wanderings in Africa*. Alexander, North Carolina: Alexander Books, cop. 2001, p. 315-316.

¹⁵⁶ Transcrita em SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*, p. 387-394. Selous já escrevera uma carta contra Serpa Pinto, Cordon e Andrada, ao *Times*, em Janeiro de 1890. Cf. transcrições em: PORTUGAL. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*, p. 184-191; SELOUS – *Travel...* p. 313-325. João de Azevedo Coutinho, que, tal como Serpa Pinto, conhecia pessoalmente Selous, redigiria, dezenas de anos mais tarde, uma réplica a esta última carta em COUTINHO, João de Azevedo – *O combate de Macequece*, vol. 2, p. 14-17.

¹⁵⁷ Entrevista concedida por Cardoso ao *Globo*, transcrita em: O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 82 (1890-04-08), p. 2.

à Inglaterra, a quem as outras potências procuravam qualquer pretexto para tolher o passo na “corrida a África” (ver secção 1.3).¹⁵⁸

Assim, só por ingenuidade se pensaria que a Inglaterra estaria disposta a entregar a questão a um árbitro, e ainda menos a aceitar a nota de Barros Gomes. Apesar de esta última possuir várias incorrecções, como já vimos, não era isso que estava em causa. Importava, isso sim, que os “direitos” britânicos estavam a ser “ofendidos” pela penetração militar portuguesa em “território” alegadamente pertencente a Lobengula (isto é, na Maxona) e na Macolololândia, através das expedições de Vítor Cordon e Serpa Pinto, respectivamente: o primeiro tinha erguido uma estocada (pomposamente intitulada “Estação Civilizadora Luciano Cordeiro”, do nome do fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa), na Maxona, enquanto o segundo ordenara a ocupação militar do Chire até o limite de navegação, nas cataratas Murchison; foram estes os factos que serviram de pretexto ao “ultimato”.

Argumentava-se com a defesa da “honra” da Nação; pretexto tanto mais relevante quanto fora o “prestígio nacional” que fizera concorrer à Exposição Universal de Paris, nesse mesmo ano de 1889, todo o tipo de produtos coloniais (a provar a forma como as diversas potências coloniais europeias “desenvolviam” os recursos naturais de África, embora num contexto de rivalidade internacional), enquanto se inaugurava, nesse recinto, a Torre Eiffel (símbolo do poder da França e da Europa), e se exibia, na cidade, o mais recente modelo de metralhadora (verdadeira

¹⁵⁸ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 157 (1889-07-05), p. 2; n.º 167 (1889-07-17), p. 1; n.º 253 (1889-10-24), p. 2; n.º 272 (1889-11-15), p. 1; n.º 283 (1889-11-28), p. 2; n.º 285 (1889-11-30), p. 2; n.º 303 (1889-12-21), p. 2; ano 17, n.º 28 (1890-02-01), p. 2. Cf. AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 223-224; LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 61-68, 75-77. À época, tornava-se cada vez mais óbvio que o verdadeiro objectivo de Stanley, Peters e Wissmann era estabelecer “uma cadeia ininterrupta de comunicações” entre o sertão e o litoral oriental, para facilitar posteriores penetrações europeias; chegava-se mesmo a aventar, em 1889, a existência de uma conexão secreta entre a expedição de Stanley, alegadamente destinada a “salvar” Emin paxá (um europeu radicado no Sudão), e o projecto Cabo-Cairo de Harry Jonhston: O EXPLORADOR Stanley e o Congo inglez. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 221 (1889-09-18), p. 2. Entretanto, logo a seguir ao “ultimato”, Eça escreve, sob pseudónimo, um artigo na *Revista de Portugal*, no qual invoca os morticínios habitualmente praticados por Stanley para justificar a actuação de Serpa Pinto junto dos “Macololos, antigos vassalos da coroa” portuguesa. Cf. QUEIROZ, Eça de – O ultimato. In *Notas contemporâneas*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1981. (Obras Completas de Eça de Queiroz; 15), p. 247-248; ULTIMATUM. In MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*, vol. 1, p. 915.

razão da supremacia europeia no mundo).⁽¹⁵⁹⁾ Até que ponto, porém, a justificação da “corrida” à Macolololândia era meramente política? Já vimos que o confronto de Mpassa esteve para constituir, no imaginário português, mercê de uma campanha de propaganda na imprensa, um momento fundador histórico (a segunda batalha de Ourique, como insinuava, a princípio, a *Actualidade* – ver secção 3.1);⁽¹⁶⁰⁾ e, de certo, o “ultimato” deu lugar a uma renovação da mentalidade portuguesa, a uma “segunda fundação”, para usar uma expressão tomada de empréstimo por Rui Ramos a António Sardinha.⁽¹⁶¹⁾

Mas, em termos *políticos*, a situação não era muito clara. Com efeito, a Grã-Bretanha só buscava uma oportunidade para arrancar aos Portugueses a África Central, e a invasão da Macolololândia constituiu o mais plausível dos pretextos; um governante de Lisboa, que tivesse ordenado directamente a Serpa Pinto um tal ataque, estaria a cometer suicídio político, ao arriscar tudo para obter uma eventual arbitragem. E, de facto, a actuação dos expedicionários portugueses no Chire induziu a queda do governo de Luciano de Castro, e um novo ímpeto para uma força contrária ao regime – os republicanos –, a qual tentaria um golpe, na cidade do Porto, logo em 1891 e acabaria por assassinar o rei Dom Carlos (1908) e, finalmente, tomar o poder pela força, pondo assim fim à monarquia portuguesa (1910). O próprio desenrolar do processo diplomático entre Portugal e a Inglaterra, mostrava que o Governo de Lisboa, longe de ser

¹⁵⁹ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 160 (1889-07-09), p. 2; n.º 163 (1889-07-12), p. 2; n.º 167 (1889-07-17), p. 2; n.º 169 (1889-07-19), p. 2; n.º 170 (1889-07-20), p. 2; n.º 173 (1889-07-24), p. 2. Eça de Queiroz, então cônsul de Portugal em Paris, visitou, com “outros empregados do consulado”, entre os quais o também escritor Ramalho Ortigão, o certame internacional, onde, no pavilhão português, se podiam admirar as louças de Bordalo Pinheiro (autor de diversas caricaturas antibritânicas na revista *Pontos nos ii*, elaboradas no contexto da “corrida a África”), bem como produtos oriundos das colónias. Eça e Ramalho, sensíveis aos preconceitos da “etnografia” coeva, tinham já escrito de parceria uma novela na qual figurava um relato, assumidamente falso, de canibalismo gastronómico, da parte de uma “negra antropófaga”: QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho – *O misterio da estrada de Sintra*. 3.ª ed. emendada e precedida de um prefácio. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1894, p. 165-166. A narrativa foi primeiramente publicada nas páginas do *Diário de Notícias*, em 1870.

¹⁶⁰ Recordemo-nos que muitas das notícias e artigos mais inflamados partiam das *Novidades*, o jornal lisboeta dirigido por Emídio Navarro, ex-ministro das Obras Públicas do governo de Luciano de Castro, além de amigo pessoal de Álvaro de Castelões. Cf. DIAS, Augusto – *Serpa Pinto e Álvaro de Castelões em Moçambique*, p. 57.

¹⁶¹ RAMOS, Rui – A segunda fundação (1890-1926). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, D.L. 1993-1994, vol. 6, p. 9.

senhor dos acontecimentos em Moçambique, se limitava a reagir perante factos consumados no terreno, com o atraso de quem não dominava nem distâncias nem comunicações, e muito menos possuía um domínio minimamente aceitável da informação.⁽¹⁶²⁾

Por outro lado, embora, em 1890, os políticos monárquicos procurassem explorar a reputação dos heróis do “novo imperialismo” português (Serpa Pinto, Álvaro Ferraz de Castelões, António Maria Cardoso e Paiva de Andrada, sobretudo – ver figura 7), com fins demagógicos, enquanto, no ano anterior, se frisara, nos jornais, que Portugal não era um país “pequeno”, por possuir colónias em África⁽¹⁶³⁾ (era esta a época do início da propaganda política moderna, na imprensa – ver secção 2.3.6), a toda esta demagogia obviamente corresponderia uma adesão popular.⁽¹⁶⁴⁾ Ora, a que se devia a atracção de amplas franjas do eleitorado por algo à partida repulsivo, como eram campanhas militares dispendiosas em custos materiais (senão em vidas), em terras distantes da metrópole? A explicação política do “novo imperialismo”, no caso português como nos restantes (ver secção 2.3.6), remeteria, assim, para uma explicação social: a análise das forças em jogo, no todo da sociedade portuguesa.

3.6.4. Explicação sócio-psicológica

No plano sócio-económico, Portugal era um país a braços com uma grave crise, mas o campesinato, a braços com a depressão agrícola, emigrava para o Brasil, e deixava, assim, de constituir uma ameaça política séria ao *statu quo*. O mesmo não se poderia dizer da pequena burguesia e do operariado urbanos; estes últimos teriam de ser contidos por outros

¹⁶² HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 125-127.

¹⁶³ Cf. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 174 (1889-07-25), p. 2; ano 17, n.º 79 (1890-04-04), p. 1; A COURAÇA eleitoral. *Pontos nos ii*. Ano 6, n.º 247 (1890-03-20), p. 96. O aproveitamento da guerra luso-macolola, para fins eleitoralistas na metrópole, era ainda denunciado no seguinte editorial: TREGUAS. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 72 (1890-03-26), p. 1.

¹⁶⁴ Tanto assim era que, em 1890, até havia biscoitos com o nome de Serpa Pinto (ver figura 6), e lenços com o retrato do explorador-comandante militar, conforme notava um repórter do *Le Temps*. Cf. PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*, p. 248-249. O nome do tenente Valadim, por sua vez, seria dado a ruas um pouco por todo o país, para se juntar aos dos africanistas Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

meios: precisamente a ideologia imperialista, veiculada pela imprensa metropolitana, e que constituía a sequência do nacionalismo de decénios anteriores.⁽¹⁶⁵⁾ Na cidade do Porto, por exemplo, abundavam, em 1889, como em outros centros europeus, as greves dos trabalhadores especializados;⁽¹⁶⁶⁾ não seria então um bom antídoto para estas “perturbações” no tecido social, a escolha, pelas sociedades de operários indicadas pela câmara municipal, ou directamente pelo próprio município, de um punhado de trabalhadores para viajarem, a expensas públicas, à Exposição Universal de Paris, onde os felizes contemplados poderiam admirar, com os seus próprios olhos, o poderio colonial europeu?⁽¹⁶⁷⁾ E ainda melhor antídoto (porque mais alienante) a notícia de uma vitória portuguesa sobre os “rebeldes” da Macolololândia? Os próprios jornalistas republicanos, momentaneamente esquecidos da chamada “questão social”, alinhariam com a imprensa monárquica, ainda antes do “ultimato”, para defenderem a actuação de Serpa Pinto no Chire.⁽¹⁶⁸⁾

No plano sócio-político, em Portugal como nos restantes países da Europa, a constituição de um mercado interno, em moldes liberais, suscitara o nacionalismo⁽¹⁶⁹⁾ – movimento cuja consequência lógica era o imperialismo. Podemos apreciar a importância deste desenvolvimento ao verificar que a retirada portuguesa das terras altas do Chire chegou a ser interpretada, na imprensa, como o possível “fim de uma nacionalidade” – a portuguesa. Razões não só de prestígio mas também de coesão nacional subjaziam, pois, à “corrida a África”, também neste caso. Essa coesão acabou por ser alcançada, mas não da forma que, à partida, se esperava: para a historiografia oficial ficou, não a vitória alcançada pelas forças lusas em Mpassa, mas o sentimento de “injustiça” perante o “ultimato” britânico – uma emoção de tipo nacionalista capaz, afinal, de manter unido o país, tal como o poderia fazer a derrota dos Macololos.⁽¹⁷⁰⁾

No plano estritamente social, se confrontarmos as principais personagens europeias envolvidas em ambos os lados do “conflito luso-bri-

¹⁶⁵ CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 82.

¹⁶⁶ OPERÁRIOS em greve. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 197 (1889-08-21), p. 2; passim.

¹⁶⁷ *A Actualidade*. Ano 16, n.º 189 (1889-08-11), p. 1; n.º 190 (1889-08-13), p. 1.

¹⁶⁸ A PARTILHA d'África. *Pontos nos ii*. Ano 5, n.º 234 (1889-12-19), p. 317.

¹⁶⁹ Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do império*. Porto: Afrontamento, cop. 1993, p. 457.

¹⁷⁰ O FIM de uma nacionalidade. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 139 (1890-06-13), p. 1.

tânico” no Chire, verificaremos que pertenciam a “classes” distintas, consoante a nacionalidade. Assim, Harry Johnston era um nítido burguês, tal como o seu assistente, o vice-consul Alfred Sharpe (que depois o substituiu no cargo de governador da Niassalândia), enquanto Buchanan provinha da “classe baixa” britânica e, depois de trabalhar como assistente leigo na missão de Blantyre, se estabelecera por conta própria, como plantador, mais a norte, em Zomba.⁽¹⁷¹⁾ Já do lado português, destacavam-se nada menos do que três aristocratas: Serpa Pinto (filho primogénito de uma família perseguida em Portugal por ser legitimista), Álvaro Ferraz (herdeiro do título de visconde de Castelões) e João de Azevedo Coutinho (primogénito de uma família nobre, com vínculos de propriedade no Alto Alentejo).

Estas diferenças, em termos de proveniência social, entre imperialistas portugueses e ingleses, não surpreendem se reflectirmos que os estabelecimentos britânicos no Niassa eram de natureza religiosa e comercial, enquanto a expedição lusa, apesar do que dizia a propaganda oficial, tinha uma componente bélica muito acentuada. Ora a função militar, no imperialismo europeu, estava preferencialmente a cargo da aristocracia. Simplesmente, o século XIX vira o triunfo da burguesia, e nele vigorava o lema consagrado pelos “principios políticos do liberalismo”, segundo o qual “a verdadeira nobreza” era “a da natureza”.⁽¹⁷²⁾ Assim, a imprensa portuguesa esforçava-se por ocultar a origem social do futuro visconde de Castelões, e tratava-o antes como “engenheiro” Álvaro Ferraz; chegava-se ao ponto de negar, ostensivamente, que o expedicionário recebera uma formação militar antes de obter o seu grau académico, pois a formação bélica estava demasiado conotada com a antiga aristocracia.⁽¹⁷³⁾ Da mesma forma, o capitão Joaquim José Machado, apesar da

¹⁷¹ Cf. HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*, p. 25, 72, 149; PAKENHAM, Thomas – *The scramble for Africa (1876-1912)*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1991, p. 336-337, 405. Para a *Esquerda Dynastica*, Buchanan era “o ex-hortelão” de Blantyre, que depois ascendera a cônsul junto do “rei negro” Mlauri. Artigo transcrito em: EXTRAORDINÁRIO! *A Actualidade*. Ano 17, n.º 46 (1890-02-23), p. 1.

¹⁷² Citação de Lord Charles Russell. Apud OS LIBERAES ingleses. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 241 (1889-10-11), p. 2.

¹⁷³ Eis como as *Novidades* (1889-12-16) se referiam à Expedição Ressano Garcia: “commandava-a um engenheiro, e não um guerreiro”, o que era falso, pois Castelões tivera uma formação militar (assentara praça no Batalhão de Caçadores 9, pelos 18 anos de idade), antes de seguir engenharia civil e, de qualquer dos modos, todos os engenheiros civis formados em Coimbra e Lisboa tinham de frequentar

origem popular, era citado na sua qualidade de formado em engenharia, não de soldado.⁽¹⁷⁴⁾ A burguesia, enquanto classe, só via na guerra um expediente temporário, e não estava predisposta a considerá-la uma ocupação permanente. Para publicações republicanas, como o *Século*, só haveria necessidade de exércitos enquanto continuassem a existir monarquias; depois de todo o mundo ser republicano, a nova ordem burguesa exigiria “liberdade”, “trabalho” e “paz”, tudo valores contrários ao espírito das forças armadas, segundo se argumentava; logo, dar-se-ia então, nas palavras de Vítor Hugo, “o grande desarmamento”. Para já, porém, o exército mantinha-se, na opinião dos pensadores republicanos, como um mal necessário.⁽¹⁷⁵⁾

Entretanto, na imprensa internacional da época, os exploradores-comandantes militares portugueses eram comparados aos grandes heróis dos Descobrimentos, navegadores esses muitos dos quais de sangue azul,⁽¹⁷⁶⁾ ao passo que, na *Pall Mall Gazette*, o burguês Harry Johnston evocava a imagem de dois navegantes ingleses do século XVI, também eles conotados com a nobreza e a exploração geográfica: Frobisher e Hawkins (ver secção 3.5 e anexo 6).⁽¹⁷⁷⁾ Toda esta imagética reflectia a obsessão vitoriana com o passado, obsessão essa comum a toda a Europa Ocidental,⁽¹⁷⁸⁾ e que no caso se reportava ao período de Quinhentos, no qual tanto Portugal como a Inglaterra se aventuravam no ultramar. Mas

a Escola do Exército, para se instruírem na parte prática. Artigo transcrito em: LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2. Ver também DIAS, Augusto – *Serpa Pinto e Álvaro de Castelões em Moçambique*, p. 52-53.

¹⁷⁴ “O distinto engenheiro Joaquim José Machado”, como lhe chamava a *Actualidade*, em: MUNIÇÕES de guerra para os Matabelles. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 216 (1889-09-12), p. 2.

¹⁷⁵ AS MONARCHIAS e a paz. *O Seculo*. Ano 9, n.º 2563 (1889-04-02), p. 1.

¹⁷⁶ Veja-se, por exemplo, o texto duma folha da Corunha, reproduzido em: O CONFLICTO luso-britânico. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 29 (1890-02-02), p. 2. De Paiva de Andrada, diria Selous que estava imbuído de “o espírito dos antigos navegadores portugueses”: “(...) the spirit of the old Portuguese navigators”. SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*, p. 394.

¹⁷⁷ Por lapso, na tradução que as *Novidades* fizeram do artigo em questão, da *Pall Mall Gazette*, surgem uns enigmáticos “Trobister” e “Kavókins”, por “Frobisher” e “Hawkins”, respectivamente. Oliveira Martins, na sua réplica do *Tempo*, copia servilmente o erro, assim como o faz a *Actualidade* (ver anexo 6). Cf. o texto inglês em: PORTUGAL. *Negocios Externos – Negocios da Africa oriental e central*, p. 129-131. A tradução das *Novidades*, transcrita pela *Actualidade*, é bastante fiel ao original, excepto nos pontos apontados.

¹⁷⁸ Cf. KEEGAN, John – *A history of warfare*. London [etc.]: Random House, 1994, p. 174; ORTEGA Y GASSET, José – *La rebelión de las masas*. 38.ª ed. en castellano. Madrid: Revista de Occidente, 1964, p. 93-94.

esse hábito servia também para obscurecer a diferente origem social dos exploradores, esbatendo esta última num fundo cultural comum: a mentalidade vitoriana.

De facto, embora também houvesse muitos burgueses portugueses envolvidos no “novo imperialismo” (António Maria Cardoso, António Enes, Paiva de Andrada e Caldas Xavier são exemplos óbvios, entre muitos outros),⁽¹⁷⁹⁾ e um número significativo dos imperialistas britânicos fosse de extracção aristocrática (caso de Rider Haggard e Montagu Kerr, por exemplo), no caso específico da corrida à Macolololândia, o elemento burguês era predominante do lado britânico, e o aristocrático, do português.⁽¹⁸⁰⁾ Afinal de contas, eram britânicos os estabelecimentos religiosos e comerciais europeus nas terras altas do Chire e noutros locais do interior de África, enquanto os Portugueses limitavam a ocupação efectiva no Sudeste africano, até 1889, a alguns pontos do litoral. Nestas circunstâncias, a necessidade de expansão armada, sentida por Portugal em finais do século XIX, realçava o papel da aristocracia, tradicionalmente associada à função militar. O “atraso” económico português (David Birmingham chamar-lhe-ia “subdesenvolvimento”) induzia ainda, do lado português, dificuldades logísticas que transformavam as situações de combate em algo, até certo ponto, semelhante aos relatos épicos da época dos Descobrimentos, particularmente o século XVI, em que os fidalgos lusos partiam para combater no ultramar... Assim, apesar de bem armada, a expedição portuguesa no Chire viu-se confrontada com dificuldades nos abastecimentos alimentares sem paralelo em qualquer campanha do exército britânico na África Austral; o próprio armamento era importado, indício da “dependência” estrutural, e da forma como, em termos de valor acrescentado, a cadeia produtiva portuguesa ficava

¹⁷⁹ Especialmente Paiva de Andrada, cujas viagens de exploração em África “tiveram como resultado a organização de uma companhia portuguesa, a Companhia de Moçambique”, segundo notava, em tom elogioso, o *Economista*, num artigo transcrito em: AS CONCESSÕES mineiras em Moçambique. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 199 (1889-08-23), p. 1.

¹⁸⁰ O facto de, neste caso, a luta de classes em África coincidir com a luta entre nacionalismos europeus, permitiu à filha de Serpa Pinto fazer contrastar, como se de diferenças nacionais se tratasse, a “forma mercantil” do burguês Buchanan, que “não estava à altura da situação”, com as “finuras de estilo” do nobre major, “cortês como se estivesse num salão aristocrático, (... ..) o tipo duma figura cavalheiresca, como lêmos nos romances de Cavalaria, já esquecidos”. PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*, p. 225-226.

sempre a perder em relação a outros países da Europa. Algo que também se notaria na produção têxtil portuguesa destinada a África, dependente de abastecimentos estrangeiros, quer em termos de matéria-prima quer de maquinaria. Ao “atraso” económico, vinha ainda juntar-se um factor mental: os “direitos históricos” que Portugal reclamava sobre a África Austral, supostamente desde o século XVI, faziam, também eles, insistir numa imagética quinhentista.⁽¹⁸¹⁾

Na realidade, vários dos fidalgos portugueses encontravam-se, em finais de Oitocentos, dispostos a tentar a sorte em África, à semelhança do que se passava entre a nobreza britânica (ver secção 2.6.4). Era o caso do conde de Vila Verde, que, por se encontrar em dificuldades financeiras, se mudara de Lisboa para Moçambique, e no qual, segundo tudo indica, Eça de Queiroz se inspirou para criar a figura do protagonista da *Ilustre Casa de Ramires*, romance cuja trama o escritor português começou a elaborar enquanto dirigia a *Revista de Portugal*. O fidalgo Ramires, acabrunhado por dificuldades sócio-económicas e cioso da passada grandeza histórica da sua linhagem, resolvera mudar-se para um “prazo” da Zambézia, após ler as *Minas de Salomão* de Rider Haggard: eis, segundo Eça, um retrato fidedigno do “novo imperialismo” português, num país que parecia parado no tempo, aos olhos dos observadores ingleses. E, no entanto, tal como em Inglaterra, a “corrida a África” servia de “válvula de escape” a vários membros da aristocracia de Portugal, desejosos de obter colocação honrosa, e de passar a actuar num terreno onde os antigos valores fizessem novamente sentido.⁽¹⁸²⁾

A discrepância de origem social, entre nobres e burgueses europeus em África, reflectia-se também no modo de actuar das forças expedicionárias de Portugal e Inglaterra, no Chire. Enquanto os burgueses Harry

¹⁸¹ Cf. BIRMINGHAM, David – *A concise history of Portugal*. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1998, p. 137-138; CLARENCE-SMITH – *The third Portuguese empire*, p. 81-82, 89-90. HANSON – *Why the West has won*, p. 285, 303; PIMENTA, Carlos – *Globalização*. 1.ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004, p. 228, n. 167.

¹⁸² CAPELA, José – *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, D.L. 1996, p. 127-135; HAMMOND – *Portugal and Africa*, p. 197-200; MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*, vol. 1, p. 508-519, 593-598. Nas suas memórias, o aristocrático João de Azevedo Coutinho, nascido em 1865, lamenta-se do facto de a família ter perdido muitas propriedades: “Do lado paterno quasi tudo desaparecera... A quinta das ‘Laranjeiras’ por exemplo fôra vendida ao Barão de Quintela por 6 contos...”. COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias*... p. 9, n. 1.

Johnston, Buchanan e Sharpe se dedicavam a negociar “tratados” pacíficos, mas formais, com os autóctones, Álvaro de Castelões abraçava, no momento da vitória em Mpassa, o chefe dos “landins” que com ele combateram, numa manifestação de camaradagem típica da vida militar, para a qual grande parte da nobreza europeia estava inclinada, tanto por tradição familiar como por educação.⁽¹⁸³⁾ João de Azevedo Coutinho, por seu turno, uma vez “pacificada” a Macolololândia, considerava tão importantes as partidas de caça como os combates em si, pois usava aquelas como propaganda política, já que o tiro aos elefantes e búfalos em Elephant Marsh servia para impressionar os autóctones, e especialmente um muito jovem, mas importante, macololo aprisionado em combate: Chipitura, neto de Mlauri.⁽¹⁸⁴⁾ Um truque habitual, entre os nobres europeus que combatiam e administravam em solo africano (ver secção 2.6.4). Mais tarde, Azevedo Coutinho teceria largos elogios, por escrito, ao indiano Manuel António de Sousa (ver secção 1.3), um dos seus auxiliares em futuras campanhas na África Oriental, e que tanto o vencedor dos Macololos como o general Teixeira Botelho consideravam “vítima do preconceito da côr, que em África, alfobre de intrigas, invejas e malquerenças, desde tempos remotos, avassala muitos corações”.⁽¹⁸⁵⁾ Toda a acção do “herói do Chire” na África Portuguesa, foi de resto, pautada pelo paternalismo para com os subordinados africanos e a atenção prestada às “questões indígenas” – como bom aristocrata que era. Mas

¹⁸³ Evidentemente que os burgueses, ainda quando não fossem militares de carreira, também recorriam a meios violentos para se imporem junto dos africanos. Frederick Moir, por exemplo, fazia parte do grupo de estrangeiros que socorreram Caldas Xavier contra os revoltosos massinjiros de 1884 (ver secção 1.3). E, na “guerra árabe” de 1887-1889, que a ALC travou em Karonga (no Niassa), se Buchanan e Johnston apenas participaram como funcionários e não-combatentes, Moir não hesitou em usar, contra o inimigo, balas de elefante (tal como fizera, no passado, Serpa Pinto, quando atacado pelos *lozi*) e balas incendiárias. Afinal de contas, tratava-se de combater seres inferiores, eles intermédios entre o homem e o animal... Já Lugard comparava essa guerra a uma partida de caça, e as balas explosivas continuaram, durante muito tempo, a ser usadas, impunemente, nas campanhas militares de África, apesar de terem, entretanto, sido proibidas quando o adversário fosse europeu. LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 78; LUGARD – *The rise of our East African empire*, vol. 1, p. 154; MOIR – *After Livingstone*, p. 119-126, 132-151.

¹⁸⁴ CARVALHO, Christiano de – *Revelações*. Barcelos: Portucalense Editora, 1932, p. 88-94; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias*... p. 134.

¹⁸⁵ BOTELHO, José Justino Teixeira – *História militar*... p. 405; cit. por COUTINHO, João de Azevedo – *Manuel António de Sousa, um capitão-mór da Zambézia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 30.

Azevedo Coutinho seria racista, ou não? E seria verdade o depois afirmado pelo Estado Novo salazarista: serem os Portugueses menos racistas do que os restantes povos europeus em África?

Entre os Ingleses, vigorava, como já vimos, o darwinismo social, ideologia típica da burguesia em ascensão (ver secção 2.6.4). Harry Johnston, por exemplo, depois de obter o governo da “África Central Britânica”, não hesitava em afirmar que os Africanos, abandonados a si mesmos, regrediriam, de forma gradual, ao estado de animais. A visão portuguesa, porém, não era, à partida, tão linear. Assim, o aristocrata Aires de Ornelas, camarada de armas de Mouzinho de Albuquerque, e também de Caldas Xavier e Paiva Couceiro, nas campanhas de 1895, ao comentar a referida passagem da obra de Harry Johnston, contrapunha um discurso mais suave: não se devia “ser tão absoluto nem tão pessimista como o notável africanista inglês (...) não podemos nem devemos exterminar o indígena africano”.⁽¹⁸⁶⁾ O militar português afirmava ainda que os “Vátuas” de Gungunha eram uma “grande raça”, e nesse ponto apenas corroborava afirmações de idêntico teor, da parte do português residente-chefe interino na corte de Gaza, capitão Francisco António Marques Gerales, em 1889.⁽¹⁸⁷⁾

Nada de ilusões, no entanto: a posição de Aires de Ornelas compaginava-se com as conjecturas europeias segundo as quais todos os grupos dominantes da África ao sul do Sara (dos Macololos aos Zulus) descendiam, de alguma forma, dos antigos povos, de tipo “ariano” (talvez os Egípcios, ou os Sabeus), que, indubitavelmente, tinham ajudado a escavar as “minas de Salomão” (ver secção 2.3).⁽¹⁸⁸⁾ Se havia algum atenuamento no pensamento “racial” do militar português, relativamente a Harry Johnston, tal ficava-se a dever à atitude mental da nobreza europeia, mais paternalista em relação aos africanos do que a burguesia da Europa. Também para Ornelas, tal como para o ex-governante bri-

¹⁸⁶ JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 472; ORNELAS, Ayres d’ – *Raças e linguas indígenas de Moçambique*, p. 62.

¹⁸⁷ *Boletim Oficial... de Moçambique*. Ano 30, n.º 20 (1889-05-18), p. 321. ORNELAS, Aires de – *Collectanea...* Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934, vol. 1, p. 136.

¹⁸⁸ Cf. GAHAMA, Joseph; MVUYEKURE, Augustin – *Jeu ethnique, idéologie missionnaire et politique coloniale*. In CHRÉTIEN, J.-P.; PRUNIER, G., dir. – *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989, p. 318-320; *O Occidente*. Vol. 2, n.º 28 (1879-02-15), p. 27; SELOUS – *Travel and adventure in South-East Africa*, p. 333-342.

tânico da Niassalândia, os Africanos tinham um cérebro mais fraco do que o europeu; eram, por isso, irremediavelmente inferiores, e a legislação colonial deveria ter isso em conta.⁽¹⁸⁹⁾ Quanto a Manuel António de Sousa, tratava-se, ainda segundo Ornelas, de apenas mais um dos não-europeus que, “prostituindo a farda de oficial do exército”, exerciam “um domínio despoticamente bárbaro” no interior.⁽¹⁹⁰⁾ O próprio João de Azevedo Coutinho compartilhava o “racialismo” de Livingstone, o missionário que se apregoava membro de uma “raça superior” e via nos Africanos exemplares degradados e decadentes da espécie humana; o “bom doutor” considerava inclusivamente “doentio” o tom de pele dos Macololos e dos “mestiços” portugueses.⁽¹⁹¹⁾

Os preconceitos “raciais” de Coutinho tiveram, aliás, uma demonstração prática quando o tenente português, ao encontrar-se com Harry Johnston no sertão, em finais de 1889, afirmou a este que o facto de ambos serem de “raça branca” se sobrepunha às tensões diplomáticas entre Portugal e Inglaterra – e daí a forma afável como tratava o cônsul inglês. De resto, tanto Azevedo Coutinho como Harry Johnston convinham em que os Macololos do Chire depressa se extinguiriam, por não passarem de um punhado de pessoas no meio de uma multidão de “maganjas”.⁽¹⁹²⁾ Mas o mesmo poderia ser dito dos “Vátuas” de Gungunhana: também eles invasores, também eles uma fraca pernilagem entre os respectivos subordinados, também eles, no entanto, capazes de manterem e consolidarem o poderio estatal, se não fosse a interferência europeia. Pois, se a Inglaterra pagou uma indemnização aos Macololos pelos danos sofridos por estes durante a invasão portuguesa, isso não obistou a que, daí em diante, os Britânicos impedissem qualquer veleidade de independência política da parte dos seus “protegidos” autóctones.

¹⁸⁹ ORNELAS, Ayres d' – *Raças e línguas indígenas de Moçambique*, p. 61.

¹⁹⁰ ORNELAS, Aires de – *Colectanea...* Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934, vol. 2, p. 317.

¹⁹¹ COUTINHO, João d'A. – *Do Nyassa a Pemba*, p. 220-222; LIVINGSTONE – *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*, p. 205, 211, 248; PIETERSE – *White on black*, p. 65. Levado pelos preconceitos da “ciência da raça”, Livingstone chegou a confundir o metropolitano Silva Porto com um “mestiço” africano, devido à intrínseca ambiguidade dos critérios de tipo “racial”. Outro missionário, companheiro de Livingstone no Chire, e igualmente racista, afirmava que os “Maganjas” estavam predestinados, pelas suas características cranianas, a serem subjugados por outrem (os Macololos, por exemplo) e, quiçá, extintos: ROWLEY – *The story of the Universities' Mission to Central Africa*, p. 200.

¹⁹² Cf. JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 89, 391-392; COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 124, 152-153.

Assim, quando o jovem Chipitura foi devolvido, por Azevedo Coutinho, à Macolololândia, por não se conseguir “assimilar” à vida de Lisboa, acabou enforcado pelos Ingleses, ao envolver-se numa revolta contra o poderio britânico.⁽¹⁹³⁾

Mas do lado português da fronteira luso-britânica imperava também o racismo, como a frase acima citada de Teixeira Botelho deixava já entrever. Na representação enviada em 1890 pelos portugueses do distrito de Quelimane ao rei Dom Carlos (ver secção 3.6.1), por exemplo, afirmava-se que os Macololos do Chire, apesar de serem uma “raça superior” à dos Maganjas (pois tinham dominado esta última), eram demasiado cruéis, e, portanto, o governo não devia retirar da zona as forças portuguesas.⁽¹⁹⁴⁾ De facto, o grande número de “mestiços” nos estabelecimentos portugueses decorria mais de constricções demográficas do que de uma eventual tolerância “racial”. A tendência do “novo imperialismo”, tanto britânico como português, era de “civilizar” os autóctones pelo trabalho (nem que fosse forçado), e o próprio João de Azevedo Coutinho perfilhava dessa opinião.⁽¹⁹⁵⁾ Assim, o “racialismo” português praticamente em nada se distinguia do britânico.

Inquestionável é, também, em ambos os casos, o papel das mulheres na expansão imperial. Mulheres europeias que começavam agora a estudar em estabelecimentos de ensino superior e a assumir um cada vez maior relevo na sociedade metropolitana, como as filhas de Evaristo de Moraes Sarmento, o director da *Actualidade*, a seguirem o curso de Medicina no Porto enquanto o pai dirigia um jornal recheado de artigos imperialistas.⁽¹⁹⁶⁾ Mulheres europeias que liam os indispensáveis

¹⁹³ Cf. COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 134; HANNA – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia*, p. 242, 262; PÉLISSIER – *História de Moçambique*, vol. 2, p. 187-190; SILVA, Marinho da – *João de Azevedo Coutinho*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945, vol. 1, p. 10. Serpa Pinto estimava em 14 000 homens os efectivos militares macololos com que teoricamente se poderia ter de confrontar: PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*, p. 248.

¹⁹⁴ LISBOA. *A Actualidade*. Ano 17, n.º 69 (1890-03-22), p. 2-3. Segundo a dita representação, os antigos carregadores de Livingstone eram “pretos de raça Luina, a que elle falsamente chamava Makololos”. Esta ideia estava bem de acordo com o racismo do século XIX, que a cada “tribo” fazia corresponder, univocamente, uma “raça”. No entanto, os senhores do Chire sempre se tinham considerado macololos, embora alguns deles tivessem de facto, ascendência “luína” (isto é, *lozi*).

¹⁹⁵ COUTINHO, João d'A. – *Do Nyassa a Pemba*, p. 226-227; ISAACMAN – *A tradição de resistência...* p. 303.

¹⁹⁶ AS MEDICAS em Portugal. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 208 (1889-09-02), p. 2.

folhetins nos jornais diários, para elas propositadamente escritos.⁽¹⁹⁷⁾ Mulheres europeias que afluíam ao mundo do trabalho, nas cidades, e pressionavam ainda mais a sociedade, em busca de uma saída para a depressão económica de final do século XIX. Mulheres europeias que ficavam na metrópole, a servir de musas inspiradoras, enquanto os maridos ou noivos (casos, respectivamente, de Serpa Pinto e Stanley) partiam para África.⁽¹⁹⁸⁾ Mulheres europeias que acompanhavam os maridos imperialistas para o continente africano, para os assistirem na sua tarefa (como a esposa de Mouzinho de Albuquerque).⁽¹⁹⁹⁾ Mulheres europeias que participavam activamente no esforço imperial, como as cônjuges dos residentes britânicos das terras altas do Chire, ocupadas a confeccionar bandeiras de Inglaterra para entregar a Mlauri (na esperança de ver o senhor macololo submetido à Grã-Bretanha em vez de a Portugal), ou as senhoras portuguesas encarregadas, vinte anos antes, de oferecer um estandarte, com inscrições patrióticas nele bordadas, à expedição metropolitana de 1869 contra o Bonga (na qual participara o jovem Serpa Pinto).⁽²⁰⁰⁾

Mas também mulheres africanas a trabalhar na metrópole, onde exerciam papéis subalternos, de criadas. Mulheres africanas, fotografadas de peito nu para serem apresentadas em livros de viagens, como sucedâneo de pornografia, junto a jovens adolescentes masculinos europeus, numa sociedade vitoriana simultaneamente repressora e hipócrita.⁽²⁰¹⁾ Mulheres africanas à mercê dos imperialistas europeus, que partiam para África dispostos a aí esquecerem desgostos amorosos sofridos na

¹⁹⁷ Cf. MÉROUVEL, Charles – A abandonada. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 134 (1889-07-02), p. 1, *passim*.

¹⁹⁸ Cf. LINDQVIST – *Exterminem todas as bestas*, p. 68; PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*, p. 7-8.

¹⁹⁹ CUNHA, Amadeu – *Mouzinho, grande capitão de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935-1936, vol. 1, p. 16-18.

²⁰⁰ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 211; NORONHA, Eduardo de – *O explorador Serpa Pinto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 8; PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*, p. 18-19.

²⁰¹ Caso das esposas do senhor macololo Katunga, fotografadas pelo médico jamaicano James Johnston: JOHNSTON, James – *Reality versus romance*, p. 323. Note-se que escritores vitorianos, como Sir Harry Johnston, tinham o hábito de se referirem à sexualidade dos autóctones em latim, e não em vernáculo, para assim evitarem ferir as susceptibilidades do público leitor europeu. Veja-se, por exemplo, JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*, p. 394, n. 1; p. 399, n. 1.

metrópole (caso de Lugard e, provavelmente, também de Castelões).⁽²⁰²⁾ Todos os europeus convinhavam que, nas possessões ultramarinas, era difícil conter as paixões da carne, devido às pressões do “clima”.⁽²⁰³⁾ Até a própria Igreja Católica sancionava esse tipo de mentalidade, como se pode comprovar numa tradução do *Ano Cristão*, do padre jesuíta João Croiset, publicada no Porto entre 1885 e 1889, e aprovada pelo prelado de Moçambique, entre outras autoridades eclesiásticas ultramarinas e metropolitanas.⁽²⁰⁴⁾

Corria o boato de que o tenente Valadim foi trucidado pelos Yao por se intrometer com mulheres autóctones.⁽²⁰⁵⁾ Quanto a João de Azevedo Coutinho, não se coibiu de reproduzir, nas suas memórias, a seguinte mensagem, que um estafeta lhe entregou, para o incentivar a ir depressa até Mpassa, quando o tenente ainda se encontrava a sul, em Vicente. Trata-se de um texto da autoria do engenheiro Temudo, membro da Expedição Ressano Garcia e antigo condiscípulo de Coutinho na Escola Politécnica:

“Mupassa, 26 de Outubro de 1889.

(... ..)

Venha sem medo porque aqui não há juri de exames de matemática. Há apenas pretas. Receba um abraço.”⁽²⁰⁶⁾

3.6.5. Explicação tecnológica

A Expedição Ressano Garcia constituía, à partida, uma boa ilustração da tentativa de explicação tecnológica do imperialismo: empreendida com o fim declarado de estudar a hipótese da construção de um caminho-de-ferro no Chire, recebia a assistência de navios a vapor e armamento

²⁰² DIAS, Augusto – *Serpa Pinto e Álvaro de Castelões em Moçambique*, p. 53-57; PAKENHAM – *The scramble for Africa*, p. 413.

²⁰³ “(...) Nos climas quentes o sangue, mesmo sem febre, escalda. Todos os temperamentos se resentem dessa tendência, o que não impede que a virtude domine, quási sempre, os ímpetus da natureza encandescida”. NORONHA, Eduardo de – *Tenente Valadim, o martir do Niassa*, p. 9.

²⁰⁴ CROISET, João – *Anno christão*. Porto: Antonio Dourado, 1885-1889, vol. 1, p. 285 (13 fev.).

²⁰⁵ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 255.

²⁰⁶ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias...* p. 112.

moderno. Estava ainda equipada com quinino, para protecção contra a malária, numa época em que se julgava vir a verificar-se uma descida do preço do medicamento, devido à notícia de novas plantações em Java. E, finalmente, quando o repórter Trivier, do jornal de Bordéus, *La Gironde*, se encontrou em Chilomo com Serpa Pinto, este último mostrou-lhe, orgulhoso, o fio do telégrafo que a expedição construía por onde passava; telégrafo esse que permitia a comunicação rápida com a costa.⁽²⁰⁷⁾

Tratava-se, portanto, segundo a propaganda imperialista portuguesa, de uma expedição “pacífica e civilizadora” (ver figura 3). E, no entanto, ao observarmos as coisas de forma mais pormenorizada, verificamos que se tratava de *estudar* a construção de uma via-férrea, não de a *construir*; e os combates interromperam de vez os estudos. Que o telégrafo funcionava até a costa, sim, mas depois não podia seguir para a Europa, por falta de cabo submarino. Que o quinino não impediu vários dos expedicionários, entre os quais Serpa Pinto, de adoecerem.⁽²⁰⁸⁾ Que, finalmente, todo o aparato tecnológico parecia actuar como um pretexto para a invasão, à excepção, naturalmente, das canhoneiras e restante armamento, para o qual rapidamente se encontrou abundante serventia, como já vimos. Era o que se subentendia de um artigo das *Novidades*, publicado a 16 de Dezembro de 1889, nas vésperas do “ultimato”:

“(…) a missão do Chire era uma missão de paz e civilização: o estudo d’um caminho de ferro; commandava-a um engenheiro, e não um guerreiro; tínhamos apenas o pessoal necessario para esses trabalhos, e não um exercito aguerrido para morticínios e conquistas. A Inglaterra, que nos accusa de nada fazermos pela civilização africana, solta gritos enfurecidos porque castigamos um ataque dirigido contra nós, quando trabalhavamos por essa civilização n’uma das suas formulas e instrumentos mais efficazes e fecundos.

Venham as ameaças, venham as esquadras, venha a força bruta; mas ficar-nos-ha, para lhe estamparmos nas faces, a força da verdade e da justiça. Veremos se tem coragem para arcar contra ella!”⁽²⁰⁹⁾

²⁰⁷ A BAIXA do quinino. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 266 (1889-11-08), p. 2; TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 373.

²⁰⁸ TRIVIER – *Mon voyage au continent noir*, p. 374, n. 1.

²⁰⁹ Transcrito em: LISBOA. *A Actualidade*. Ano 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 2.

A via-férrea do Chire não passava, assim, de um pretexto, para ocupar militarmente territórios no *hinterland*, da parte de Portugal. Mas o lado inglês não lhe ficava atrás, pois a própria construção da linha Cabo-Cairo, argumento britânico para recusar o “mapa cor-de-rosa”, apesar dos financiamentos de Rhodes nunca chegou a ser completada. Mais uma vez, a via-férrea a actuar como justificação de anexações.

Uma outra linha explicativa, seguida na época pelos Ingleses, apontava para interesses particulares na construção do caminho-de-ferro do Chire, uma vez que o ministro do Ultramar, Ressano Garcia, teria recebido acções grátis e o cargo de director da companhia concessionária ligada ao projecto. A serem verdade estes boatos, estaríamos, assim, perante mais uma variante da explicação económica do imperialismo, a saber: os interesses privados de alguns indivíduos bem posicionados na sociedade europeia determinavam a realização de guerras de agressão em África (ver secção 3.6.1). De resto, acusações similares podiam ser formuladas contra os directores da BSAC.⁽²¹⁰⁾

3.7. A FALSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Pouco depois do “ultimato”, começava a falsificação nos livros de história. Um manual escolar português resumia assim a questão, em 1893: “No dia 11 de janeiro de 1890, o governo britânico, presidido por lord *Salisbury*, enviou um *ultimatum* ao nosso governo, exigindo que as tropas portuguesas que ocupavam o território africano, que há séculos possuíamos nas margens do Chire e do Nyassa, o evacuassem, a pretexto de ter a Inglaterra declarado que esse território era seu.”⁽²¹¹⁾ Nenhuma referência à batalha de Mpassa, ou a qualquer dos confrontos subsequentes, na Macololândia! Foi esta a versão que perdurou, na mentalidade portuguesa, relativamente ao “ultimato”. Durante o Estado Novo, e ainda hoje, a questão surge, geralmente, nos manuais escolares lusos, como um confronto entre Portugal e a Inglaterra, sem quaisquer refe-

²¹⁰ AXELSON – *Portugal and the scramble for Africa*, p. 227.

²¹¹ RAMOS, António Manuel dos – *Compendio de historia universal*, p. 462.

rências aos autóctones.⁽²¹²⁾ Se, por vezes, aparecia alguma menção aos Macololos, o tema era tratado de forma favorável a Portugal, como em certo compêndio escolar, no qual se afirmava ter a expedição de Serpa Pinto limitado a defender-se e repelir os “indígenas”.⁽²¹³⁾ Sublinhava-se, isso sim, a enorme “injustiça” inglesa, em tom patriótico.

Nos livros de divulgação, o mesmo silêncio e as mesmas omissões. Na biografia de Serpa Pinto, publicada em 1936 pela Agência Geral das Colónias, por exemplo, diz-se apenas:

“(…) A causa próxima dêste acto de violência (o “ultimato” inglês) foi um lance de arrojada coragem de Serpa Pinto. A nação (portuguesa) colocou-se tôda do seu lado.”⁽²¹⁴⁾

Quanto ao relato das viagens de Serpa Pinto, por Simões Müller, originalmente publicado em 1962, *a expedição do Chire não merece a menor menção*, num livro de mais de 250 páginas! E talvez tenha sido essa uma decisão acertada, atendendo a que a obra em questão se destina à edificação da juventude...⁽²¹⁵⁾

Nas raras ocasiões em que a versão oficial ou oficiosa dos factos mencionava os autóctones do Chire, fazia-o de forma abertamente contrária aos senhores da Macolololândia, a quem Teixeira Botelho atribuíra, sem reboços, a morte do bispo anglicano Mackenzie (na realidade, falecido de febre, em 1861), e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* afirmava serem os grandes responsáveis pela revolta do Massinjire, em 1884, quando, de facto, tiveram um papel bastante marginal no conflito.⁽²¹⁶⁾ De uma forma geral, porém, imperava o silêncio em relação ao papel dos africanos na questão, num tratamento do assunto muito similar ao seguido por França e Inglaterra no concernente a Fachoda (ver secção 2.7).

²¹² Veja-se, por exemplo, BARREIRA, Aníbal; MOREIRA, Mendes – *Páginas do tempo* 9. Porto: ASA, imp. 2001, p. 24; RODRIGUES, Vasco – *História geral da civilização*. 7.ª ed. rev. e melhorada. Porto: Porto Editora, 1973, vol. 2, p. 423.

²¹³ LAGO, Fins do; LIMA, Avelino – *Compêndio de história geral e pátria*. Porto: Porto Editora, D.L. 1970, vol. 2, p. 287.

²¹⁴ NORONHA, Eduardo de – *O explorador Serpa Pinto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 30.

²¹⁵ MÜLLER, Adolfo Simões – *Através do continente misterioso*. 2.ª ed. Porto: Tavares Martins, 1970.

²¹⁶ BOTELHO, José Justino Teixeira – *História militar*... p. 345; MOÇAMBIQUE. In *GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira*, vol. 17, p. 455.

Já do lado anglo-saxónico, os livros de divulgação histórica consagram tanta atenção ao “ultimato” inglês de 1890, a Portugal, como os manuais portugueses o fazem ao ultimato português, a Zanzibar, em 1887 (ver secção 1.3): nenhuma ou quase nenhuma.⁽²¹⁷⁾ Consequências do desdém que as potências ditas “superiores” observavam, na época, em relação às alegadamente “inferiores”... As excepções são raras;⁽²¹⁸⁾ a título de exemplo, o monumental *Scramble for Africa*, de Thomas Pakenham, em mais de 700 páginas de uma obra especializada, faz apenas uma referência oblíqua ao assunto, sem sequer mencionar os Macololos ou o “ultimato”!⁽²¹⁹⁾ Na literatura internacional, o mesmo silêncio, ou tentativas de minorar a questão: o francês Pélissier, por exemplo, classifica o “conflito luso-macololo” como apenas “mais uma de entre muitas insignificâncias coloniais”,⁽²²⁰⁾ a qual, como todas as “pequenas guerras” de África, quase não mereceria menção nos livros de história.

Em todo o caso, nos finais do século XIX, os manuais escolares estavam imbuídos de racismo⁽²²¹⁾ e militarismo, com as suas longas descrições de campanhas militares,⁽²²²⁾ narradas em tom heróico, já que o objectivo do sistema educativo, tal como da imprensa, era promover o imperialismo. Uma tendência que a primeira metade do século XX veio acentuar, pois as “pequenas guerras” coloniais conduziram em linha directa às “Grandes Guerras” Mundiais. Em 1917, Rider Haggard notava como a opinião pública britânica estava cada vez menos aburguesada e cada vez mais partidária do serviço militar obrigatório; e, em 1952, o general Ferreira Martins escrevia uma elegia relativamente às “virtudes” da vida militar, numa época em que a preparação para a guerra (graças, entre outros factores, às campanhas de África) se tinha tornado já uma tradição em Portugal, com a instauração do serviço militar obrigatório,

²¹⁷ BIRMINGHAM – *Portugal and Africa*, p. 110-121.

²¹⁸ Mas existiam, naquela época: cf. *THE ENCYCLOPÆDIA britannica*. 11th ed., vol. 1, p. 342; vol. 22, p. 153-154.

²¹⁹ PAKENHAM – *The scramble for Africa*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1991, p. 387.

²²⁰ PÉLISSIER – *História de Moçambique*. Trad. de Manuel Ruas, vol. 2, p. 52, 56.

²²¹ Segundo um manual escolar já citado, eram 3 as “grandes raças humanas: Japhetica ou Indo-Germanica, chamada também Caucasica ou branca; Semitica, Arameana ou amarela; Chamitica ou negra”. RAMOS, Antonio Manuel dos – *Compendio de historia universal*, p. 10, n. 1. À “raça branca” também se dava, segundo o mesmo compêndio, o nome de “ariana” (p. 10).

²²² RAMOS, Antonio Manuel dos – *Compendio de historia universal*, p. 377-380, passim.

efectivo e universal, pela 1.^a República.⁽²²³⁾ O sonho de um mundo sem guerras nem exércitos, como ainda em Abril de 1889 era visionado, de forma séria, pelo periódico (por sinal republicano) *O Século* (ver secção 3.6.4), convertera-se, em escassas dezenas de anos, numa utopia quase inconcebível, tanto em Portugal como no resto da Europa.

²²³ HAGGARD – *The private diaries*. London [etc.]: Cassell, 1980, p. 111; MARTINS, Ferreira – *Educação do soldado: escola do cidadão*. Lisboa: LCGC, 1952, p. 117-143. Na monarquia portuguesa, era relativamente fácil escapar do serviço militar obrigatório, para quem dispusesse das ligações sociais adequadas. Cf. AS TRAMPOLINICES do recrutamento militar. *A Lucta*. Porto. Ano 15, n.º 279 (1889-09-07), p. 2.

CONCLUSÃO

“Já sabe quanto baste. Eu também. Não é de informação que carecemos. O que nos falta é a coragem para compreender o que sabemos e tirar conclusões.”

SVEN LINDQVIST, *Exterminem todas as Bestas*, 1992.⁽¹⁾

Os Macololos nunca foram seres passivos. Mas é preciso, porém, reconhecer que, durante o período de 1822-1890, toda a existência deste grupo esteve, sempre, sob a influência da Europa.

A princípio, tal influência exerceu-se, é certo, de uma forma muito indirecta, subtil e até mesmo involuntária, com a introdução do milho mais e outros produtos alimentares em África, os quais, a prazo, contribuíram sobremaneira para a explosão do Mfecane, e, por arrastamento, para os anos turbulentos vividos pelos Macololos, rumo a norte.

Quando, finalmente, o grupo se instala no Baroce, a influência europeia começa a exercer-se de forma mais directa, com o tráfico de armas de fogo e, sobretudo, com o comércio de marfim. Este último negócio conduziria, em última análise, ao fim do predomínio macololo sobre os Lozi.

Mas a influência da Europa não terminou aí, pois a actividade “humanitária” e “generosa” de Livingstone, ao mesmo tempo que dava a conhecer a um público leitor europeu, ávido por novidades, a existência de um povo de “bravos” no interior de África, acabaria por colocar os *kololo* sobreviventes no centro de uma disputa entre duas potências europeias: Inglaterra e Portugal.

Aos macololos do Chire, pouco importavam as querelas entre esses dois países. Actuavam, a partir de certa altura, como um estado indepen-

¹ LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*. Trad. Ana Saldanha. Lisboa: Caminho, 2005.

dente, que começou a cobrar, também ele, por assim dizer, direitos de passagem, no curso do rio. Mas tal não era a maneira de ver dos Europeus, que consideravam tal modo de agir como “roubos” e “extorsões” aos navios a vapor. Assim sendo, os Macololos estavam, a prazo, condenados.

A princípio, eram tratados, pelos escoceses da Niassalândia, como mais um peão na estratégia imperial britânica, o “grande jogo” da “corrida a África”, em nome da “abolição da escravatura” e do “comércio livre” e “lícito”. Os Macololos foram, assim, incitados, de forma mais ou menos directa, para incursões contra “súbditos” nominais de Portugal, ataques esses que visavam, em última análise, fazer retroceder para sul o limite das possessões portuguesas na zona, para benefício da Grã-Bretanha.

Mais tarde, comerciantes britânicos sem escrúpulos procuraram obter, de forma sub-reptícia, junto das autoridades macololas, a propriedade dos melhores terrenos destas últimas. Finalmente, vistos já, pelos Europeus, como mais uma “raça degradada de África”, os Macololos foram, segundo tudo indica, provocados, sem escrúpulos, quer por Portugueses quer por Britânicos, para uma guerra (1889-1890), que, dada a inferioridade tecnológica dos Macololos, em termos bélicos, teria de lhes ser, necessariamente, fatal. Mais uma vez, se verificava a verdade da asserção, segundo a qual as ideologias imperialistas rebaixam o outro para melhor o dominarem.

Quanto ao conflito militar em si, constituiu aquilo que poderíamos chamar uma “pequena guerra” colonial típica, em termos europeus. Tanto assim é que podemos fazer coincidir, quase ponto por ponto, a tomada da povoação macolola de Chilomo, pelo português João Azevedo Coutinho, a 17 de Novembro de 1889, com uma descrição fictícia que Joseph Conrad viria a fazer de outro conflito colonial europeu. Nas palavras de Sven Lindqvist:

“Já em *An Outcast of the Islands* [*Um Vagabundo das Ilhas*] (1896), Conrad descrevera a sensação de ser alvo do fogo de armas navais. À volta (...), o solo está escorregadio com o sangue, as casas em chamas, as mulheres gritam, as crianças choram, os moribundos respiram a custo. Morrem impotentes, ‘alvejados antes de conseguirem ver o seu inimigo’. A sua coragem é inútil contra um opositor invisível e inatingível.”⁽²⁾

² LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*. Trad. Ana Saldanha, p. 94.

Neste caso, a semelhança entre a ficção e a realidade não é mera coincidência. Conrad escrevia por experiência própria, e pela leitura de periódicos, sobre as “pequenas guerras”, e estas eram iguais em todo o lado, fosse qual fosse a potência europeia que as empreendesse. Na realidade, e ao contrário do que sustenta Hammond, o imperialismo português continha precisamente os mesmos factores e tentativas de justificação apresentados pelos restantes imperialismos europeus: económicos, humanitário-ideológicos, políticos, sócio-psicológicos, tecnológicos. Sentimo-nos, por isso, antes inclinados a concordar com Clarence-Smith, o qual vê apenas uma diferença significativa apresentada pelo “novo imperialismo” português relativamente aos seus congéneres europeus: a existência prévia de posições estabelecidas e direitos legais em África, pelo menos à luz do enquadramento jurídico internacional da Europa.⁽³⁾ No entanto, também esta última interpretação deve ser relativizada, e, no decurso do presente trabalho, confrontámo-nos a fragilidade dos “direitos históricos” alegados por Portugal sobre o *hinterland*: valia tudo, até considerar “vestígios portugueses” provas, no mínimo circunstanciais, como as ruínas (fossem elas de origem *bantu* ou, como se pensava à época, “fenícia”) ou os citrinos do sertão!⁽⁴⁾ Por outro lado, os Britânicos tinham, também eles, sólidos estabelecimentos (muito embora privados) no interior, e, segundo admitiu um periódico inglês (ver secção 3.6.3), estariam até dispostos a, também eles, invocar “direitos históricos”, caso a sua presença na África Austral remontasse, como a portuguesa, ao século XVI.

Se novelas como as de Conrad e Rider Haggard traduziam a experiência imperialista europeia sob a forma de ficção (e, por isso mesmo, Eça de Queiroz esperava, nas vésperas do “ultimato”, alcançar um grande êxito de vendas com a tradução portuguesa das *Minas de Salomão*), também é certo que a ficção influenciava, por sua vez, a realidade. João de Azevedo Coutinho, por exemplo, era, na sua mocidade, ávido leitor de “livros de viagens e aventuras ou romances de cavalaria

³ CLARENCE-SMITH, Gervase – *The third Portuguese empire*. Manchester: Manchester University Press, 1985, p. 81-82.

⁴ Embora também existissem, à época, estudos sérios e bem documentados sobre a antiga presença portuguesa no interior, caso de REIS, Jayme Batalha – *Os portugueses na região do Nyassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

e de capa e espada”;⁽⁵⁾ ora, não será decerto por verdadeira profecia que Júlio Verne previu, vários anos antes de tal acontecer em Mpasa, o facto de uma expedição europeia, bem entrincheirada, ter repellido à metralhadora um ataque dos Macololos. Se os autores de ficção que se debruçavam sobre África se documentavam com todo o tipo de fontes para redigirem as suas obras, também auscultavam o “espírito do tempo”; por sua vez, os comandantes militares europeus, imbuídos desse mesmo espírito e, além disso, das obras que liam, projectavam nos Africanos o “coração das trevas” emanado da literatura europeia relativa ao “continente misterioso”.

Genocídio, darwinismo social, racismo – todos estes conceitos foram enunciados no século XX, mas a realidade a que correspondiam já existia, no século XIX. Uma realidade embaraçosa, que Portugal, como as restantes potências imperialistas europeias, preferia denunciar nos outros, em vez de em si próprio. Assim, também o conflito luso-macololo foi sujeito ao processo, habitual nas “pequenas guerras coloniais”, daquilo que José Gil classificou como “não-inscrição”,⁽⁶⁾ tanto nos livros de história como na memória colectiva. Processo esse facilitado pela coincidência temporal com aquilo que na historiografia portuguesa era, até poucos anos, classificado como uma “brutal agressão” a Portugal, da parte da Grã-Bretanha: o “ultimato” inglês de 1890. De facto, os Portugueses, já à época não gostavam de se ver vítimas do darwinismo social britânico, embora não sentissem quaisquer escrúpulos em aplicá-lo nas relações com os potentados africanos.

Em todo o caso, é forçoso admiti-lo: o “3.º Império português” mostrava-se muito semelhante aos restantes imperialismos europeus em África, entre os quais o 2.º Reich alemão, e, tal como eles, constituiu um precedente para a posterior actuação europeia do 3.º Reich. Porque foi no ano de 1889 que Stanley regressou de mais uma sangrenta expedição ao interior do continente africano; que a Exposição Universal de Paris revelou ao mundo “civilizado” a hegemonia europeia sobre a África colonizada; que se começaram a efectuar linchamentos sistemáticos de

⁵ COUTINHO, João de Azevedo – *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa: Bertrand, 1941, p. 10.

⁶ GIL, José – *Portugal, hoje*. 9.ª reimp. Lisboa: Relógio d'Água, 2004, p. 15-23.

africanos, sob falsos pretextos, nos Estados Unidos;⁽⁷⁾ que, finalmente, se deu a chacina dos Macololos pelos Portugueses no Chire, perante a indiferença ou hipocrisia europeias. E foi em 1889 que, imersa em todo este ambiente racista, nasceu uma criança destinada a aplicar os princípios imperialistas em solo europeu: Adolf Hitler.

⁷ Cf. A LEI de Lyndch. *A Actualidade*. Porto. Ano 16, n.º 310 (1889-12-31), p. 2; LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*, p. 176-177.

ANEXO 1

UMA NOTÍCIA DO “ECONOMISTA”

“Vestígios do nosso antigo dominio na Africa central

Uma carta do Cabo da Boa Esperança refere-nos um caso, que por mais de uma razão é de alto interesse para nós, relata o *Economista*.

Na sua obra *Austral Africa*, Mackenzie descreve umas ruínas que se encontram na margem norte do rio Lotsani, na confluência com o Crocodilo, e pretende deduzir da descoberta d'esta e de outras ruínas que em remotas terras (*sic*) estiveram n'aquellas paragens os phenícios.

O sr. Lochner, empregado na policia de Bechuanaland, publicou em março d'este anno no *Bechuanaland News*, um interessante artigo em que faz a descripção d'aquellas ruínas, que diz estarem perfeitamente conservadas, serem evidentemente antigos fortes, terem sido construídas com admiravel solidez, e demonstrarem por varias indicações não terem antiguidade superior a 150 annos.

Depois de ter dado todas as informações ácerca das ruínas a que nos referimos, o sr. Lochner manifesta com a maior lealdade a sua opinião de que foram os portuguezes que muito provavelmente construíram os dois fortes. Ainda o sr. Lochner adoptou um pouco a sua confissão, accrescentando que era possivel que alguma outra nação europeia os houvesse construído.

Pois não lhe valeram de nada as suas restricções e cautelas. Como era bem claro que a sua opinião attribuia aos portuguezes a construção d'aquelles fortes, foi elle asperamente reprehendido, accusando-o de estar d'este modo fornecendo argumentos para reforçar as pretensões dos portuguezes aos territorios do sul do Zambeze! Não ficou porém aqui o mal que lhe devia advir d'aquelle artigo do *Bechuanaland News*. De tal modo foi d'ahi em diante tratado, tantos desgostos lhe causaram

os seus superiores com as injustiças que lhe fizeram, que elle se viu obrigado a pedir a demissão.

Não é preciso fazer commentarios aos factos que deixamos relatados; provam elles bem, não só quanto é fundamentado o nosso empenho, quando reclamamos a prioridade de muitos descobrimentos no interior d’Africa, mas quanto é pouco leal o procedimento dos que contrariam as nossas reclamações, pretendendo fazer valer direitos que se não fundam senão na força e em protectorados, forjados sem o assentimento dos povos africanos.”⁽¹⁾

¹ VESTIGIOS do nosso antigo dominio na Africa central. *A Actualidade*. Porto. Vol. 16, n.º 224 (1889-09-21), p. 2.

ANEXO 2

A NOTA DE BARROS GOMES

“Ill.^{mo} Sr. – Foi-me entregue em 25 do corrente, pelo ministro de Sua Magestade Britannica em Lisboa, uma copia do despacho que em 21 lhe dirigíra o sr. marquez de Salisbury. Protesta-se n’este documento contra as disposições do decreto de 7 do corrente, que creou e delimitou parcialmente o novo districto do Zumbo na provincia de Moçambique.

O protesto do principal secretario d’estado de Sua Magestade Britannica firma-se em duas ordens de argumentos, referentes uns aos territorios situados ao sul do Zambeze, outros dizendo respeito ás regiões que demoram ao norte do mesmo rio, e que, nos termos do mencionado decreto, ficam constituindo parte do mesmo districto recentemente creado. Tem o governo de Sua Magestade a mais segura convicção de haver procedido restrictamente dentro da esphera do direito proprio, sem espirito de invadir os direitos de ninguem, mas sim e unicamente no intuito de salvar e defender, como lhe cumpre fazel-o e sempre o tem feito, os da corôa de Portugal, quando contestados ou ameaçados. N’esta ordem de idéas o governo de Sua Magestade dá-se pressa em responder á comunicação do gabinete britannico, mantendo os termos precisos do decreto de 7 de novembro, mas a par d’isso, e por um sentimento de deferencia por todos os titulos devido a uma nação amiga, dirá resumidamente as razões em que se firma para assim proceder, formulando tambem a esperança de que as saberá apreciar o espirito de equidade caracteristico da nação ingleza, que não carece desatender os direitos de nenhum povo, e muito menos os de Portugal, para ser, como é, grande, poderosa e respeitada entre as maiores nações do mundo.

I

Affirma lord Salisbury que o accordo celebrado entre a Inglaterra e Lobengula, em 11 de fevereiro do anno passado, a publicidade que lhe foi dada no Cabo da Boa Esperança, e os termos da sua notificação ao governo portuguez, em 24 de julho do mesmo anno, referindo-se sempre ao inteiro territorio designado nas cartas inglezas sob o nome de Machona, fazem comprehendel-o todo na esphera da influencia da Inglaterra, e excluem portanto qualquer possibilidade de ali se estabelecer a occupação portugueza.

A esta affirmação peremptoria oppõe, por seu lado, o governo portuguez as seguintes considerações e argumentos:

1.º Apenas conhecido no Cabo da Boa Esperança, em fins de abril de 1888, o teor do tratado celebrado com Lobengula, desde logo protestou contra elle o consul de Sua Magestade em Cape Town, e a esse protesto foi dada a maxima publicidade por meio da imprensa d’aquella colonia.

2.º Em 1 de maio, era pelo ministro de Sua Magestade em Londres entregue a lord Salisbury um *memorandum* em que claramente se reservavam os direitos de Portugal com respeito a uma parte da chamada Terra de Machona.

3.º Notificado officialmente, e por escripto, em Lisboa, em 1 de agosto de 1888, pelo encarregado de negocios de Inglaterra o tratado com Lobengula, acrescentando-se verbalmente, por occasião da entrega da notificação, ser intento e desejo do governo inglez proceder com o de Portugal a uma delimitação de fronteiras na região entre o Zambeze e o Limpopo; dei-me pressa em responder, consignando na minha nota de 6 de agosto esse convite gostosamente acceito, renovando todos os anteriores protestos e reservas com respeito a Machona e marcando desde logo o rio Sanhate, onde chegam os prazos da corôa, e junto ao Limpopo, os terrenos pertencentes aos regulos dependentes do Gungunhama, como pontos extremos da fronteira oeste da provincia de Moçambique. Nenhum seguimento deu então o governo de Sua Magestade Britannica á negociação qu’elle proprio asseverára querer encetar com o de Sua Magestade Fidelissima.

4.º Publicado officialmente no parlamento do Cabo um *Livro azul* contendo um mappa em que se indicavam como pertencentes a Loben-

gula territorios que havia mais de dois seculos se mantinham sob a nossa suzerania ou influencia, formulei, em nota de 14 de setembro, dirigida á legação de Sua Magestade Britannica em Lisboa, um protesto formal, ressaltando os direitos da corôa portugueza.

5.º Concedido por Lobengula a mr. Rudd um exclusivo de mineração em todos os territorios que se dizia constituirem os seus estados, protestou desde logo contra os termos de tão extraordinaria concessão, origem da actual *South-African-Company*, o consul de Sua Magestade no Cabo, e em 10 de dezembro de 1888 foi entregue nas mãos de lord Salisbury um segundo protesto formal do governo contra semelhante concessão na parte referente ao territorio portuguez.

Provam todos estes factos que o governo de Sua Magestade Britanica conhecia a perseverante insistencia com que Portugal mantinha os seus direitos a uma porção da Machona, e era de certo em homenagem a um principio de justiça, e ao que, por minha parte, supponho ser uma bem entendida conveniencia dos dois povos, que pouco depois se intentava em Lisboa, por iniciativa de lord Salisbury, ainda que officiosamente, e se chegava mesmo a assentar nos seus termos geraes, um accordo a que o governo de Sua Magestade se prestou com a maior cordialidade, accordo este que por fim deixou de ultimar-se, mas não por culpa de Portugal.

O tratado com Lobengula constitue a base unica opposta pela Inglaterra, nos termos do protesto a que respondo, aos direitos de Portugal.

A soberania d'aquelle chefe, onde ella é effectiva nas regiões disputadas, firma-se, porém, unica e exclusivamente, no predomínio de uma força tão cruel e barbaramente exercida, que contra ella protestava ainda ha pouco, nos termos mais sentidos e eloquentes, o bispo de Bloemfontein, ao saber que tinham sido entregues a Lobengula mil espingardas aperfeiçoadas e o competente armamento, introduzido tudo pelas alfandegas de Cape Town, durante o periodo do bloqueio das costas de Zanzibar e de Moçambique.

‘Uma cousa que eu nunca faria, assim o escreveu aquelle prelado, seria dar uma espingarda a Lobengula, ainda que m’a pedisse. Preferiria sacrificar toda a minha expedição a dar armas de fogo a um matebele, porque é preciso que todos saibam que essas espingardas seriam empregadas no assassinio de gente inoffensiva e inocente. Seria um

acto que o homem que o praticasse lamentaria amargamente n’este mundo e no outro.’

Cumpre tambem nunca perder de vista o facto, por todos os titulos capital n’esta questão, de que nem todas as tribus de machonas são sequer tributarias de Lobengula. Confirmando n’essa parte as asserções portuguezas assim o assevera uma auctoridade, de certo insuspeita para a Inglaterra, o sr. F. C. Selous:

‘No meu regresso a Inglaterra tenho podido verificar (assim o refere aquelle bem conhecido viajante em o numero de maio ultimo da *Fortnightly Review*) que a maioria das poucas pessoas, que alguma idéa têm do assumpto, acredita que os machonas são um povo conquistado pelos matebeles e vivendo agora pacificamente sob a sua protecção, pagando tributo ao seu rei Lobengula. Isto é inteiramente inexacto. Ha diferentes communidades machonas sujeitas a Lobengula, pagando-lhe tributo e guardando grandes rebanhos de gado dos matebeles. São bem tratadas e pouco têm a queixar-se, emquanto são bem vistas. Mas a par d’essas existem numerosas tribus de machonas que de modo algum estão sujeitas a Lobengula. Não lhe pagam tributo e quando atacadas pelos seus grandes, refugiam-se nas cavernas e pincaros das suas montanhas, e defendem-se a si e á sua propriedade o melhor que podem contra os invasores.’

Só esta affirmacão bastaria, dada a auctoridade de quem a escreveu, pelo seu conhecimento directo da localidade, para invalidar o alcance que se pretende derivar do tratado com Lobengula.

O que póde, porém, Portugal oppor por seu lado a esta base unica do direito allegado pela Gran-Bretanha?

Oppõe a descoberta, a occupação effectiva durante seculos, e os trabalhos de evangelisação, exploração commercial e dominio militar, cujos vestigios se encontram ainda a cada passo n’aquellas regiões, explicando a conservacão de uma influencia effectiva que tem chegado até aos nossos dias e que determinou o facil mas brilhante exito das duas expedições que acabam de erguer novamente em toda essa região a bandeira de Portugal.

Diligenciarei resumir os fundamentos d’esta minha asserção.

Firma-se o primitivo direito historico de Portugal á posse e dominio effectivo d’aquelles vastos tractos de terreno na cessão do antigo impe-

rio do Monomotapa, verificada em 1630, governando Moçambique D. Nunes Alvares Pereira. A área d'este império abrangia do noroeste ao sudoeste, a região desde onde o Cafué encontra o Zambeze, pelo curso do Umniati, até ao Oceano, em Inhambane.

E como o imperio se dividia em duas provincias, a Botonga ou oriental, e a Mocaranga ou occidental, com uma linha de separação approximadamente pelo curso de Mussengueji, e a zona hoje denominada Machona constituia parte integrante da segunda d'aquellas, claro é, que as rasões, que podem militar para a manutenção das nossas pretensões á totalidade do imperio, se applicam a qualquer parcella d'elle, á Machona portanto.

Mas os direitos historicos de Portugal estão longe de se basear unicamente n'esse singelo acto de cessão por parte do imperador, que mais não foi do que o reconhecimento da sua impotencia e o remate official de uma serie de annexações operadas pelos portuguezes, durante o final do seculo XVI; fundamentam-se elles ainda no mais decisivo dos actos de posse, em direito, o do levantamento e construcção de fortalezas.

Por toda a Machona erguem-se ainda as suas bem conservadas ruínas, como, entre outros, o attestou em março d'este anno, affirmando a origem portugueza d'essas fortalezas, mr. Lochner, em um artigo publicado no *Bechuanaland News*, como o attestam a par d'isso os relatorios officiaes de Paiva de Andrade (*sic*) e de Cordon, que n'este momento percorrem as regiões referidas no decreto real de 7 do corrente.

Assentar villas e aldeias, rasgar caminhos, poderá constituir acto de dominio transitorio; fundar fortalezas, porém, é um acto de posse definido, de quem entrou, se fixou e se não quer retirar.

Tal era com effeito a opinião dos velhos portuguezes, tal era o modo de ver de D. Estevão de Athaide, o fundador dos fortes do Luabo e Quelimane, o primeiro que, já em 1608, instava com a metropole para que se attendesse á necessidade de construir fortalezas no imperio do Monomotapa, construcção que logo em 1610 foi ordenada ao governador, em instrucções do conde da Feira, sendo as primeiras as de Quebrabassa, Massapa, Luanze e Bocuto, estas duas na fronteira do Machona, e succedendo-lhe mais tarde outras no centro mesmo d'aquella região, como foram as das feiras do Ongué, Quitamburvize, Dambarare, etc.

As ultimas situadas approximadamente sobre os cursos do Mufuli, Angua, Manhame e seus affluentes, eram das mais importantes.

Por muito tempo se dirigiram os esforços dos portuguezes para ali, enviando, quer expedições de mineiros e artifices como a de André de Alvorado em 1633, quer expedições completas, como aquella que em 1677 de Lisboa foi despachada em quatro navios, levando 600 homens para guarnição, officiaes com familias, engenheiros, mineiros, ourives, muitas mulheres e missionarios, que por toda aquella terra se espalharam.

De singelos mercadores a principio, tornaram-se pouco depois os portuguezes exploradores; e aggremiados em feiras, que mais tarde se transformavam em villas, ergueram elles, por toda essa vasta região occupada, templos e fortalezas, oppondo assim a luz da religião ás trevas do fetichismo, e assegurando a defeza aos povos avassallados.

A historia da propagação da fé feita pelos missionarios em toda esta terra, convertendo os proprios imperadores, é das mais eloquentes provas de como ali se radicou a nossa influencia, prova que se não conseguiu produzir, sem assignalar com o sangue de numerosos martyres, um tão grande serviço á civilisação d'aquelles povos, serviço de que existem vestigios por todo o imperio do Monomotapa.

Citarei entre outros nomes d'esses heroes da fé, os do padre Gonçalo da Silveira, de frei João de S. Thomé, do padre Nicolau do Rosario, de frei João da Trindade e de frei Luiz do Espirito Santo.

É conhecido o preito sentido de homenagem e respeito que a estes missionarios e seus companheiros foi prestado por David Livingstone.

Exploradores, missionarios, commerciantes, capitães-móres então e hoje iniciaram e mantêm o nosso predominio em uma terra assignalada pelas proezas de Francisco Barreto, de Vasco Fernandes Homem, de Sisnando Dias Bayão, de D. João Fernandes de Almeida e descripta em todas as suas particularidades geographicas, muitas d'ellas exultadas hoje como modernas descobertas, nas obras de João dos Santos, de Diogo do Couto, de Monclaros, de Lucas de Santa Catharina e successivamente até Lacerda e Francisco Bordallo, entre muitos mais, em nossos dias.

Poderia uma acção tão prolongada e intensiva ter desaparecido sem deixar n'aquelles povos vestigios que justifiquem as affirmações do direito do governo portuguez? Os factos provam á evidencia o contra-

rio. Cumpre notar, em primeiro lugar, que essas afirmações têm sido ininterruptas e constantes. Distrahido com o Brazil, paralisado na sua acção ultramarina, durante mais do que a primeira metade d'este seculo, pela guerra contra Napoleão I, dissensões intestinas e ruina, d'ellas proveniente, da economia nacional, Portugal nunca deixou de reivindicar a posse d'essa região e por isso, em 1870, se deu pressa a protestar por orgão do governador de Quelimane, Barahona e Costa, contra as suppostas concessões, verificadas em favor de Thomas Baines, de certos campos auríferos ao norte do Limpopo.

Nas duas cartas da Zambesia coordenadas pelo marquez de Sá da Bandeira, a segunda edição das quaes tem a data de 1867, figura sempre o Sanhate, como limite das possessões portuguezas ao sul do Zambeze. Nem podia deixar de ser assim, pois que ali chegam com effeito os chamados prazos da corôa, e os arrendatarios d'estes constituem no estado de civilisação em que se encontra a provincia, o elemento que tem representado até hoje a occupação e a auctoridade portugueza n'aquellas regiões.

'Mesmo a montante de Choa, assim o escrevem Capello e Ivens, topariamos habitações portuguezas, pois em Kassoque se achavam ao tempo Mendonças, Monteiro e Simões, cujos aviados percorrem o Ulemji, a Manica, e os Mochuculumbes diariamente, homens que não é a primeira vez que entre si se quotisam para repatriar ou enviar para Patamatenga e caminho de Soshong, inglezes transviados por aquellas terras, e individuos de outras nacionalidades. Para todo aquelle que por estes sertões se perder, ou fôr victima de roubos, ou perfidias gentlicas, é indicação segura o abalar-se para junto do curso do rio, pois ahi encontrará sempre apoio e protecção e em cada residencia de portuguez uma casa onde será recebido como familia.' (*De Angola á contra-costa*, volume II, pag. 286.)

Uma ordem do governador de Tete basta ainda agora para pôr em movimento enormes forças indigenas. Dá Montagu Kerr na sua obra, uma das mais interessantes e imparciaes descripções da região que vae de Cape-Town ao lago Nyassa, *The Far Interior*, insuspeito testemunho d'aquelle facto nos seguintes termos:

'Representa esta força indigena um bello apoio. Kanhamba (nome cafreal de José Rosario de Andrade), o chefe negro do Zumbo, cujo districto abrange ainda as margens ao norte do Zambeze, tem pelo menos

dez mil homens em armas á sua disposição. Este corpo recebeu armamentos do governo portuguez, o qual tambem conferiu a Kanhemba a denominação honrosa de sargento mór. Distribuem-se annualmente presentes para conservar no povo o sentimento da obrigação de prestar auxilio quando chamado em caso de guerra. Araujo Lobo, um outro chefe negro que casou com a filha de Kanhemba, tem a distincção de capitão mór. Conserva tres mil homens em armas.’

Assim se exprime Montagu Kerr (*The Far Interior*, pag. 46 e 47, 2.º volume, 2.ª edição. Londres, 1887) e não deve pois surprehender, em face de quanto precede, o resultado feliz das expedições officiaes começadas a organizar em 1887 e 1888, e commandadas pelo tenente-coronel Paiva de Andrade (*sic*) e tenente Cordon. Achava-se o primeiro com Manuel Antonio de Sousa, á data das ultimas noticias telegraphicas, nas cabeceiras do Umfulli e Panhame; o segundo partindo do Zumbo seguirá d’este ponto, como consta da correspondencia official, pelo valle do Panhame até ao valle dos rios Umfulli e Sanhate, avassalando varios chefes, entre elles Chipuzira e Maniango, chefes do alto Panhame, Dueira chefe do alto Umfulli, e Inhamaconde chefe de Mogonde e territorios até alem de 18º latitude sul, Choto, chefe na confluencia do Umfulli e Sanhate. Todos estes chefes tinham arvorado bandeiras portuguezas. Has-team-n’as egualmente os regulos, cujos territorios demoram ao norte do Limpopo até ao Bubue, e ao longo das duas margens do Save, regulos dependentes do Gungunhama, vassallo, como o fôra Muzilla, seu pae, da corôa de Portugal.

Não consta que, para conseguir tanto, se derramasse uma gota unica de sangue indigena. Poderá haver melhor prova de existencia de uma influencia effectiva e persistente, resultante do conjuncto de precedentes historicos em que se firma, e consagrando perante o direito publico e o mundo civilizado o nosso domínio n’aquellas regiões?

II

Contesta por igual o primeiro secretario d’estado de Sua Magestade Britannica as disposições do decreto de 7 do corrente na parte referente aos territorios situados ao norte do Zambeze. Recordando o *memorandum* inglez que me foi entregue em 13 de agosto de 1887, firma de novo

a doutrina de que a ocupação efectiva é hoje condição essencial para o reconhecimento do dominio.

Não posso deixar tambem por minha parte de me referir á resposta do governo portuguez a esse *memorandum* constante da nota que em data de 19 de agosto do mesmo anno eu dirigi á legação britannica em Lisboa. Ahi procuro demonstrar que nenhuma disposição consignada no direito publico internacional auctorisa semelhante doutrina pelo que respeita ao interior da Africa. A conferencia de Berlim restringiu-a cautelosamente ás regiões costeiras. Se tal doutrina vingasse não poderiam sustentar-se por certo a soberania da Allemanha nas suas possessões ao sul do Cunene e do Zambeze, e a oeste de Mombaça; a do estado livre do Congo até á Garanganja; e a da propria Inglaterra na região dos lagos equatoriaes, e ainda nos vastos districtos do Bamanguato e dos matebeles, agora encorporados na sua esphera de influencia na Africa do sul.

A mesma expressão de esphera de influencia, hoje consagrada em documentos de character internacional, emanados de todas as chancellarias, e entre ellas, e muito principalmente, da ingleza, é de per si a melhor prova de que a ocupação efectiva, entendendo como tal o estabelecimento permanente de auctoridades, não póde constituir condição essencial para o reconhecimento da posse por parte de outras nações.

A prioridade da descoberta do Nyassa, hoje indiscutivelmente retrotrahida a 1624, a repetição de expedições dirigidas e custeadas pelo governo e verificadas, nos fins do seculo passado e decurso do actual, nas regiões situadas entre o Zambeze e o lago, e a oeste d'este, são factos repetidas vezes adduzidos e que não podem admittir refutação. Ainda ha pouco o demonstrou nova e exuberantemente em um escripto, que ficou sem resposta, o geographo portuguez Batalha Reis. A influencia directa das auctoridades de Moçambique, dos arrendatarios de prazos no Chire, e dos exploradores portuguezes evidencia-se por todas as formas. Experimentou-a Montagu Kerr quando, perdida a ultima esperanza, precisamente n'essa região entre o Zambeze e o lago Nyassa, ouviu soar em portuguez a palavra “amigo” proferida pelo caçador de elephantos Eustaquio da Costa, que o livrou das mãos do poderoso chefe Chicusse, o acompanhou por largo trato de tempo e de terreno, e a quem por tudo isto elle declarou ficar devendo a vida. (*The far interior*, volume II, pag. 106 até 150.)

Reconheceu-a Livingstone, confirmando ter recebido de Candido Cardoso da Costa a primeira notícia ácerca do Chire e do Nyassa, e das auctoridades e subditos portuguezes, nas regiões da costa e no interior dos sertões de Angola e Moçambique, os serviços e auxilio, officialmente agradecidos ao governo de Sua Magestade por ordem de lord Clarendon, em notas de 14 de dezembro de 1855, 15 de setembro e 12 de novembro de 1856, da legação de sua magestade britannica em Lisboa; bem como, em officio de 15 de dezembro de 1856, por sir Roderick Murchison, em nome e por effeito de resolução unanime da real sociedade de geographia de Londres.

Affirmou-a ainda ha pouco F. S. Arnot, referindo o seu encontro com Silva Porto em 8 de maio de 1884, em Lealui, e exaltando gostosamente o auxilio que lhe prestou este intrepido sertanejo. (*Journey from Natal to Bihé and Benguella, and there across the central plateau of Africa to the borders of the Zambezi and Congo. – Proceedings of the Royal Geographic Society. – N.º de fevereiro d’este anno, pag. 68.*)

Patenteou-a finalmente, e mais que tudo, o exito das expedições pacificas de Antonio Maria Cardoso, de que resultou a vassalagem de tantos chefes indigenas, e entre elles a muito recente do sultão Makangira, cujo poder a propria Gran-Bretanha exaltou em a nota que me dirigiu, na data de 6 de agosto de 1888, o encarregado de negocios de Sua Magestade Britannica em Lisboa; exito confirmado pela vinda de muitos d’esses regulos a Quelimane para receberem bandeiras, e pela fundação em M’Ponda, ao sul do lago, de uma missão, dotada pelo governo portuguez, de Padres Brancos do em.^{mo} cardeal Lavigerie. E que ninguem ali dispõe de influencia superior á nossa, prova-o á evidencia a asserção de Montagu Kerr a pag. 926 (*sic*) do segundo volume da sua obra já citada, ácerca da relativa inanidade dos esforços até hoje tentados para se conseguir supplantal-a e substituil-a por outra.

Taes são entre tantos mais os titulos em que Portugal firma o seu direito, que tem sempre mantido nos termos precisos em que hoje o faz.

Cumprindo de novo este dever, e dada a este despacho a mesma publicidade, que o governo de Sua Magestade Britannica julgou dever

assegurar para o seu despacho de 21 do corrente, entende este governo que, a par d'isso, lhe cumpre manifestar mais uma vez quão profunda é a sua convicção do muito que teria a ganhar a causa da civilização e de progresso africano, se entre os dois paizes se definissem e esclarecessem, em mutuo accordo, as questões que se referem á Africa oriental e central, por fórma a estabelecer-se, no que a ellas respeita, a mesma boa intelligencia e absoluta cordialidade já alcançadas na Africa occidental, onde felizmente nem uma só queixa ou reclamação se levanta na actualidade por parte dos subditos e commerciantes britannicos contra a soberania e dominio de Portugal.

As facilidades do commercio e navegação, que poderíamos garantir, pela nossa extensa costa oriental e pelas diversas vias fluviaes da provincia de Moçambique, constituiriam um elemento precioso para o pleno exito das emprezas giganteas tentadas pela audacia do genio britannico, e excepcionalmente favorecidas com a abundancia dos capitaes disponiveis em Inglaterra.

Cabe a este governo a satisfação de poder affirmar que acolheu sempre com especialissima boa vontade toda a tentativa feita no sentido de chegar a esse accordo, pela celebração do qual tem repetidas vezes instado verbalmente e por escripto.

Nem outro procedimento lhe dictava o apreço tradicional que liga ás boas relações com a Inglaterra e a consideração que por tantos titulos lhe merece o seu governo. Não contraria esses sentimentos a defeza serena e firme do direito, antes se coaduna com ella.

Tem Portugal, que conquistou a India e fez o Brazil, um passado não excedido por o de outra qualquer nação. Da-lhe esse passado direito a segurar a esperanza de um novo brilho da sua nacionalidade. Só a Africa lh'o póde prometter. Defendendo os seus direitos alli, defende o seu futuro.

Queira v. s.^a dar conhecimento ao sr. marquez de Salisbury do conteúdo d'este despacho, deixando d'elle copia e mais tarde traducção, se assim for necessario, em mãos de s. ex.^a

Lisboa, 29 de novembro de 1889. = *Barros Gomes*. – Sr. Luiz Pinto de Soveral.”⁽¹⁾

¹ *Diário do Governo*. Lisboa. Vol. 21, n.º 278 (1889-12-07), p. 2839-2841.

ANEXO 3

O EDITORIAL DA “ACTUALIDADE”

“A derrota dos makololos

Ha dias celebrou toda a nossa imprensa, com encarecimentos que pareciam contemporaneos do milagre d’Ourique, a notavel victoria que o major Serpa Pinto acabava de alcançar sobre os makololos, noticiando-se, ao mesmo tempo, quantos os mortos que haviam ficado no campo da batalha e, bem assim, o numero dos pendões que o ousado explorador tomara aos vencidos. Mas como a alegria em casa de pobres é sol que pouco dura e lume que depressa se apaga, succede trazerem-nos agora os jornaes inglezes o reverso d’essa gloria das armas luzitanas, e a declaração pouco grata aos nossos interesses de nação pequena, de que as bandeiras que o sr. Serpa Pinto tomara aos makololos não eram, como foi de suppôr, pendões indigenas, mas sim a bandeira poderosa de sua graciosa magestade a imperatriz das Indias. A summa d’este amargo desmentido reza assim, consoante a nota telegraphica que ante-hontem inserimos no nosso jornal, e que assim mesmo, pela sua importancia, nos não dispensamos de reproduzir:

‘Londres, 13 – Diz um telegramma de Zanzibar para o Times que, segundo as informações de Moçambique, de origem ingleza, as noticias do sertão são muito desagradaveis.

Essas informações são de que o major Serpa Pinto enganou o consul inglez affirmando-lhe intenções pacificas, pois que levantou conflicto com os makololos e fez n’elles grande morticínio, tomando-lhe (*sic*) duas bandeiras inglezas recentemente dadas por aquelle consul; que os makololos, julgando-se abandonados pelos inglezes, reconheceram a dominação portugueza; e finalmente, que o major Serpa Pinto annunciou a

intenção de conquistar aquelle paiz até ao lago Nyassa, e convidou os residentes inglezes a collocarem-se debaixo da protecção de Portugal, deixando-os responsaveis pelas consequencias em caso de recusa.’

– informações que, no dia 14, são corroboradas por este telegramma:

‘Londres, 14 – Os jornaes da tarde, sem distincção de partido, são unanimes em condemnar a acção do major Serpa Pinto; declaram que é impossível à Inglaterra admittir as pretensões de Portugal na Africa do sul, e que a invasão de Makololand constitue uma violação grosseira aos direitos da Inglaterra.

Os jornaes aconselham o governo portuguez a reflectir, por querer manter a sua posição insustentavel.’

É claro que ficamos de sobreaviso no ponto fundamental d’estas informações. A não termos provas em contrario, repugna-nos inteiramente suppôr que o major Serpa Pinto, não obstante os impulsos do seu temperamento, dêsse por qualquer fôrma razão a que, com fundamento, se dissesse que ele ‘enganou’ o consul inglez. Mas, com razão ou sem ella, enganados os inglezes por o nosso compatriota – o que temos por inadmissivel – ou enganados nós por os que, por todos os processos e maneiras, tratam de nos hostilizar, o que é certo é que o nosso predomínio colonial está hoje, como nunca talvez, n’um grande perigo. É tambem certo que, para contrariar as naturaes consequencias d’esse perigo, temos – diz-se – a irrefutabilidade do nosso direito e, além d’isso, a serena e altiva dignidade com que o sabemos manter dentro dos dominios da diplomacia, como é prova a ultima *nota* do sr. Barros Gomes. Isso é uma grande verdade, mas uma verdade que longe de nos dever deixar dormir sobre a incontestabilidade do nosso direito, nos impõe o dever de proceder por uma fôrma qualquer, que nos permita não esperar *tudo* da tal diplomacia. Fartos de *direito* andamos nós, e parece até que quanto mais nol-o reconhecem, mais nol-o contestam, e mais expoliados e humilha-

dos somos! O direito e as razões históricas eram por nós – irrecusavelmente – na questão do padroado das Índias, e com o saber nitidamente o papa Leão XIII, por informações de Alexandre VI, fomos roubados do que era *nosso*, e levados a assignar uma *concordata*, que é a viva confirmação do nosso esbulho. Isto, é claro, no passado; porque se tivermos de produzir caso de igual fortuna nos dias do presente, basta que nos lembremos da bella figura que fizemos em Berlim, para onde fomos carregados de *direito* e de *peritos*, e d’onde voltamos... como S. Sebastião.

Isto deve andar presente a quem tem deveres e responsabilidades no exercicio do poder. Agora, por exemplo, é moda dizer mal da Inglaterra, chamar-lhe commercial e interesseira, como se aquella boa gente da *ilha-branca* fosse, até agora, para comnosco, gente de animo bizarro e de intenções magnanimas. Mas, egoistas ou não, gente que lê por Schylock ou por os codigos do rei Lear, o que ocorre perguntar é por quem os trocamos nós agora? Porque se os trocamos por outros, precisamos saber o que fazem esses outros por nós; e se não temos ninguem por nós, porque é que não tomamos a attitude que melhor convem aos fracos e desvalidos, deixando que d’essa tal attitude bradem todos os figles e todos os trombones de 1640? Porque, não sendo assim, não faremos senão continuar no caminho já percorrido, isto é, dando-nos platonicamente a allia-dos que nos exploram, como no seculo XVII nos explorou, a principio, a França de Richelieu, emquanto lhe fez conta, para nos deixar depois cahir nas garras do *leopardo*, que começou por fazer o seu bello negocio em Tanger e Bombaim. E, depois de nos explorar assim, até 1820, soube tratar desde então de nos fazer má cara, para que lh’a não fazendo nós melhor, elles possam dizer que fomos nós que nos mettemos em allianças novas, que, infelizmente, não parecem senão meros platonismos de diplomacia.”⁽¹⁾

¹ A DERROTA dos makololos. *A Actualidade*. Porto. Vol. 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 1.

ANEXO 4

UMA NOTÍCIA DE ANGOLA

“O macaco que se vinga

Em Angola, um preto descarregou um golpe de flecha sobre um macaco. O animal deu um grito e cahiu prostrado.

O preto, vendo a presa derrubada, aproximou-se sem receio. Quando chegou junto do macaco, este deu um salto e cravou as mãos na cara do preto, tirando-lhe um olho.

Depois tentou fugir, mas não conseguiu, pela fraqueza em que o punha a hemorragia que jorrava da ferida que lhe fizera a flecha.”⁽²⁾

²O MACACO que se vinga. *A Actualidade*. Vol. 16, n.º 300 (1889-12-18), p. 1.

ANEXO 5

UM TELEGRAMA PARA O “TIMES”

“Portugal e a Inglaterra

Os ingleses mostram-se surprehendidos com a expedição Serpa Pinto, a que chamam uma *grosseira violação dos direitos da Inglaterra*. Pois essa expedição foi sempre tão conhecida em Inglaterra, que o *Times* de 26 de março de 1889 publicou o seguinte telegramma:

PORTUGAL AND SOUTH EAST AFRICA

Lisbon, march 25. – Senhor Alvaro Castellões (*sic*), the engineer who accompanies Major Serpa Pinto to Mozambique, is charged by the Portuguese Government to make a survey for a railway 88 kilometres in length, the construction of which is projected with the object of avoiding the cataracts of the river Shire.

Isto quer dizer em bom portuguez:

‘O sr. Alvaro Castellões, o engenheiro que acompanha o major Serpa Pinto a Moçambique, vae encarregado pelo governo portuguez de fazer os reconhecimentos para um caminho de ferro de 88 kilometros, cuja construcção é projectada com o fim de evitar as cataractas do rio Chire.’

E nem o governo inglez, nem o *Times*, nem nenhum jornal de Londres protestou contra semelhante empreza. Como se protesta agora contra os expedicionarios, porque tiveram de repellir agressões de indigenas?”⁽¹⁾

¹ PORTUGAL e a Inglaterra. *A Actualidade*. Porto. Vol. 16, n.º 301 (1889-12-19), p. 1.

ANEXO 6

O ARTIGO DO “PALL MALL GAZETTE”

“Pare já, senão...

Com este titulo, que não deixa de ser significativo, escrevem as *Novidades*, publicou a *Pall Mall Gazette*, o seguinte artigo, que vamos fielmente traduzir. Podíamos refutar algumas das suas asserções menos exactas, mas preferimos desacompanhar a tradução de largos commentarios. Bastará notar como até na narrativa ingleza, os factos vêem contados de modo a explicar o direito e a maneira correcta como Portugal e os seus agentes procederam.

Esperamos que lord Salisbury saiba o que faz n'esta desagradavel questiuncula com Portugal. Se não reparar bem no que fizer terá dentro em pouco de mandar fundear a esquadra do Canal á vista de Lisboa á espera da resposta dos portuguezes ao seu ultimatum.

Porque são realmente graves as noticias que esta manhã nos chegam de Zanzibar.

Pertence agora aos missionarios escossezes e a lord Balfour of Burleigh decidir quaes as medidas que querem que lord Salisbury adopte. Mr. H. H. Johnston, que é actualmente o consul inglez n'essas paragens, foi a Lisboa para concluir um accordo pacifico com os portuguezes.

Conseguiu formular um accordo provisorio a que accederam os portuguezes e que lord Salisbury teria ratificado se não fosse a pressão exercida pelas sociedades de missionarios escossezes. Julgaram que eram demasiado grandes as concessões feitas por Johnston a Portugal e que o accordo proposto faria perigar e ameaçaria até a propria existencia das

suas missões no lago. Tão energicas foram as suas representações que o primeiro ministro cedeu, não sancionou o accordo de mr. Johnston e acabou assim prematuramente o esforço feito para se chegar a uma solução.

Depois mandou mr. Johnston á Africa oriental portugueza como representante da Inglaterra com os mais amplos poderes. Mr. Johnston levou instrucções para fazer tratados de amisade com as tribus indigenas e de fazer tudo o que julgasse praticamente justo e prudente para consolidar a influencia ingleza na região que conduz ao lago Nyassa e que tem por capital a missão escosseza. É mr. Johnston um ardente partidario do imperio colonial inglez, tendo no sangue uma boa dose de ferro, e é o homem de maior energia que conhecemos. Existe n’aquelle pequeno corpo uma alma indomavel com maneiras simples e attrahentes como os (*sic*) d’uma criança.

O nosso consul tem uma vontade de ferro e uma ambição de expansão para o nosso imperio quasi tão absorvente como o (*sic*) de mr. Rhodes.

Deixou ha alguns mezes este paiz com grandes esperanças de poder cooperar no estabelecimento da supremacia da Inglaterra até ao proprio Tanganika, e logo que chegou ao Zambeze tratou de dar principio ao cumprimento da sua missão. Indo pelo Chire acima alcançou no caminho o explorador portuguez major Serpa Pinto, que levava ao Nyassa uma expedição composta de 900 zulus armados de carabinas Winchester.

Mr. Johnston passou-lhe adiante e concluiu tratados de alliança com todas as tribus de Makololo de ambos os lados do rio.

Assignaram tratados com elle pelos quaes entraram em relações amigaveis com este paiz, e de espaço em espaço foram hasteando bandeiras inglezas em todo o curso do Chire até ao Nyassa. O major Serpa Pinto chegando depois de mr. Johnston, viu que se lhe tinham antecipado. Voltou a Moçambique a buscar reforços e depois cahiu sobre os pobres indigenas com quem mr. Johnston tinha feito tratados. A versão dos factos dada hoje pelo *Times* nenhuma duvida deixa a respeito do modo por que se passaram as coisas.

Quando os Makololos hastearam a bandeira britannica e declararam que eram amigos da Inglaterra foram atacados por Serpa Pinto e centenaes d’elles foram chassinados por metralhadoras Gatling e duas bandeiras britannicas foram ignomintosamente (*sic*) tomadas. Os mako-

lolos, tendo sido reduzidos a submeterem-se completamente por estes meios, acceitaram a dominação portugueza julgando-se abandonados pela Inglaterra. O major Serpa Pinto animado com o successo determinou conquistar do mesmo modo o paiz até ao Nyassa.

E agora temos uma coisa apenas a dizer a lord Salisbury, e é que não deve hesitar um momento em adoptar uma acção decisiva para fazer parar a marcha do major Serpa Pinto.

Mr. Johnston é o representante da Inglaterra. Tem auctorização escripta de lord Salisbury para concluir estes tratados com as tribus indigenas. Se excedeu as suas instrucções e o governo não se resolve a não tomar a responsabilidade do que este fez, deve fazel-o quanto antes e sem hesitação. Por mau que isto seja sempre será melhor que qualquer tergiversação.

Mas se mr. Johnston não excedeu as instrucções ou se o governo não se julga com direito de desapprovar o seu proceder, então inquestionavelmente deve-se fazer comprehender ao governo portuguez que, se este não faz parar o major Serpa Pinto, e parar quanto antes, a Inglaterra se verá obrigada, por mais absurdo que isto pareça, a acceitar o procedimento de Portugal como equivalente a uma declaração de hostilidade. Não podemos permittir que as tribus indigenas com as quais o nosso consul concluiu tratados sejam absorvidas por este major portuguez secundado por um exercito de zulus recrutado nas nossas possessões. Ainda menos podemos admittir que elle ameace as missões escossezas por cuja causa lord Salisbury rejeitou o accordo que se tinha quasi chegado a concluir com Portugal. É de aborrecer visivelmente a perspectiva de outra guerra africana.

Mas se lord Salisbury não estava preparado para fazer face a esta contingencia, então nunca devia ter dado ouvidos á inspiração dos escossezes, de repudiar o tratado proposto por M. Johnston, e muito menos devia ter mandado M. Johnston pelo Chire acima, o que equivalia positivamente a uma carta branca para negociar tratados com todas as tribus indigenas. Porque o pequeno Johnston é um Darwiniano Isabelino, com o coração d'um Trobister (*sic*) ou d'um Kavókins (*sic*), e o espirito scientifico d'um moderno evolucionista. Na luta pela vida não hesitará em adoptar qualquer procedimento que, na sua opinião, possa

contribuir para assegurar a realização do grande fim da natureza – a sobrevivência dos mais dignos – que na sua opinião não são de certo os portugueses.”⁽¹⁾

¹ PARE já, senão... *A Actualidade*. Porto. Vol. 16, n.º 303 (1889-12-21), p. 1.

ANEXO 7

UM POEMA PATRIÓTICO

“*Em Lisboa*”

As *Novidades* dão o seu logar de honra a uma poesia que, do sertão africano, lhe foi dirigida por Alvaro Ferraz (Castellões), o heroe de Mupassa.

Escrepta no mez de outubro, no periodo ainda das esperanças e dos entusiasmos, informa o alludido jornal, sente-se perpassar por sobre esses versos um sopro ardente de patriotismo, do verdadeiro, do bom e santo patriotismo, que não é especulação nem vestidura declamatoria, e que os vigores do clima, a dureza das privações e a imminencia e a gravidade dos perigos tornam ainda mais encendrado!

Tu serás portuguez! repete elle, animoso e confiado. O engenheiro vê a esta hora perdidos os seus laboriosos estudos; o soldado de ocasião, inutilizados os seus triumphos; o poeta, amarguradas com um cruel desengano as suas visões patrioticas! Se nós aqui soffremos dolorosamente com a violencia e o ultrage, que nos foram feitos, o que não soffrerão lá esses homens ao receberem em cheio, no meio do peito, a ordem de retirada imposta pelo *ultimatum* inglez!

A carta, que acompanha estes versos, é de 5 de janeiro, datada de Moçambique. Alvaro Ferraz ouve já o crocitar dos *corvos sanguinosos*, e ainda não quer acreditar que elles nos arrebatem a presa. E, como um ultimo arranco de esperanças no desalento que o invade, confia ás ondas esse grito, que é o único esforço, que lhe é permittido fazer para defesa da integridade da sua patria. *Tu serás portuguez!* repete ainda, mas quebrantado e triste.

Seja esse o nosso grito. A saudação esperançosa de Alvaro Ferraz guardemol-a religiosamente em nossos peitos como protesto inabalavel de desagravo, como formula inquebrantavel da nossa orientação de povo

livre. Vencidos mas não esquecidos, subjugados mas não aviltados, com a mão direita sobre o coração, e com os olhos fitos no futuro, repitamos como alento para todos e ensinamento para nossos filhos, como quem repete a verdade d’uma religião, este credo patriótico: *Tu serás portuguez!*

O LIVRE CHIRE PORTUGUEZ

(Imitado de Becker)

Eu te saúdo, ó rio largo e fundo,
Que reflectes o azul do ceu profundo
Do teu seio na argentea limpidez;
Via por nós para o progresso aberta,
Eu te saúdo, a frente descoberta,
Ó Chire portuguez!

Contra os rapaces corvos sanguinosos
Que te espreitam da sombra cubiçosos
Em nossos braços tens seguro arnez,
Deixa-os arder na furia que os consome
Que, enquanto um labio pronunciar teu nome,
Tu serás portuguez!

O leopardo – é assim todo o felino –
É cobarde, ladrão e assassino,
Mas não ha de assaltar-nos d’esta vez,
E enquanto um remo te açoitar as vagas,
Correndo livre entre libertas plagas,
Tu serás portuguez!

Quer abraçado ás tuas cataractas,
Quer na espessura umbrosa das tuas mattas,
Ou das verdes campinas atravez,
Rola tranquillo as fulgidas areias,
Que, enquanto o sangue nos girar nas veias,
Tu serás portuguez!

Do teu caudal as naiades formosas
Que desertam as ribas receosas
Do agudo griffo do abutre inglez,
Não mais nas grutas do teu seio escondas,
Que, enquanto um lenho te sulcar as ondas,
Tu serás portuguez!

De Portugal não passam nas barreiras,
Por gravatas, as ferreas gargalheiras,
Nem os grilhões para algemar teus pés, (*)
Dorme tranquillo em teu sagrado leito
Que, enquanto a fé nos accender o peito,
Tu serás portuguez!

Tu serás portuguez e livre, e ufano
Que jámais contra o peito luzitano
Deixou Deus o infiel vibrar revez;
E, enquanto ao mar fôres levar uma onda,
Desde o Zambeze ás terras de Meponda
Tu serás portuguez!

Mupassa, 6-10-89.
A. de C.

* Allude ao que o explorador Serpa Pinto contou na conferencia de S. Carlos.”⁽¹⁾

¹ O CONFLICTO luso-britannico. *A Actualidade*. Porto. Vol. 17, n.º 46 (1890-02-23), p. 2.

ANEXO 8

NO TEATRO DE GUERRA

“Episódios da expedição Serpa Pinto

Um fogueiro, que ia n’um dos navios sob o commando de João Coutinho, fôra padeiro em Lisboa, d’onde é natural – freguezia de Santa Isabel. Esse homem prestou-se a coser pão, improvisando para isso um forno.

Vae-se para o combate e Serpa Pinto repara que um dos soldados que estava fazendo fogo tirava de vez em quando o relógio da algibeira e consultava-o. Disparava meia duzia de balas, puxava do relógio, outra meia duzia, e toca a ver o relógio. Serpa Pinto deu-lhe que scismar aquella fuzilaria *á hora* e ia indagar, quando o soldado se dirigiu a elle e perfilado lhe perguntou:

– V. ex.^a dá licença que eu vá ver se o pão já está levedado?

Era o fogueiro padeiro que, ao passo que se batia pela patria de espingarda na mão, tratava tambem com zelo do alimento dos companheiros.

Serpa Pinto costumava todas as manhãs tomar cacau. N’uma dellas, porém, em que se dava batalha, esqueceu-se da refeição e foi logo para o campo. No meio da refrega, sente que o chamam. Olha para traz e vê o seu preto com a cafeteira e a chavena. Cuidadoso, atravessara sob as flechas para não faltar com o cacau do costume ao seu amo.

Serpa Pinto traz algumas cabeças de pretos para o dr. Senna fazer estudos.

Traz também uma corda com que um regulo o queria atar a uma árvore para depois o martyrisar á vontade.

Este regulo dera ordem para que fossem todos os soldados mortos, exceptuando Serpa Pinto e o seu criado. Ao nosso explorador queria que o agarrassem vivo e o levassem para Blantyre, onde o esperava a tal corda e o competente suplicio. Sahiu-lhe, porém, o caso ás avessas. Não foi elle quem agarrou Serpa Pinto, foi este quem o agarrou a elle.

O illustre explorador, como recordação, conserva a tal corda e o capete do regulo. Este regulo serviu-lhe depois como guia.”⁽¹⁾

¹ EPISODIOS da expedição Serpa Pinto. *A Actualidade*. Porto. Vol. 17, n.º 102 (1890-05-01), p. 2.

ANEXO 9

O TESTEMUNHO DE TRIVIER

“Le 23, averti que M’laoré, complètement démoralisé par sa défaite du 8 novembre, ne mettrait aucune obstacle à notre descente, nous continuâmes notre route, et à midi nous accostions le village de M’bévé, ou le terrible Makololo s’était réfugié.

Je descendis à terre et demandait à voir se vieux compagnon du D^r Livingstone, faveur qui, du reste, ne me fut pas accordée, car, m’assurant-on, il se trouvait absent. Je puis néanmoins obtenir des renseignements intéressants.

Les Makololos demandaient la paix, et ils se déclaraient prêts à satisfaire à toutes les exigences du colonel Serpa Pinto, commandant en chef des forces portugaises. Ils étaient, d’après ce qu’ils me dirent alors, fort mécontents de la conduite des Anglais, qui, après leur avoir promis aide et protection, les avaient abandonnés et laissés battre à plate couture. Ils se figuraient, ces braves indigènes, que le gouvernement britannique, par cela seul qu’il leur avait donné des drapeaux, allait épouser leurs querelles et leur envoyer des navires de guerre pour les soutenir. **Bien douce illusion et dont il le leur fallut rabattre!**

A mon passage à M’bévé, je vis de suite que le prestige des Anglais de Blantyre et de Mandala était perdu au profit des nouveaux maîtres du pays, commandés par Serpa Pinto. Les indigènes de M’bévé frissonnaient de peur rien qu’en prononçant le nom de leurs vainqueurs.

–‘Avec leurs machines (1), me disait l’un d’eux, les homes tombaient comme les épis sous la faucille du moissonneur. Impossible de résister. Nos guerriers étaient cependant des plus braves et se portaient en avant sans s’inquiéter s’ils étaient ou non suivis. Un tour de la machine des blancs, et ils tombaient morts. Oh! les Portugais sont bien forts, et les Anglais eux-mêmes en ont peur sans doute, puisqu’ils ne viennent pas nous délivrer

(2). Quant à vous, ajouta le lieutenant de M'laoré, vous pouvez partir, vous ne serez pas inquiétés. Par qui, de reste, le seriez-vous? poursuivit-il avec une certaine amertume. Tous les villages sont abandonnés; ceux des nôtres qui n'ont pu rallier M'bévé errent dans la forêt, se contentant, pour toute nourriture, des quelques céréales qu'ils ont emportées dans la fuite. Partez, mais partez vite; aujourd'hui nous sommes abattus, demain nous pourrions être moins facile et redresser la tête (3).'

Nous partîmes aussitôt. Je constatai en effet qu'ainsi que nous l'avait dit le Makololo de M'bévé, tous les villages étaient déserts. La fuite avait été si précipité, que les primitives poteries de la cuisine indigène gisaient à terre sous l'auvent des cases abandonnées. Pas de feux allumés, pas de cris à notre passage, pas de vie, aucune animation; rien, le silence partout! Les pirogues elles-mêmes, indispensables à tout riverain du Chiré, avaient été laissées au plein par leurs propriétaires. Dans les plantations, aucun chant joyeux ne se faisait entendre; tout était vide et morne. Un silence glacial planait autour de nous.

(1) Les mitrailleuses portugaises.

(2) Depuis, le ultimatum de lord Salisbury a dû contre-balancer l'effet de la victoire du coronel Serpa Pinto.

(3) Ce sont les propres paroles des indigènes de M'bévé."⁽¹⁾

Tradução:

"A 23 (de Novembro), informado de que Mlauri, completamente desmoralizado pela sua derrota de 8 de Novembro, não punha qualquer obstáculo à nossa descida (do rio Chire), continuámos a nossa rota e ao meio-dia acostámos à aldeia de Mbewe, onde o terrível macololo se tinha refugiado.

Desci a terra e pedi para ver esse velho companheiro do Dr. Livingstone, favor que, de resto, não me foi concedido, porque, segundo me asseguraram, ele estava ausente. Pude no entanto obter informações interessantes.

Os Macololos pediam a paz, e declaravam-se prontos a satisfazer todas as exigências do coronel Serpa Pinto, comandante-chefe das forças portuguesas. Estavam, conforme me disseram então, muito descontentes

¹ TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir*. Paris: Firmin-Didot [etc.]; Bordeaux: G. Gounouilhau, 1891, p. 369-371.

com a atitude dos Ingleses, que, depois de lhes terem prometido ajuda e protecção, os tinham abandonado e deixado ser completamente derrotados. Julgavam esses bravos indígenas que o governo britânico, só porque lhes tinha dado bandeiras, iria abraçar as querelas deles e enviar-lhes navios de guerra para os apoiar. Doce ilusão, a que era preciso renunciar!

À minha passagem por Mbewe, percebi imediatamente que o prestígio dos ingleses de Blantyre e Mandala se tinha perdido em prol dos novos senhores do país, comandados por Serpa Pinto. Os indígenas de Mbewe tremiam de medo só de pronunciar o nome dos seus vencedores.

–‘Com as suas máquinas (1), disse-me um deles, os homens caem como espigas diante da foice do ceifeiro. Impossível resistir. Os nossos guerreiros eram, no entanto, extremamente corajosos, e avançavam sem querer saber se eram ou não seguidos. Uma volta da máquina dos brancos, e caíam mortos. Oh! Os Portugueses são muito fortes, e os próprios Ingleses devem ter medo deles, pois não nos vêm libertar (2). Quanto a si, acrescentava o lugar-tenente de Mlauri, pode partir, que não será incomodado. Aliás, quem seria capaz de o fazer?, prosseguia ele com uma certa amargura. Todas as aldeias estão abandonadas; aqueles de nós que não puderam reagrupar-se em Mbewe vagueiam pelo mato e contentam-se, por único alimento, com os poucos cereais que levaram consigo na fuga. Vá, mas vá depressa; hoje estamos abatidos, amanhã poderemos ser menos dóceis e levantar a cabeça (3).’

Partimos imediatamente. Verifiquei, com efeito, que, como nos tinha dito o macololo de Mbewe, todas as aldeias estavam desertas. A fuga fora tão precipitada, que os recipientes primitivos da cozinha indígena jaziam em terra diante da entrada das palhotas abandonadas. Não havia lumes acesos, nem gritos à nossa passagem, nem vida, nem animação; nada, silêncio por todo o lado! As próprias canoas, indispensáveis a qualquer ribeirinho do Chire, tinham sido deixadas a monte pelos proprietários. Nas plantações, não se ouvia nenhum canto de alegria; tudo estava vazio e triste. Um silêncio gélido pairava à nossa volta.

(1) As metralhadoras portuguesas.

(2) Mais tarde, o ultimato de Lord Salisbury soube contrabalançar o efeito da vitória do coronel Serpa Pinto.

(3) São as próprias palavras dos indígenas de Mbewe.”

ICONOGRAFIA

→
FIGURA 1
A nota de Barros
Gomes

FONTE:
Pontos nos II, Lisboa.
Ano 5, n.º 234
(1889-12-19), p. 313.





FIGURA 2
A partilha de
África

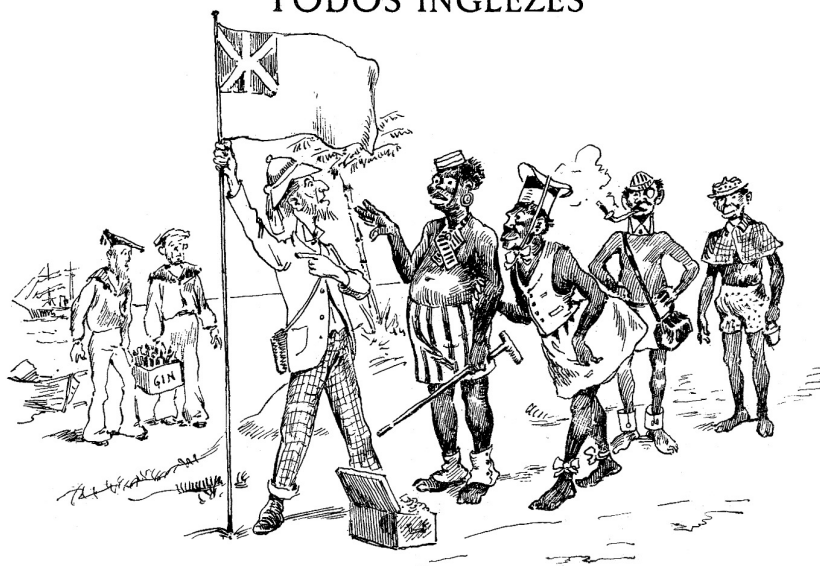
FONTE:
Pontos nos II, Ano 5,
n.º 234 (1889-12-19),
p. 316-317.

→
FIGURA 3
A vitória
de Serpa Pinto

FONTE:
Pontos nos II, Ano 6,
suplemento ao n.º 237
(1890-01-09), p. [4].



TODOS INGLEZES



NO CHIRE



FIGURA 4
A “aculturação”
dos Macololos

FONTE:
Pontos nos ii, Ano 6,
n.º 247 (1890-03-20),
p. 95.

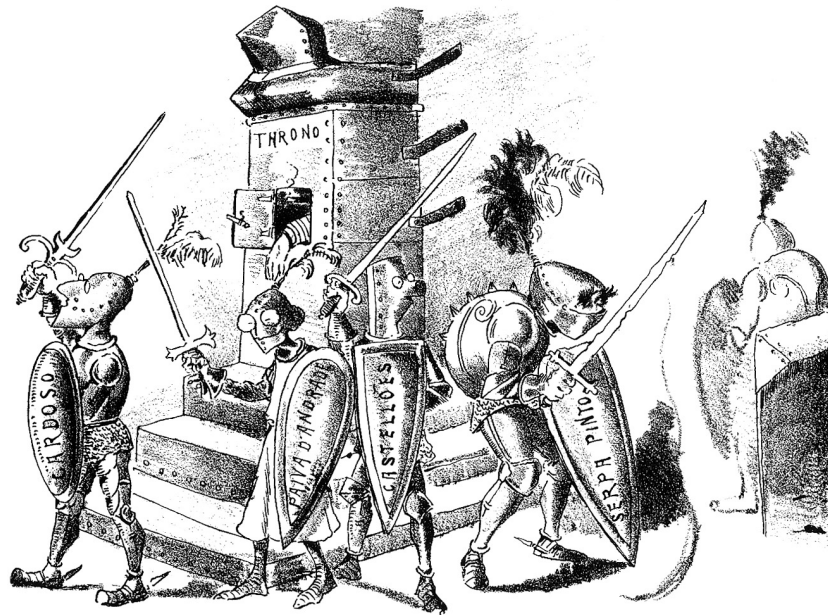


FIGURA 5
Biscoitos
Serpa Pinto

FONTE:
Pontos nos ii, Ano 6,
n.º 247 (1890-03-20),
p. 94.

→
FIGURA 6
A couraça eleitoral

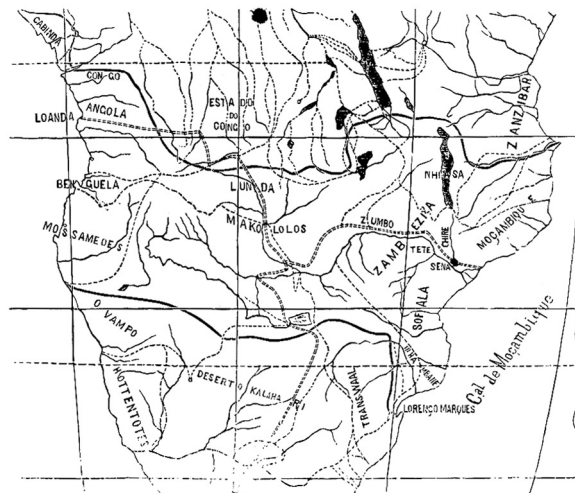
FONTE:
Pontos nos II, Ano 6,
n.º 247 (1890-03-20),
p. 96.



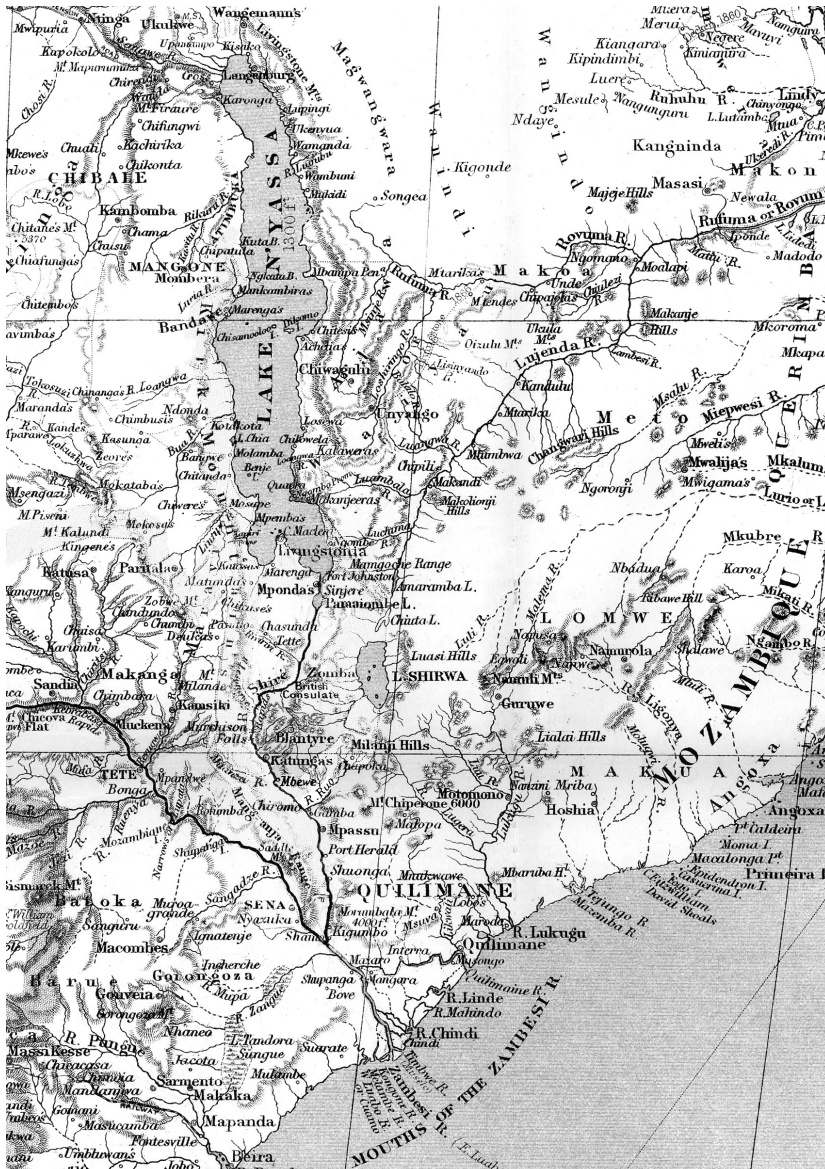
A couraça eleitoral

→
FIGURA 7
O mapa cor-de-rosa

FONTE:
O Occidente, Lisboa,
Vol. 13, n.º 397
(1890-01-01), p. 8.



— Limites da África Portuguesa



Scale, 1: 5,977,382, 94% English Miles to 1 Inch.

100 80 60 40 20 0 100
ENGLISH MILES

FIGURA 8
Mapa do Chire
e Niassa (1892)

FONTE:
JOHNSTON, James
– Reality versus romance
in South Central Africa.
New York [etc.]: Fleming
H. Revell, cop. 1893.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Monografias

- AFRICA. New York: Charles Scribner, 1899. 224 p. (Stories by English Authors).
- ALBUQUERQUE, Mouzinho de – *Moçambique (1896-1898)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934. LXII, 462 p.
- ARNOT, Frederick Stanley – *Garenganze; or, seven year's pioneer mission work in Central Africa*. 2nd ed. London: James E. Hawkins, 1889. XII, 276 p.
- BABO, Carlos – *As luctas liberaes*. Porto: Lello, [196-?]. 64 p. (Encyclopedia pela Imagem).
- BARREIRA, Aníbal; MOREIRA, Mendes – *Páginas do tempo 9*. Porto: ASA, imp. 2001. 255 p. ISBN 972-41-2284-0.
- BÉGUIN, Eugène – *Les ma-Rotzé: étude géographique et ethnographique du Haut-Zambèze*. Lausanne: Benda; Fontaines: Sack, 1903. 156 p.
- BEYERS, C. J., ed. – *Dictionary of South African biography*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1987. vol. 5. 927 p.
- BOCAGE – *Sonetos*. Mem Martins: Europa-América, [1982]. 224 p.
- NOVA BÍBLIA dos Capuchinhos. 1.^a ed. Lisboa [etc.]: Difusora Bíblica, 1998. 2143 p. ISBN 972-652-155-6.
- BIBLIA sacra vulgatae editionis. Nova editio accuratissime emendata. Parisiis: Garnier, 1878. 1376 p.
- BOTELHO, José Justino Teixeira – *História militar e política dos portugueses em Moçambique: de 1833 aos nossos dias*. 2.^a ed., rev., com um apêndice. [S.l.: s.n.], 1936 (Lisboa: Centro Tip. Colonial). XV, 743 p.
- *Nótula sobre o adiantamento dos estudos de arqueologia na África do Sul*. Lisboa: Academia das Ciências, 1936. 15 p.
- BRAGA, Teófilo – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Dom Quixote, 1986. 2 vol. (Portugal de perto; n.º 10-11).
- BRODY, Donald – *The great Nyasaland land swindle (1885-1893)*. *Great Epics Newsletter* [em linha]. Vol. 1, n.º 5 (Aug. 1997) [ref. de 2004-04-17]. Disponível em: <<http://www.greatepicbooks.com/epics/august97.html>>.

- BUCHANAN, John – *The Shirè Highlands (East Central Africa) as colony and mission*. New illustrated ed. Blantyre, Malaŵi: Rotary Club, 1982. XII, 260 p. Ed. facsimilada.
- BURROUGHS, Edgar Rice – *Tarzan dos Macacos*. Trad. de Raul Correia. 1.^a ed. portuguesa. Lisboa: Portugal Press, 1971. 352 p. Trad. de: Tarzan of the Apes.
- *Tarzan, o Indomável*. Trad. de Raul Correia. 1.^a ed. portuguesa. Lisboa: Portugal Press, 1972. 340 p. Trad. de: Tarzan the Untamed.
- CAPELO, H.; IVENS, R. – *De Angola à contracosta*. Mem Martins: Europa-América, 1998. 2 vol. (Aventura e Viagens; 13-14). ISBN 972-1-04461-X; 972-1-04462-8.
- *De Benguela às terras de Iaca: descrição de uma viagem na África Central e Oriental*. Mem Martins: Europa-América, D.L. 1996. 2 vol. (Aventura e Viagens; 1-2). ISBN 972-04104-1; 972-1-04138-6.
- CARTA das possessões portuguesas da África meridional segundo as convenções celebradas em 1891 [Material cartográfico]. Lisboa: Comissão de Cartographia, 1891. 1 carta.
- CARVALHO, Christiano de – *Revelações*. Barcelos: Portucalense Editora, 1932. 159 p.
- CARVALHO, Henrique Augusto Dias de – *Descrição da viagem á mussumba do Muatiãnvua*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890-1894. 4 vol.
- *Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. XV, [20], 731 p.
- CASAS, Bartolomé de las – *Brevíssima relação da destruição de África*. Estudo preliminar, introd. e notas Isacio Pérez Fernández. Lisboa: Antígona, 1996. 360 p. Trad. de: Brevíssima relación de la destrucción de África. ISBN 972-608-086-X.
- CASTRO, Gonçalo Pereira Pimenta de – *As minhas memórias: na metrópole e nas colónias*. Porto: Progredior, imp. 1947. 430 p.
- THE CITRUS industry of South Africa. *ABOUT South Africa* [em linha]. 2001-[ref. de 2006-08-10]. Disponível em: <http://about-south-africa.com/html/citrus_industry.html>.
- CENTRO COMMERCIAL DO PORTO – *Relatorio dos actos da quarta Direcção*. Porto: José da Silva Mendonça, 1892. 327 p.
- CONRAD, Joseph – *O coração das trevas*. Porto: Público, imp. 2004. 126 p. (Mil Folhas; 99). Trad. de: Heart of darkness. ISBN 84-9789-469-3.
- COUTINHO, João de Azevedo – *As duas conquistas de Angoche*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935. 55 p. (Pelo Império; 11).
- *Do Nyassa a Pemba: os territorios da companhia do Nyassa, o futuro porto commercial da região dos Lagos*. Lisboa: Companhia Nacional, 1893. 259 p.
- *Manuel António de Sousa, um capitão-mór da Zambézia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936. 30 p. (Pelo Império; 20).
- *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa: Bertrand, 1941. 674 p.
- *O combate de Macequece: notas sôbre algumas das determinantes próximas e remotas do conflito*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935. 2 vol. (Pelo Império; 8, 14).
- *Valor e eficiência patriótica das missões coloniais*. Porto: Leitão, 1934. 35 p.

- CROISSET, João – *Anno christão ou exercicios devotos para todos os dias do anno*. Porto: Antonio Dourado, 1885-1889. 5 vol.
- CUNHA, Amadeu – *Mouzinho, grande capitão de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935-1936. 5 vol. (Pelo Império; 12, 18, 33-35).
– *Serpa Pinto e o apelo de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946. 62 p.
- DARWIN, Charles – *La descendance de l'homme et la sélection sexuelle*. Préf. par Carl Vogt. 3^{ème} éd. française. Paris: Reinwald, 1891. 721 p.
– *L'origine des espèces au moyen de la sélection naturelle*. Paris: Reinwald, 1873. XX, 612 p.
- DECLÉ, Lionel – *Three years in savage Africa*. Introd. by H. M. Stanley. London: Methuen, 1898. XXXI, 594 p.
- DIAS, Augusto – *Serpa Pinto e Álvaro de Castelões em Moçambique*. Porto: Beira e Douro, 1974. 126 p. (Império; 3).
- ENES, António – *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893. 380 p.
– *O ultimatum visto por António Enes*. Estudo-pref. de F. A. Oliveira Martins. Lisboa: A. M. Pereira, 1946. CCI, 410 p.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA portuguesa e brasileira. Lisboa [etc.]: Enciclopédia, [1936-1960]. 40 vol.
- THE ENCYCLOPÆDIA britannica. 11th ed. New York: Encyclopædia Britannica, 1910-1911. 29 vol.
- THE ENCYCLOPÆDIA britannica. Chicago [etc.]: Encyclopædia Britannica, cop. 1957. 24 vol.
- THE NEW ENCYCLOPÆDIA britannica. 15th ed. Chicago [etc.]: Encyclopædia Britannica, cop. 1993. 32 vol. ISBN 0-85229-571-5.
- FOÀ, Édouard – *Du Cap au lac Nyassa: à travers l'Afrique centrale*. Paris: Plon, 1897. VIII, 382 p.
- FRELIMO – *História de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1971 [i.e. 1974]. 84 p.
- GALVÃO, Henrique – *Dembos*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935. 3 vol. (Pelo Império; 3, 9, 17).
- GIRAUD, Victor – *Les lacs de l'Afrique équatoriale: voyage d'exploration exécuté de 1883 à 1885*. Paris: Hachette, 1890. 604 p.
- GROSSELIN; DELAMARCHE – *Atlas de géographie physique, politique et historique* [Texto impresso e material cartográfico]. Nouvelle éd. Paris: Émile Bertaux, 1894. 10 p., 115 cartas.
- HAGGARD, H. Rider – *Alão Quartelmar*. Mem Martins: Europa-América, 1999. 300 p. (Aventura e Viagens; 23). Trad. de: Allan Quatermain. ISBN 972-1-04673-6.
– *Allan's wife*. London: Spencer Blackett, 1889. 331 p.
– *As minas de Salomão*. Tradução rev. por Eça de Queiroz. Porto: Chardron, 1891. VII, 320 p.
– *Cetiwayo and his white neighbours or, remarks on recent events in Zululand, Natal, and the Transvaal* [em linha]. Project Gutenberg, 2006 [Ref. de 2006-09-13]. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/8667/8667-h/8667-h.htm>>.
– *King Solomon's mines*. New York: George Munro, [1886?]. 218, 91 p.

- *Rural Denmark and its lessons*. London [etc.]: Longmans, 1917. XIV, 335 p.
- *The private diaries of Sir Henry Rider Haggard (1914-1925)*. Ed. by D. S. Higgins. London [etc.]: Cassell, 1980. XVI, 299 p. ISBN 0-304-30611-8.
- JEPHSON, A.-J. Mounteney – *Emin Pacha et la rébellion a l'Équateur; neuf mois d'aventures dans la plus reculée des provinces soudanaises*. Rev. de H. M. Stanley. Paris: Hachette, 1891. 352 p.
- JOHNSTON, Alex – *The life and letters of Sir Harry Johnston*. Whitefish, Montana: Kessinger, [2005]. 351 p. Ed. facsimilada. ISBN 1-4179-0756-8.
- JOHNSTON, James – *Reality versus romance in South Central Africa*. New York [etc.]: Fleming H. Revell, cop. 1893. 353 p.
- JOHNSTON, Sir Harry H. – *British Central Africa*. New York: Negro Universities Press, 1969. XIX, 544 p. Ed. facsimilada. ISBN 8371-1910-3.
- *The Gay-Donkeys*. Pref. by H. G. Wells. London: Chatto and Windows, 1919. XII, 332 p.
- *The opening up of Africa*. London [etc.]: Williams and Norgate [etc.], [1912?]. 255 p.
- *The story of my life*. London: Chatto and Windus, 1923. 536 p.
- KERR, Walter Montagu – *The far interior*. London: Sampson Low, 1886. 2 vol.
- LAGO, Fins do; LIMA, Avelino – *Compêndio de história geral e pátria*. Porto: Porto Editora, D.L. 1970. 2 vol.
- LAVRADIO, Marquez de – *Henrique Augusto Dias de Carvalho*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935. 26 p. (Pelo Império; 10).
- LÉPICIER, Alexis Henri Marie – *O mundo invisível: uma exposição da teologia católica perante o espiritismo contemporâneo*. Trad. portuguesa de Eduardo Pinheiro. 3.ª ed. Porto: Tavares Martins, 1957. XX, 387 p. (Filosofia e Religião; vol. 2). Trad. de: The unseen world.
- L'ESCLAVAGE en Afrique. Paris: Letouzey, 1890. VI, 518 p.
- LIMA, Américo Pires de – *António Maria Cardoso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935. 17 p. (Pelo Império; 6).
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *O exército português*. Porto: Lello, [19--?]. 64 p. (Enciclopédia pela Imagem).
- LIMA, Quelhas – *Almirante João de Azevedo Coutinho*. Pôrto: Marânus, 1942. 15 p.
- LIVERMORE, H. V. – *A new history of Portugal*. London [etc.]: Cambridge University Press, 1967. XI, 365 p.
- LIVINGSTONE, David – *Dernier journal*. Paris: Hachette, 1876. 2 vol.
- *Explorations dans l'intérieur de l'Afrique australe*. Paris: Hachette, 1859. 759 p.
- *Explorations du Zambèze et de ses affluents*. Paris: Hachette, 1866. [3], 580 p.
- LUGARD, Frederick D. – *The rise of our East African empire*. London [etc.]: Routledge, 2006. 2 vol. Ed. facsimilada. ISBN 0-7146-1691-5.
- MALTHUS, Thomas R. – *Ensaio sobre o princípio da população*. Mem Martins: Europa-América, [1981]. 186 p.
- *Principles of political economy*. Ed. by John Pullen. Variorum ed. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1989. 2 vol. ISBN 0-521-24775-6.

- MARTINÓ, António M. – *João de Azevedo Coutinho, marinheiro e soldado de Portugal*. Lisboa: Colibri, 2002. 345 p. ISBN 972-772-355-1.
- MARTINS, Ferreira – *Educação do soldado: escola do cidadão*. Lisboa: LCGC, 1952. 168 p.
- MARTINS, Francisco de Assis Oliveira – *Serpa Pinto e Augusto Cardoso na política do mapa cor-de-rosa*. Braga: Livraria Cruz, 1968. 27 p.
- MARTINS, J. P. Oliveira – *O Brasil e as colónias portuguesas*. 2.^a ed. emendada. Lisboa: Bertrand, 1881. VIII, 272 p.
– *Portugal em Africa*. Porto: Chardron, 1891. XI, 240 p.
- MAURRAS, Charles – *Kiel et Tanger: la République française devant l'Europe*. Nouvelle éd. Versailles: Bibliothèque des Œuvres Politiques, 1928. 319 p.
- MELLERSH, H. E. L. – *Os Troianos*. Porto: Civilização, imp. 1973. 191 p. Trad. de: Finding more about the Trojans.
- MOIR, Frederick L. M. – *After Livingstone: an African trade romance*. Foreword by Ian Hay. 3rd ed. London: Hodder and Stoughton, 1924. XX, 200 p.
- MONTEIRO, Henrique Pires – *Os portugueses na Grande Guerra*. Porto: Lello, [193-?]. 64 p. (Enciclopédia pela Imagem).
- MÜLLER, Adolfo Simões – *Através do continente misterioso: Serpa Pinto e as suas viagens*. 2.^a ed. Porto: Tavares Martins, 1970. 258 p. (Gente Grande para Gente Pequena; 11).
- NORONHA, Eduardo de – *Caldas Xavier, o que nunca viu a côr ao medo*. Lisboa: Cosmos, 1939. 39 p. (Cadernos Coloniais; 51).
– *O explorador Serpa Pinto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936. 32 p. (Pelo Império; 25).
– *Tenente Valadim, o martir do Niassa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936. 43 p. (Pelo Império; 40).
- OLIVEIRA, Lopes d' – *...E mesmo contra a maré!: memórias, crítica, paisagem*. Lisboa: Universo, imp. 1945. 384 p.
- ORNELAS, Aires de – *As doutrinas políticas de Charles Maurras*. Lisboa: Livraria Portugal, 1914. 71 p.
– *Colectanea das suas principais obras militares e coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934. 2 vol.
– *Raças e linguas indigenas de Moçambique*. Lisboa: A Liberal, 1901. 73 p.
- ORTEGA Y GASSET, José – *La rebelión de las masas*. 38.^a ed. en castellano. Madrid: Revista de Occidente, 1964. 370 p.
- PARSONS, Neil, ed. – *Botswana history: bibliography for local studies* [em linha]. Gaborone: University of Botswana, 1999. Last updated 6 October 2000 [ref. de 2006-08-10]. Disponível em: <<http://ubh.tripod.com/bw/lochis.htm>>.
- PINTO, Carlota de Serpa – *A vida breve e ardente de Serpa Pinto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938. 272 p.
- PINTO, Serpa – *Como eu atravessei África*. Londres: Sampson Low, 1881. 2 vol.
- PORTUGAL. Negocios Externos – *Negociações do tratado com a Inglaterra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. 227, XXII p.

- *Negócios da África oriental e central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. XIX, 269 p.
- *Negócios de África*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. 109 p.
- QUEIROZ, Eça de – *Obras completas de Eça de Queiroz*. 1.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1980-1981. 20 vol.
- QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho – *O misterio da estrada de Sintra: cartas ao Diario de Noticias*. 3.^a ed. emendada e precedida de um prefacio. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1894. IX, 194 p.
- QUIGLEY, Carroll – *The Anglo-American establishment: from Rhodes to Cliveden*. New York: Books in Focus, cop. 1981. XI, 354 p. ISBN 0-916728-50-1.
- RAMOS, Antonio Manuel dos – *Compendio de historia universal*. 3.^a ed. totalmente refundida. Porto: Lopes, 1893. 471 p.
- REIS, Jayme Batalha – *Os portugueses na região do Nyassa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. 42 p.
- RODRIGUES, Vasco – *História geral da civilização*. 7.^a ed. rev. e melhorada. Porto: Porto Editora, 1973. 2 vol.
- ROWLEY, Henry – *The story of the Universities' Mission to Central Africa*. 2nd ed. repr. New York: Negro Universities Press, 1969. X, 424 p. Ed. facsmilada. ISBN 8371-1299-0.
- SELOUS, Frederick Courteney – *A hunter's wanderings in Africa*. Alexander, North Carolina: Alexander Books, cop. 2001. A-14, XIX, 504 p. Ed. facsimilada. ISBN 1-57090-141-4.
- *Travel and adventure in South-East Africa*. Amsterdam: Time-Life, 1984. XVIII, 503 p. Ed. facsimilada. ISBN 7054-1511-2.
- SILVA, Marinho da – *João de Azevedo Coutinho*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945. 2 vol. (Pelo Império; 113-114).
- SPENCER, Herbert – *Do progresso, sua lei e sua causa*. Trad. de Eduardo Salgueiro. 2.^a ed. Lisboa: Inquérito, D.L. 1959. 92 p. (Cadernos Culturais; 9). Trad. de: Progress, its law and cause.
- STANLEY, Henry M. – *A travers le continent mistérieux*. Paris: Hachette, 1879. 2 vol.
- *Cinq années au Congo (1879-1884)*. Paris: Maurice Dreyfous, 1885. XVIII, 696 p.
- TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir: la Gironde en Afrique*. Paris: Firmin-Didot [etc.]; Bordeaux: G. Gounouilhou, 1891. IX, 386 p.
- VERNE, Júlio – *A Estrela do Sul*. Trad. de V. Almeida d'Eça. Porto: Público, imp. 2005. 269 p. (Planeta Verne; 10). Trad. de: L'étoile du sud. ISBN 84-9819-063-0.
- *Aventuras de três russos e três ingleses*. Trad. de Mariano Cirilo de Carvalho. Porto: Público, imp. 2005. 239 p. (Planeta Verne; 12). Trad. de: Les aventures de trois Russes et de trois Anglaises. ISBN 84-9819-065-7.
- *Aventures de trois Russes et de trois Anglais dans l'Afrique australe*. Genève: Bellerive, cop. 1991. 250 p. Ed. facsimilada.
- *Cinco semanas em balão: viagem através de África*. Trad. Francisco Augusto Correia Barata. Porto: Público, imp. 2005. 317 p. (Planeta Verne; 1). Trad. de: Cinq semaines en ballon. ISBN 84-9819-054-1.
- *Um herói de 15 anos*. Trad. de Pedro Guilherme dos Santos Dinis. Porto: Público,

- imp. 2005. 416 p. (Planeta Verne; 7). Trad. de: Un capitaine de quinze ans. ISBN 84-9819-060-6.
- VILHENA, Ernesto de – *Regime dos prazos da Zambézia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916. 31 p.
- WALLER, Horace – *Os cães britânicos ou a Nyassaland*. Commentada por Henrique A. D. de Carvalho. Lisboa: Imprensa Moderna, 1890. 71 p.
- WARD, Gertrude – *The life of Charles Alan Smythies, Bishop of the Universities' Mission to Central Africa* [em linha]. Ed. by Edward Francis Russell. Project Canterbury, 1999- [ref. de 2006-09-25]. Disponível em: <[http:// anglicanhistory.org/africa/umca/smythies/](http://anglicanhistory.org/africa/umca/smythies/)>.
- WELLS, H. G. – *Historia universal*. 2.^a ed. rev. Trad. de Anísio Teixeira. São Paulo [etc.]: Editora Nacional, 1939. 3 vol. Trad. de: The outline of history.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia, 1989. 3 vol.

1.2. Periódicos

1.2.1. Jornais

- A Actualidade*. Porto. 1889-1890, ano 16-17.
- Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Moçambique*. Moçambique. 1889-1890, ano 30-31.
- O Correio do Porto*. Porto. 1889, ano 4.
- O Dez de Março*. Porto. 1889, ano 9.
- Diario do Governo*. Lisboa. 1889, ano 21.
- Diario do Porto*. Porto. 1889, ano 1.
- Jornal da Manhã*. Porto. 1889, ano 18.
- O Jornal do Paiz*. Porto. 1889, ano 4.
- A Justiça Portuguesa*. Porto. 1889, ano 10.
- A Lucta*. Porto. 1889, ano 15.
- A Revolta*. Lisboa. 1889, ano 1.
- O Radical*. Porto. 1889, ano 2.
- O Seculo*. Lisboa. 1889-1890, ano 9-10.

1.2.2. Revistas

- The Atlantic Monthly*. Boston. 1894, vol. 74.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 1951. 69.^a série.
- O Occidente*. Lisboa. 1879-1891, vol. 2-14.

Pontos nos ii. Lisboa. 1889-1890, ano 5-6.
 Portugal em África. Lisboa: LIAM. 1945, ano 2. 2.ª série.
 Revista de Portugal. Porto. 1889-1890, vol. 1-2.

2. BIBLIOGRAFIA

- Africana Studia*. Porto: Faculdade de Letras. 1999-2004, n.º 1-7. ISSN 0874-2375.
- ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, cop. 1993. 837 p. ISBN 972-36-0196-6.
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill, coord. – *O império africano (1825-1890)*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa, 1998. 864 p. (Nova História da Expansão Portuguesa; vol. 10). ISBN 972-33-1405-3.
- AMARAL, Manuel Gomes da Gama – *O povo yao (Mtundu Wayao): subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989. 494 p.
- AMSELLE, Jean-Loup – Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia, dir. – *Au cœur de l'ethnie*. Paris: La Découverte, 1985. ISBN 2-7071-1524-X. p. 11-48.
- AXELSON, Eric – *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967. IX, 318 p.
- BIRMINGHAM, David – *A concise history of Portugal*. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1998. XIII, 210 p. ISBN 0-521-43880-2.
- *Portugal and Africa*. Basingstoke: Macmillan, 1999. VII, 203 p. ISBN 0-333-73404-1.
- BRUNSCHWIG, Henri – *A partilha de África*. Lisboa: Dom Quixote, imp. 1972. 141 p. Trad. de: Le partage de l'Afrique noir.
- BRYSON, Bill – *Breve história de quase tudo*. Lisboa: Quetzal, 2004. 495 p. ISBN 972-564-621-5.
- CAPELA, José – *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975. 281 p.
- *A república militar da Maganja da Costa (1862-1898)*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 1992. 149 p. ISBN 972-36-0203-2.
- *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, D.L. 1996. 240 p. ISBN 972-36-0397-7.
- *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento, D.L. 1993. 237 p. ISBN 972-36-0310-1.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 965 p. ISBN 972-31-0173-4.
- CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel de – *Na rota da pimenta: as vias, os meios, os homens*. 1.ª ed. Lisboa: Presença, 2006. 335 p. ISBN 972-23-3498-0.

- CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 1.^a ed. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 2 vol. ISBN 972-9038-14-7.
- CHAVES, Cristina Rita Ferreira Arala – *A dupla metamorfose literária: Eça de Queiroz e a tradução de As minas de Salomão*. Porto: Faculdade de Letras, 1998. 178 f. Tese de mestrado.
- CLARENCE-SMITH, Gervase – *The third Portuguese empire (1825-1975): a study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985. IX, 246 p. ISBN 0-7190-1719-X.
- COELHO, Maria Teresa Pinto – *A Agulha de Cleópatra: Jaime Batalha Reis e as relações diplomáticas e culturais luso-britânicas*. Lisboa: Cosmos, 2000. 353 p. ISBN 972-762-215-1.
- *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Cosmos, 1996. 326 p. ISBN 972-762-031-0.
- *Ilhas, batalhas e aventura: imagens de África no romance de império britânico do último quartel do século XIX e início do século XX*. Lisboa: Colibri, 2004. 155 p. ISBN 972-772-508-2
- COLÓQUIO INTERNACIONAL ESTADOS, PODERES E IDENTIDADES NA ÁFRICA SUBSARIANA, 7, Porto, 2004 – *O racismo, ontem e hoje*. Porto: Universidade do Porto, 2005. 171 p. ISBN 972-99727-0-2.
- COSTA, Isilda Braga da; MOURA, José Paulo; MOTA, Salvador Magalhães – A comemoração do centenário da Revolução Francesa na imprensa diária portuense. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 10 (1988), p. 561-575.
- CROSS, Colin – *The fall of the British Empire (1918-1968)*. London: Paladin, 1970. 380 p.
- DAVIDSON, Basil – *Africa in modern history: the search for a new society*. London [etc.]: Penguin, imp. 1985. 431 p. ISBN 0-14-022105-0.
- DENIS, Henri – *História do pensamento económico*. Trad. de António Borges Coelho; rev. de Jaime Silva. 1.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1978. 2 vol. Trad. de: Histoire de la pensée économique.
- ERVEDOSA, Carlos – *Arqueologia angolana*. Lisboa: Edições 70, 1980. 447 p.
- FANON, Frantz – *Pele negra, máscaras brancas*. 2.^a ed. Porto: Paisagem, 1975. 279 p. Trad. de: Peau noire, masques blancs.
- FREDERICKSON, George M. – *Racismo: uma breve história*. 1.^a ed. Porto: Campo das Letras, 2004. 159 p. Trad. de: Racism. ISBN 972-610-622-2.
- GAHAMA, Joseph; MVUYEKURE, Augustin – Jeu ethnique, idéologie missionnaire et politique coloniale: le cas du Burundi. In CHRÉTIEN, J.-P.; PRUNIER, G., dir. – *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989. ISBN 2-86537-226-X. p. 303-324.
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald – The imperialism of free trade. *International Relations Program* [em linha]. South Adley, Massachusetts: Mount Holyoke College, cop. 2005. Last modified on September 20, 2005 [ref. de 2006-09-01]. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/ipe/gallagher.htm>>.

- GANSHOF, F. L. – *Que é o feudalismo?* Trad. de Jorge Borges de Macedo. 4.^a ed. Mem Martins: Europa-América, 1976. 244 p. (Saber; 76). Trad. de: Qu'est-ce que la Féodalité?
- GIL, José – *Portugal, hoje: o medo de existir*. 9.^a reimp. Lisboa: Relógio d'Água, 2004. 147 p. ISBN 972-708-817-1.
- GONÇALVES, António Custódio – *Questões de antropologia social e cultural*. 2.^a ed. Porto: Afrontamento, 1997. 196 p. ISBN 972-36-0275-X.
- GRENVILLE, J. A. S. – *A history of the world in the twentieth century*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of the Harvard University Press, 1994. XVIII, 973 p. ISBN 0-674-39960-9.
- HAMMOND, R. J. – *Portugal and Africa (1815-1910): a study in uneconomic imperialism*. Stanford, California: Stanford University Press, 1966. XV, 384 p.
- HANNA, A. J. – *The beginnings of Nyasaland and North-Eastern Rhodesia (1859-95)*. London [etc.]: Oxford University Press, 1956. X, 281 p.
– *The story of the Rhodesias and Nyasaland*. London: Faber, 1960. 288 p.
- HANSON, Victor Davis – *Why the West has won: carnage and culture from Salamis to Vietnam*. London: Faber, 2001. XVII, 492 p. ISBN 0-571-20417-1.
- HEINTZE, Beatrix – *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Caminho, 2004. 483 p. Trad. de: Afrikanische Pionierre. ISBN 972-21-1670-3.
- HENRIQUES, Isabel Castro – *Os pilares da diferença: relações Portugal-África (séculos XV-XX)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004. 572 p. ISBN 972-8801-31-9.
- HIGGINS, D. S. – *Rider Haggard: a biography*. New York: Stein and Day, 1983. XVI, 266 p. ISBN 0-8128-2860-7.
- L'Histoire*. Paris. 1983-2001, ano 6-25. ISSN 0182-2411.
- HOBSON, J. A. – *Imperialism: a study*. New introd. by Phillip Siegelman. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, 1965. XX, 386 p. (Ann Arbor Paperbacks; 34). Ed. facsimilada. ISBN 0-472-06103-8.
- HUXLEY, Aldous – *As portas da percepção*. 1.^a ed. Porto: Via Óptima, 2005. 157 p. Trad. de: The doors of perception. ISBN 972-9360-21-9.
- ISAACMAN, Allen F.; ISAACMAN, Barbara – *A tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze (1850-1921)*. Porto: Afrontamento, 1979. 356 p.
- JUNG, C. G. – *Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo*. 6.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2000. X, 318 p. (Obras Completas de C. G. Jung; vol. IX/2). Trad de: Aion. ISBN 85-326-0373-4.
– *Memórias, sonhos, reflexões*. Reunidas e editadas por Aniela Jaffé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, imp. 2000. 362 p. Trad. de: Memories, dreams, reflections. ISBN 85-209-0451-3.
- KEEGAN, John – *A history of warfare*. London [etc.]: Random House, 1994. XVI, 432 p. ISBN 0-7126-9580-7.
- KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*. 2.^a ed. Mem Martins: Europa-América, D.L. 1990-1991. 2 vol. Trad. de: Histoire de l'Afrique noire. ISBN 972-1-01057-X.

- LAINS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo (1851-1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1995. 279 p. ISBN 972-27-0763-9.
- LAWRENCE, James – *The rise and fall of the British Empire*. London: Abacus, 1998. XVI, 714 p. ISBN 0-349-10667-3.
- LÉNINE, V. I. – *O imperialismo, fase superior do capitalismo: ensaio de vulgarização*. Introd. de Gueorgui Rudenko. Lisboa: Avante, 1975. 181 p.
- LÉON, Pierre, dir. – *História económica e social do mundo*. Lisboa: Sá da Costa, imp. 1981-1984. 6 vol. Trad. de: *Histoire économique et sociale du monde*.
- LIEVEN, Michael – Bias in school history textbooks: representations of the British invasion of Zululand. *Paradigm* [em linha]. Vol. 2, n.º 1 (Jan. 2000) [ref. de 2006-09-04]. Disponível em: <<http://faculty.ed.uiuc.edu/~westbury/Paradigm/leiven.html>>. ISSN 0966-8292.
- LINDQVIST, Sven – *Exterminem todas as bestas*. Lisboa: Caminho, 2005. 222 p. Trad. de: *Utrota varenda jävel*. ISBN 972-21-1750-5.
- MAKOLOLO *interregnum and the legacy of David Livingstone* [em linha]. **Mongu, Zambia:** Barotseland.com, cop. 2006 [ref. de 2006-07-31]. 48 p. Formato PDF. Disponível em: <<http://www.barotseland.com/history3.pdf>>.
- MANNONI, O. – *Prospero and Caliban: the psychology of colonization*. London: Methuen, 1956. 218 p. Trad. de: *Psychologie de la colonisation*.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *O império africano (1890-1930)*. 1.ª ed. Lisboa: Estampa, 2001. 864 p. (Nova História da Expansão Portuguesa; vol. 11). ISBN 972-33-1648-X.
- MATOS, A. Campos, org. – *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2.ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, imp. 1993-2000. 2 vol. ISBN 972-21-0870-0; 972-21-1341-0.
- MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, D.L. 1993-1994. 8 vol. ISBN 972-33-0924-6.
- MEDEIROS, Eduardo – Etnias e etnicidades em Moçambique. *Africana*. Porto: Universidade de Portucalense. ISSN 0871-2336. N.º 18 (Set. 1997), p. 81-104.
- MOTTA, Roberto – Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos* [em linha]. N.º 38 (dez. 2000) [ref. de 2006-09-04], p. 113-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-546X.
- NEWITT, Malyn – *História de Moçambique*. Mem Martins: Europa-América, 1997. 509 p. Trad. de: *History of Mozambique*. ISBN 972-1-04370-2.
- NOWELL, Charles E. – *The rose-colored map: Portugal's attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. XVI, 273 p.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*. 3.ª ed. Lisboa: União Gráfica, 1958. 478 p.

- OLIVER, Roland – *Sir Harry Johnston and the scramble for Africa*. London: Chatto and Windus, 1959. 368 p.
- OLIVER, Roland; FAGE, J. D. – *Breve história de África*. 1.^a ed. portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1980. 344 p. Trad. de: *A short history of Africa*.
- PAKENHAM, Thomas – *The scramble for Africa (1876-1912)*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1991. XIX, 738 p. ISBN 0-297-81130-4.
- PÉLISSIER, René – *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Estampa, 1997. 2 vol. Trad. de: *Naissance de la Guinée*. ISBN 972-33-1277-8; 972-33-1278-6.
- *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Estampa, 1997. 2 vol. ISBN 972-33-1224-7; 972-33-1225-5.
- *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. 3.^a ed. Lisboa: Estampa, 2000. 2 vol. ISBN 972-33-1009-0; 972-33-1010-4.
- *Exploitation du facteur ethnique au Mozambique pendant la conquête coloniale (XIX^e-XX^e siècle)*. In CHRÉTIEN, J.-P.; PRUNIER, G., dir. – *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989. ISBN 2-86537-226-X. p. 246-257.
- PICHOT, André – *A sociedade pura: de Darwin a Hitler*. Lisboa: Instituto Piaget, D.L. 2002. 372 p. Trad. de: *La société pure*. ISBN 972-771-517-6.
- PIETERSE, Jan Nederveen – *White on black: images of Africa and blacks in Western popular culture*. New Haven [etc.]: Yale University Press, 1992. 258 p. Trad. de: *Wit over zwart*. ISBN 0-300-06311-3.
- PIMENTA, Carlos – *Globalização: produção, capital fictício e redistribuição*. 1.^a ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004. 273 p. ISBN 972-8610-27-0.
- POLANYI, Karl – *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Foreword by Joseph E. Stiglitz; introd. by Fred Block. 2nd ed. Boston: Beacon Press, 2001. XLI, 317 p. ISBN 0-8070-5643-X.
- QUINTAS, José Manuel – *Filhos de Ramires: as origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Nova Ática, 2004. 427 p. ISBN 972-617-161-X.
- REIS, António, dir. – *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Alfa, imp. 1990-1992. 6 vol.
- REIS, Jaime; MÓNICA, Maria Filomena; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. – *O século XIX em Portugal: comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*. Lisboa: Presença, D.L. 1981. 479 p.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul – *Archaeology: theories, methods and practice*. 3rd ed. London: Thames and Hudson, 2000. 640 p. ISBN 0-500-28147-5.
- Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa. 1978-1989, n.º 1-27.
- RIST, Gilbert – *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. 2^e éd. mise à jour et augmentée d'une postface. Paris: Presses de Sciences, 2001. 449 p. ISBN 2-7246-0864-X.
- SALMON, Pierre – *História e crítica*. Coimbra: Almedina, 1979. 254 p. Trad. de: *Histoire et critique*.
- SANTOS, Eduardo dos – *A questão do Barotze*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1986. 176 p.

- SANTOS, Maria Emília Madeira – *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola, século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998. XVI, 606 p. ISBN 972-672-867-3.
- Para uma nova compreensão histórica da morte de Silva Porto. *Studia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. N.º 50 (1991), p. 49-78. ISSN 0870-0028.
 - *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. 423 p.
- SCHUMPETER, Joseph – *Imperialism*. Introd. by Bert Hoselitz. New York: Meridian, 1955. 182 p.
- SOBRAL, Fernando; CORDEIRO, Paula Alexandra – *Barings: a história do banco britânico que salvou Portugal*. Cruz Quebrada-Dafundo: Oficina do Livro, 2005. 220 p. ISBN 989-555-140-1.
- VALENTE, Vasco Pulido – *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. 2.ª ed. Lisboa: Alétheia, 2006. 162 p. ISBN 989-622-041-7.
- VANSINA, J. – A tradição oral e a sua metodologia. In COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL PARA A REDACÇÃO DE UMA HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA – *História geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, cop. 1980. vol. 1, p. 157-179.
- TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ª ed. rev. e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989. 352 p. ISBN 972-21-0396-2.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*. 2.ª ed. Algés: DIFEL, 1998. XVIII, 778 p. ISBN 972-29-0308-X.
- TORRES, Adelino – *O Império Português: entre o real e o imaginário*. Pref. Alfredo Margarido. Lisboa: Escher, imp. 1991. 359 p.
- VENÂNCIO, José Carlos – *O facto africano: elementos para uma sociologia da África*. 1.ª ed. Pref. de Adelino Torres. Lisboa: Vega, 2000. 158 p. ISBN 972-699-581-7.
- VINCENT, Jean-Didier – *A carne e o diabo*. Mem Martins: Europa-América, 1997. 258 p. Trad. de: La chair et le diable. ISBN 972-1-04264-1.

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. 1	A nota de Barros Gomes	204
Fig. 2	A partilha de África	205
Fig. 3	A vitória de Serpa Pinto	206
Fig. 4	A “aculturação” dos Macololos	207
Fig. 6	Biscoitos Serpa Pinto	207
Fig. 7	A couraça eleitoral	208
Fig. 8	O mapa cor-de-rosa	208
Fig. 9	Mapa do Chire e Niassa (1892)	209

